



ALANA NOGUEIRA VOLPATO

**A INFÂNCIA REPRESENTADA NAS CHARGES DA  
IMPrensa SINDICAL  
ENTRE A CONQUISTA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA**

---

Londrina

2015

ALANA NOGUEIRA VOLPATO

**A INFÂNCIA REPRESENTADA NAS CHARGES DA  
IMPrensa SINDICAL**  
ENTRE A CONQUISTA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani

Londrina

2015

ALANA NOGUEIRA VOLPATO

**A INFÂNCIA REPRESENTADA NAS CHARGES DA IMPRENSA  
SINDICAL:**

ENTRE A CONQUISTA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Maria da Conceição Francisca Pires  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Tieko Suguihiro  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 27 de fevereiro de 2015.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Raul que me ensinou (e me ensina) tanto sobre infância quanto os autores que eu conheci. E por garantir minha alegria e serenidade, diariamente. Agradeço, também, a todos os colos que carregaram o Raul enquanto eu assistia às aulas, estudava ou viajava. Especialmente, ao meu companheiro Alexandre e aos meus pais, Enilze e José Carlos. O colo de vocês foi dele e foi meu também.

À Tânia, Marcelo e Heitor, minha família por extensão. À Luciana Moura Zangaro, por permitir que eu tivesse manhãs de estudo tranquilas. Aos professores do Programa, que se colocaram solidários à minha maternidade nascente. Ao meu orientador Rozinaldo Miani pelas orientações cheias de paciência e compreensão e por ser essencialmente, no melhor sentido da palavra, um educador. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que possibilitou a realização desta pesquisa.

Ao meu amigo Thiago Cardassi, pela acolhida, pela companhia e por sempre saber o que dizer para alegrar meu dia. À Vanessa Silva e ao Sérgio Kulak, pelos corações gigantes que têm. À Eliane Oliveira que, sem a ajuda, eu não teria ingressado no programa. À Márcia Boroski, pelas noites de estudo. À Fernanda Targa Messias, pela parceria, que fez com que os dois últimos anos fossem possíveis. Torço, infinitamente, pelo sucesso e felicidade de cada um de vocês.

Crianças, iguais são seus deveres e direitos.  
Crianças, viver sem preconceito é bem melhor.  
Crianças, a infância não demora, logo, logo vai passar,  
vamos todos juntos brincar.

Meninos e meninas,  
não olhem cor, nem religião, nem raça.  
Chamem os quem não tem mamãe,  
que o papai está lá no céu,  
e os que dormem lá na praça.

Meninos e meninas,  
não olhem raça, religião nem cor.  
Chamem os filhos do bombeiro,  
os dois gêmeos do padeiro  
e o caçula do doutor.

[...] Meninos e meninas,  
o futuro ninguém adivinha.  
Chamem os quem não tem ninguém,  
pois criança é também  
o menino trombadinha.

Toquinho.

As crianças não são propriedade de ninguém: não são propriedade nem de seus pais, nem da sociedade. Elas pertencem à sua liberdade futura.

Bakunin.

VOLPATO, Alana Nogueira. **A infância representada nas charges da imprensa sindical: entre a conquista e a violação dos direitos da infância.** 2014. 173f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2014.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a infância é representada por meio das charges publicadas na imprensa sindical após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 por meio da metodologia de análise chárstica. Para isso, resgatamos o conceito de infância com base em Ariès (1981), as características da modernidade em Elias (1994), e discutimos a infância como uma construção social a partir dos argumentos de Berger e Luckman (1978). Visitamos as ideias do fim da infância (Postman, 2008) e debatemos infância como categoria geracional protagonizada por crianças com todo tipo de experiências (SARMENTO, 2005). Passamos por uma análise das transformações sociais que interferem na vida cotidiana das crianças e, por fim, concordamos com Marchi (2009) que as crianças no Brasil possuem condições específicas que determinam um sentido da infância. Trazemos uma breve apresentação da imprensa sindical como um espaço privilegiado de formação política das classes populares. Pensamos a charge como um texto jornalístico dissertativo e efêmero que persiste como fonte histórica. Entendemos que a relação da charge com a realidade e o espaço da imprensa sindical permitem encontrar uma representação da infância no Brasil que seja comprometida com a luta por direitos na visão das classes populares. Por fim, percebemos que a infância representada na imprensa sindical apresenta a criança em dois paradigmas: como vítima de violências, pela ótica da proteção, ou como sujeito de direitos, pela ótica da cidadania.

**Palavras-chave:** Infância; Imprensa Sindical; Charge; Estatuto da Criança e do Adolescente.

VOLPATO, Alana Nogueira. **The childhood represented in cartoons of union press: between achievement and violation of children's rights.** 2014. 173f. Dissertation (Master in Communication). State University of Londrina, Londrina, 2014.

### **ABSTRACT**

This paper aims to analyze how cartoons published in union press represented Brazilian childhood after the approval of the Child and Adolescent Statute, in 1990, by cartoons analysis methodology. For this, we rescued the concept of childhood based on Ariès (1981), the characteristics of modernity in Elias (1994), and discussed childhood as a social construction from Berger and Luckman (1978) arguments. We explored the ideas about the end of childhood (POSTMAN, 2008) and discussed childhood as generational category formed by children with all kinds of experiences (SARMENTO, 2005). We analyzed the most important social transformations that affect the daily lives of children and, finally, we agree with Marchi (2009) that children in Brazil have specific conditions that determine a childhood concept. We present a brief presentation of the union press as a privileged space for political education of the working classes. We think cartoons as an argumentative and an ephemeral journalistic text that persists as a historical source for research. We understand that the relation of cartoons with reality and the space of union press allow us to find a representation of childhood in Brazil that is committed to the fight for rights, especially from the working class. Finally, we realize that childhood represented in the union press shows children in two paradigms: as victims of violence, from the perspective of protection, or as individuals with rights, from the perspective of citizenship.

Key-words: Childhood; Union Press; Cartoon; Child and Adolescent Statute.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ECA .....	107
Figura 2 – Tampando os olhos .....	111
Figura 3 – Redução da maioridade penal .....	114
Figura 4 – Socorro, polícia .....	119
Figura 5 – Pega-pega .....	120
Figura 6 – Quer bala? .....	123
Figura 7 – Chacina da Candelária .....	125
Figura 8 – Estátua .....	128
Figura 9 – Dia das Crianças .....	131
Figura 10 - Criança esperança .....	133
Figura 11 – Papai Noel .....	136
Figura 12 – Tudo, menos brincar .....	138
Figura 13 – Arame farpado .....	140
Figura 14 – Enxada .....	142
Figura 15 – Na escola .....	144



## **LISTA DE SIGLAS**

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

MNMMR - Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

MST - Movimento dos Sem-Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

Pnabem – Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

Sinddp-RJ - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos Privados de Informática e Internet e Similares do Estado do Rio de Janeiro

Sindiquim - Sindicato dos Químicos do ABC

Sisejufe - Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 REFLEXÕES SOBRE A INFÂNCIA</b> .....	18
2.1 COMO SURTIU O SENTIMENTO DE INFÂNCIA .....	19
2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE E A TEORIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO ....	28
2.2.1 O Fim da Infância? .....	40
<b>3 MUDANÇAS NA IDEIA DE INFÂNCIA APLICADAS</b>	
<b>AO CENÁRIO BRASILEIRO</b> .....	53
3.1 CRISE SOCIAL DA INFÂNCIA .....	54
3.2 INFÂNCIA NO BRASIL: DESIGUALDADES E DIREITOS .....	64
3.2.1 Garantia de Direitos: o Caminho até o ECA .....	68
<b>4 A CHARGE NA IMPRENSA SINDICAL: UM TEXTO OPINATIVO</b> .....	85
4.1 IMPRENSA SINDICAL: PAPEL E CARACTERÍSTICAS .....	86
4.2 PECULIARIDADES DA CHARGE: OPINIÃO, HUMOR E FONTE HISTÓRICA .....	99
<b>5 A INFÂNCIA REPRESENTADA NAS CHARGES</b>	
<b>DA IMPRENSA SINDICAL</b> .....	104
5.1 INFÂNCIA, ESTADO E DIREITOS .....	106
5.2 MENINOS E MENINAS DE RUA .....	117
<b>5.2.1 Violência Policial</b> .....	118
<b>5.2.2 Nenhum lugar, nem a rua</b> .....	125
5.3 EXPECTATIVA X REALIDADE .....	130
5.4 TRABALHO INFANTIL .....	140
5.5 EDUCAÇÃO .....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	147
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	152

**ANEXOS** ..... 157

## 1 INTRODUÇÃO

A questão da infância tem sido objeto constante de estudo em áreas como a sociologia, a psicologia, o serviço social e, também, a comunicação. O tema surge a partir do século XVII, como mostram os estudos de Philippe Ariès (1981) em sua obra *História Social da Criança e da Família*. Rita Rocha (2002) mostra que a evolução das relações sociais na idade Moderna posiciona a criança em um papel central tanto na família como na sociedade. O surgimento do sentimento de infância (ARIÈS, 1981) inaugura uma série de mudanças na forma de se ver e relacionar com as crianças que, antes disso, não possuíam rotinas específicas. Cumpriam com as atividades dos adultos, iam aos mesmos lugares, eram vistas como iguais. Trata-se de um momento em que surge uma nova organização social que estreitou e transformou o vínculo entre adultos e crianças em decorrência de mudanças na concepção de família, paternidade/maternidade e no cotidiano da criança.

Se antes a infância era vista como uma fase a ser superada para se alcançar a idade adulta, a partir de então, passa a ser entendida como um importante momento, com características específicas. Assim, explica Clarice Cohn (2009), passa-se a reconhecer que a criança não é “um adulto em miniatura”, sendo entendida como sujeito social nos papéis que desempenha, interagindo com o mundo sob uma perspectiva diferente.

Reconhecido o momento da infância é essencial pontuar que, para Ariès (1981), o conceito é arquitetado social e historicamente. Dessa forma, a concepção de infância não pode ser considerada a mesma em culturas diferentes, tampouco deixar de contemplar o contexto político, econômico e social. Rocha (2002) aponta que a noção de infância surgiu a partir de estudos envolvendo a classe mais alta da população, mas que se deve, no entanto, considerar outra infância que coexistia: a da criança pobre, das famílias de artesãos e camponeses. Os costumes e o cotidiano para as diferentes classes sociais eram claros e a autora comenta que, por mais que os valores de uma sociedade sejam construídos partindo-se das classes altas para as baixas, a diferença entre os hábitos, vestimenta e atividades define outro tipo de infância.

É relevante demarcar o caráter constitutivo da infância como o universo da criança, envolvendo os diversos aspectos que seu cotidiano pode comportar, sendo que as problemáticas enfrentadas por crianças em diferentes contextos políticos, sociais e econômicos demonstram a complexidade da infância. Dessa forma, é possível compreender

que diferentes infâncias coexistem simultaneamente. Esse pressuposto é essencial para se pensar os estudos de comunicação que envolvem a criança atualmente.

Os esforços dos pesquisadores da área da comunicação em relação à criança parecem se concentrar em estudos que envolvem a televisão, a publicidade e a mídia-educação. A discussão desses temas é absolutamente relevante e urgente. Estudos de recepção tem tido a atenção de muitos pesquisadores, assim como os que envolvem mídia, educação e o público infantil, que abordam outras plataformas e linguagens, como as histórias em quadrinhos que, além da afinidade com o universo infantil tem reconhecido potencial educativo.

Os estudos que partem da televisão preocupam-se em analisar a programação voltada ao público infantil e, também, a relação da criança com esse meio que ocupa grande parte do tempo do seu cotidiano. A publicidade que tem como foco a venda de produtos infantis e a presença de crianças em propagandas voltadas ao público adulto também tem sido amplamente estudados, evidenciando os impactos do consumo nos hábitos e valores das crianças. A mídia tem alimentado um imaginário sobre o universo infantil que traz consequências para a própria compreensão da infância na atualidade.

Podemos perceber que os estudos de comunicação visual envolvendo o tema tem se preocupado, sobretudo, com o aspecto mercadológico e o potencial educativo imagético na questão da infância. É certo que esses estudos têm colaborado para explicar muitos fenômenos que envolvem a criança e propor soluções ou caminhos para encarar os problemas decorrentes da representação midiática da criança. No entanto, é necessário ressaltar que a infância, sendo uma construção social, assume diversas interpretações que são baseadas na experiência real das crianças. Dessa forma, é importante pontuar que

Sabemos que a história da criança é registrada a partir do olhar dos adultos, pois a criança não pode registrar sua própria história. Se fosse o caso de darmos voz a essas crianças, certamente ouviríamos histórias de crianças relatando momentos de alegria, encontrados no amor da família, no direito respeitado, nos espaços para brincadeiras, enfim, nos encantos de sua vida, a partir da vivência de situações agradáveis e felizes. Por outro lado, ouviríamos, também, histórias de incompreensões sofridas, tristezas, atos de injustiça, violência física e moral, desamparo, enfim, os desencantos com a vida a que um grupo grande de crianças está exposto. Diante disso, temos uma indicação de que a infância não acontece da mesma forma para todas as crianças e as histórias se diversificam a cada experiência (ROCHA, 2002, p 52).

A infância é tão diversa quanto às situações vividas pelas crianças. Assim como muitas crianças estão expostas aos abusos da mídia, que cultua seus corpos e cobra precocemente seu *status* de consumidoras, um número alarmante de crianças vivem em situações de extrema pobreza, abandono e violência. É por isso que a relação entre a representação visual e a criança não se esgota ao viés mercadológico ou educativo. É fundamental compreender a representação da criança e seu universo simbólico partindo de diferentes contextos para que se possa retratar outras infâncias.

Consideramos importante buscar outro olhar para a representação visual da criança para encontrar uma perspectiva mais comprometida com a realidade. Apesar dos avanços dos últimos anos, a população brasileira ainda enfrenta os desafios de viver em um país com profundas desigualdades. Por mais que se acredite que crianças e adolescentes deveriam ser poupados dessa situação, a verdade é que vivem as mesmas injustiças. Dados da Unicef (2009) mostram que as crianças e adolescentes constituem 30% da população brasileira e mais da metade são negros ou índios.

Apesar de o país ter alcançado alguns avanços importantes com relação a redução da mortalidade infantil e a escolarização para algumas faixas etárias, cerca de 26 milhões de crianças e adolescentes (45,6%) vivem em famílias pobres que recebem até meio salário mínimo por mês o que, na época da pesquisa, significava um valor aproximado de duzentos e cinquenta reais (2010). Além disso, podemos evidenciar a desigualdade racial, já que a criança negra tem 70% mais chance de viver em famílias pobres no Brasil do que a criança branca (UNICEF, 2010).

Mais de duzentas e trinta mil famílias são chefiadas por pessoas menores de dezoito anos no país. Esse é um dos motivos que fazem com que 11% da população que tem de 10 a 15 anos trabalhe (UNICEF, 2006). Além do trabalho, a gravidez precoce e a violência fazem com que os adolescentes sejam afastados das escolas. Esse cenário mostra que a infância, no Brasil, está vulnerável a uma série de violações de seus direitos.

Mesmo com os esforços do governo brasileiro e da sociedade em geral para enfrentar o problema, as estatísticas ainda apontam um cenário desolador em relação à violência contra crianças e adolescentes. A cada dia, 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados, em média, ao Disque Denúncia 100. Isso quer dizer que, a cada hora, cinco casos de violência contra meninas e meninos são registrados no País. Esse quadro pode ser ainda mais grave se levarmos em consideração que muitos desses crimes nunca chegam a ser denunciados (UNICEF, 2014).

Além de enfrentar as dificuldades apresentadas pela configuração econômica e social, as crianças e adolescentes em conflito com a lei estão submetidas a práticas do Estado que, na contramão de uma postura educativa e solidária, são pautadas pela privação de liberdade (UNICEF, 2014). Parte dessa cultura é influenciada pela história dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil e a forma como a intervenção social na infância evoluiu. Trataremos sobre esse tema, com mais atenção, no decorrer do trabalho. No entanto, cabe aqui lembrar que a legislação que regulava direitos da infância, como o Código de Menores de 1927 e mesmo sua reformulação em 1979, distinguiam claramente crianças “normais” de “menores em situação irregular”.

Por mais que o Código de Menores tenha, à época, significado um avanço, entendemos que contribuiu para um movimento de criminalização da infância pobre a medida em que divide os direitos da infância. Além disso, é a partir desse momento que o termo “menor” é popularizado (RIZZINI, 2000, p. 41), desumanizando as crianças pobres, fazendo com que os direitos (à revelia do que deveriam ser) sejam vistos pela ótica da punição e da culpabilização.

Os direitos das crianças e dos adolescentes passaram por mudanças significativas no final da década de 1980, com as mudanças na Constituição e a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas existe um imaginário alimentado por diferentes representações que persiste. É por essa razão que, por exemplo, alguns candidatos das eleições presidenciais de 2014 colocam em pauta a redução da maioria penal como medida para solucionar problemas relativos à segurança pública. Projetos nesse sentido são discutidos com frequência na Câmara dos Deputados, demonstrando que os direitos de crianças e adolescentes conquistados continuam vulneráveis. A mídia, certamente, tem seu papel na manutenção de uma imagem criminoso de crianças e adolescentes pobres, tirando-lhes o caráter da “infância”.

Contudo, preferimos partir de uma perspectiva diferente. Para encontrar outra infância representada nas imagens, que não a do consumo ou a da criminalidade, devemos buscar, também, um espaço alternativo. Acreditamos que o espaço privilegiado para compreender, historicamente, os direitos, as lutas e os desafios da infância pobre no Brasil, seja o dos movimentos sociais. Entendidos como grupos organizados da sociedade civil que reconhecem a necessidade e legitimidade de seus direitos e se articulam para conquistá-los, os movimentos sociais participaram ativamente do processo de redemocratização do país que pôs fim à ditadura civil-militar que teve início em 1964.

Os sindicatos fizeram parte da efervescência da época, representando um importante espaço de formação política e organização social. A imprensa sindical surge e se fortalece junto com a própria organização sindical na década de 1970, momento em que começa o “enfrentamento do sistema pelas vias legais” (FERREIRA *apud* MIANI, 2010, p. 143). Dentre uma multiplicidade de movimentos sociais, optamos por analisar os produtos comunicativos impressos dos sindicatos para buscar representações da infância por dois motivos: a ampliação das pautas dos jornais sindicais; e a forte presença de imagens nesses veículos.

Verdelho (1986) aponta que essas características surgiram com a prática da imprensa sindical diária, que elabora um estilo próprio, primando pelos interesses e pela linguagem do trabalhador. Por esse motivo, utiliza recursos visuais como fotos, ilustrações e charges, entre outros. Esse estilo editorial se firma com o tempo e jornais sindicais com outras periodicidades também passam a utilizar imagens com frequência (MIANI, 2010). Sendo assim, a imprensa sindical constitui um ambiente de denúncia, reivindicação e mobilização em torno de diversos temas, permeado por imagens.

Tendo em vista esse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a infância é representada por meio das charges publicadas na imprensa sindical a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 até os dias atuais por meio da metodologia de análise chárstica. Partimos desse recorte por entender o ECA como uma conquista recente e um importante marco para a discussão da infância no Brasil, que altera a forma como a intervenção do Estado deve acontecer. Na medida em que prima pela proteção integral de crianças e adolescentes, interrompe uma trajetória de criminalização institucional da infância pobre, tendo como foco o exercício da cidadania.

A escolha pelos sindicatos demonstra nossa vontade de compreender a infância no Brasil não pelo olhar da criminalização, mas da luta por direitos. A imprensa sindical, sobretudo no recorte de tempo estabelecido, se apresenta como um espaço de formação política, abrangendo temas de interesse do cotidiano do trabalhador para além das questões econômicas e trabalhistas. Além disso, partimos do olhar da comunicação visual e a imagem era um recurso amplamente utilizado para contextualizar, transmitir ideias e demarcar posicionamentos.

Fazemos a opção pela charge porque nos interessa uma representação da criança que seja próxima da realidade e comprometida com os fatos históricos que ajudam a construir uma interpretação da infância no Brasil. Entendemos a charge como uma das



modalidades que integram a linguagem iconográfica, aquela composta por imagens criadas a partir do traço humano, como também são as histórias em quadrinhos, caricaturas e os cartuns. Essas formas se diferenciam por algumas características específicas e são elas que nos fazem compreender a charge como uma fonte para pesquisa histórica.

Enquanto histórias em quadrinhos trazem uma arte sequencial de aspecto narrativo e as caricaturas são imagens descritivas que representam pessoas com o conhecido exagero de algumas características, o cartum e a charge possuem uma natureza dissertativa. Isso significa que ambos agregam informação e opinião. A diferença entre as duas modalidades é que o cartum faz uma crítica de costumes, sem fazer uma referência temporal ou geográfica específica. Dessa forma, faz sentido fora de seu lugar e tempo original de produção, se mantendo pertinente para outras situações.

Por sua vez, a charge é um texto jornalístico opinativo demarcado historicamente, sendo que seu desenho diz respeito a fatos e personagens públicos específicos. Por esse motivo, é preciso que o leitor tenha conhecimento do contexto retratado para que a charge faça sentido. Assim, torna-se um produto comunicativo efêmero, que perde a potencialidade dissertativa na medida em que o fato retratado perde espaço na memória social. No entanto, como é carregada de referências à conjuntura na qual foi produzida, a charge se torna uma fonte para pesquisa histórica.

A partir desses elementos, podemos afirmar que a charge é uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma ideia, portanto, de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. Outro elemento importante a destacar é a efemeridade da charge, que geralmente é esquecida quando o acontecimento a que se refere se apaga de nossa memória individual ou social (porém, ela permanece viva enquanto memória histórica) (MIANI, 2012, p. 39).

Ainda, um dos elementos fundamentais da charge é o humor que seduz o leitor e, ao mesmo tempo, permite que o chargista faça sua crítica. Entendemos o humor como uma forma de transgressão já que satiriza a ordem estabelecida, evidenciando o caráter político da charge. A relação entre a charge e a realidade, implícita em seu potencial histórico e político, possibilita uma interpretação distinta da representação da criança, abrangendo a complexidade necessária para compreender o universo infantil retratado.

Reconhecendo que a diferença social compõe um aspecto essencial do conceito de infância, é oportuno que essa contradição seja trazida, também, para os estudos de

comunicação. O olhar da charge na imprensa sindical permite buscar essa outra retratação da infância sob um panorama adequado pela forma e pelo contexto. A linguagem iconográfica em questão, por seu caráter discursivo e histórico, admitindo fatos e personagens reais e políticos, dialoga com a realidade complexa da criança, além de permitir que posicionamentos editoriais da imprensa sindical, representativa dos movimentos sociais, sejam recuperados.

Têm-se como pressupostos que determinadas características da charge, como o caráter dissertativo, o potencial histórico e a temática política possibilitam uma associação entre representação imagética e realidade. A denúncia e a reivindicação podem ser, então, entendidas como intencionalidades das charges produzidas na imprensa sindical. Como a infância é um conceito plural, determinado de acordo com o contexto social, político e econômico, esse objeto permite compreender elementos históricos que constituíram o período e constroem o universo simbólico da criança.

Essas considerações sobre a infância são discutidas no primeiro capítulo deste trabalho, no qual elaboramos um histórico sobre seu surgimento, amparados por autores da sociologia como Philippe Ariès (1981), Neil Postman (2008) e Norbert Elias (1994). Discutimos, também, o conceito de construção social da realidade (BERGER; LUCKMAN, 1978) para compreender de que forma o fenômeno da infância nasceu, se desenvolveu e pode, até mesmo, desaparecer, na defesa de Postman (2008).

Como percebemos que a infância se desenvolve organicamente em seu contexto, sentimos a necessidade de estudar, brevemente, a história das crianças no Brasil e apresentar, brevemente, como sua relação com o Estado e as instituições que interferem em sua realidade. Damos atenção especial à instituição do ECA, que altera a forma como o Estado se relaciona com a questão da infância e inaugura uma nova fase, que pretendemos compreender com este trabalho.

Feitas as reflexões necessárias sobre a infância como construção social e delineado o cenário da criança no Brasil, no capítulo seguinte faremos uma reflexão sobre a imprensa sindical e sua trajetória no país, para que possamos localizar sua atuação política no período que determinamos como constitutivo do nosso *corpus* de análise. Aproveitamos esse momento para aprofundar a compreensão dos elementos constitutivos da charge que merecem atenção, como seu caráter dissertativo, sua condição ideológica e o uso do humor como forma de transgressão.

Tendo clareza das questões acerca da infância e dos aspectos que formam a discursividade das charges, partimos para a análise da representação da infância nas charges

da imprensa sindical após a aprovação do ECA. Nessa fase, nossos objetivos são: a) levantar quais as situações, questões e temáticas mais trabalhadas nas charges que envolvem a representação da criança; b) descrever a relação possível entre a realidade da criança e sua representação iconográfica; c) analisar a noção de infância como construção social com base nos elementos encontrados na análise das charges; e d) discutir as peculiaridades da representação chárstica da criança ambientada pelas demandas e lutas dos movimentos populares.

Nesse sentido, pretendemos verificar se a presença de crianças nas charges, nesse recorte, é contextualizada por temáticas diversas, e não só aquelas ligadas diretamente aos direitos e situações ligados à infância; se a presença iconográfica da criança é suficiente para demarcar a infância; se é possível compreender os principais problemas de sua realidade por meio dos elementos históricos contidos nas charges; se a presença de crianças nessas charges possui uma intencionalidade recorrente; e se a imprensa sindical demarca uma conjuntura que atribui significação a representação chárstica da criança.

Para compreender todos esses aspectos, é preciso fazer uma análise qualitativa do material, o que nos leva a recorrer à metodologia de análise chárstica, por considerar elementos da análise do discurso, como a formação discursiva, ideológica e as condições de produção e também os elementos próprios da imagem, como os recursos visuais. Além disso, é preciso conduzir a análise de maneira atenta ao caráter dissertativo e humorístico da charge. A análise das charges e sua relação com os objetivos aqui descritos estão concentrados no capítulo cinco.

Finalmente, apresentamos as considerações finais do trabalho, que demonstram nosso olhar sobre a infância como uma construção social no Brasil, tendo por base a pesquisa histórica desenvolvida por meio das charges. Além disso, apontam para a imprensa sindical como um espaço de reflexão e defesa da infância apresentando a visão das classes populares.

## 2 REFLEXÕES SOBRE A INFÂNCIA

Damos início às discussões teóricas desta pesquisa buscando explorar um tema que, de tão presente e natural à nossa vida cotidiana, parece cair na obviedade. Todos nós já fomos crianças e, por experiência própria ou por contato com familiares e amigos, concebemos uma compreensão sobre o que é ser criança. Além disso, o universo da infância é bem definido atualmente em razão de sua relação com algumas instituições, como a família, a igreja e a escola. Partindo do senso comum, costumamos entender a infância como uma fase biológica e psicológica, um momento no qual nos relacionamos com o mundo sob uma perspectiva diferente da que teremos por muitos anos, que é a da vida adulta.

Logo, nos parece natural que crianças se comportem do seu próprio jeito. Esperamos delas atitudes engraçadas, descomprometidas com o estatuto das relações sociais e das boas maneiras, brincadeiras e, até mesmo, reações exageradas advindas de pequenas frustrações diárias. Temos a clareza de que estão em processo constante de aprendizado e que a sua vontade e espontaneidade são lúdicas. Acreditamos, com base em nossa experiência, que essa é a natureza da vida humana: somos crianças, tornamo-nos jovens, amadurecemos como adultos e depois envelhecemos. É, de fato, um grande choque descobrir que a infância nem sempre existiu. Pelo menos nos moldes em que a conhecemos.

Logicamente, crianças sempre existiram. O que nem sempre existiu foi a infância: essa ideia que delimita um universo simbólico circunscrito às crianças e outro aos adultos. Essa é uma invenção social moderna, como tantas outras. Faremos, neste capítulo, uma recuperação histórica das relações sociais na Idade Média e das transformações que demarcaram uma nova forma de socialização partindo dos argumentos de Philippe Ariès (1981), Norbert Elias (1994a) e Neil Postman (2008). Esses autores demonstram quais os processos sociais que permitiram que as crianças deixassem de ser percebidas como pequenos adultos, descrevendo o surgimento da cultura letrada, a institucionalização do ensino e a mudança no papel da família.

Para que não corramos o risco de afirmar que a infância é um artefato social sem explicar, contudo, como ele foi criado e é recriado dialeticamente ao longo da história por meio da experiência concreta dos indivíduos, recorreremos à teoria da construção social da realidade, de Peter Berger e Thomas Luckmann (1978). Pretendemos evidenciar com esse referencial teórico que a infância, como uma instituição, não está pronta e acabada e que sofre influências do contexto social e histórico em que vivem as crianças.

Isso significa, também, que a infância não é a mesma em todos os lugares e em todas as épocas. É socialmente construída e depende da ação do homem para existir. Para refletir sobre esse aspecto, trazemos a contribuição de Postman (2008), que problematiza o desaparecimento da ideia de infância. Após essas reflexões, fica evidente que precisamos falar sobre infâncias, no plural, para compreender sua complexidade. Para isso, refletimos brevemente sobre as defesas de alguns autores que tem buscado compreender a dinâmica que rege a infância atualmente, com os argumentos de Prout (2010), Buckingham (2007), Qvortrup (2014) e Sarmiento (2004; 2005).

## **2.1 COMO SURTIU O SENTIMENTO DE INFÂNCIA**

Nossa discussão tem como ponto de partida, justamente, o referencial teórico que é apontado nas pesquisas sobre infância como o responsável por iniciar cientificamente o estudo da infância como uma construção social inventada com o fim da Idade Média e, por conseguinte, a Renascença, um período histórico caracterizado por transformações na organização social envolvendo instituições como a família e a escola. As mudanças na estrutura social e nas formas de se relacionar dão base para o surgimento do “sentimento de infância” que marca o momento em que se inicia um processo de distinção entre crianças e adultos e a separação de seus universos simbólicos e de sua vivência real.

A tarefa de explicar como as crianças deixaram de ser percebidas como adultos em miniatura foi executada por Ariès, um historiador francês que analisou, a partir da iconografia leiga e religiosa da Idade Média, como crianças foram retratadas ao longo da história. Notou que, até o século XII, as imagens produzidas não reservavam nenhum espaço para a infância e pôde, após uma reflexão sobre as estruturas sociais e as formas de organização daquela sociedade, concluir que de fato não havia, à época, um lugar reservado à expressão de crianças como se tem atualmente. Atribuiu esse fenômeno ao fato de serem entendidas, apesar do tamanho reduzido e das diferenças físicas, como adultos.

O autor sistematizou as principais mudanças na dinâmica da sociedade que permitiram que as crianças passassem a ser percebidas como sujeitos diferentes dos adultos. Em um processo histórico longo que acompanhou uma série de transformações na sociedade, sobretudo entre os séculos XII e XVII, a infância surge no período da Renascença junto às diversas outras configurações modernas, como o estado-nação, a ciência e a liberdade de religião.

Mais que uma fase biológica ou natural, sua obra “A História Social da Criança e da Família”, publicada nos Estados Unidos em 1964, inaugura uma série de estudos que passam a refletir sobre a infância como um artefato social. Essa afirmação demonstra que, por mais que crianças sempre tenham existido e cumprido algum papel na sociedade, nem sempre foram percebidas como seres dotados de infância, como as entendemos hoje. Por isso, seus estudos dão a contribuição inicial para que a infância deixasse de ser pesquisada apenas como uma fase natural à vida humana.

É importante ressaltar que a defesa de Ariès, de que a infância é uma invenção moderna, não é aceita com tanta facilidade. Existe o argumento de que a infância sempre existiu mas que, na Idade Média, se manifestou de forma diferente. Mais do que a origem, buscamos entender quais os fatores que influenciaram a noção moderna de infância. Além disso, acreditamos que os estudos do autor são fundamentais para demarcar a infância como uma construção social.

Ariès (1981) mostra que, por um tempo considerável, crianças e adultos foram expostos às mesmas situações, vestiram as mesmas roupas, cumpriram com as mesmas atividades, foram expostos às dificuldades do mundo independentemente de sua maturidade e se comportaram de forma semelhante. Apesar dessa constatação, sabemos que as crianças sempre tiveram, biológica e psicologicamente, suas diferenças com o mundo adulto. Se entendemos que as crianças de antes e as de hoje apresentam semelhanças no que diz respeito à natureza do corpo e da mente, fica evidente o argumento de Ariès (1981) de que a presença de crianças não significa, necessariamente, a compreensão de uma infância.

Quando olhamos para a Idade Média é precisamente essa a realidade que nos é apresentada. Ariès (1981) descreve as relações sociais na era medieval enfatizando que, a partir do momento em que tinham alguma condição de sobreviver sem a ajuda e o cuidado especial dos mais velhos, as crianças entravam para a vida adulta. Para isso, não contavam com nenhum tipo de preparação seriada ou, mesmo, do acompanhamento próximo de sua família biológica que, na época, era social e não sentimental. As emoções que associamos hoje à família e à paternidade/maternidade não eram presentes na composição familiar de então. O autor ressalta que isso não significa que não havia amor ou compaixão para com as crianças, mas que as relações eram marcadas por outros pressupostos.

Estava em pauta, por exemplo, a necessidade de sobrevivência da comunidade como um todo. Por esse motivo, crianças eram vistas também como força produtiva e acompanhavam os adultos em suas tarefas, cumprindo com o mesmo papel. Tanto a

socialização quanto a educação era feita espontaneamente por meio da execução dessas atividades não necessariamente no âmbito da família ou sob o seu controle. Não significava, certamente, que se levava em consideração a particularidade das crianças e suas diferenças intrínsecas em relação ao adulto.

Esse cenário constituiu um ambiente hostil para crianças, sendo que as práticas de infanticídio eram comuns e os índices de mortalidade infantil muito elevados, em decorrência da necessidade de executarem as mesmas tarefas que os adultos e de não contarem com o cuidado de um adulto, que possui mais experiência e melhores condições físicas. A vulnerabilidade das crianças na era medieval, expostas a todo tipo de situação e sem a vivência necessária para encará-las é um elemento essencial para pensarmos que a sociedade tinha uma visão utilitarista das crianças como força produtiva sendo comum que, de muitos filhos biológicos, poucos sobrevivessem até a idade adulta.

A necessidade de desempenhar os trabalhos dos adultos fazia com que as crianças testemunhassem todo tipo de ação e tivessem conhecimento de assuntos e práticas que, na concepção moderna de infância, foram considerados inadequados a elas. Crianças faziam tudo como os adultos, se vestiam como eles, usavam a mesma linguagem, se comportavam da mesma forma em relação aos mais diversos aspectos da vida cotidiana, inclusive o sexo e a violência. Isso significa que, por mais que não fossem poupadas de boa parte do que se considera, hoje, exclusivo do universo adulto, Ariés (1981) mostra que as crianças participavam ativamente da vida em comunidade.

Longe de querer defender que essa é a participação ideal que se deva reservar às crianças em sociedade, o autor explica que esse é um aspecto que foi drasticamente alterado no estatuto social das crianças na atualidade. Mais adiante, buscaremos fazer uma reflexão sobre o limite de ação das crianças e seu papel na sociedade. Por agora, a título de exemplo, gostaríamos de citar Ariés (*apud* QVORTRUP, 2014) que explica que não só as crianças tinham acesso aos conteúdos explícitos de sexo e violência, como eram ativas e produtoras, e não meras expectadoras. O autor conta que algumas condenações da Idade Média implicavam no apedrejamento até a morte. Mais do que assistir a esses rituais, crianças eram responsáveis por atirar as pedras e até mesmo recolher os corpos após o ato.

Além de demonstrar o quão intensamente alteramos nossa percepção das crianças e da sociedade, esse exemplo demonstra alguns dos fatores desse período histórico que explicam a inexistência da infância: a ausência do pudor e o caráter predominantemente público das ações humanas e das relações sociais. Postman (2008) mostra que em momentos

anteriores foi possível perceber, mesmo que de maneira incipiente, esses elementos que são necessários ao desenvolvimento do sentimento de infância, como veremos adiante.

O autor explica que os gregos, mesmo não compartilhando da concepção moderna de infância (que não está localizada no seu tempo), tinham uma preocupação com a educação. Ao construírem escolas e espaços para formação de jovens demonstram estar atentos à peculiaridade do jovem, além de terem a leitura e a escrita como aliados nesse processo, um fator determinante para que a infância pudesse séculos depois, ser socialmente construída. Por sua vez, os romanos faziam uma relação entre as crianças e a vergonha. O desenrolar histórico que se segue, com a Idade das Trevas e a Idade Média faz com que esses fenômenos sejam suprimidos, emergindo uma sociedade iletrada, sem escola ou educação e sem noções de pudor. Qualquer possibilidade de se perceber as crianças com um olhar diferente dos adultos se tornou inviável pelas condições de socialização da época.

Nesse sentido, a ideia da infância só pôde emergir gradualmente a partir das transformações que ocorreram e tiveram como norte o processo civilizador, descrito por Elias (1994), que foi acompanhado pela individualização dos sujeitos e da privatização de determinados costumes. Foi a construção de um novo mundo adulto que faz surgir, como consequência, um universo simbólico e de conhecimento restrito, no qual não é permitida a “entrada” de crianças.

Elias (1994b, p. 104) explica que “quanto mais intenso e multifacetado é, numa sociedade, o controle dos instintos exigidos pelo correto desempenho dos papéis e funções dos adultos, maior se torna a distância entre o comportamento dos adultos e das crianças”. Vale ainda assinalar que a história se desenrola dessa forma tendo por base a ascensão da burguesia e a imposição de seu projeto de sociedade. A modernidade instaura novas normas para o mundo adulto e acaba por distanciá-los das crianças, fazendo com que a chamada “conspiração do silêncio” prive-as de fatos e hábitos específicos.

Se considerarmos que a infância surge pela separação de hábitos e conhecimentos de crianças e adultos, podemos reconhecer alguns fatos e instituições que contribuíram para esse processo. O primeiro que trataremos aqui são o nascimento da cultura letrada e a criação de escolas como instituições reguladoras de saberes e comportamentos, preparando jovens e crianças para a vida adulta. Percebemos que, quanto maior a distância entre esses universos, mais tempo é dedicado à formação escolar sendo que, atualmente, as pessoas chegam a dedicar vinte anos de suas vidas aos estudos formais.



Vemos que na Idade Média predomina a oralidade, permitindo que pela aquisição da palavra falada e de sua compreensão, seja possível ingressar em todo um universo de objetificações, histórias e significados. A convivência próxima a outros sujeitos é suficiente para a aquisição da capacidade de se comunicar. Como no período em questão não há nenhuma separação na vida cotidiana de crianças e adultos, já que esses vivem juntos em todos os momentos e sem noções de privacidade, podemos entender que as crianças tinham acesso aos conteúdos de fala do mundo adulto desde que podiam compreender o que se dizia. A linguagem oral lhes permitia ingressar em um mundo de experiências que, mesmo que não houvessem sido vivenciadas, podiam ser compreendidas e assimiladas.

Postman (2008) explica que, com a transição para a cultura letrada e a popularização da leitura tem início um processo de divisão de esferas já que, sem o acesso à leitura, não se tem acesso ao conteúdo dos livros. “Visto que torna possível entrar num mundo de conhecimento não observável e abstrato, a leitura cria uma separação entre os que podem e os que não podem ler. A leitura é o flagelo da infância porque, em certo sentido, cria a idade adulta” (POSTMAN, 2008, p. 27). Para o autor, o marco para a infância a partir da escrita e da leitura acontece no século XVI com o advento da imprensa e da alfabetização socializada.

Conforme a leitura se tornava acessível a mais pessoas, podia-se observar uma revolução no ambiente comunicacional da civilização europeia, surgindo uma nítida divisão entre os que sabiam ler e os que não sabiam. Se antes todos compartilhavam a mesma linguagem, forma de comunicar e informações, a partir da imprensa surgia um novo ambiente simbólico que precisava ser conquistado. A idade adulta se torna, então, um dado social na medida em que podem participar dessa esfera os homens letrados e ficam restritos à outra esfera os sujeitos que não compartilham da mesma capacidade de interpretação de signos, a esfera da infância.

A partir dessas divisões, foi preciso que a sociedade europeia inventasse uma forma de integrar, pouco a pouco, todos os sujeitos ao mundo letrado, que correspondia ao mundo adulto em sua plenitude. Por essa necessidade são recriadas as escolas, com o objetivo de fazer com que os jovens se tornassem adultos instruídos. Essa é uma mudança fundamental que faz com que crianças e jovens deixem de ser percebidos como adultos em miniatura para serem adultos em formação. Altera significativamente, também, o momento em que crianças devem passar a ser vistas como adultos. Se na Idade Média seu aprendizado se dava na interação com o mundo adulto desde os cinco ou sete anos de idade (POSTMAN, 2008)

quando já eram consideradas adultas, com as escolas passam a ter a infância prolongada pelo período em que participam da educação formal.

Além de promover o tempo de adaptação necessário à entrada na vida adulta, a institucionalização do ensino tem também como consequência a necessidade de introduzir gradualmente a criança e o jovem ao mundo adulto. Iniciando pelo ensino à leitura, o ensino passava a apresentar conteúdos mais elaborados conforme as crianças amadureciam. Dessa forma, passou a existir uma relação entre a idade cronológica e a educação, mostrando que mesmo dentro desses universos existem categorizações.

A infância foi prolongada além dos anos em que o garotinho ainda andava com o auxílio de "guias" ou falava seu "jargão", quando uma etapa intermediária, antes rara e daí em diante cada vez mais comum, foi introduzida entre a época da túnica com gola e a época do adulto reconhecido: a etapa da escola, do colégio. As classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições (ARIÈS, 1981, p. 176).

Ou seja, a forma como se organizou o conteúdo da educação formal na escola e a relação com as idades em que seriam introduzidos esses temas teve como consequência uma organização das próprias fases da infância e da juventude. Sobre isso, Postman (2008) comenta que as concepções que se tem na sociedade do que e quando uma criança deve aprender determinado conteúdo deriva, em grande parte, da ideia de currículo seriado e de classe escolar de acordo com a idade cronológica. Mais do que definir a ordem em que conteúdos seriam apresentados para as crianças, essa organização seriada da escola promoveu, segundo o autor, uma definição do desenvolvimento infantil que influencia até mesmo o pensamento atual.

Outros dois pontos levantados por Ariès (1981) são fundamentais para compreendermos o sentimento de infância e, até mesmo, a forma como as crianças participam da realidade nos dias de hoje. Percebemos que a escola toma o lugar da educação que antes era relegada à aprendizagem espontânea pela convivência com os adultos. Ao mesmo tempo em que significou um período em que crianças seriam poupadas das responsabilidades e obrigações do mundo adulto, a escolarização representou o "enclausuramento" das crianças. Não sendo mais vistas como sujeitos completos, mas sim em formação, as crianças perdem a ampla possibilidade de participação ativa que possuíam na Idade Média, quando cumpriam os mesmos papéis que os adultos.

Não se deve, de forma alguma, questionar que esse foi um avanço em diversos sentidos, para sua segurança, seu desenvolvimento e mesmo para sua vida. Mas é preciso apontar que o lugar da criança na sociedade foi intensamente alterado com a cultura letrada e a educação formal. Somente por meio desses fenômenos é que se pode transformar as relações entre adultos e crianças e a percepção que se tinha delas enquanto adultos em miniatura. Mas o preço que se pagou, para Ariès (1981), foi a dominação da vida infantil pelos adultos, que passaram a ordenar e controlar as formas de se ingressar na vida adulta por meio dos livros e das escolas.

A vida das crianças e dos jovens passa a ser orientada em torno da educação formal, o que lhes toma o tempo que poderia ser despendido em outras atividades, em que teriam liberdade para tomar suas decisões. A escola (e os adultos) não é considerada rígida por Ariès (1981) somente por determinar o que e quando os mais jovens poderão aprender. O autor explica que as escolas, muitas vezes, recorriam a métodos disciplinares impositivos ou autoritários, limitando a ação e a experiência de crianças que, antes da escola, eram livres. Citando o internato como exemplo do isolamento feito às crianças, o autor explica que a escola “infringiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas. Mas esse rigor traduzia um sentimento muito diferente da antiga indiferença: um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVIII” (ARIÉS, 1981, p. 227-228).

No mais, a ação das crianças que acontecia publicamente, trazendo muitos efeitos negativos, passa a se tornar privada e restrita a um espaço específico que concentra seu tempo e energia. Por serem entendidas como pessoas em formação, e não como sujeitos completos, perdem grande parte do espaço que tinham na sociedade. As vantagens são inúmeras e inquestionáveis. Mas queremos demarcar esse fato para que, mais adiante, quando discutirmos a infância nos dias atuais, possamos refletir sobre a ação e participação das crianças na sociedade.

Outro importante desenrolar estimulado pelas escolas e pela educação formal como requisito para o acesso a vida adulta foi a mudança no sentido da paternidade/maternidade e, com isso, da família moderna. Com as mudanças descritas já podemos perceber que as crianças passaram a ter modos de vida diferentes, modos de agir e falar próprios, atividades exclusivas. Vimos que os adultos passam a ter poder sobre o universo simbólico da infância e da juventude por terem acesso às informações dos livros e da imprensa e por organizarem o conteúdo seriado das escolas.

Fato é que os adultos foram convidados a participar mais ativamente desse processo na medida em que a escola se popularizou. “A exigência social de que crianças fossem formalmente educadas por longos períodos levou a uma reformulação do relacionamento dos pais com os filhos” (POSTMAN, 2008, p. 58). Foi preciso que acompanhassem de perto o amadurecimento dos filhos e seu acesso gradual ao mundo adulto, sendo responsáveis por orientar e conduzir junto da escola sua educação. Além de acompanhar a educação formal, era preciso que os pais assumissem uma educação moral e religiosa que se tornou própria ao espaço da família.

Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. Entre a geração física e a instituição jurídica existia um hiato, que a educação iria preencher. O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno da família. Os pais não se contentavam mais em pôr filhos no mundo, em estabelecer apenas alguns deles, desinteressando-se dos outros. A moral da época lhes impunha proporcionar a todos os filhos, e não apenas ao mais velho - e, no fim do século XVII, até mesmo às meninas - uma preparação para a vida. Ficou convenionado que essa preparação fosse assegurada pela escola (ARIÈS, 1981, p. 277).

Por mais que a criança tenha perdido espaço e legitimidade de participação na sociedade de forma geral – ou nos espaços públicos, o movimento inverso acontece no ambiente privado. A criança passa a ocupar um lugar central na família, estreitando os laços entre pais e filhos. A saúde e a educação das crianças passam a ser preocupações frequentes para os pais, que se responsabilizam e ganham, com isso, proximidade e afeto, alterando a forma como as relações sociais costumavam acontecer (ROCHA, 2002).

Esses são alguns dos efeitos gerados, sobretudo, pela cultura letrada e pelo surgimento e expansão da educação formal institucionalizada na escola. Existe mais um aspecto, diferente de todos os anteriores, responsável pelo distanciamento entre o mundo infantil e o adulto. Entendemos, conforme Elias (1994a) que uma das atitudes fundadoras da cultura civilizada é a de esconder alguns impulsos, deixando-os sob controle da razão e, também, da privacidade. Esse é um movimento importante para o surgimento das noções de vergonha, pois contribui para a compreensão do indivíduo e de suas ações que, antes, eram executadas em público, por mais que envolvessem hábitos grosseiros. A partir do momento

em que os impulsos, sobretudo os sexuais, passam a ser tratados sob a égide da vida privada, o acesso dos jovens e das crianças a determinados comportamentos e atitudes é impedido.

Nesse sentido, o pudor e a vergonha foram fundamentais para que fossem divididos, com claras diferenças, o comportamento público e o privado. É na esfera íntima que se localizarão uma série de atitudes relacionadas à higiene, alimentação e sexualidade com o avanço do processo civilizatório. Lembramos que na Idade Média crianças e adultos compartilhavam assuntos e hábitos de toda sorte, até mesmo sexo e violência. Crianças tanto presenciavam, falavam sobre e vivenciavam experiências desse tipo na era medieval, ao lado de adultos, em decorrência de sua socialização conjunta.

A partir do momento em que a distância entre infância e idade adulta aumenta, Elias (1994a) afirma que se espalha por toda sociedade uma aproximação entre sexualidade e vergonha que desencadeia um refreamento da conduta. O autor explica que, com o desenvolvimento da ideia de infância e a separação de universos simbólicos (e um, em especial, que só pode ser acessado por meio da leitura e da educação), a sociedade passou a acumular segredos das crianças e dos jovens. Esses segredos diziam respeito ao sexo, mas também à violência, à morte, ao dinheiro, e até mesmo às palavras que os não-adultos desconheceriam.

Se entendemos que a escola servia para educar e, ao mesmo tempo, para controlar o tempo em que as crianças teriam acesso a determinadas informações, essa relação fica mais evidente. Não só alguns comportamentos tidos como animais e irracionais passaram a ser secretos, no sentido de que foram deslocados para o âmbito privado; mas também se tornaram secretos conhecimentos que eram entendidos como inadequados a jovens e crianças. E esses segredos tanto são consequência da infância como a fundam, já que

Poderíamos dizer que uma das principais diferenças entre um adulto e uma criança é que o adulto conhece certas facetas da vida - seus mistérios, suas contradições, sua violência, suas tragédias - cujo conhecimento não é considerado apropriado para as crianças e cuja revelação indiscriminada é considerada vergonhosa. No mundo moderno, enquanto as crianças se encaminham para a idade adulta, revelamos-lhes esses segredos da maneira que acreditamos ser psicologicamente assimilável (POSTMAN, 2008, p. 29).

A noção de vergonha e da contenção de impulsos sexuais, bem como da esfera privada, contribuem para que as divisões entre o mundo infantil e o adulto passem pelo conteúdo moral de comportamentos e atitudes, fazendo com que a distância que os separa seja

preservada. A cultura letrada atua no mesmo sentido, já que demanda um preparo específico para que se possa participar desse ambiente comunicacional. A escola tanto fornece a educação necessária para a leitura quanto forma sujeitos que deverão, futuramente, ser adultos completos. Ser adulto significa, também, deter o conhecimento sobre segredos da sociedade, que são revelados gradualmente aos jovens.

As mudanças na forma de agir e de pensar, junto a eventos históricos que demarcam uma evolução rumo à civilização, culminam em uma nova (e inédita) interpretação da infância. As relações sociais, a família e a interação entre adultos e crianças é profundamente transformada, inaugurando a moderna concepção de infância. É claro que, conforme adverte Postman (2008), a ideia da infância evoluiu durante séculos para que fosse assim compreendida. Obviamente, não se desenvolveu da mesma forma em todos os lugares e nem ao mesmo tempo. Muitos atentados foram cometidos contra crianças em diferentes partes do mundo mesmo após seu reconhecimento enquanto sujeitos diferentes dos adultos.

Por algum tempo os filhos foram considerados propriedade privada dos pais, e não membros de uma sociedade. Por isso mesmo é recente, do século XVIII, a concepção de que o Estado deve agir em defesa dos direitos da infância. A educação das crianças é, atualmente, entendida como responsabilidade dos pais em parceria com o Estado. Essa é apenas uma das peculiaridades que devem ser pensadas para se discutir a infância atualmente. Mais que qualquer outra compreensão, é preciso entender a infância como um artefato social que ainda está em construção.

## **2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE E A TEORIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO**

A clareza em torno do sentimento de infância e das transformações históricas que fizeram com que esse fenômeno emergisse evidenciam que não se trata, exclusivamente, de um momento natural e biológico distinto de outros da vida de uma pessoa. Por mais que essa diferença inata sempre existisse, a infância é inventada a partir de um contexto histórico e social que criou condições para que crianças fossem vistas e tratadas de uma forma particular. Corresponde, portanto, a um processo em que a realidade foi reinterpretada e dotada de novos significados decorrentes de uma mudança na forma de se relacionar com o mundo e com as pessoas.

Acreditamos que compreender como a construção social da realidade acontece pode explicar a importância do contexto para o surgimento da infância. Além disso, é possível

esclarecer por que e de que forma a infância vem sendo, continuamente, reinstitucionalizada pela sociedade. Para isso, recorreremos à obra *A Construção Social da Realidade* de dois sociólogos suecos, Peter Bergman e Thomas Luckmann, publicada pela primeira vez no ano de 1978. O livro parte do olhar da sociologia do conhecimento para mostrar como esse conhecimento se estabelece como realidade.

Além de demonstrar como o homem experimenta a realidade, a interioriza e a objetiva novamente por suas ações, as ideias de Berger e Luckmann são pertinentes para explicar que a infância, sendo uma criação do homem, pode assumir diversas formas, até mesmo contraditórias, que coexistem. As reflexões sobre vida cotidiana, interação social e linguagem e conhecimento ajudam a responder como significados subjetivos se transformam em realidades objetivas. A partir disso, elaboram algumas teorias, dentre elas, a da institucionalização que consideramos relevante para discutir o universo da criança na atualidade.

O raciocínio dos autores parte do princípio de que a realidade depende de uma relatividade social, ou seja, o real não é o mesmo para pessoas que vivem em contextos diferentes, pois sua experiência com o mundo e com as outras pessoas não acontece de forma similar. Da mesma forma, o conhecimento que essas pessoas têm e que compartilham com determinados grupos sociais não é o mesmo. Existem dois lados nessa questão. Por um lado, sabemos que o conhecimento de uma pessoa que mora em um bairro pobre do Brasil não é o mesmo de uma pessoa que mora em um bairro rico dos Estados Unidos. Isso porque vivem em mundos diferentes e apreendem da realidade aquilo que lhes é oferecido em sua vida cotidiana.

Por essa afirmação podemos explicar que conhecimento, na visão Berger e Luckmann (1978), não diz respeito ao conteúdo teórico ensinado nas escolas, ou ao pensamento abstrato e as ideias desenvolvidas por uma elite intelectual. Os autores se referem ao conhecimento do homem comum que é assimilado pela prática em sua vida cotidiana. Ou seja, seu conhecimento é diferente porque vivem em realidades distintas. Por outro lado, podemos dizer que essas realidades são diferentes porque o conhecimento dos sujeitos que interferem nessa realidade é diferente, porque o conhecimento desenvolve, transmite e institui a própria realidade.

Essa constatação nos faz perceber que o mundo é, essencialmente, dialético. É construído na troca constante entre os significados da realidade objetiva, factual e da subjetiva, que se manifesta pela ação do homem. É essa percepção que inaugura uma

discussão em torno da vida cotidiana, e de como a interação e o conhecimento nessa esfera determinam uma realidade. Os autores explicam que, apesar de existirem muitas realidades (como a dos sonhos ou a dos filmes) e de sermos conscientes sobre elas, a vida cotidiana é a predominante porque exige do homem seu estado de atenção contínuo.

Nessa realidade, encontramos uma série de objetos e fenômenos ordenados por meio da linguagem, que lhes atribui sentidos que são compartilhados por muitas pessoas que, subjetivamente, criam seus significados. É por meio da linguagem que todas as experiências, mesmo as que são referentes à imaginação, são objetivadas e, por isso, se tornam reais. A realidade da vida cotidiana é organizada pelas esferas do tempo e do espaço, permitindo que, por meio da linguagem, experiências passadas ou anseios futuros se concretizem no presente.

Esses elementos permitem que a realidade seja intersubjetiva. Muitas pessoas compartilham o mesmo espaço, em que atuam por meio do trabalho. Participam, assim, de um mundo comum, em que perspectivas diferentes interagem, fazendo com que exista um conhecimento comum a muitos sujeitos. Berger e Luckmann (1978) explicam que a relação entre as pessoas na vida cotidiana é mediada por esquemas tipificadores que são criados na interação na medida em que se percebem os sintomas que o outro apresenta. A tipificação é feita de acordo com o lugar histórico de quem percebe e de uma série de elementos que se expressam como os hábitos, a roupa e acessórios ou os gestos.

Essa tipificação interfere na forma como as relações acontecem e só se desfaz no momento em que alguma inferência concreta desconstrói a primeira impressão. Quando uma pessoa é percebida por meio de tipificações, ela é levada para o âmbito da anonimidade. Pode-se dizer que existe, em um polo, as pessoas que são íntimas e conhecidas por suas experiências concretas e inferências e; no outro, pessoas que são compreendidas por tipificações que as anonimizam, já que as qualificam como uma abstração.

A realidade social da vida cotidiana é portanto apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do “aqui e agora” da situação face a face. Em um polo do contínuo estão aqueles outros com os quais frequente e intensamente entro em ação recíproca em situações face a face, meu “círculo interior”, por assim dizer. No outro polo estão abstrações inteiramente anônimas, que por sua natureza não podem nunca ser achadas em uma interação face a face. A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas (BERGER; LUCKMAN, 1978, p. 52).



Assim como as pessoas, a experiência também é compreendida por meio de tipificações, que podem ser assimiladas a partir de símbolos. A atividade humana é capaz de criar produtos que carregam significados de processos subjetivos de quem os produz. Algumas dessas produções são compartilhadas por um grupo de pessoas, servindo de sinais, que têm “intenção explícita de servir de índice de significado subjetivo” (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 55). Assim, um anel de casamento demonstra um *status* de relacionamento do seu portador que, por sua vez, usa-o como forma de expressar um significado.

Da mesma forma, a linguagem - sistema de sinais a que mais se recorre na realidade cotidiana - é capaz de tornar acessíveis experiências, sentimentos e ideias para um grupo social que compreenda seu significado. Se for por meio das objetivações que se percebe a vida cotidiana, a compreensão da linguagem é fundamental para a compreensão da realidade pelo senso comum. A linguagem torna possível a objetivação de experiências que aconteceram fora do tempo em que se fala e, com isso, transforma vivências pessoais e específicas em conhecimento anônimo. A constante prática da linguagem na vida cotidiana permite a tipificação da experiência que, com o passar de um tempo histórico compartilhado, cria campos semânticos específicos.

Nos campos semânticos assim construídos a experiência, tanto biográfica quanto histórica, pode ser objetivada, conservada e acumulada. A acumulação, está claro, é seletiva, pois os campos semânticos determinam aquilo que será retido e o que será “esquecido”, como partes da experiência total do indivíduo e da sociedade. Em virtude dessa acumulação constitui-se um acervo social de conhecimento que é transmitido de uma geração a outra e utilizável pelo indivíduo na vida cotidiana. Vivo em um mundo do senso comum da vida cotidiana equipado com corpos específicos de conhecimento. Mais ainda, sei que outros partilham, ao menos em parte, deste conhecimento, e eles sabem que eu sei disso. Minha interação com os outros na vida cotidiana é, por conseguinte, constantemente afetada por nossa participação comum no acervo social disponível do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 62).

Se pensarmos que o conhecimento é gerado a partir da ação do homem no mundo, fica claro que não é possível ter acesso a tudo que há acumulado no acervo social do conhecimento. Essa participação depende de uma série de fatores da vida cotidiana em que vivem as pessoas, tais como espaço geográfico, renda ou trabalho que delimitam sua realidade e afetam as relações sociais.

Além de essas determinadas circunstâncias e características criarem um tipo de conhecimento e, ao mesmo tempo, limitarem o que se sabe sobre outros aspectos da vida cotidiana; são responsáveis também por orientar sobre a situação das pessoas com as quais interagimos e de seus limites, o que interfere na forma como são tipificadas. Frente a essas colocações, podemos notar que o conhecimento é socialmente distribuído, ou seja, é relativo. Depende de contextos sociais e históricos, bem como dos tipos de pessoas com as quais nos relacionamos e, num movimento de retroalimentação, também ele constrói a percepção da realidade.

A clareza sobre a forma como as relações sociais são permeadas pelo conhecimento é essencial para que possamos compreender como acontece o processo de institucionalização na sociedade. Essa teoria ajuda a dimensionar as transformações que o conceito e a realidade da infância têm demonstrado. Antes de partir para a discussão sobre a infância como uma instituição, é importante salientar que o sentimento de infância, como vimos, surge a partir de um fenômeno histórico em que universos (ou acervos sociais do conhecimento) são reconhecidos com diferenças significativas.

A restrição da participação de crianças no estoque do conhecimento que diz respeito ao sexo ou à violência é um dos principais fatores que demarcam a separação do universo adulto. Isso decorre de uma mudança na experiência dos sujeitos históricos e em sua forma de se relacionar que, objetivada pela linguagem, foi acumulada, transmitida e assimilada por mais indivíduos. Isto é, a mudança na distribuição social do conhecimento estimula uma mudança da própria ação no mundo que se torna, também, conhecimento da vida cotidiana. Nesse momento, pretendemos demonstrar de que forma a (re)distribuição social do conhecimento acompanha a mudança na experiência dos indivíduos e, mais adiante, permite que hábitos compartilhados tornem-se instituições.

Para começar essa reflexão é importante considerarmos que o ser humano, diferente das outras espécies animais, tem impulsos instintivos pouco direcionados, que podem se desenvolver de formas absolutamente plurais de acordo com o contexto. Tampouco a vida humana é restrita biologicamente, já que o homem já ocupa a maior parte da terra e cria tecnologias, rudimentares ou cibernéticas, para sobreviver aos desafios impostos pelo ambiente natural. O próprio desenvolvimento biológico do ser humano é feito em relação com o ambiente, tendo em vista que nascemos pouco preparados para a vida independente e podemos nos adaptar a diversas situações.

O contexto no qual o ser humano cresce não é somente natural ou biológico, mas também, social, cultural e histórico. Por esse motivo as formas de ser humano são muitas, tantas quanto o sem número de culturas diferentes criadas pela interação do homem em sociedade. Para os autores, a estabilidade humana existe, justamente, em decorrência da mobilização das pessoas que, cotidianamente, optam por ritos, rotinas e maneiras de se relacionar com os outros e com a realidade. Sabendo que o equilíbrio na sociedade não é natural, mas sim uma obra humana; mas que, por outro lado, precede o desenvolvimento individual, a pergunta que os autores fazem para explicar a teoria da institucionalização é a seguinte: “como surge a ordem social?” (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 76)

Se já sabemos que essa ordem não é parte da natureza ou da biologia, sabemos também que ela só pôde começar a existir pela ação humana e que continua instaurada pela continuidade de sua produção. Dessa forma, podemos perceber que tem origem na ação que é repetida constantemente. Berger e Luckmann (1978, p. 78) mostram que agindo no mundo, sempre buscaremos a melhor forma de agir sobre ele encontrando, entre um gama de possibilidades, a que traz resultados mais produtivos. Como tem a intenção de economizar energia em suas ações, para que possa ter tempo e espaço para inovação, o indivíduo que percebe ter encontrado um padrão satisfatório repete a ação, incansavelmente, da mesma forma.

Esse processo tanto facilita a vida cotidiana por diminuir o conjunto de decisões que devem ser tomadas a todo tempo, quanto oferece a orientação social que falta ao instinto natural do homem. Toda ação humana repetida muitas vezes com economia de energia é, potencialmente, um hábito. Certamente que na esfera individual construímos nossos hábitos a partir desses pressupostos. No entanto, interessa aqui perceber que hábitos podem ser criados também na esfera coletiva, onde são tipificados (assim como as pessoas e as experiências, como vimos) reciprocamente, sendo partilhados por um grupo social.

As instituições se formam quando hábitos são tipificados reciprocamente, em comum acordo com diversas pessoas. São criadas, portanto, em uma história compartilhada que oferece condições para sua produção, em que os sujeitos de um grupo social possuem acesso e compartilham conhecimento sobre o hábito tipificado. Além disso, sendo tipificação, pressupõe que pessoas de um determinado tipo realizam ações de determinado tipo, alimentando o acervo social do conhecimento e definindo de que forma ele será distribuído. Isso atribui às instituições seu caráter de controle social inato já que, ao estabelecer padrões de conduta, acaba por exercer controle sobre ela.

Podemos perceber que o processo de institucionalização - e do decorrente controle social - de diversas áreas da sociedade surge pela ação do homem e é, portanto, produto de sua interação com outros indivíduos na realidade da vida cotidiana. No entanto, é preciso refletir que, conforme esses hábitos reciprocamente tipificados vão se consolidando ao longo da história, tornam-se precedentes ao desenvolvimento social dos indivíduos e compõem o contexto em que sua socialização acontece. Tornando-se anterior ao desenvolvimento social do homem, interfere na sua concepção de realidade.

Para explicar como isso acontece, Berger e Luckmann (1978) mostram que as instituições são sociais, ou seja, dependem da relação entre pessoas para existir e existiriam mesmo com a interação de duas pessoas. Isso porque dois indivíduos, ao se relacionarem, criam tipificações para as expressões e hábitos do outro e, com o passar do tempo, apropriam-se dessas tipificações em sua própria ação. Os autores explicam, a partir da relação entre dois indivíduos chamados A e B, que “a possibilidade de tomar o papel do outro aparecerá com relação às mesmas ações executadas por ambos. Isto é, A apropriar-se-á interiormente dos reiterados papéis de B, fazendo deles os modelos de seu próprio desempenho” (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 82).

A apropriação de hábitos tipificados pelos sujeitos que interagem torna a vida cotidiana mais simples e ajuda a prever como o outro irá reagir frente a diversas situações. Assim é possível estabilizar algumas ações e conseguir espaço e energia para que surjam inovações, criando a dinâmica em que o mundo social se constrói. Com a interiorização de papéis executados por outro, os indivíduos que se relacionam começam a criar rotinas que são, em comum acordo, as mais apropriadas. Nesse momento é possível refletir sobre as instituições como anteriores a socialização do homem e como isso interfere na sua relação com outros e com a vida cotidiana.

Comentamos anteriormente que as instituições são sociais e também históricas. Isso porque só se caracterizam hábitos reciprocamente tipificados como instituições na medida em que são transmitidos por gerações. Assim, os indivíduos que se relacionam e reconhecem os papéis que desempenham originaram esse raciocínio, sendo capazes de perceber que essas decisões não são naturais, mas socialmente construídas no seu relacionamento. Quando esses papéis são comunicados às gerações seguintes, esse “mundo institucional” interage com outros e seu aspecto, antes intersubjetivo, se torna objetivo.

Dessa forma, as gerações seguintes passam a perceber determinadas construções sociais como se fossem elementos naturais e experimentadas como a realidade

ordenada. As formações sociais e naturais se fundem na medida em que papéis socialmente criados são transmitidos historicamente e o mundo institucional, que é criado pelo homem, passa a ser anterior e posterior a ele, apesar de depender de sua ação concreta para existir. A complexidade da relação entre os homens e a sociedade reside em seu caráter dialético: a sociedade é um produto humano que, com o passar do tempo é percebida como realidade objetiva e interfere na socialização do homem, fazendo dele um produto social.

Surgindo de hábitos, as instituições só podem existir pela ação humana, mas, sendo transmitidas para as novas gerações podem tornar-se consistentes a ponto de serem inquestionáveis. Distante do momento original em que se formou a ordem social, o homem que entende o hábito institucionalizado como o correto, busca legitimá-lo para trazer sentido à realidade, atribuindo à ordem institucional a qualidade de lógica tendo como base a linguagem. O aspecto lógico das instituições é objetivado na linguagem e acumulado ao acervo social do conhecimento como natural e certo, sendo acessado e transmitido pelos indivíduos que compõem um grupo social na medida em que estes precisam explicar a realidade em que vivem.

As instituições produzem, ainda, outro tipo de conhecimento que carrega “regras de conduta” e que também é disponível aos indivíduos que participam de um acervo social do conhecimento. Esse conhecimento explica os papéis que devem ser exercidos no âmbito das instituições por determinados tipos de atores.

Esse conhecimento constitui a dinâmica motivadora da conduta institucionalizada. Define as áreas institucionalizadas da conduta e designa todas as situações que se localizam dentro destas áreas. Define e constrói papéis que devem ser desempenhados no contexto das instituições em questão. *Ipsa facto*, controla e prediz todas estas condutas. Sendo este conhecimento socialmente objetivado como conhecimento, isto é, como um corpo de verdades universalmente válidas sobre a realidade, qualquer desvio radical da ordem institucional toma caráter de um afastamento da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 93).

As instituições controlam a conduta humana por meio dos papéis, que implicam reconhecer que um determinado tipo de ator executa um determinado tipo de ação; e que a ação de um tipo é feita por um tipo de ator. Nesse sentido, os autores afirmam que é por meio dos papéis que as instituições participam da experiência do indivíduo e se tornam reais. Além disso, os papéis são responsáveis por uma divisão no estoque do conhecimento em uma sociedade. Ser um tipo de ator implica ter conhecimento específico sobre as ações

que a execução do papel envolve e, também, não ter acesso ao conhecimento que não diz respeito ao desempenho de um tipo de ator.

Se as instituições são criadas pela tipificação recíproca de hábitos, só é possível que se tornem reais e presentes pela ação contínua do homem que desempenha um papel dotado de regras de conduta. Enquanto executa uma ação o homem se identifica com ela a ponto de confundir sua identidade com o papel que desempenha em um dado momento. Essa atuação é acumulada no acervo social do conhecimento, fazendo com que os membros de um grupo social tipifiquem reciprocamente a conduta que se torna socialmente válida.

Podemos entender que a ação de um determinado tipo de ator contribui para a compreensão do papel que ele desempenha e, por consequência, objetiva a ordem institucional, tornando-a real. Concomitantemente, a instituição exteriorizada por meio dos papéis é o que dá sentido a eles e os tornam legítimos em uma sociedade. O mundo da vida cotidiana é essencialmente dialético porque as instituições tanto formam o homem, como são formadas por ele. Isso significa que as mudanças práticas nas maneiras de agir e pensar são estimuladas por uma mudança na distribuição do acervo do conhecimento; ao passo em que essa redistribuição acontece, também, alimentada por diferentes práticas que são acumuladas.

Outro elemento que torna o mundo social complexo é o fato de que os indivíduos participam de uma realidade em que desempenham não somente um, mas muitos papéis que, em parte das vezes, são conflitantes. No momento exato de uma ação, o indivíduo se confunde com ela e compreende que, realizando essa ação, assume o papel de um tipo de ator que pode executá-la. No entanto, passado o momento da atividade, é possível refletir que a identidade é construída pelas diversas ações realizadas no cotidiano e que o indivíduo se forma a partir de todas e de cada uma delas.

Queremos dizer que o indivíduo que ensina em uma escola assume o papel de professor, mas que, ao fim do expediente, pode assumir tantos outros, como o de mãe/pai; o de atleta; o de telespectador; militante político etc. Mais de uma esfera e de uma tipificação compõe a identidade, tanto social quanto subjetiva, de um indivíduo. Tendo isso em vista, ponderamos que a infância, a partir de seu surgimento e da forma como vêm sendo pensada pelo senso comum, costuma envolver alguns aspectos que lhe são comumente atribuídos, como a inocência, a despreocupação ou a ingenuidade.

Percebemos que esses aspectos decorrem da segmentação do acervo comum do conhecimento, que instaura uma ordem em que crianças - protagonistas da infância - são poupadas de alguns temas e de algumas práticas consideradas inapropriadas para essa fase da

vida de uma pessoa. Essa separação do acervo do conhecimento, como vimos, tem como consequência uma mudança na própria experiência, fazendo com que determinados hábitos sejam reciprocamente tipificados e atribuídos a um tipo de ator que assume um papel. Seguindo o raciocínio, podemos dizer que o brincar e o aprender, por exemplo, são um conjunto de práticas condizentes com um tipo de ator que assume seu papel na sociedade.

Esses hábitos fazem parte do cotidiano de muitas crianças (se não de todas) e são reciprocamente tipificados. Por isso compreendemos, por meio do senso comum, que esses são hábitos de crianças e, com isso, assumimos que esse é seu papel. Reconhecemos que existe um tipo de ator que tem como atividade definidora o brincar e o aprender e estruturamos sua rotina diária em torno dessas práticas. É preciso lembrar que faz parte da infância, também, uma demarcação cronológica, responsável por auxiliar na compreensão de que crianças são tipos de pessoas com uma estrutura cognitiva e psicológica distinta dos adultos, mas que não se esgota em uma fase biologicamente determinada.

Quando assumimos que a infância surge em um período da história percebemos que a determinação biológica existe, mas só se torna significativa a partir do momento em que a sociedade se compromete com esse fato, transformando as experiências e práticas cotidianas das crianças. Por esse motivo, acreditamos que a infância pode ser entendida como uma instituição, que surgiu a partir da tipificação recíproca de hábitos e das práticas e experiências que dela derivam. Portanto, mais que uma fase cronológica, ser criança é assumir um papel carregado de regras de conduta que representam a instituição social da infância. Queremos, com isso, enfatizar que a infância é uma construção social e histórica que depende da ação contínua do homem para existir, como toda instituição.

Também é importante ressaltar que, como construção social, a infância assume diferentes significados de acordo com o contexto em que se localiza, sendo resultado de um lugar e um tempo habitados por pessoas responsáveis por criar um repertório de conhecimento que compõe o universo das crianças. No entanto, vimos que as instituições são, em sua essência, tanto produto, quanto produtoras de realidade. São resultado da ação do homem mas, no decorrer de uma história compartilhada, passam a ser acumuladas como conhecimento e determinar a própria ação humana, sendo anteriores a ela.

Encontramos aqui o que acreditamos ser um problema para pensar a realidade das crianças atualmente no Brasil. Sabemos que as instituições, sendo transmitidas de geração em geração, passam a alimentar a ação do homem com alguns padrões aceitos como corretos mas que foram, inicialmente, inventados pelo homem. Por mais que as instituições precisem

da ação do homem para existir, o que agrega a elas um caráter dinâmico e dialético, fazendo com que possam se adaptar a novos cenários e tempos históricos sem perder a atualidade e legitimidade, podem assumir um caráter rígido, opaco, na medida em que se distanciam de sua origem e se dissolvem os significados originais de sua formação.

Se a infância é compreendida como uma instituição que impõe regras de conduta aos atores que assumem o papel de ser criança, como lidamos com as crianças que não cumprem o papel designado pela instituição? A sociedade acredita, de forma geral, que crianças brincam, erram, estudam, aprendem e amadurecem. Quando percebemos que crianças, em uma determinada faixa etária, estão morando nas ruas, abandonadas por seus pais e assumindo todas as responsabilidades de suas vidas, às vezes desprovidas da inocência que lhes caracteriza, como reagimos? Quando vemos que meninas e meninos estão presentes na mídia cumprindo exatamente os mesmos papéis que adultos, sendo apresentados como criminosos ou como consumidores, reconhecêmo-los como tipos de atores da infância? Quando crianças se vestem, cotidianamente, como seus pais, usando acessórios desnecessários e, muitas vezes, sexualizados, estamos criando uma nova infância?

Se admitimos que as instituições são potencialmente renováveis mediante a ação do homem; mas que impõe regras de conduta rígidas que são socialmente compartilhadas, podemos perceber que vivemos hoje um momento decisivo para compreender como (e se) a infância seguirá com os padrões que conhecemos hoje. Ao construir a infância cotidianamente com base na realidade que se coloca plural e profundamente desigual, correremos dois riscos.

O primeiro deles é o de estar impedindo crianças de serem reconhecidas como tal enquanto atores da instituição da infância, por não agirem de acordo com o que o senso comum credita a esse papel. Ou seja, crianças podem ser consideradas desprovidas de infância por não agirem de acordo com o que o papel da instituição infância lhes cobra. O ator que potencialmente institui a infância se distancia dela porque existe, anterior a ele, um padrão de comportamento aceitável. Crianças que vivem em situações que não privilegiam esse papel podem ser socialmente percebidas a partir de outras instituições, como o consumo ou a violência. Estaríamos, então, desapropriando o ator que deveria construir a infância e deslocando-o para outra esfera em que ele assume outros papéis, que não o da infância.

Percebemos que uma compreensão muito rígida da instituição cria problemas de identificação do ator e seu papel. Por outro lado, podemos pensar que a infância é uma instituição construída por atores que são, impreterivelmente, crianças. Independente de seus



hábitos e rotinas, aceitar crianças como produtoras de infância implica pensar um processo de (re)institucionalização que, de fato, acontece dialeticamente pela própria natureza das instituições - dependem da ação do homem na realidade para existir.

Não devemos, no entanto, correr o risco de pensar que as crianças têm total controle sobre suas vidas. Constroem a infância a partir de sua ação na realidade mas, é preciso ressaltar, com base em Heller (1970), que os indivíduos nascem e passam a participar de uma vida cotidiana ordenada. Aprendem pelo convívio em grupos, como a família, como se comportar adequadamente e cumprir determinados papéis. “O fato de nascer já na cotidianidade continua significando que os homens assumem como dadas as funções da vida cotidiana e as exercem paralelamente” (HELLER, 1970, p. 23). O ambiente comunitário apresenta normas, hábitos e expectativas com relação aos indivíduos, que as reproduzem na interação com a sociedade.

Nesse sentido, o homem é um produto da integração de diversas mediações, comunitárias e sociais, sendo dotado de uma genericidade. Ou seja, os homens compartilham padrões de ação, pensamento, hábitos etc, porque são formados em instâncias socialmente construídas. Ao mesmo tempo, nenhum homem é exemplo de toda a humanidade porque o indivíduo possui características próprias. Existe, assim, uma distância entre as decisões de um indivíduo e as mediações sociais, o que permite o movimento necessário para que se façam escolhas e que existam “possibilidades de explicitação”. Portanto, os indivíduos na vida cotidiana variam em um espectro que vai da genericidade humana à particularidade inerente a cada ser.

Heller (1970) explica que se as estruturas de pensamento da cotidianidade se totalizam e reificam, inibindo a margem de movimento da particularidade de cada indivíduo, apresenta-se a alienação da vida cotidiana. A dialética entre particularidade e genericidade da atividade humana pode fazer com que, na cotidianidade, essa atividade seja não consciente. Os papéis construídos socialmente podem absorver o movimento e a decisão particular, sendo que “a assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo [...]” (HELLER, 1970, p. 38).

As estruturas socialmente construídas ensinadas para o homem nos grupos comunitários e reforçadas pela sociedade podem apresentar-se de forma tão convincente que a possibilidade de movimento, de ações que não se enquadrem nesse padrão, são suprimidas. Essa reflexão é necessária para pensarmos que as crianças, socializadas em uma cotidianidade ordenada, agem e constroem sua realidade, mas estão sujeitas, como todo indivíduo, a

alienação. Mais que isso, a realidade que nos é apresentada na infância é, como veremos com mais atenção na discussão sobre a crise social da infância, dominada por adultos. A autora comenta que a alienação surge de um abismo entre genericidade e particularidade.

[...] esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais; assim, por exemplo, fechou-se quase completamente nas épocas de florescimento da polis ática e do Renascimento italiano; mas, no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente. Ademais, tal abismo jamais foi inteiramente insuperável para o indivíduo isolado: em todas as épocas houve um número maior ou menor de pessoas que, com a ajuda de seu talento, de sua situação, das grandes constelações históricas, conseguiu superá-lo. Mas, para a massa, para o grande número dos demais, subsistiu o abismo, quer quando era muito profundo, quer quando mais superficial (HELLER, 1970, p. 38-39).

A vida cotidiana se apresenta como o espaço e tempo em que as condições de alienação são criadas e postas ao homem. No entanto, é nela mesma que existe a possibilidade de desalienação, da ação consciente e da apropriação da realidade à particularidade de cada indivíduo. Trazemos essa discussão para demonstrar que assumimos o fenômeno da ideologia na construção da infância e que reconhecemos, igualmente, a resistência da criança em sua ação espontânea na criação da infância.

Neste trabalho, preferimos acreditar que os sujeitos capazes de demarcar a infância são as crianças e que, por isso, é preciso encarar o processo de reinstitucionalização. Fazer o contrário é ignorar a realidade complexa em que vivem crianças do mundo todo e, também, as brasileiras. Para assumir essa posição, acreditamos que seja importante refletir sobre os riscos de uma aproximação entre os acervos do conhecimento que definem o mundo adulto e o infantil. Além disso, consideramos necessário discutir de que forma a infância vem sendo reinventada, protagonizada por crianças com todo tipo de experiências.

### **2.2.1 O Fim da Infância?**

Para cumprir com a primeira dessas tarefas, recorreremos à teoria de Neil Postman (2008) que defende que a infância como conhecemos está prestes a acabar. O autor explica de que forma os processos que originalmente criaram a infância vem sendo suprimidos por uma realidade profundamente desigual. A compreensão de que a infância é uma construção social nos lembra que, sendo institucionalizada, depende da ação do homem para existir. Essa visão é importante não somente para pensarmos o surgimento da infância,

mas, também, o seu desaparecimento. É nesse sentido que Postman (2008) afirma um apagamento de fronteiras entre o universo simbólico infantil e o adulto que, com o sentimento de infância, foram reconhecidos com claras diferenças.

O autor credita, em grande parte, à comunicação de massa essa confusão de mundos que deixa de poupar a criança de determinadas experiências que antes pertenciam exclusivamente à idade adulta. Dessa forma, consumo, criminalidade e sexualização podem fazer parte de qualquer fase da vida de uma pessoa. Se a infância surge, justamente, pela compreensão de um momento diferente do adulto, pode desaparecer pela reaproximação desses universos simbólicos. As crianças passam a assumir os padrões da vida adulta.

As reflexões feitas por Postman (2008) são estimuladas por alguns sintomas bastante evidentes na sociedade atual que envolvem o aumento nos números de crimes cometidos por crianças e adolescentes tendo por base a realidade dos Estados Unidos em que, muitas vezes, esse público é tratado pelo Estado da mesma forma como os adultos; e a sexualização precoce dos corpos infantis. Apesar de a análise ser feita em outro país, é incômodo perceber como se adequa perfeitamente ao contexto brasileiro, sobretudo, quando o assunto é a erotização de crianças e adolescentes.

Em uma análise superficial de qualquer mídia é possível diagnosticar que a infância tem sido retratada nos moldes da vida adulta com relação à moda, ao comportamento, à linguagem e, até mesmo, aos valores. Por isso, segundo o autor, crianças são representadas em propagandas com roupas que não são compatíveis com a sua realidade, que exige conforto e facilidade para brincar. Pelo contrário, são apresentadas de acordo com os padrões da moda, independente da particularidade que traz a fase da vida em que estão. Da mesma forma, as brincadeiras infantis, geralmente caracterizadas pela espontaneidade e diversão, têm sido profissionalizadas pela presença de regras, juízes e pela necessidade de competição.

Essas inferências demonstram, para Postman (2008), que a infância como construção social que instaura uma divisão entre o mundo adulto e o que o precede, está perdendo espaço. É importante notar que, historicamente, isso já aconteceu. Com o início da Idade Média, as noções que existiam anteriormente sobre educação e pudor foram abolidas, encerrando um ciclo que caracterizava, minimamente, as condições necessárias para a infância. Nesse período, como vimos, crianças e adultos viviam sem nenhuma distinção social. É na Renascença, com o surgimento da palavra impressa, que se inaugura um processo de divisão do conhecimento pautado pela necessidade da alfabetização para se obter conhecimento sobre determinados assuntos.

Esse processo incentiva a educação formal e a criação de escolas como organizações reguladoras do conhecimento por faixa etária, dividindo temas e assuntos de forma apropriada a cada idade. Percebemos que esse é um processo claro de divisão do acervo social do conhecimento que se encontrava disponível a todos. A hierarquia promovida pelas escolas e a necessidade de alfabetização regulam o acesso ao conhecimento, fazendo com que o sentimento de vergonha e o pudor sejam novamente reais. Os segredos da vida adulta ficam, assim, guardados aos membros da sociedade que estão aptos a ter acesso a esse conhecimento, demarcando limites entre crianças e adultos.

Com as devidas ressalvas que são necessárias para tratar de tempos históricos distintos, Postman (2008) identifica que os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, são responsáveis por facilitar o acesso de qualquer público a conhecimentos que, com o processo descrito anteriormente, haviam sido resguardados aos adultos. Os meios de comunicação que exigem apenas a familiaridade com a linguagem oral privilegiam a disseminação de informação, o que traz inúmeros benefícios. No entanto, tornam impossível que a divisão do conhecimento seja gerenciada socialmente como foi na época em que surge o sentimento de infância.

É importante destacar que enquanto a evolução da comunicação facilitou o acesso a informações, fazendo com que a infância como uma construção social se enfraqueça, os direitos das crianças e adolescentes se fortaleceram. Nesse sentido, a relação do Estado se transformou positivamente com a criação de leis específicas que regulamentam a intervenção estatal com o público infantil. Esse movimento de extrema importância reforça a infância como uma etapa cronológica e será discutido amplamente no próximo capítulo.

Nesse momento, nos referimos à infância como instituição, sendo susceptível às transformações históricas inerentes à sociedade. Por isso, reconhecemos os avanços com relação à escolarização, segurança, saúde e até mesmo compreendemos que o mundo social da criança é hoje mais rico do que já foi. No entanto, percebemos que esse fato responde, muitas vezes, aos interesses do consumo e que, apesar das inúmeras conquistas, a dinâmica atual da sociedade em que o tempo de convívio com a família é reduzido, atribuindo à escola a responsabilidade de educar e aos meios de comunicação a de entreter e informar, coloca em risco a infância como uma construção social.

A subsistência da infância dependia dos princípios da informação controlada e da aprendizagem sequencial. Mas o telégrafo iniciou o processo

de extorquir do lar e da escola o controle da informação. Alterou o tipo de informação a que as crianças podiam ter acesso, sua qualidade e quantidade, sua sequência, e as circunstâncias em que seria vivenciada (POSTMAN, 2008, p. 85).

Esse processo iniciado com o telégrafo tem continuidade com a gama de meios que se criam desde então, como o telefone, a máquina fotográfica, o cinema, o rádio e a televisão. Postman (2008) explica que a comunicação elétrica não foi a única responsável pelas mudanças no estatuto da informação, mas também a revolução gráfica que juntas constituíram uma forte oposição à linguagem letrada e à leitura, que permitiam o controle da informação e do conhecimento pela alfabetização e pelo ensino sequencial. Tornaram possível uma mudança na própria forma de se relacionar com “o mundo das idéias”.

Apesar de todos os meios e imagens contribuírem para o processo em questão, é na televisão que Postman (2008) concentra a maior parte de suas reflexões já que ela reúne informação pela imagem e pela linguagem oral que, apesar de conservar alguma semelhança com a letrada, exige do espectador um conhecimento básico. Na tentativa bem sucedida de falar a todos os públicos ao mesmo tempo, apesar das inadequações de conteúdo, a televisão parte de uma linguagem comum e fácil, acessível a pessoas que detém educação formal de diferentes níveis (que deixa de ser um critério) e, por conseguinte, a pessoas com idades muito diferentes.

Vemos nessa característica uma clara distinção entre a cultura inaugurada pela televisão e pela que era mantida, antes, pela cultura letrada. A necessidade de conhecer um código específico para ter acesso à informação, por si só, representava um obstáculo ao conhecimento que ficava restrito, em sua totalidade, a adultos que possuíam condições plenas de leitura. Como crianças precisavam aprender a ler para poder acessar os segredos da vida adulta, guardados nos livros, iam às escolas. Apesar de o mesmo acontecer hoje, a diferença reside no fato de a que educação sequencial permitia a adequação da linguagem e do conteúdo de acordo com a vivência esperada para cada idade do desenvolvimento infantil. Dessa forma, é possível escolher a perspectiva da qual se parte para abordar um assunto de acordo com as experiências geralmente vividas até então, o raciocínio lógico, a capacidade de diferenciar a ficção da realidade, entre outros fatores que fazem de um livro apropriado ou não para crianças.

A distinção entre a televisão começa já nesse ponto. Por mais que exista uma legislação mínima que apresente horários em que os conteúdos devem ser exibidos e que

alguns canais tenham a prática de mostrar a classificação indicativa dos seus programas, essa é a única restrição feita com relação à informação transmitida. É sempre possível que a família possua regras que limitem a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos que não condizem com a sua realidade. No entanto, o veículo em si não demanda de quem assiste nenhuma forma de preparação progressiva, fazendo com que a experiência ou o aprendizado de uma linguagem não possam contribuir para o controle do acesso, justamente porque o elemento principal para o sentido da mensagem televisiva é a imagem.

A forma fácil da televisão não identifica públicos e, por isso, não diferencia adultos e crianças. Para conversar com todos ao mesmo tempo, abdica de linguagem e conteúdo dirigidos. Se considerarmos que a infância, como instituição, surge de uma divisão clara no estoque do conhecimento de adultos e crianças, que possuem regras de conduta e papéis específicos, podemos afirmar, como Postman (2008), que a televisão contribui para que as fronteiras entre os universos simbólicos sejam cada vez mais tênues, trazendo consequências para a ação objetiva de um grupo social.

O autor afirma também que a televisão, mesmo sendo acessível a todos os públicos, tem tratado publicamente de temas que dizem respeito à vida privada e que envolvem, em certo ponto, o pudor. Se crianças têm acesso a isso, com “a revelação rápida e igualitária de todo o conteúdo do mundo adulto pela mídia elétrica, várias consequências profundas podem se notar. Primeiro, a ideia de vergonha se diluiu e desmistificou” (POSTMAN, 2008, p. 98). Esse é um desenrolar importante se lembrarmos que, como vimos, o sentimento de infância surge pautado em duas premissas: a separação do universo de crianças e adultos; e a emersão do sentimento de vergonha.

Podemos lembrar, também, que o ser humano é um ser social, que nasce com instintos pouco dirigidos e precisa de um contexto social e cultural que oriente suas ações. No final da Idade Média o sentimento de vergonha e o pudor acerca de alguns gestos e costumes contribuem significativamente para uma transformação na conduta humana que permitiu a evolução histórica que se seguiu. Conforme determinados assuntos e comportamentos são classificados sob a égide do sentimento de vergonha, passam a fazer parte de um estoque do conhecimento que não é acessível a todos. Esses temas são tratados na esfera privada, íntima, e não de forma pública, aberta.

Nesse sentido, percebemos que a vergonha é responsável por uma divisão nos acervos do conhecimento disponíveis a adultos e crianças. Segundo Postman (2008), conforme inibe o acesso a um tipo de conhecimento específico por parte do público infantil, o

pudor confere aos adultos poder e autoridade. Isso porque são eles os responsáveis por decidir em que momento e de que forma crianças poderão conhecer esses assuntos. No entanto, se eles são tratados publicamente nos meios de comunicação de massa, apesar das restrições que idealmente deveriam existir, os segredos da vida adulta são revelados, fazendo com que a vergonha não tenha mais a força social necessária para distinguir o que é ou não inapropriado ao espaço público, disponível a todos.

Ou seja, quando a televisão trata publicamente de assuntos que costumavam fazer parte de uma esfera íntima, como o sexo ou a morte, torna-os públicos. Por sua característica essencial, não pode garantir qual tipo de indivíduo terá acesso a esse conteúdo. Se a infância é uma ideia ligada, exatamente, à ignorância em relação aos segredos da vida adulta, como mantê-la em um mundo em que crianças têm acesso a programas que tratam sobre dinheiro, violência, doenças, entre outros? Postman (2008) afirma que, quando surge a infância, até mesmo a linguagem contribuía para uma separação de universos simbólicos. Mas, se a linguagem nos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, busca falar a todos, que especificidade se pode oferecer?

Diante de tudo isso, tanto a autoridade do adulto quanto a curiosidade da criança perdem terreno. Pois, como a vergonha e as boas maneiras, estão enraizadas na ideia de segredos. As crianças são curiosas porque não conhecem ainda o que suspeitam que há para conhecer; os adultos têm autoridade em larga medida porque são a principal fonte de conhecimento. [...] Resta-nos, então, crianças que confiam não na autoridade do adulto, mas em notícias vindas de parte nenhuma. Restam-nos crianças que recebem respostas a perguntas que nunca fizeram. Em resumo não nos resta mais nenhuma criança (POSTMAN, 2008, p. 102-103).

Como resultado de uma sociedade que não esconde os segredos da vida adulta de crianças; que não dispõe de linguagens específicas; e que, como consequência, inibe gradativamente a vergonha e o papel que ela cumpre, tem-se um terreno inóspito à infância como se conhece. Postman (2008) demonstra como a televisão contribui para esse cenário, sobretudo, a partir de reflexões sobre a violência e a sexualidade. Para tanto, comenta como as crianças foram, pouco a pouco, expulsas da televisão. E é interessante notar como a realidade brasileira também se assemelha à norte-americana.

É válido apontar que, segundo Carneiro (2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que é um direito da infância o acesso à programação específica em horários de audiência infantil elevada. No entanto, pesquisas realizadas pela autora (2005)

mostram que as crianças no Brasil, apesar de preferirem programas educativos e culturais feitos especificamente para esse público, assistem com mais frequência programas voltados ao público adulto, como as novelas.

Isso acontece porque, embora o Brasil tenha, na década de 1990, apresentado alguns programas bem sucedidos em vários sentidos para crianças e adolescentes, as iniciativas que têm esse público alvo estão se tornando cada vez mais restritas. Carneiro (2014) mostra que algumas décadas atrás a TV Cultura, emissora de televisão pública do Estado de São Paulo, liderou uma revolução. Além de dedicar um grande espaço a programas para o público infanto-juvenil, criou novos formatos que foram muito bem sucedidos, conquistando uma audiência alta e fiel com *Rá Tim Bum*, *X Tudo*, *Castelo Rá Tim Bum*, *Mundo da Lua* e *Cocoricó*, entre outros. A pluralidade de forma e conteúdo enriquecia a programação, fazendo com que seja vista como uma referência nesse âmbito.

Porém, atualmente a televisão aberta no Brasil tem diminuído drasticamente a oferta de programação específica ao público infantil. A Rede Globo, canal com maior audiência no país, reserva apenas um horário aos sábados para a exibição de desenhos voltados ao público infantil. É ainda mais instigante notar que, mesmo uma década atrás, quando oferecia programas para crianças todos os dias no período da manhã, a Rede Globo optava por um formato, comum também ao SBT, em que uma apresentadora realizava algumas atividades e anunciava os desenhos que seriam expostos.

Alguns programas se tornaram tradicionais com esse formato e eram protagonizados por verdadeiros ícones da televisão, como Xuxa ou Angélica. Mas é válido notar que existia neles, em relação às apresentadoras, uma sexualização desnecessária ao propósito de comunicar ao público infantil. As crianças participavam das gravações ao lado de assistentes de palco adolescentes e de apresentadoras adultas que, ao invés de usarem figurino que as aproximasse do universo infantil, eram vestidas com roupas curtas, sensuais e inadequadas. Fazemos essa observação para demonstrar que, mesmo quando o tempo destinado ao público infantil era menos estreito, podia-se perceber que o universo adulto se fazia igualmente presente e permeava o mundo infantil.

Olhando para essa realidade percebemos que, além do curto tempo destinado ao público infantil, mesmo a programação que antes era mais abrangente e tinha-o como foco pode ser problematizada. Concordamos assim com a afirmação de Postman (2008) de que as crianças estão desaparecendo da mídia, sobretudo dos espaços que deveriam ser destinados a si mesmas. Além do formato e apresentação impróprios para crianças e conteúdo que não



privilegia cultura, arte ou educação, acreditamos que outro elemento é decisivo para que as crianças tenham seu universo simbólico invadido pela vida adulta, tanto na mídia como na vida cotidiana, que é o consumo.

Sabemos que o consumo ocupa um lugar central no sistema de produção capitalista, sendo responsável por garantir a dinâmica econômica necessária para sua sustentação. Se considerarmos que quase a totalidade de esferas da vida adulta já foi integrada a esse processo e que a demanda do crescimento econômico continua presente, podemos compreender porque as crianças estão sendo, cada vez mais cedo, estimuladas pela propaganda, pela publicidade e pelo marketing, a consumir. As estratégias de comunicação para despertar no público infantil o impulso ao consumo estão se sofisticando e uma vasta gama de pesquisadores tem dado a elas a devida atenção, refletindo sobre como se dá e quais os efeitos da recepção de materiais que têm crianças como público ou como protagonistas.

Refletir sobre como infância e consumo interagem é uma tarefa difícil pois este, como afirma Zygmunt Bauman (2008), exige de todos o mesmo papel, sem distinção de idade ou classe social. Ou seja, levando em consideração que os papéis são carregados de regras de conduta para a ação humana (BERGER; LUCKMANN, 1978); que são construídos pela ação do homem e sua tipificação recíproca; e que acompanham as instituições e se tornam anteriores a própria interação do homem com a realidade em um tempo histórico compartilhado, essa afirmação implica reconhecer que a sociedade tem atribuído às crianças o mesmo papel dos adultos pela face do consumo. Na “sociedade de consumidores” essa é a principal tarefa de qualquer sujeito que acaba por encontrar, no ato de consumir, uma forma de socialização.

O objetivo crucial, talvez decisivo, do consumo na sociedade de consumidores (...) não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação e recomodificação do consumidor: *eleva a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis*. É, em última instância, por essa razão que passar no teste do consumidor é condição inegociável para a admissão na sociedade que foi remodelada à semelhança do mercado. Passar no teste é condição de todas as relações *contratuais* que tecem a rede de relacionamentos chamada “sociedade de consumidores” e que nela são tecidas. É essa condição, sem exceção ou possibilidade de recusa, que consolida o agregado das transações de compra e venda numa totalidade imaginada (BAUMAN, 2008, p. 76 - grifos do autor).

Certamente, as questões que envolvem o mundo do dinheiro fazem parte dos segredos da vida adulta, assim como supostamente fazem os padrões de beleza ou o status que

é conferido a um sujeito pelo ato de consumir ou pela posse de determinados produtos. O problema de pensar infância na sociedade do consumo, no estágio de midiaticização atual, é que esses segredos estão pouco a pouco sendo compartilhados com todos, já que são fundamentais para despertar o desejo do consumo. Por isso vemos crianças desde a mais tenra idade com preocupações e vontades que não lhes são próprias. Foram-lhes atribuídas por técnicas de comunicação que tem como objetivo ampliar possibilidades de venda, comercialização e circulação de produtos.

Se o papel de consumidor é requerido já no início da vida de uma pessoa é preciso encarar a consequência, apontada por Susan Linn (2006), de que além do momento da compra imediata que é influenciada por diversos mecanismos de comunicação, a cultura comercial é pautada por técnicas de marketing infantil que buscam educar consumidores. Apresenta-se uma formação para o consumo que pauta hábitos e valores que são estimados socialmente, interferindo na própria formação da identidade. Para Mariângela Momo (2007, p. 119) a infância pós-moderna sofre interferências de diferentes pedagogias culturais. A propaganda participa desse processo construindo uma parte da cultura infantil que é pensada por “adultos em grandes corporações”, colaborando para a institucionalização de uma infância pautada nas práticas do consumo.

Ressaltamos que Postman (2008) centra sua argumentação sobre o desaparecimento da infância em dois temas centrais, que são a sexualidade e a violência. No entanto, entendemos que a cultura do consumo possui uma estreita relação com a sexualização precoce de crianças. Essa constatação pode ser observada na pesquisa de Lilian Osaki (2003), que identificou os padrões tipológicos em que a criança retratada em propagandas de televisão se enquadra. A pluralidade do público da televisão cria a demanda por uma representação que satisfaça a diversidade dos receptores e isso reflete nos padrões descritos pela autora, que vão desde a criança inocente e sonhadora até a travessa. No entanto, dois tipos que evidenciam como a infância, como buscamos compreender até aqui, tem sido afetada pela mídia e pelo consumo. Tratam-se da “criança consumista”, que busca comprar, ter, e se alegra com isso, e da “criança adultizada”, que traz referências claras ao mundo adulto.

[...] os meios produzem uma idiossincrasia porque apresentam a criança adultizada não como adultizada, mas como a criança inteligente que possui a rapidez de incorporar o outro, o novo, mas, na verdade, é o roubo da fase da vida da criança. Por outro lado, a relação da criança consumista com a

adultizada é imediatamente evidente quando a atual sociedade do consumo e do simulacro tende muito mais a adultizar a criança pelo consumo, e em contrapartida, infantilizar os adultos quando estes se entregam aos jogos eletrônicos que são destinados às crianças, por exemplo. Essa transferência de valores indica que, no consumo, todos são iguais, podendo haver a redução do adulto ao universo da criança e da incorporação da criança ao mundo adulto (OSAKI, 2003, p. 160).

Pretendemos com essa discussão sobre a programação da televisão brasileira e sobre mídia e consumo apresentar alguns exemplos de como o acervo social do conhecimento vem se diluindo, fazendo com que crianças e adultos saibam as mesmas coisas e se comportem de forma similar, eliminando as fronteiras que, originalmente, marcavam os limites do papel de cada um desses sujeitos. A partir dessa exposição é mais fácil entender de que forma certos hábitos, desejos e padrões estão sendo atribuídos às crianças e, com o passar do tempo, assimilados e incorporados a sua experiência.

Pois é claro que uma mídia acostumada a exhibir corpos e criar, sobre eles, desejo de consumo, e que assemelha crianças e adultos contribui para a sexualização da infância. Assim como é evidente que, para estimular o consumo, é preciso criar (e vender) padrões de beleza, de moda, de comportamento que serão perseguidos por indivíduos de todos os tipos, sejam eles adultos ou crianças. Naturalmente, esses processos contribuem para uma mudança na ideia de infância uma vez que fazem com que os aspectos próprios à vida adulta sejam revelados a outros sujeitos e experimentados por eles antes do tempo que havia sido socialmente considerado apropriado.

Da mesma forma, Postman (2008) defende que a violência é um aspecto social que tem passado por intensas transformações que contribuem para uma aproximação dos acervos do conhecimento de adultos e crianças. O autor explica que os segredos em relação à violência foram criados por considerar que conhecer essa realidade poderia ser prejudicial a uma mente em processo de formação. Por acreditarem que os adultos têm controle de seus atos e que se comportam de acordo com o que é certo e errado, as crianças conseguem construir sua racionalidade.

Apesar de saberem, minimamente, que a violência existe, as crianças da cultura letrada tinham contato com essa realidade por meio dos contos de fadas, histórias que se desenvolveram acompanhando seu contexto social e que, por serem contadas individualmente, permitiam adaptações a cada criança. No mais, os contos de fadas sempre

foram contados por pessoas próximas em momentos íntimos, com pessoalidade e carinho. Por outro lado

[...] a violência que é mostrada atualmente na televisão não é mediada pela voz de uma mãe, não é nem um pouco modificada para se adaptar à criança, não é orientada por nenhuma teoria do desenvolvimento infantil. Está ali porque a televisão precisa de material que chega numa variedade inesgotável. Está também ali porque a televisão dirige tudo a todo mundo ao mesmo tempo, o que vale dizer que a televisão não pode guardar segredos de espécie alguma. Isto resulta na impossibilidade de proteger as crianças da revelação mais completa e mais rude de violência inexorável (POSTMAN, 2008, p. 108).

Nesse sentido, o que se observa é que o conhecimento do mundo adulto tem sido revelado às crianças, fazendo com que estes se assemelhem cada vez mais com relação ao que sabem e ao que fazem. Não é por acaso que a violência, assim como o consumo, tem se feito presente na cultura infantil de maneiras incabíveis. Existe, em alguma medida, um limite aceitável para o conhecimento sobre violência no cotidiano das crianças, desde que na forma adequada, como os contos de fadas ou as brincadeiras de polícia e ladrão.

No entanto, é menos comum ou confortável pensar que algumas crianças ganham armas de brinquedo de presente de natal. Ou ainda que brincam, cotidianamente, com jogos eletrônicos e videogames cuja finalidade seja a guerra ou a morte. Zanolli (2007) aponta para a proliferação de jogos eletrônicos violentos se insere no contexto da sociedade midiaticizada, acostumada e obcecada por imagens. “Não surpreende o encantamento infantil com a violência, à medida que, subjetivamente, esta constitui espetáculo visual, desdobramento da cultura apologética da imagem. Não poderia ser diferente quando nos referimos ao conteúdo dos jogos eletrônicos mais violentos”.

Já é (ou, pelo menos, deveria ser) incômodo pensar a relação entre violência e crianças a partir de jogos e brincadeiras, que compõem um imaginário e constroem um mundo simbólico que define a própria infância. A partir do momento em que nos damos conta de que essas circunstâncias se excederam e ocupam, também, o terreno da realidade cotidiana e da experiência prática de milhares de crianças ao redor do mundo, fica mais evidente o perigo que se corre ao compartilhar esse conhecimento precocemente. Não só porque crianças podem se tornar violentas, mas porque, na medida em que se aproximam do universo da vida adulta, vão, pouco a pouco, se descaracterizando enquanto crianças.

E isso não significa que o problema reside nelas e em sua ação, mas na forma como os adultos passam a percebê-las e em como isso afeta sua interação. É claro devemos olhar com atenção e cuidado para crianças e adolescentes que entram em conflito com a lei. No entanto queremos explicar que, na visão de Postman (2008), o acesso a determinados conhecimentos e práticas refletem em uma expropriação da infância, sendo que crianças e adolescentes podem ser vistos como adultos, orientando a forma como se relacionam com adultos. Ou seja, são crianças sem infância, não são crianças.

Essa percepção pode ser notada na resposta legislativa a atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, sendo que parte da sociedade defende que esse grupo responda a processos da mesma forma que adultos. Ainda, é importante notar que a infância, como discutimos até aqui, cria barreiras e dificulta o acesso ao mundo adulto, protegendo as crianças de determinados conhecimentos e hábitos. Uma vez que esses limites não são preservados, o regime de relacionamento é alterado. Postman (2008) parte dessa argumentação para explicar porque adultos agridem crianças. “Dizer que as crianças são surradas porque são pequenas é apenas metade da explicação. A outra metade é que elas são surradas porque não são percebidas como crianças” (POSTMAN, 2008, p. 150).

Iniciamos essa discussão acerca do desaparecimento da infância por entender que ela fornece a base teórica necessária para explicar o momento histórico que vivemos e de que forma as transformações na sociedade na modernidade tardia desencadeiam, também, mudanças nos paradigmas da infância. Postman (2008) apresenta inferências que demonstram como o acervo social do conhecimento restrito aos adultos tem sido aberto e extravasado para a sociedade como um todo pelos meios de comunicação de massa e quais as consequências de revelar segredos, como os da sexualidade e da violência, para crianças. Se compreendermos a infância como uma instituição que orienta a atividade humana indicando papéis a serem cumpridos por determinados atores, vemos que sua dinâmica é essencialmente dialética na medida em que é reconstruída pela experiência concreta dos sujeitos.

Entendemos que a vida cotidiana das crianças se desenvolve atualmente no cenário descrito por Postman (2008), inaugurando uma série de problemas relativos à construção primeira da infância que, como instituição, apresenta regras de conduta. O contexto em que vivem as crianças e as situações que enfrentam fazem com que muitos desses padrões sejam transgredidos, gerando uma incompatibilidade na identificação do ator, do papel e da instituição. Concordamos que é preciso esconder os segredos da vida adulta para que possamos salvar alguns dos aspectos que caracterizam a infância com o único objetivo de

garantir os direitos das crianças, sujeitos que possuem uma realidade e condições específicas, depende do quanto a sociedade tenha se transformado.

Por isso, a discussão sobre o desaparecimento da infância nos é relevante: demonstra como as relações infantis com a sociedade têm sido alteradas. Não podemos negar que o cenário descrito é real e que traz elementos importantes para nossa discussão. No entanto, discordamos de sua tese fundamental, que afirma que a infância está desaparecendo. Discutiremos no próximo capítulo como preferimos enxergar as transformações na sociedade e no cotidiano das crianças, buscando uma abordagem que nos permita dialogar com a realidade da criança no Brasil.

### 3 MUDANÇAS NA IDEIA DE INFÂNCIA

Neste capítulo buscaremos refletir sobre a infância no Brasil. Tendo em vista esse cenário, composto por diferenças sociais extremas relativas à classe, gênero e etnia, associado à descrição de Neil Postman (2008) sobre as mudanças sociais desde a modernidade até nossos dias, podemos inferir que a ideia da infância moderna abriga algumas incoerências que devem ser discutidas. Para sermos fiéis à realidade, devemos assumir que, por mais que alguns assuntos e práticas devam ser reservados à vida adulta, existem crianças vivendo todo tipo de experiências e situações.

No entanto, isso não significa, necessariamente, o fim da infância. Muitos autores (SARMENTO, 2005, 2006; BUCKINGHAM, 2007; PROUT, 2010; QVORTRUP, 2014) tem buscado repensar os paradigmas que compõem a infância com base no contexto contemporâneo com que nos deparamos. Analisam como as mudanças na escola, na comunicação e na família participam da construção de uma nova infância. Além disso, repensam o espaço reservado às crianças atualmente e como isso influencia suas relações com a sociedade. A chamada nova sociologia da infância busca perceber as crianças como sujeitos e refletir sobre sua condição no mundo adultocêntrico.

Podemos assumir que o único elemento inalterável da infância é a criança, que também deve ser vista como sua protagonista e legítima produtora. A partir dessa perspectiva, entendemos que a infância passa por um processo de reinstitucionalização (SARMENTO, 2006) pautado pela diversidade de sua experiência na vida cotidiana. Não se trata de ignorar as forças sociais que atuam sobre a construção da infância, nem de desconsiderar o papel do adulto, mas de admitir que é preciso procurar, na experiência de cada sujeito, as bases para a compreensão de sua realidade.

Dessa forma, entendemos que crianças estão expostas à violência, ao consumo, ao trabalho escravo, ao abandono e a tantas outras crueldades do mundo que deveriam, minimamente, ser exclusivas ao universo adulto. A aproximação dos estoques do conhecimento contribui para isso, assim como contribui decisivamente o contexto político, econômico e social em que vivem. É fundamental que crianças sejam poupadas de certos conhecimentos e experiências para que não sejam identificadas como adultos. Mas esse ideal não impede que muitas vivam realidades de adultos, instituindo a infância por sua experiência. Reconhecer a complexidade das instituições e da infância permite compreender

os elementos históricos que fizeram com que ela existisse e, ao mesmo tempo, buscar entender a vivência plural de todas as crianças.

Mediante essas reflexões nos parece coerente falar sobre infâncias, no plural, para abranger toda sua complexidade enquanto construção social. Tendo esclarecido esse pressuposto, partimos para uma breve reflexão sobre infância no Brasil, com as contribuições de Rita Marchi (2009). Pretendemos entender a história dos direitos da infância no país para, na sequência, abordar o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que demarca um período em que a relação do Estado com as crianças passa por mudanças expressivas e representa o recorte de tempo que será analisado com esta pesquisa.

### **3.1 CRISE SOCIAL DA INFÂNCIA**

Até aqui, discutimos o surgimento da ideia de infância com base nos argumentos de Ariès e Elias, mostrando que essa é uma construção social que acompanhou o surgimento da modernidade e, por isso, foi caracterizada a partir de alguns pressupostos da época. Alguns dos mais relevantes aspectos são a diferença entre o conhecimento de crianças e adultos, que passam a acumular segredos; o surgimento de instâncias que regulam a infância, como a escola e a família; e a cultura letrada e a popularização da imprensa. Mostramos, também, como Postman encara as transformações nesses aspectos inerentes ao sentido moderno de infância, defendendo que essa noção, na maneira em que a conhecemos, pode desaparecer. Postman foi acompanhado de outros autores, segundo Prout (2010), que acreditam no fim da infância por motivos semelhantes.

Nossa intenção com este capítulo é buscar explicar que a infância, como uma construção social, é dotada de uma flexibilidade orgânica. Ou seja, seu *status* inacabado permite variações diversas, tantas quantas os cenários que contextualizam seu desenvolvimento. Nesse sentido, Buckingham (2007) avalia as teses da “morte da infância”, que anunciam o fim das diferenças entre adultos e crianças, como dotadas de ansiedade em relação ao futuro e nostalgia em relação ao passado. Considera que, apesar do exagero e pessimismo contidos nessas defesas, devem ser levadas a sério por indicarem sintomas da realidade contemporânea.

Essas considerações não esgotam, no entanto, as críticas aos argumentos que sustentam a tese, que enxerga as transformações nos meios de comunicação de forma determinista. Além disso, questiona-se o conservadorismo moral com o qual foi desenvolvida



a teoria, tendo por princípio a ideia de que adultos devem reconquistar sua autoridade. Assim é possível que ensinem às crianças (vistas como seres inacabados em formação) as boas maneiras, incentivando a vergonha e o pudor, descritos por Elias como sentimentos fundamentais para o comportamento civilizado.

Uma das primeiras considerações feitas por Buckingham (2007) diz respeito à natureza do trabalho do próprio Ariès, realizado com base na representação (ou na ausência de representação) de crianças na arte da era medieval. O autor explica que, muitas vezes, a história da infância é vista como a história de sua representação, e não das crianças em si. A forma como a infância é retratada culturalmente está ligada ao imaginário do adulto, que é quem fabrica esses produtos e não, necessariamente, à vida cotidiana das crianças e sua realidade direta. Portanto, na Idade Média não se representavam crianças, mas, para o autor, não se pode afirmar que a infância não existia.

Por esse motivo, Buckingham (2007, p. 27) afirma que “uma ideia particular sobre a infância pode perfeitamente estar desaparecendo; é muito mais difícil, porém, identificar as consequências disso em termos de realidade vivida pelas crianças”. O mesmo pode-se dizer do desaparecimento da ideia. Por mais que a representação de crianças esteja mudando e que, de fato, os limites entre o conhecimento de adultos e crianças estejam ameaçados pelas configurações atuais da comunicação e da dinâmica da sociedade, o desaparecimento da infância deve ser relativizado.

Sabemos que a infância é criada acompanhando seu contexto social, político e econômico. Temos consciência, também, de que a imprensa, a família e a escola produziram mudanças no cotidiano e no acesso ao conhecimento por parte das crianças de maneiras diferentes em diversas partes do mundo. Certamente que na Europa e na América Latina a infância não se construiu da mesma forma por parte dessas instituições. Não podemos dizer, portanto, que a infância moderna significou uma mudança sem pensar sobre as crianças que continuaram vivendo em situações de violência nas ruas ou em suas casas, ou que continuaram a trabalhar de forma degradante.

Para as crianças pobres, o período da industrialização foi perverso. Podemos imaginar que a obrigatoriedade da educação formal e sua participação compulsória na escola tenham sido libertadores, apesar de ser ainda um privilégio para poucos em diversos países até hoje. No entanto, Buckingham (2007) concorda com a reflexão apresentada antes por Ariès de que a educação formal representou, também, o aprisionamento das crianças. Acrescenta que

um olhar muito romântico para com as escolas não permite enxergar que fizeram parte do projeto burguês de sociedade e tiveram como papel “disciplinar as classes perigosas”.

Por fim, o autor critica a forma como Postman (2008) opõe imprensa e mídia eletrônica, atribuindo à televisão a culpa de revelar para as crianças os segredos da idade adulta por sua linguagem acessível e seu alcance não fragmentado. Esse argumento parece creditar à tecnologia toda uma mudança estrutural da concepção da infância, em uma espécie de determinismo tecnológico. Ressalta que o meio depende de contexto e de objetivos para ter os impactos esperados. Não se deve afirmar, portanto, que a presença da televisão é responsável pelas transformações atuais. Assim como a imprensa não foi, sozinha, responsável pela concepção de infância.

Ao contrário, a moderna concepção da infância surgiu como resultado de uma complexa rede de inter-relações entre ideologia, governo, pedagogia e tecnologia, cada uma delas tendendo a reforçar as outras. Como resultado, ela desenvolveu-se de formas diferentes e em diferentes níveis, dependendo de cada contexto nacional (BUCKINGHAM, 2007, p. 59).

Por esses motivos, apesar de a tese do desaparecimento da infância revelar processos emergentes de mudança nas relações entre crianças e mídia, e também na própria ideia de infância, Buckingham (2007) discorda de seu ponto central. Além de ser baseada em uma “reafirmação da moralidade tradicional”, criada em outra época que apresentava estruturas familiares, de ensino e de relações sociais que são diferentes na atualidade, sua conclusão é pessimista e parece entender que estamos fadados a lidar com esse fato.

As soluções apresentadas para reagir ao processo do fim da infância são todas voltadas para os adultos, em especial aos pais. Esse parece ser o principal problema encontrado por Buckingham nesse argumento: as crianças são vistas como passivas. Não são tidas como seres capazes de julgar criticamente o que vêem na televisão ou o que é próprio ao seu universo simbólico. Parecem estar desprovidas de espaço na criação da cultura infantil que deveria ser seu lugar, já que todos os outros lhes são restritos. Não devemos negar que a ação dos adultos foi e continua sendo determinante para a construção da infância, já que são eles os responsáveis por instâncias reguladoras como o Estado, a escola e a família. Mas não se pode, tampouco, ignorar a ação das crianças na instituição cotidiana da infância.

Prout (2010) endossa essa crítica enfatizando que algumas mudanças sociais como o “esvaziamento das instituições, fragmentação das fontes de identidade, enfraquecimento do Estado-Nação e de sua ação reguladora, [...] formas plurais de vida

familiar, padrões de consumo diversificados e mudanças na participação no mercado de trabalho, no emprego e na economia global” geram uma crise representacional da infância que se relacionava diretamente com essas configurações. Na sua visão, as teorias da morte da infância, embora equivocadas com sua tese central, ajudaram a perceber que as ideias que se tinham antigamente não são mais adequadas à infância contemporânea.

Além disso, concorda que a ideia de uma infância criada a partir das classes dominantes cria um padrão que não se aplica à multiplicidade de experiências vividas por crianças no mundo todo. Não só os modelos de família se diversificaram, mas também ficou mais nítida a diferença entre crianças que podiam desfrutar os benefícios do crescimento da riqueza e das que não tem a mesma oportunidade. Prout (2010) explica que “a nítida separação das coisas que a modernidade buscou com tanto afincio já não era adequada para a tarefa de compreender a vida social contemporânea”. Essa crise da representação da infância é pautada pelo paradigma dualista da modernidade que precisa ser reinventado, buscando uma integração dos extremos. Prout (2010) organiza a lógica binária que regia os estudos da infância, dividindo-as em três grupos.

O primeiro deles diz respeito à relação entre a infância como estrutura social e a ação das crianças como atores. Por um lado, os estudos que apontam para o primeiro aspecto entendem a construção da infância por meio de processos sociais e fenômenos de um período histórico baseando-se, principalmente, nas instâncias modernas responsáveis por sua regularização. Por outro, as pesquisas que compreendem a ação das crianças como atores fazem o inverso. Buscam olhar para a diversidade de experiências que produzem as infâncias, pluralmente, na interação entre os indivíduos de um determinado contexto.

A segunda dicotomia apontada por Prout (2010) representa a oposição que se faz entre natureza e cultura. Vimos que a infância foi considerada, por algum tempo, uma determinação biológica. As pesquisas de áreas das ciências humanas têm contribuído para a visão de que a infância é uma construção social, se mostrando atentas ao seu caráter relacional, “o que significa dizer que tanto a idade adulta como a infância são vistas como efeitos produzidos no interior de atos discursivos. Entretanto, isso tem um custo enorme: garante ao discurso [...] o monopólio como meio pelo qual a vida social é construída”. É preciso tomar o cuidado de não considerar a infância em somente um desses aspectos, já que combina aspectos sociais, biológicos e psicológicos.

Por último, o autor apresenta a oposição entre ser e devir. Vimos que o surgimento do sentimento da infância fez com que as crianças fossem vistas como potenciais

adultos em fase de formação, o que as torna seres inacabados, caracterizados pelo vir a ser. Mas as mudanças na família e nos meios de comunicação mostraram que os adultos, assim como as crianças estão em contínua formação sendo, portanto, devires. Devem ser vistos, tanto adultos como crianças, como seres e devires ao mesmo tempo.

Com base nessas dicotomias que compõe os estudos acerca da infância, Prout (2010) propõe que se busque encontrar “um terceiro aliado”, uma forma de dialogar esses extremos sem desconsiderar suas características inerentes. Também não se deve, para o autor, permitir que duas vertentes paralelas e distantes continuem sendo criadas à revelia uma da outra. É preciso encarar a infância como uma ideia complexa, híbrida, interdisciplinar. Para isso, apresenta uma reflexão que acredita contribuir para esse olhar, que é a teoria do ator-rede, possibilitando que a infância seja vista como um conjunto de estruturas não necessariamente homogêneas.

Por exemplo, a teoria do ator-rede tem um meio eficaz de se livrar da dicotomia ação/estrutura. Em primeiro lugar, afirma que os atores podem ser de diferentes tipos: humanos, como no caso das crianças e adultos, mas também não humanos, como artefatos e tecnologias. Todos eles são tratados como híbridos de cultura e natureza, produzidos por redes de conexão e desconexão. Em segundo lugar, afirma que, em decorrência disso, os atores se apresentam em todos os tamanhos, dos pequenos, como a criança individual, aos grandes, como o Estado ou a mídia. É por isso que todos os atores são vistos como redes, embora possam aparecer e agir como pontos. Por detrás de cada ator, seja uma criança, seja o Estado ou a mídia, há uma rede complexa, mais ou menos unida, de pessoas e coisas. Em outras palavras, novas formas de infância aparecem quando se criam novos espaços de conexões em rede, por exemplo, entre crianças e tecnologias, como a TV e a *internet*. Essas novas redes podem se sobrepor e coexistir com outras mais antigas, mas também podem entrar em conflito com elas (PROUT, 2010, p. 741).

Independentemente da saída encontrada para lidar com a complexidade da infância nos dias atuais, como a apresentada, as defesas de Buckingham (2007) e Prout (2010) evidenciam que as velhas ideias sobre infância que surgiram na modernidade não são mais apropriadas para compreendê-la nos dias atuais. Rita Marchi (2009) explica que essa incompatibilidade tem sido explicada por alguns pensadores como uma crise social da infância, em que as representações que se tinham antes estão sendo postas a prova e não conseguem comportar as novas imagens que existem hoje.

Poderíamos supor essa crise, de acordo com Sarmiento (2002) ao ver na mídia a retratação do cotidiano das crianças envolvendo o uso de drogas ou o aumento da

criminalidade juvenil. Ainda, vemos nos jornais e na televisão que as crianças são vítimas de maus tratos e outras formas de violência. As imagens que surgem daí costumam ser pautadas pela polarização entre exclusão/vitimização. Embora não representem uma infância pudica e idealizada, mostram indícios da concepção moderna na medida em que apontam para a necessidade de colocar as crianças sob a proteção dos adultos e de se restringir certas áreas da vida à idade adulta.

Apesar de demonstrarem que é preciso ter alguns cuidados com as crianças, privando-as de algumas experiências, essas ideias reproduzem o sentido moderno e, portanto, adultocêntrico (CASTODI, 2011) da infância. Afirmam a importância de se colocar sob proteção e controle o cotidiano das crianças por meio de instâncias reguladoras, posicionamento que tipicamente compreende-as como seres incompletos e incapazes, carentes de educação. Tal entendimento reduz a infância a um tempo de preparação para a vida adulta que é embasado na incompletude das crianças. Parte, portanto, não de suas características próprias e específicas para definir seu universo, mas sim das características dos adultos que elas não têm.

Sarmiento (2005) explica que esse paradigma da negatividade é fundamentado pela ausência de competências e aspectos comuns aos adultos no mundo infantil, como a falta de conhecimento, de razão ou de maturidade. Essa visão leva a uma separação dos grupos de idades por meio da exclusão: crianças não podem votar, não podem frequentar certos lugares, não podem optar por se ausentar de outros, não podem escolher o que comem, não são capazes de tomar decisões sozinhas.

A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrumental, hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações entre crianças, com a incorporação de afetos, da fantasia e da vinculação ao real. [...] A infância não vive a idade da não-infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continuamente preenche (SARMENTO, 2005, p. 25).

Muitas dessas negações são avanços fundamentais para a vida das crianças, mas são, também, um efeito simbólico de enxergarmos as crianças como subalternas aos adultos. Qvorstrup (2014) argumenta que, apesar de zelar por alguns direitos básicos, a ideia da proteção demonstra como a sociedade adultocêntrica encara a competência das crianças em lidar com algumas situações da vida e sua qualidade em fazê-lo de modo diferente. “Se

alguém disser que as crianças são seres humanos, ninguém discordará, embora esse *status* seja constantemente colocado em dúvida, visto que as capacidade e competências infantis são supostamente incompletas se comparadas às de uma pessoa completamente crescida [...]”.

Além disso, o discurso da proteção coloca as crianças sob os cuidados dos adultos em ambientes privados que nem sempre são seguros. A família e as escolas, espaços privados em que as crianças vivem boa parte do tempo, não garantem que sejam vistas como cidadãs de plenos direitos, como são os adultos. Em contrapartida, colaboram para a ausência das crianças em espaços públicos, fazendo com que fiquem cada vez mais restritas a determinados ambientes (QVORTRUP, 2014). O espaço público tem se tornado progressivamente inapto para crianças, assim como a vida pública.

Esse é um fato relevante, sobretudo, se lembrarmos que na Idade Média as crianças tinham acesso imediato a todas as esferas pública ou privada que, na ausência da vergonha e do pudor, não eram diferenciadas. Essa participação integral era prejudicial em inúmeras formas, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Mas é preciso notar que a privação de certos aspectos da vida, e a institucionalização da infância por meio da escola e da família tiveram como consequência a expulsão das crianças da vida pública. Stephanie Coontz (1997) enfatiza que, por muito tempo, crianças tiveram acesso ao conhecimento e à participação. Com o surgimento da infância moderna, foram privadas de ambos. Hoje o que se apresenta é o acesso ao conhecimento e a restrição à participação.

Vemos que a infância foi muito marcada pelo seu contexto de “origem” e que os pesquisadores buscam acompanhar as transformações da sociedade para compreender as mudanças na realidade das crianças e no que se entende por infância. Catarina Tomás (2007) explica que, no desenrolar da história, conforme essas mudanças aconteciam, foram criadas diferentes imagens da infância, da qual a negatividade faz parte. Elas dizem respeito às principais representações das crianças que foram criadas em diferentes momentos e coexistem, disputando um sentido.

Essas percepções dos adultos podem ser divididas em quatro paradigmas que dizem respeito ao paternalismo, que coloca as crianças em posição subalterna aos adultos e é caracterizado pela negatividade; à proteção e ao controle, que considera crianças frágeis e incapazes; à periculosidade, que apresenta a criança como má, sobretudo nos meios de comunicação; e à biologização, que entende estágios definidos de desenvolvimento infantil.

Podemos perceber que essas imagens colocam o adulto em um lugar privilegiado por entenderem a necessidade de proteção, educação, privação e orientação das

crianças sem reconhecer, necessariamente, que são seres independentes. Para Tomás (2007), nesse cenário torna-se difícil aceitar a criança, vista sempre sob a tutela do adulto e dos espaços privados nos quais são reguladas por eles, como cidadã ativa e como sujeito completo e independente.

É preciso construir um novo paradigma que considere que crianças são atores responsáveis por construir parte de sua cultura infantil, o paradigma da participação infantil. A partir do momento em que são entendidas em toda sua alteridade (SARMENTO, 2005) deixam de ser interpretadas como seres carentes de proteção e educação para se tornarem sujeitos de pleno direito. Nesse sentido, Geane Castodi (2011) aponta para o movimento de cosmopolitismo infantil, protagonizado por organizações que lutam pela garantia de direitos universais a todas as crianças. Apesar do empenho em torno da construção de direitos da infância em todo o mundo as desigualdades fazem com que esse seja um terreno heterogêneo, plural.

Para compreender o elemento que une as crianças em meio a tantas variáveis, Sarmento (2005) recorre ao conceito de geração, explicando a infância como uma “categoria estrutural” que contribui para a estratificação social, definida por grupos de idade que são construídos pelos atores que os compõe. As gerações dividem uma “consciência comum” por compartilharem uma mesma época e mesma classe etária que é constantemente “preenchida e esvaziada”. Também é possível diferenciar a idade adulta da infância por meio de características próprias a cada geração, e não por meio da negação de características do outro grupo.

A nosso ver, a maior contribuição do conceito de geração é permitir que se relacione a infância a outras categorias estruturais que ordenam a realidade, como classe, gênero ou raça. Ou seja, as crianças fazem parte de um grupo geracional que lhes atribui diversas características e, ao mesmo tempo, participam de outros grupos que geram condições materiais de vida, padrões de relações socialmente construídos, opressões etc. A diversidade da infância se explica, portanto, pela infinidade de condições diferentes em que vivem as crianças.

Uma criança da classe média europeia, do gênero masculino, do grupo etário, por exemplo, dos 6 aos 12 anos, da etnia dominante e raça branca tem muito mais possibilidades de viver com saúde, de aceder à educação escolar, de ter tempo para brincar e de aceder a alimentos, roupas, condições de habitação, jogos e espaços de informação e lazer que uma criança do mesmo grupo etário, mas que tenha nascido em África ou na América do sul,

pertencente a meios populares e que integre o gênero feminino: são muito menores, neste caso, as possibilidades de estudar, brincar e aceder a bens de consumo, e muito maiores as possibilidades de estar doente e de ter sobre os ombros as responsabilidades e os encargos domésticos (SARMENTO, 2005, p. 370).

Considerando o conceito de geração vemos que a infância não constitui um espaço sagrado de proteção de determinados segredos e hábitos, como apontava a concepção moderna. Não se trata de um momento de preparação para a vida adulta, mas sim de uma fase com suas particularidades. Se compreendermos a infância como o divisor do universo adulto pautado na diferença do que sabem ou fazem, estaremos restringindo nossa percepção a um universo determinado de crianças que vivem, de fato, alheias às práticas e aos conhecimentos atribuídos aos adultos. Estaríamos colocando na centralidade da infância a ideia adulta burguesa ideal de como deveria ser a vida das crianças em detrimento de sua experiência real que, muitas vezes, rompe com essas expectativas.

Se tivermos como base as condições materiais de vida das crianças, os lugares em que vivem e brincam, o contexto familiar em que são criadas, entre outros muitos fatores, vemos claramente a necessidade de trazer essa pluralidade para o estudo da infância. Castodi (2011) explica que a lógica capitalista, alimentada pela lógica do consumo e do mercado, tem orientado não só a área econômica, mas também a social. O incentivo à competição e ao individualismo somam a esse cenário, fazendo com que uma pequena parte da população usufrua dos benefícios criados enquanto a maior parte enfrenta dificuldades crescentes para viver com dignidade.

Esse cenário é repleto de desafios e atrocidades para todos os sujeitos aos quais essas condições são impostas. No entanto, não resta dúvida que, em um mundo onde os espaços públicos e privados, o trabalho, o tempo e as cidades são organizadas de acordo com as necessidades dos adultos, as extremidades geracionais da vida são as mais prejudicadas. Crianças e idosos vivem em espaços específicos, com rotinas controladas e chances reduzidas de participar em processos decisórios. A realidade criada por e para adultos inibe as ações de crianças e idosos, que possuem particularidades e restrições por conta da idade. Por esses motivos, as crianças são um dos grupos mais afetados pela pobreza e pela marginalidade (CASTODI, 2011).

Percebemos que os progressos conquistados com relação aos direitos das crianças não anulam a série de fatores que compõe sua realidade cotidiana. Compartilhamos com as crianças os segredos que antes eram exclusivos da vida adulta e, ao mesmo tempo, não



permitimos sua participação na sociedade. Restringimos seu espaço à casa e à escola, onde ficam submissas ao controle de adultos. Se antes, na Idade Média, tínhamos um cenário hostil para crianças e, com a modernidade, criamos instituições que regularam a infância e que agora perdem o controle, podemos perceber que

[...] as condições de existência das crianças não são tão fáceis hoje. Ao contrário, são mais complexas. Não é maior a autonomia que lhe é atribuída, é mais dissimulado o controle que sobre elas é exercido; não é mais seguro o caminho do desenvolvimento, são mais inquietantes e turbulentos os contextos de existência; não são mais igualitárias as oportunidades de vida, são até perversamente mais desigualitárias; não é mais claro o sentido das relações intergeracionais, ele é mais amplamente jogado entre a horizontalidade de um respeito atento às diferenças e a assimetria de poderes de participação e decisão coletiva (SARMENTO, 2005, p. 17).

Apresentamos os argumentos sobre a composição da realidade das crianças atualmente para mostrar quão diversas são as infâncias que daí derivam. Postman (2008) acreditava que o fenômeno decorrente de todas as transformações na sociedade, com relação ao conhecimento e às instituições, seria o desaparecimento da infância. Por outro lado, Sarmiento (2004; 2005) defende que estamos acompanhando sua reinstitucionalização. Para o autor, a infância não ocupa mais o mesmo lugar em razão da falência das instâncias responsáveis pela sua regulação, que passam por mudanças estruturais; e também das narrativas capazes de justificá-las, que são reelaboradas conforme se instituem as infâncias.

Acreditamos ser relevante resgatar, para a compreensão desse argumento, a reflexão de Berger e Luckmann (1978). Os autores explicam que na dinâmica da sociedade os hábitos reciprocamente tipificados não são universais. São criados em comum acordo por um grupo de pessoas que, eventualmente, interagem com grupos que possuem hábitos tipificados distintos. Alguns hábitos são amplamente compartilhados, outros não. Se lembrarmos que esses hábitos reciprocamente tipificados, historicamente, dão origem às instituições, podemos compreender com clareza o que acontece com a infância atualmente. Muitas instituições da infância coexistem.

Portanto, não se trata do fim, mas de se compreender as várias formas de ser criança e a “heterogeneização da infância como categoria social geracional” (SARMENTO, 2004). As crianças se apropriam de novos papéis, inerentes à sua realidade e constroem, elas mesmas, uma cultura infantil que resiste à regulação exclusivamente adultocêntrica. Quando olhamos para as mudanças nas instâncias que regulam a infância e na dinâmica da sociedade

de forma geral, não olhamos para o fim da infância. Vemos a sua pluralidade e reconhecemos que a experiência das crianças, por mais diversas que sejam, são válidas para construir seu universo simbólico.

### **3.2 INFÂNCIA NO BRASIL: DESIGUALDADES E DIREITOS**

Discutimos sobre a crise social da infância porque, certamente, as ideias apresentadas antes disso não contemplam a realidade brasileira. Por mais que se considere importante manter alguma proximidade com os elementos que possibilitaram identificar o surgimento da infância, é preciso ser coerente com a realidade da vida cotidiana das crianças atualmente. Para isso, é fundamental refletir sobre a falência das instâncias reguladoras, o lugar das crianças nos espaços físicos, sua participação nas decisões e sua condição como sujeitos de direitos. A definição da infância como categoria geracional permitiu compreender de que forma a marginalização e a pobreza interferem na vida das crianças e fazem parte da infância que é organicamente desenvolvida em um determinado contexto.

Tendo clareza em torno desses aspectos e de como compõe a infância, pretendemos nos voltar brevemente para a compreensão do cenário social e político do Brasil que, definitivamente, impacta em sua construção social. A dinâmica da sociedade ocidental e capitalista, de forma geral, tem sua contribuição. Mas o Estado brasileiro apresenta configurações específicas, como a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes que passou por mudanças recentes no âmbito jurídico com a Constituição de 1988 e a implantação do ECA, mas pautado por uma prática que resiste às mudanças legalmente determinadas. Tendo em vista esse cenário, naturalmente que a infância não cabe toda na imagem idealizada por adultos europeus burgueses. É diversa e é desenvolvida organicamente à experiência das crianças que, por sua vez, é condicionada por suas condições materiais, sua proteção legal, seu lugar histórico e social.

Trazendo essas reflexões no cenário brasileiro, Marchi (2009) afirma que, por mais que uma crise social da infância possa ser pensada na relação das antigas ideias sobre infância e das imagens que existem hoje, a infância pobre no Brasil não acompanha essas transformações, precede-as. Os elementos que se alteraram fazendo surgir a discussão da crise social da infância debatidos por muitos autores sempre fizeram parte da realidade de grande parte das crianças brasileiras. A autora comenta que, desde os anos 70, a divisão que se faz

entre “crianças” e “menores” explica claramente essa diversidade que é demarcada pelas desigualdades do país.

Na sociedade brasileira em que prevalece a exclusão social, uma “democracia sem cidadãos” (Pinheiro, 1996 apud Hughes e Hoffman, 1998) não é estranha à idéia de crianças “sem-infância” ou à infância como “privilégio” de poucos. Nesta direção, compreendo que a luta pelos direitos da criança (nomeadamente na Convenção de 1989), pode ser compreendida como mais um movimento no imenso tabuleiro de defesa da “norma da infância”. Uma parte da sociedade se organiza para que a idéia de criança/infância não “desmanche no ar”, como já previa Marx em relação aos “sólidos” da modernidade (MARCHI, 2009, p. 13).

Marchi (2009) parte da reflexão sobre a radicalização do processo de individualização das crianças, no qual são reconhecidos seus direitos como sujeito com base nos direitos do homem e do cidadão, para explicar de que forma foram criadas diferentes infâncias no Brasil. Para a autora, as crises nas instâncias reguladoras das vidas das crianças, como a família e a escola, discutidas na defesa da crise social da infância, passaram a ser consideradas pelos pesquisadores porque afetam atualmente famílias ricas. Na verdade, a infância pobre não enfrenta tal crise por nunca ter contado com a intervenção constante e efetiva dessas instâncias sendo que seu enfraquecimento não representa mudanças significativas.

As diferenças no tratamento da infância pobre não se esgotam aí. A própria ideia da autonomia e da individualização, absolutamente necessárias para garantir às crianças a possibilidade de participarem de escolhas e terem liberdade para decidir sobre suas vidas, praticadas nesse âmbito, fazem com que crianças pobres sejam vistas como precoces. Dessa forma, as crianças de rua não são geralmente encaradas pela sociedade como sujeitos de direitos buscando sobreviver de forma autônoma em decorrência das situações em que viviam antes. São estigmatizadas como vítimas de abandono e violência familiar ou como potenciais criminosos que oferecem risco aos demais cidadãos. Veremos, no tópico seguinte, como isso afetou legalmente a infância e adolescência no Brasil.

Se lembrarmos as discussões feitas anteriormente sobre o aprisionamento das crianças na escola e na família, esferas privadas que dão ao adulto o controle sobre suas atividades, entenderemos que a autonomia e a individualização, por mais intimidantes que sejam, têm consequências positivas. Descentralizam o controle dos adultos fazendo com que as crianças tenham mais chances de participação, ainda que em espaços específicos,

contribuindo para que se supere o paradigma da negatividade que supõe crianças como seres incompletos. Possuem, por outro lado, uma face negativa que pode ser vista na argumentação de Postman (2008) sobre o desaparecimento da infância.

No entanto, Marchi (2009) chama a atenção para o fato de que já se atribuiu essas características à infância pobre no Brasil bem antes da crise que enfrentam as crianças da classe média nos dias atuais. Mas, sua necessidade de assumir as responsabilidades sobre a condução de sua vida antes de tantas outras crianças não as torna cidadãs. Não faz com que participem mais ativamente dos processos de decisão que as afetam. “Assim, a individualização dessas crianças é um processo contraditório porque não tem correspondência na realização de sua cidadania” (MARCHI, 2009, p. 17). Sua individualização e autonomia foram forçadas por determinadas situações, como a ausência da família e da escola, e lhes é negada em outras, em que não podem contar com o apoio do Estado para agir de acordo com sua vontade, sendo impedidas de usufruir seus direitos mais básicos.

Devemos olhar para as definições de infância construídas a partir da modernidade e refletir que ignoravam boa parte das crianças que viviam sob condições diversas desde então. Queremos dizer que, embora o estudo da infância tenha sido estruturado tendo como base características exclusivas à vida cotidiana de parte das crianças, outra infância coexistia. As formas de lidar com o tema se transformaram e variam desde a homogeneização das diferenças até a radicalização da individualização. Marchi (2009) afirma que enquanto os adultos imaginaram uma infância ideal, crianças pobres em diversas partes do mundo construíram outros modos de ser, vistos, por adultos, como um risco à infância.

Defendo que, no caso da infância pobre, não se trata de “crise” mas de não-realização da infância nos moldes em que a instituiu a modernidade; do não acesso de crianças às condições materiais e simbólicas necessárias a esta realização. Neste sentido, a ideia do “desaparecimento” da infância/criança faz sentido apenas *junto* à infância *realizada* (junto à infância com meios materiais e simbólicos para a sua efetivação), porque a ideia de infância/criança junto às famílias pobres *sempre foi* uma ideia-problema, tendo a sua institucionalização “perturbada” por dois grandes “tipos” de dificuldades: os que podemos chamar de “pedagógicos” e que tem no chamado “fracasso” ou “insucesso” escolar a sua mais definida expressão (ainda que ideologicamente camuflada na ideia socialmente aceita de meritocracia) e as dificuldades relacionadas ao comportamento “desajustado” ou “desviante” da criança na família ou na comunidade e que tem na chamada “delinqüência juvenil” a sua face mais expressiva (MARCHI, 2009, p. 18 - grifos do autor).

As defesas de Marchi (2009) são importantes para mostrar que os problemas que começam a ser enfrentados agora pelas crianças e jovens da classe média e alta sempre fizeram parte do cotidiano das crianças pobres. A autora ressalta que, no entanto, eram tidos como problemas de ordem policial ou de intervenção estatal, e não como problemas sociais decorrentes das formas de organização e produção da modernidade tardia. A imposição de uma imagem ideal de infância e a crise que enfrenta não tinham relevância quando atingiam apenas a parcela pobre da população. “Muitas crianças no Brasil e no mundo estão há muito tempo sendo fruto da negação da infância tal qual modernamente estabelecida” (MARCHI, 2009, p. 19).

Uma ressalva importante é feita pela autora: uma mudança nas representações sociais da infância afeta todas as crianças, independentemente de suas condições materiais. Se deixarmos de pensar em crianças como pessoas que devem ser protegidas, poupadas de certos aspectos da vida adulta e entendidas em sua alteridade, mesmo que partindo das elites, as crianças pobres enfrentarão ainda mais dificuldades com relação à garantia de seus direitos. Sobretudo se levarmos em consideração a realidade do Brasil, em que as discussões em torno dos direitos de crianças e adolescentes ainda é primordialmente centrada em sua proteção.

Como vimos antes, por mais significativos que sejam os avanços com relação à garantia de direitos básicos e à proteção, é preciso percorrer um longo caminho para que as crianças sejam vistas como cidadãos com o mesmo status dos adultos. Os direitos relativos à liberdade ainda estão distantes, uma vez que o Brasil apresenta uma cultura voltada para a institucionalização de crianças e adolescentes pobres. No mais, a restrição do convívio em ambientes privados como a família permite que o poder dos adultos seja, apesar dos direitos garantidos por lei, muito maior que o da criança. A participação de crianças em decisões, seja no âmbito privado da família e da escola ou no público do Estado e das leis, não é exercida ou incentivada.

Exemplo da assimetria de poder na relação entre adultos e crianças no âmbito privado é a cultura que acredita na agressão física como forma de educação, tendo como prerrogativa um discurso de proteção e de formação para a vida adulta. O ambiente familiar é o espaço em que a maior parte de agressões em crianças acontece e essa é uma das maiores motivações para que elas se afastem da família e busquem a rua como alternativa para sobreviver (UNICEF, 2006). A solução para esse problema estaria no acompanhamento da família e apoio à criança.

O aparelho estatal, que poderia auxiliar nas situações em que a convivência familiar requer apoio pauta-se em uma cultura que institucionaliza a criança. Rizzini (2011) afirma que, antes da aprovação do ECA, crianças em situação de pobreza ou que viviam em famílias com dificuldades, eram facilmente encaminhadas para instituições como se fossem abandonadas. Supunha-se que a criança marginalizada seguiria um ciclo de violência e delitos, um distanciamento do normal como veremos a seguir. Apesar das mudanças na legislação, essas práticas legitimadas no passado ainda são presentes na atuação do Estado.

Tendo em vista esse cenário, Marchi (2009) afirma que “no Brasil, trata-se ainda de garantir *igualdade* entre crianças” que experimentam circunstâncias diversas marcadas pela desigualdade do país, que é econômica, social e cultural. As opressões estruturais de classe, etnia e gênero, por exemplo, determinam diferenças materiais e simbólicas na vida de crianças e adolescentes. A distância entre meninos e meninas, brancos e negros, pobres e ricos, ainda é imensa. Por isso cultiva-se a ideia de que crianças devem ser protegidas, o que é absolutamente legítimo e necessário. Mas é preciso que sejam olhadas, também, pela perspectiva da cidadania e dos direitos que lhes são negados.

### **3.2.1 Garantia de Direitos: o Caminho até o ECA**

Para compreender a infância no Brasil é preciso que nos voltemos, brevemente, para a história dos direitos das crianças e adolescente no país. Podemos assim perceber a diferença na garantia de direitos de proteção e liberdade e, mais importante, a forma como o Estado brasileiro diferenciou e estigmatizou a infância pobre por meio de sua legislação. O processo de redemocratização do país na década de 1980, promovido pela efervescência política da época, protagonizada por movimentos sociais e populares, permitiu que fossem feitas mudanças relevantes no que diz respeito aos direitos sociais e civis, entre eles, os de crianças e adolescentes.

É preciso compreender, primeiro, o parâmetro que orientou as ações do Estado com relação às crianças e adolescentes antes do ECA, responsável por alimentar um senso comum que criminaliza a infância pobre. Notadamente, o Estado brasileiro passa a se preocupar com essa parcela da população por duas razões: a necessidade de oferecer assistência às crianças abandonadas ou que vivem nas ruas; e a ideia crescente de que essas crianças são um risco à ordem, em decorrência do aumento da criminalidade infantil e juvenil. Com essa justificativa, a legislação menorista, voltada às crianças e adolescentes no Brasil,

seguiu um padrão autoritário voltado à institucionalização e à punição, tal qual para os adultos.

Embora algumas reformas tenham sido feitas e os discursos atualizados, passando da criminalização para a vitimização, e mesmo com a influência de tratados internacionais, as práticas com esse grupo continuam seguindo o mesmo parâmetro. Pretendemos, neste texto, explorar a forma como o Estado brasileiro tratou crianças e adolescentes, os principais marcos internacionais sobre o tema e como impactaram a realidade brasileira. Do mesmo modo, acreditamos ser importante mostrar quais organizações e movimentos sociais colaboraram com a superação da lógica da punição e permitiram a criação de um sistema de atuação pautado pela proteção integral, colocando crianças como sujeitos de direitos.

Esse foi um longo caminho, marcado pela desigualdade social que sempre acompanhou a história brasileira, fazendo com que a pobreza e condições precárias de vida fossem (e ainda sejam) a realidade de muitas pessoas. As infrações à lei sempre fizeram parte desse cenário e, segundo Mattioli e Oliveira (2013), desde o Império a escolha do Estado tem sido agir de forma repressiva. Também desde então, existem grupos de crianças e jovens que vivem em espaços públicos em decorrência do abandono dos pais ou mesmo da intenção e fugir de maus tratos.

Se pensarmos no entendimento moderno da infância (incluindo aqui a juventude, que também é vista como um momento diferente da vida adulta), percebemos que a vida nos espaços públicos rompe alguns padrões normativos. Vimos há pouco que crianças são diferentes de adultos por pertencerem a outra categoria geracional, independente de seus hábitos, do contexto em que vivem, do seu conhecimento. Mas essa é uma discussão recente, pautada no discurso do Estado e na legislação atual. Antes disso, jovens e crianças que viviam nas ruas subvertiam alguns fatores que faziam com que fossem vistos como tal. Sabemos que a escola, a casa e a família demarcaram a divisão do mundo adulto e, ao buscar outros espaços, a “hierarquia de controle” dos adultos feita por essas instituições é dificultada (LOPES *et al.*, 2006).

Esse cenário tornou-se mais complexo e abrangente com a urbanização e o crescimento industrial que, desencadeando a expansão da economia e das cidades, resultou também na emergência de problemas sociais tais como os da saúde, da pobreza e da criminalidade. Frente a essas questões, o Estado se viu obrigado a agir, criando entidades assistenciais guiadas pela caridade ou por práticas higienistas (MATTIOLI; OLIVEIRA,

2013). De forma específica, a infância pobre e desamparada passa a ser vista como um risco para a sociedade.

As crianças que viviam nas ruas eram, em sua maioria, descendentes de escravos ou filhos de trabalhadores desempregados. Mesmo os que, de fato, eram empregados, tinham duras condições de vida. Essas crianças passam a ser vistas como um risco para a sociedade pois, sendo das classes consideradas perigosas, podiam vir a ser adultos rebeldes ou, ainda na infância, cometer infrações e aderir a vícios indesejados. Apresentava-se um novo cenário porque, embora o abandono sempre tivesse existido, as crianças que viviam nas ruas, além de não possuir condições materiais de sobrevivência, eram desprovidas do ambiente familiar que seria responsável, segundo Londoso (1991), pela “formação moral”.

Enquanto a ideia da infância pobre como um perigo para a sociedade era alimentada, crescia também a compreensão de que as crianças seriam o futuro do país. Em grande parte, esse discurso foi embasado pelo momento histórico da expansão industrial, em que a demanda por mão de obra se tornou evidente. Mais do que controlar essas crianças e adolescentes, era preciso prepará-los para que se tornassem o “capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir” (LONDOSO, 1991, p. 82).

Assim, a preocupação jurídica pelo menor se inscrevia tanto no projeto de restauração de formas de autoridade tradicionais onde predominava o paternalismo, como na introdução de formas de tratamento do menor abandonado coerentes com o reordenamento da desagregação produzida pela modernização (LONDOSO, 2001, p. 82)

Desde então, cria-se no Brasil uma distinção entre a criança rica e a criança pobre. As políticas do Estado que se dirigiam ao primeiro grupo eram voltadas à educação com vistas a formá-las gestoras da sociedade. As alternativas do Estado para lidar com o segundo grupo, visto pelos estigmas do risco a sociedade, a vitimização ou o futuro do país, variavam entre a formação como mão de obra para o trabalho, atendendo à demanda da modernização capitalista, ou o controle pela punição, garantindo a segurança e a ordem da sociedade (LOPES *et ali*, 2006).

Na formação social brasileira, organização do sistema de intervenção social na infância começa a ser estruturada numa conjuntura marcada pela expansão do industrialismo e pela acentuada urbanização, em que a questão social tomava gigantescas proporções. Nessa conjuntura, os filhos da classe trabalhadora eram submetidos às mais cruéis formas de exploração e aviltamento, sobrevivendo em precárias condições. É nesse panorama que surge a questão social relacionada à infância, atingindo as crianças



abandonadas e expostas às mais perversas perspectivas de sobrevivência, que encontram nas ruas os meios de reprodução cotidiana. (NUNES, 2002, p. 2).

De acordo com Paula (2001), o aumento significativo de crianças e adolescentes desassistidos e a necessidade de controle sobre eles dá origem ao Código de Menores de 1927, conhecido como Código Mello Matos, que define a legislação voltada a um grupo específico de crianças, chamadas de menores. Trata-se da primeira legislação específica para crianças no Brasil. A sua criação, no entanto, não significa um avanço no que diz respeito à garantia de direitos de qualquer ordem, seja proteção ou liberdade, para crianças. Representa, tão somente, a base legal para que se possa punir crianças e jovens em situação irregular ou intervir em seu ambiente familiar.

O Código de Menores concretiza judicialmente as categorias em que se enquadravam as crianças pobres ou desassistidas, classificando-as como menores abandonados ou delinquentes (MOTTIOLI; OLVEIRA, 2013). De acordo com esses tipos, eram tratados ou como vítimas do abandono dos pais e da realidade das ruas, ou como um perigo para a sociedade, por terem se envolvido em delitos. Tanto o âmbito jurídico quanto o de assistência foram unificados pelo código no Juiz de Menores, que centralizava as decisões relativas às crianças. Paula (2001) afirma que essa era uma figura autoritária, sendo que o melhor interesse da criança, que deveria ser considerado nas deliberações, estaria sempre subjugado à vontade do juiz.

Embora o Código de Menores tenha representado um pequeno avanço, fazendo com que as crianças antes encaminhadas diretamente à polícia tivessem a possibilidade de julgamento e assistência social, essa legislação reforçou um estereótipo negativo com relação às crianças pobres. Não só demarca judicialmente a diferença entre crianças e menores, mas também cria uma identificação do menor com a criança pobre por meio da atuação do sistema de intervenção na infância.

Para compreender essa questão, devemos olhar para as alternativas oferecidas pelo Estado brasileiro às crianças e adolescentes que viviam nas ruas ou que se envolviam em delitos. Como vimos, a aposta no trabalho servia a dois propósitos: a demanda por mão de obra da industrialização e o controle dessa população que se apresentava como um suposto risco. No entanto, com o fenômeno da urbanização e o forte êxodo rural, a oferta de mão de obra se torna maior do que a disponibilidade de trabalho. A lacuna que se forma traz inúmeros problemas para a população desempregada, incluindo a infanto-juvenil. Mas a resposta do

Estado, como mostra Londoso (1991), é fazer com que os comportamentos não excedam um padrão normativo.

Ainda segundo o autor, a exclusão do mercado de trabalho não é vista como uma razão que desencadeia o “desvio da conduta”. A explicação encontrada pelo Estado brasileiro se ancora em uma das instituições modernas que controla a infância: a família. Portanto, percebemos que se atribuiu ao trabalho, a solução para infância e juventude desassistidas, que deveria tomar o lugar dos delitos ou dos vícios. Quando essa saída se torna inefetiva, passa-se a creditar à família esses comportamentos, em decorrência do “abandono moral”. Ou seja, mesmo a criança que tem família e não vive nas ruas, pode ser considerada abandonada por suas ações porque não lhe foi ensinada a moral – são “órfãos com pais vivos” (LONDOSO, 1991).

Podemos perceber nesse discurso que as causas encontradas para o aumento do envolvimento de crianças e jovens com delitos ou vícios são a família, pela ausência da moral, e a rua, que os reúne em um mesmo espaço sem a autoridade de um adulto, sendo um lugar propício aos vícios e ao ócio. Se nenhum desses ambientes é saudável para a vida das crianças e adolescentes, o Estado brasileiro encontra na institucionalização a saída, uma tradição que irá permanecer por muitos anos, que consiste na internação em organizações públicas ou filantrópicas.

As crianças são, assim, afastadas de suas famílias ou das ruas, os dois motivos que as fariam ter comportamentos indevidos, e ficam sob a tutela do Estado. Esse fato fica evidente quando notamos que crianças desacompanhadas dos seus responsáveis por breves períodos de tempo eram recolhidas e classificadas como em “vadiagem”, “motivo que levava muitos filhos de operários aos serviços de contenção de menores do Estado” (PAULA, 2001, p. 13). Sobre isso, Volpi (*apud* PAULA, 2001, p. 14) comenta ainda que “temos então uma síndrome, uma obsessão pela internação do adolescente, por retirar, punir e tentar enquadrar essas crianças, sejam pobres, meninos de rua ou infratores”.

Dessa forma, o Código de Menores contribuiu para uma associação entre infância pobre e delinquência ou abandono. Se, na sua criação, o termo menor designava determinada idade em que se definia a responsabilidade de um indivíduo para com a lei; passa com o tempo (e em decorrência da culpabilização da família e da rua) a se referir a crianças pobres abandonadas ou envolvidas em delitos. E como vimos, a ação estatal com relação a essas crianças e jovens é pautada, segundo Nunes (2002), pela mercantilização da mão de obra infantil; e pela criminalização e penalização, regidas pela lógica de repressão e controle.

Associava-se a proteção ao controle penal, criando a categoria “*menor*” para aqueles que necessitavam de alguma assistência. Fossem os “abandonados”, fossem aqueles que cometiam algum ato infracional - os infratores, ambos eram taxados de “*menores*”. Configurava-se como uma legislação apenas para esses “*menores*”, ou seja, para os que tinham “*menoridade social*”, crianças e adolescentes pobres. Esta imersão de duas diferentes situações sobre o rótulo “*menor*” fez com que elas se tornassem miscigenadas, constituindo, assim, um imaginário popular sobre a infância e juventude que associava, e ainda associa, a pobreza e o delito, o abandono e a infração, reforçando um pensamento causal sobre origem de classe e condição jurídica de vida (LOPES *et al.*, 2006, p. 117).

O Código de Menores é criado em um momento em que a questão da infância começa a ser debatida no cenário internacional. Com o fim da primeira guerra mundial, os países buscam se unir em uma organização que preserve a paz, criando para tal fim a Liga das Nações, em 1919. É nesse espaço que se propõe, pela primeira vez, uma discussão sobre proteção à infância que se concretiza em um documento de recomendações aos países membros, a chamada Declaração de Genebra de 1924. Esse é um marco para a história dos direitos da infância que, no entanto, se limita a colocá-la submissa ao mundo adulto, vulnerável, carente de proteção.

O próprio texto da Carta reforça a concepção de uma infância passiva, carecedora de cuidados na condição de objeto de proteção, visto que declara que a criança deve receber os meios necessários para seu desenvolvimento; deve ser alimentada; precisa ser ajudada; precisa ser recuperada; deve ser protegida; deverá ser educada. Esta concepção de vulnerabilidade da infância que precisava ser protegida e socorrida era reflexo de uma época pós-guerra em que o grande número de crianças abandonadas constituía-se uma realidade (MATTIOLI; OLIVEIRA, 2013, p. 16).

Percebemos aqui uma aproximação entre a legislação brasileira, publicada três anos depois, e as discussões que se faziam em esfera internacional. Seja pela ótica da vitimização e da proteção, ou da criminalização e da punição, crianças e adolescentes são vistos como objetos, não como sujeitos. Além disso, Mattioli e Oliveira (2013) ressaltam que a declaração não possuía nenhum poder coercitivo, ou seja, não havia para os países envolvidos qualquer obrigação de alterar estruturas de intervenção na infância e juventude, ou a necessidade de apresentar relatórios e discussões sobre as ações desenvolvidas em âmbito nacional, servindo apenas como uma recomendação.

O cenário internacional, no que diz respeito à infância, permaneceria inalterado por mais de 30 anos. Após a Segunda Guerra Mundial, um período em que os direitos humanos foram drasticamente desrespeitados, há uma comoção mundial no sentido de evitar

que essa barbárie pudesse voltar a acontecer. Assim é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne um grupo de países que buscam atuar voluntariamente em favor da paz mundial. Em 1948 a ONU assina a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consolida a compreensão que atualmente se tem dos direitos humanos, como universais e indivisíveis.

As mudanças com relação aos direitos de crianças e adolescentes aconteceriam uma década depois quando, em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração dos Direitos da Infância. Trata-se de um momento muito importante porque o discurso sobre a infância apresentado é construído por um novo paradigma e, pela primeira vez, passe-se a compreender as crianças não como objetos de proteção e controle, mas como sujeitos de direitos.

A declaração também amplia os direitos universais que devem ser garantidos a todas as crianças, levando sempre em consideração o melhor interesse da criança como parâmetro. Dessa forma, são apresentadas: a necessidade de oferecer educação escolar para toda a população infantil; a prioridade de criar as crianças no ambiente familiar, na presença dos pais, com carinho e afeto, sendo afastada apenas em situações extremas; a posição da criança como a primeira a receber proteção e socorro; e o direito de viver em um ambiente de compreensão, tolerância e paz entre os povos (MATTIOLI; OLIVEIRA, 2013).

Vemos um grande avanço em decorrência da mudança na compreensão da própria infância, um discurso que assume crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e a centralidade do interesse da criança como norteador de todas as ações de proteção da infância. Também devemos destacar que, embora a autoridade da ONU tivesse um impacto na proposição dessas questões, a Declaração dos Direitos da Infância, assim como a anterior, não possuía poder coercitivo, não existindo nenhuma cobrança para que os países signatários efetivamente trabalhassem nesse sentido.

Pouco tempo depois, em 1961, é publicada a primeira edição do livro de Philippe Ariès (1981) sobre a história da família e da infância, explorado no primeiro capítulo desde trabalho. Como vimos no decorrer das discussões, o pensamento do autor foi amplamente discutido e criticado. No entanto, foi responsável por apresentar um estudo que, pela primeira vez, definia a infância como uma construção social, formada no período de emergência da modernidade, sistematizando as instituições que contribuíram nesse processo. Segundo Rosemberg (2008) a Declaração dos Direitos da Infância e as ideias do livro de

Ariès, apesar das limitações, consolidaram discursos que repercutiram no cenário brasileiro, inclusive na elaboração da Constituição de 1988, como veremos em breve.

Antes disso, consideramos importante voltarmos, novamente, ao cenário brasileiro, para que possamos mostrar um pouco de como se deu a intervenção do Estado na vida de crianças e adolescentes durante o período da ditadura civil-militar. Também influenciado pelo momento pós Segunda Guerra Mundial, o modelo do Estado de Bem-Estar Social surge na Europa, em decorrência da necessidade de fortalecer instituições estatais para que fossem capazes de promover justiça social, que se faria imperativo com a modernização da economia.

Esse modelo se desenvolve no Brasil junto a um governo ditatorial em que os militares, segundo Rossato (2008), optam por centralizar o poder político como forma de buscar estabilidade frente às mudanças da modernização. Caso perdessem o controle, temiam que os ideais revolucionários da esquerda se propagassem. É preciso, portanto, se abrir para o desenvolvimento, mas dando ênfase para a segurança nacional, evitando possíveis revoltas populares.

Se pensarmos que as crianças abandonadas, que viviam nas ruas, ou os filhos de trabalhadores pertenciam às classes revoltosas, desprovidas de moral e lembrando que se associava à infância pobre a delinquência, podemos compreender como crianças e adolescentes passaram a ser considerados um problema de segurança nacional (LONDONSO, 1991; ROSSATO, 2008). Classificando-os como tal, o Estado reconhece essa população como um risco, passando a intervir antes que, de fato, qualquer descontrole social pudesse daí surgir.

Assim, a ditadura implantada no Brasil em 1964 assenta sua base ideológica e política de justificação na garantia de que essa mudança dar-se-ia de modo centralizado e controlado. Impedindo, desse modo, que as forças inimigas visíveis e invisíveis do país se aproveitassem de um momento de instabilidade social para revolucionar a sociedade. Portanto, centralizado o poder político de modo autoritário, inicia-se o chamado processo de desenvolvimento com segurança. Com isso, as mudanças socioeconômicas de modernização do país aprofundam-se, ocasionando a iminente necessidade de reformas nas políticas assistenciais em prol de uma efetiva conformação do chamado Estado de Bem-Estar Social. Processo, que conseqüentemente atinge as instituições sociais de assistência ao chamado menor, enquanto um problema considerado de suma importância, já que a questão do menor tratava-se de um relevante desajuste social agravado pelo chamado progresso e modernização da economia. Razão pela qual aos “olhos” ditatoriais o problema do menor transformou-se numa questão de segurança nacional, por serem portadores de um natural sentimento de

revolta e, portanto, possíveis inimigos da pátria. Por isso, o menor visto como foco de conflito, descontrole social e/ou político, requereu, de parte dos governos ditatoriais brasileiros, lançar mão de um trabalho preventivo (ROSSATO, 2008, p. 18).

A mudança de visão do próprio Estado demanda uma adequação da legislação e das políticas dirigidas aos menores. Durante o período do Estado Novo foi criado um órgão do Ministério da Justiça, chamado Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) que, segundo Lopes, Silva e Malfitano (2006) funcionava como um sistema penitenciário para menores. Esse já se mostrava obsoleto por causa de inúmeras rebeliões feitas por internos e pela utilização de técnicas de reeducação inadequadas (LONDOSO, 1991) que, nos anos 1960 foram consideradas ultrapassadas por uma parte politizada da sociedade brasileira.

Vemos nesse cenário uma série de novos fatores, como a implantação da ditadura civil-militar que, além do desafio de resolver o problema da marginalização do menor, causado pelas ruas e pelas famílias desestruturadas, precisava garantir que esses não entrariam em contato com ideias comunistas; a Declaração dos Direitos da Criança da ONU; e o repúdio ao SAM. A superação do antigo modelo, em teoria, foi feita com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em 01/12/64, pela Lei 4.513, que tem como função implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNABEM). Cabia à Funabem avaliar os problemas com base em pesquisas, planejar as ações e orientar, coordenar e fiscalizar as organizações responsáveis por executar a Pnabem (MATTIOLI; OLIVEIRA, 2013).

A nova política voltada ao menor era, também, pautada por um novo discurso que admitia que a questão da criança delinquente ou abandonada, embora fosse universal, assumia contornos específicos no Brasil, um país em desenvolvimento marcado pela desigualdade social e pela conseqüente marginalidade. Essa é uma mudança importante quando lembramos que, durante a Segunda Guerra Mundial, razões biológicas e raciais eram consideradas determinantes. Da mesma forma, justificavam, em âmbito nacional, a política de internação de menores como solução para o problema. Portanto, com o novo discurso cresce a concepção de que o menor marginalizado é uma vítima das circunstâncias da modernização da economia e que o Estado deveria intervir para promover justiça social (ROSSATO, 2008).

Assim, o menor, agora entendido como menor marginalizado, visto como sujeito passivo de um desajuste social merece uma assistência social mais humanizada para a sua recuperação, a qual deveria ser levada a cabo por um atendimento calcado em um saber especializado e técnico prestado em novas

unidades especiais de atendimento. A Funabem, no entanto, encarregava-se de estudar e investigar o problema do chamado menor marginalizado: planejando, orientando e apresentando modelos de atendimento. Mobilizava a opinião pública e oferecia, ao mesmo tempo, assistência técnica aos diversos Estados, ao formar, treinar e aperfeiçoar o quadro técnico das instituições estaduais. Criou e disseminou, assim, um novo know-how de atendimento social à infância abandonada, e a ampla divulgação da nova mentalidade foi garantida, sempre no plano teórico, pela Funabem e seus órgãos (ROSSATO, 2008, p. 19).

A compreensão da influência das condições sociais e econômicas, no entanto, não se traduz em uma perspectiva que coloque crianças e adolescentes de todas as classes e condições de vida em igualdade. Pelo contrário, como mostra Londoso (1991), alimenta a ideia de que existe um padrão de desenvolvimento humano normal, que seria o da infância e juventude da classe média, do qual os menores estariam afastados, perpetuando assim a estigmatização das classes populares.

Além disso, embora a Funabem tenha sido criada como resultado das críticas feitas ao SAM, apresentando um novo discurso sobre o problema do menor e suas possíveis soluções, percebemos que, na prática, a repressão e o autoritarismo do antigo sistema se perpetuaram (ROSSATO, 2008; MATTIOLI; OLIVEIRA, 2013). Em parte, isso se deveu ao processo de urbanização acelerado imposto pela modernização. Por outra, o aumento da riqueza não foi acompanhado de sua distribuição, fazendo com que a desigualdade fosse cada vez mais profunda e os “filhos da pobreza” vivessem com a marginalização e a violência (ROSSATO, 2008).

O novo discurso do Estado reconhecia a contribuição das condições sociais e econômicas para a realidade dos “menores”, alterando o foco das causas do problema, antes concentradas na família e nas ruas. As soluções para essa política afirmavam priorizar a ação junto à comunidade e o desenvolvimento da criança em ambiente familiar. No entanto, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em 1975, chamada CPI do menor, com o intuito de avaliar a realidade dessa população, mostrou que haviam, na época, cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes abandonados e 13 milhões de carentes.

Frente a esse contingente, as alternativas de intervenção se tornam mais restritas e urgentes, fazendo com que a internação fosse, de acordo com Rossato (2008), a forma mais efetiva de controle social. A família, que havia sido brevemente isentada de parte da culpa pela situação que se apresentava, dando lugar às condições sociais, volta a ser vista como incapaz de educar e manter as crianças afastadas da marginalidade. A falência da

família como instituição reguladora reforça, também, a medida da internação, que seria responsável por interromper um ciclo de pobreza e marginalização.

Com um novo arcabouço teórico e uma proposta prática que se supunha inovadora e moderna, era preciso que a Funabem encontrasse respaldo na legislação que regulamenta a relação do Estado com a infância e juventude. Para isso, no ano internacional da criança, é elaborado um novo Código de Menores, pela Lei n.6.697/1979, que consistiu em uma reforma do código anterior. Nessa versão se consolida a doutrina da Situação Irregular “definida como a situação de privação das condições de subsistência, maus-tratos, abandono, desvio de conduta moral ou por prática de infração penal. Referidas situações colocavam a criança pobre como potencialmente criminosa” (LONGO, 2010, p. 07).

Assim, a infância dos espaços familiares privados não é contemplada pela legislação. Tão somente a de crianças que vivem em “irregularidade”, ou seja, nas ruas, ou cometendo delitos de qualquer ordem. As medidas adotadas desde então são tão repressivas que as do SAM mas, para Rossato (2008), cresce a ideia de que menores são vítimas da pobreza e de condições sociais. Por mais que o Estado tenha utilizado esse discurso e mantido práticas autoritárias que não eram compatíveis, ele passa a se desenvolver na sociedade de forma independente, originando a compreensão de meninos e meninas de rua, muito mais humana e ligada a ideia de que crianças são sujeitos.

Mas o interessante a ser destacado aqui é que esse discurso socialmente mais crítico, formulador do conceito de menor marginalizado, levado a cabo por representantes da ditadura militar, num primeiro momento, foi ideologicamente aplicado como um modo de camuflar as duras práticas autoritárias ditatoriais refletidas diretamente na assistência social; num segundo momento, tal discurso, à revelia do regime militar, radicaliza-se desdobrando-se em um novo conceito, o de meninos e meninas de rua enquanto categoria de análise mais radical da realidade política e social (ROSSATO, 2008, p. 21).

Esse entendimento foi amplamente fortalecido pela sociedade brasileira que se organizava, em um contexto menos repressivo e politicamente mais aberto, em movimentos sociais e populares. Antes mesmo da aprovação do Código de Menores de 1979, a instauração da CPI do Menor desencadeou uma pressão para que outros instrumentos legais fossem criados. No âmbito da sociedade civil, a Arquidiocese de São Paulo fundou, em 1978, a Pastoral da Menor, “com o objetivo de denunciar a situação das crianças de rua, bem como reiterar o compromisso da Igreja Progressista com os excluídos e marginalizados” (LONDOSO, 2010, p. 6-7).



Paula (2001) afirma que a Pastoral alterou a forma como a sociedade via os meninos e meninas de rua, cumprindo um papel fundamental na luta contra o extermínio dessa população, com a fala “menor não é problema, menor é solução”, em referência ao tão falado “problema do menor”. Surge assim a figura do educador de rua, que trabalhava junto às crianças, buscando alternativas no atendimento à infância.

Nunes (2002) explica que as crianças também passam a figurar nas lutas das classes trabalhadoras nos anos 1970 por meio da luta de mulheres que precisam de creches para deixar seus filhos enquanto trabalham. Na cidade de São Paulo, grupos de mulheres se organizaram para construir creches no sistema de mutirão com recursos da prefeitura. Os movimentos de bairros e de mulheres e feministas passaram a se articular, criando, em 1979, o Movimento de Luta por Creches como determinação do Primeiro Congresso da Mulher Paulista (ROSEMBERG, 2008).

Dessa forma, a questão da infância passava a figurar as lutas das classes populares com mais afinco. Foi sendo gestada, assim, a necessidade de conhecer e acompanhar o atendimento feito pelas organizações do Estado às crianças que viviam nas ruas. A partir de uma união entre a Funabem, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Secretaria de Assistência Social (SAS) é criado, em 1982, o Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua. Tinha como objetivo “conhecer e divulgar experiências de atendimento aos meninos de rua em seu próprio ambiente, propondo, desta forma, alternativas à política assistencialista e repressiva do Estado em relação às crianças de rua” (FIGUEIREDO, 1996, p. 78-79).

A realização desse projeto deu visibilidade à forma violenta com que policiais e funcionários das organizações públicas responsáveis tratavam as crianças de rua. Ficou evidente a necessidade de debater alternativas que tivessem como princípio o respeito aos meninos e meninas de rua e sua valorização. Para isso, havia a necessidade de se criar um movimento autônomo, não ligado ao governo, que fosse articulado por meio dos grupos locais do Projeto Alternativas. Em 1985 acontece o I Encontro Nacional das Comissões Locais do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos, no qual tem origem o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

Com o propósito claro de lutar por direitos de cidadania para as crianças e adolescentes, o MNMMR começa a denunciar a violência institucionalizada, provocada pela estrutura social caracterizada na omissão completa por parte do Estado em relação às políticas sociais básicas, enfatizando, porém, a

violência exercida pelos aparatos de repressão e controle: policiais e delegacias de polícia. A cidadania é colocada claramente em contraposição à violência (FIGUEIREDO, 1996, p. 81-92).

É válido destacar que o MNMMR é criado em um momento de mobilização da sociedade que se opunha ao regime civil-militar, construindo a redemocratização do país. A cidadania torna-se uma questão fundamental já que direitos civis, sociais e políticos haviam sido suprimidos durante duas décadas. Ressaltamos aqui que, segundo Longo (2010), crianças e adolescentes também construíram o movimento, tendo participação ativa no I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1986. Percebemos aqui que crianças, antes vistas como objeto de proteção e controle pelo Estado, passam a assumir a posição de sujeitos de direitos, ativos e protagonistas na luta por uma sociedade mais justa.

Nesse momento, é pensada a nova Constituição do país e, com a cidadania figurando uma das principais reivindicações dos movimentos, em 1986 é criada a Comissão Nacional “Criança na Constituinte”, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública e os constituintes sobre a infância no Brasil. Essa mobilização conseguiu reunir mais de um milhão de assinaturas para a Emenda Popular à Constituição sobre os direitos da infância (LONGO, 2010). No ano seguinte, a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (que reunia organizações como a Pastoral do Menor, o MNMMR e a Comissão Nacional da Criança na Constituinte) elaboram um texto que serve de base para a Emenda “Criança Prioridade Absoluta”, apresentada em 1987, que reivindica que os direitos descritos na declaração universal dos direitos da criança da ONU sejam trazidos para a Constituição Brasileira.

No ano de 1989 acontece o II Encontro Nacional do MNMMR que, novamente, conta com a participação de crianças e adolescentes denunciando a violência que persistia no atendimento à população pobre. Percebemos, nesse período, uma ampla mobilização da sociedade com relação à questão da infância marginalizada. Trata-se de um momento privilegiado para as discussões relativas à cidadania, em razão da elaboração de uma nova Constituição. Para garantir que crianças e adolescentes fossem contemplados, foram feitas diversas investidas no sentido de mobilizar a opinião pública e o poder público em favor de mudanças na legislação e na prática do atendimento a essa população.

Antes de continuarmos o resgate histórico, que irá abordar a criação do ECA, achamos importante enfatizar que a noção de infância apresentada pela sociedade e pelo Estado conversa com a teoria debatida nos capítulos anteriores. Podemos perceber, por

exemplo, como a infância é permeada por preconceitos e recortes de classe a partir da própria legislação brasileira. Vemos que, enquanto algumas crianças são vistas como tal, outras são tratadas como adultos em miniatura, recebendo o mesmo tratamento que adultos, como denunciaram crianças e adolescentes nos encontros do MNMMR.

Podemos também notar como os discursos do “fim da infância”, como o de Postman, são voltados à proteção de crianças e adolescentes mas acabam por tomá-los por objetos, sendo compatíveis com o momento em que se percebe que as condições sociais influenciam na marginalização do menor, estigmatizando-os como vítima. Percebemos que essas falas e comportamentos são compatíveis porque, apesar de se colocarem atentos à questão da infância, colocam o universo adulto como regulador do infantil e acabam por ignorar a alteridade da criança.

As últimas discussões feitas sobre o conceito de infância, tendo como base os argumentos de Prout, Buckingham e Sarmiento, conversam com os últimos acontecimentos e organizações aqui citados. Quando o MNMMR convida crianças e adolescentes para falarem sobre política, saúde ou violência na infância, reconhece seu papel na criação da cultura infantil. Mais que isso, assim como a Declaração dos Direitos da Criança da ONU, reconhece-os como sujeitos de direitos. Dessa forma, não se trata do mundo adulto atribuindo a cidadania, pois essa já lhes pertence. Assim como os saberes da prática do atendimento ou da violência policial que, afinal, é vivida por eles.

Queremos evidenciar com essa reflexão que houve uma evolução de conceitos que não se isola ao campo acadêmico ou às análises sociológicas da questão da infância. Essas discussões aconteceram e influenciaram discursos e práticas, seja do Estado, seja da sociedade. E é fundamental que tomemos conhecimento das diferentes visões de infância porque, como veremos a seguir, nenhuma delas impera absoluta. Embora crianças tenham sido reconhecidas como sujeitos de direitos pelo Estado e parte da sociedade brasileira tenha se mobilizado em favor disso e alcançado diversas conquistas, a dificuldade de efetivação desse discurso na prática, que pretendemos debater com a análise das charges, é sintomática de que outras interpretações persistem.

Voltaremos, agora, para o momento em que a compreensão da criança como sujeito de direitos passa a ser legalmente presente no Brasil. Além de todo o cenário de mobilização feito pelos movimentos sociais e populares anteriormente citados, em 1989 a Assembleia Geral da ONU adota a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, na qual os países signatários se comprometem a dar prioridade às crianças e

adolescentes. Para Rizzini (2011), essa se torna um importante instrumento legal ao apropriar os direitos humanos especificamente para crianças e adolescentes, tratando das esferas civil, política, econômica, social e cultural.

Para além da proteção, e na contramão da lógica da punição, passa-se a pensar nos direitos integrais da infância, o que fica claro na definição dos seus quatro princípios: “decisões públicas voltadas a garantir o interesse superior da criança; não-discriminação; decisões orientadas para garantir o desenvolvimento pleno da criança; e o direito das crianças de participarem na tomada de decisões em assuntos que lhes afetam” (RIZZINI et al., 2011, p. 36). Portanto, a declaração inaugura a chamada doutrina de Proteção Integral, na qual se reconhece a condição de desenvolvimento da criança e do adolescente, que tem direito a proteção especial; e a necessidade de agir, sempre, em favor do interesse superior da criança (MATTIOLI; OLIVEIRA, 2013).

Além de estabelecer a doutrina de Proteção Integral, a Convenção inova por reconhecer, pela primeira vez, direitos de liberdade às crianças e adolescentes (ROSEMBERG, 2008). Além disso, diferente das declarações anteriores, essa tem poder coercitivo, tendo os estados membros que apresentar relatórios descrevendo as ações direcionadas a essa população, a fim de lhes garantir os direitos elencados na convenção, a cada cinco anos (MATTIOLI; OLIVEIRA, 2013).

Sendo signatário da Convenção, o Brasil deve organizar um sistema de intervenção e uma legislação que pudessem contemplar os direitos da infância descritos. Além disso, a pressão popular feita pelos movimentos faz com que a formação da Assembleia Constituinte e da Constituição Federal de 1988 que daí resulta deem início à formalização dos direitos de crianças e adolescentes com a inclusão do artigo 227.

*Artigo 227: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).*

A partir da inclusão desse artigo tem início o processo de construção do instrumento legal que o regulamente - o ECA, do qual participam diversos movimentos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O foco é a garantia de direitos humanos, universais, e não mais a distinção de “menores” e “crianças”. No entanto, é preciso ressaltar

que, para Nunes (2002) e Rizzini (2011), esse processo foi permeado por disputas entre diferentes grupos que buscavam diferentes projetos de sociedade. A ampla participação de movimentos populares garantiu que a noção de sujeitos de direitos prevalecesse. “Pela primeira vez na história das lutas sociais o tema da defesa dos direitos das crianças assume feições próprias e mobiliza amplos segmentos da sociedade envolvendo, inclusive, sindicatos e partidos políticos mais sensíveis à questão social” (NUNES, 2002, p. 2).

Tendo por base as reivindicações dos movimentos nacionais pelos direitos da infância e as diretivas internacionais da ONU, o ECA consolida a doutrina de Proteção Integral em detrimento da de Situação Irregular. Essa mudança de paradigma faz com que os pilares do atendimento às crianças e adolescentes brasileiros precisem passar por transformações. Uma delas diz respeito à participação da sociedade civil, por meio de conselhos populares, associações e movimentos, que devem assumir junto ao Estado a responsabilidade de garantir que os direitos da infância sejam integralmente contemplados.

Além disso, existem duas alterações profundas propostas pelo ECA, que dizem respeito à internação e à diferença entre crianças da classe média e crianças marginalizadas. Com relação à primeira delas, vimos que o Brasil tinha como tradição no atendimento à infância, a institucionalização de “menores”. Ou pela justificativa de que representavam um risco para a sociedade, ou por sugerir interromper um ciclo de pobreza, marginalidade e violência, o Estado via como saída a internação, a retirada das ruas ou do ambiente familiar para viver em instituições do governo. Um dos pilares da Proteção Integral, respaldado pela Convenção dos Direitos da Criança e pelo ECA é o direito a convivência no ambiente familiar.

A segunda grande mudança que o ECA irá promover diz respeito à legislação. Sabemos que os Códigos de Menores foram criados para controlar crianças que viviam nas ruas ou se envolviam em delitos, criando um estigma da criança pobre. O ECA, por sua vez, abrange direitos de toda ordem para todas as crianças fazendo com que, legalmente, sejam vistas como semelhantes. São, independente de classe social ou condição material de vida, sujeitos de direitos, cidadãos e pessoas na condição especial de desenvolvimento que devem ter proteção especial e prioridade absoluta.

No entanto, é preciso lembrar que, apesar de determinações legais, a desigualdade no país continua fazendo com que crianças sejam tratadas de forma diferente. As práticas de atendimento à infância não mudaram no mesmo ritmo que a legislação e muito do autoritarismo que havia, ainda existe.

É óbvio que o desenvolvimento de um país possibilita o exercício mais completo dos direitos humanos. A miséria e a pobreza são, por si só, atentados e barreiras para a concretização dos direitos humanos. No Brasil, a violação dos direitos humanos e dos direitos da criança é um fato diário. Embora o país tenha sido capaz de elaborar um dos códigos mais paradigmáticos sobre os direitos da criança – o ECA –, na realidade, a infância brasileira longe está de ser a prioridade absoluta que a Constituição proclama (MARCILIO, 1998, p. 55).

Pensando na forma como a legislação brasileira tratou a infância pobre até a década de 1980, entendemos que, apesar de as mudanças na legislação não garantirem que direitos básicos sejam, na prática, respeitados, a superação do Código de Menores representa um avanço significativo, pois demonstra, também, a superação da diferença legal entre crianças ricas e pobres. Sabemos que, em termos de execução e prática, o tratamento entre crianças de classe média e de classes populares é desigual, mas que, no entanto, não encontra respaldo na legislação, situação muito mais grave.

Além do avanço na legislação, nos parece fundamental notar que parte da sociedade brasileira se envolveu com a questão da infância, mobilizando setores populares. Mais que isso, que crianças e adolescentes puderam participar de um processo de construção dos seus direitos. Fica claro que diferentes interpretações da infância foram evidenciadas na história do Brasil, construídos na relação do Estado com as crianças pobres, dos setores populares na luta por direitos e na vivência dos meninos e meninas que compõem o universo infantil.

#### 4 A CHARGE NA IMPRENSA SINDICAL: UM TEXTO OPINATIVO

Todas as discussões a respeito da infância foram feitas para que pudéssemos compreender um sentido específico sobre ser criança, construído na realidade brasileira e gestado no cotidiano das classes populares. Nossa intenção com esta pesquisa é compreender de que forma a infância foi retratada nas charges publicadas na imprensa sindical porque acreditamos estar representada, nesse espaço, uma ideia sobre infância no Brasil com base em características específicas a seus modos de vida, suas condições concretas, seu ambiente familiar e sua relação com o Estado. Escolhemos o momento da criação do ECA, justamente, por ter reunido setores da sociedade e movimentos sociais e populares em torno da questão da infância.

Olhando para essa história recente do Brasil, podemos perceber que os sindicatos cumpriram um papel importante na mobilização dos trabalhadores em torno da redemocratização. Os sindicatos estiveram ativamente presentes no cotidiano das classes populares e ultrapassaram os limites da representação de categorias profissionais para se constituir como um espaço privilegiado de formação política dos seus membros. Consideramos, portanto, que diversos temas relativos à cidadania, aos direitos humanos e à vida cotidiana dos trabalhadores foram pautados e discutidos no ambiente sindical.

Se procurarmos discutir a representação da infância das crianças que são submetidas a diversas formas de opressão, o espaço de organização e mobilização dos trabalhadores nos parece adequado. Afinal de contas, os filhos da classe trabalhadora estão vulneráveis a uma série de dificuldades. É preciso deixar claro, porém, que investigamos aqui uma ideia adulta sobre a infância já que buscamos na imprensa sindical o subsídio para construir nossas reflexões. Mas essa ideia adulta é apresentada em meios de comunicação que carregam o aspecto popular e da organização política em busca de direitos, constituindo-se como um objeto que permite buscar uma ideia adulta comprometida, minimamente, com direitos de proteção das crianças e adolescentes.

Além disso, devemos ressaltar que nossa busca se concentra em um produto comunicativo visual específico que se apresenta com certo destaque na imprensa sindical: a charge. Esse é um aspecto determinante para se pensar sobre a representação da infância pobre no Brasil, porque a charge é dotada de algumas peculiaridades que, dentre as formas de imagens e de linguagens iconográficas, a colocam como uma fonte de pesquisa histórica. Não

se trata, portanto, apenas da ideia adulta de infância na imprensa sindical. Trata-se de como essa ideia foi construída e representada a partir de fatos históricos relevantes que fizeram (e fazem ainda) parte da vida cotidiana de crianças pobres.

O caráter discursivo da charge faz com que as interpretações e opiniões sejam explicitadas, sendo um elemento que permite combinar a análise de acontecimentos, sua assimilação por parte do grupo responsável pelo fazer da imprensa sindical e sua reação que é, invariavelmente, apresentada com o uso do humor. Todos esses elementos merecem atenção já que compõe a particularidade de nosso objeto de estudo. Para melhor compreendê-los, neste capítulo discutiremos o papel da imprensa sindical na formação política dos trabalhadores e suas principais características. Na sequência, explicaremos alguns elementos que compõe a charge, como seu caráter histórico, humorístico, opinativo e ideológico.

#### **4.1 IMPRENSA SINDICAL: PAPEL E CARACTERÍSTICAS**

O papel cumprido pelos sindicatos na luta contra a ditadura civil-militar, em um movimento que tem início na década de 1970, pode ser melhor entendido se buscarmos conhecer, mesmo que superficialmente, as condições históricas desse período. Mesmo que nosso interesse repouse sobre esse período para compreender os fatores que influenciaram a imprensa sindical e o movimento em si, acreditamos ser importante começar a discussão explicando que durante o Estado Novo, Getúlio Vargas inaugura um modelo de estrutura sindical submissa ao Estado pautada, de acordo com Toni Scharlau Vieira (1996), por uma repressão financeira e administrativa.

Dessa forma, ações que eram feitas de forma independente passaram a sofrer a intervenção do Estado, como os processos de negociação salarial que, além de terem datas específicas para serem realizados, tinham uma mediação entre patrão e sindicato. A legislação determina, de forma rígida, o que um sindicato pode ou não fazer. Gabriela Barros (2006) explica que muitos tornam-se, assim, os chamados “pelegos”, buscando evitar confrontos e aceitando a estrutura imposta pelo governo. Nesse contexto o caráter assistencialista dos sindicatos, que diz respeito a atendimento médico, odontológico, lazer etc. é incentivado.

A imprensa sindical acompanha a trajetória feita pelos sindicatos, passando por mudanças de conteúdo e periodicidade. Esclarecemos que entendemos por imprensa sindical um dos veículos que traz a possibilidade de reunir e transmitir informações relevantes



aos trabalhadores que possuem uma realidade específica, não contemplada na grande mídia que representa, justamente, os interesses dos patrões. Os trabalhadores são tanto os produtores como o público a quem se dirige esse material. Roseli Fígaro explica a imprensa sindical

[...] como instrumento de comunicação com características próprias, produzida a partir de uma perspectiva diferenciada e de outro lugar social. Pressupõe a existência de ação organizada de um setor da sociedade em oposição a outro. Nela os trabalhadores assalariados aparecem como agentes determinantes do processo de comunicação (FÍGARO, 1993, p. 2).

Se os sindicatos passam a ser subordinados ao Estado, fazendo com que muitos assumam uma postura pouco combativa, a imprensa sindical que deveria, justamente, defender o interesse do trabalhador frente ao governo ou aos patrões, fica comprometida. Passa a abordar pontos pacíficos, trazendo informações sobre serviços assistenciais oferecidos pelos sindicatos. “Se for observado o conteúdo das publicações desde 1945, será notado que são raras as entidades que fogem ao calendário de mobilização imposto pelo Estado através da marcação de datas para os Acordos Coletivos de Trabalho (VIEIRA, 1996, p. 17).

Essa é uma mudança drástica se lembrarmos que a imprensa sindical, antes desse período, seguia uma linha de doutrinação político-ideológica do trabalhador. O Estado ameaça e reprime os jornais sindicais que continuam a divulgar ideias de esquerda ou comunistas. Passam a assumir, assim, um tom conciliatório e perde, momentaneamente, seu poder de formação política e mobilização. Vieira (1996) explica que o “modelo corporativista” fez com que as forças emergentes se organizassem sob a orientação do Estado e as lutas dos trabalhadores, vistas antes como representativas da classe, foram substituídas por demandas específicas de cada categoria, cada vez mais assistencialistas.

Quando Vargas sai do poder, por mais que a estrutura sindical continue a mesma, o clima de liberdade restaurado com a constituinte de 1946 faz com que, pouco a pouco, se reorganizem as lutas dos trabalhadores. Vito Giannotti (2007) explica que a esquerda passa a se articular, pensando em um projeto político de reformas de base que pudesse deixar a sociedade mais justa. No entanto, uma direita conservadora, representada pelos militares, apostava na internacionalização da economia e no alinhamento com os Estados Unidos para modernizar a economia. Para isso, era necessário eliminar opositores e acabar com a esquerda no Brasil.

São conhecidas as práticas repressoras e violentas utilizadas para que os militares pudessem, com o golpe de 1964, assumir o controle do país. Para garantir que seu

projeto se concretizasse, o governo militar acompanha, de perto, a mobilização das classes populares focando, segundo Giannotti (2007), os movimentos de trabalhadores em seu local de trabalho, observando atentamente fábricas, portos, minas, ou bairros. Assim como investiu forças para desarticular o movimento estudantil.

Os militares delegavam que interventores do governo participassem das assembleias de trabalhadores, fazendo com que lideranças sindicais fossem perseguidas e entregues à repressão. Os cargos vagos das diretorias dos sindicatos, que surgiam com a prisão ou desaparecimento de sindicalistas, eram ocupados por aliados, pelegos, que se uniam ao governo civil-militar e aos patrões contra os trabalhadores. As mudanças nas organizações de trabalhadores demarcam um novo momento da imprensa sindical, caracterizado por uma queda brusca de produção em decorrência do enfraquecimento dos sindicatos (VIEIRA, 1996).

Apresentamos, anteriormente, as mudanças na estrutura sindical realizadas no governo Vargas porque, de acordo com Giannotti (2007) elas têm grande impacto na vitória dos militares sobre a esquerda. A estrutura sindical atrelada ao Estado tinha uma organização vertical, em que as decisões eram tomadas pela direção e repassadas para os outros membros do sindicato. As greves, portanto, não eram discutidas amplamente para que a base construísse coletivamente sua luta. Não havia uma política operária de base e a relação do sindicato com o Estado e os patrões, contribuía ainda mais para sua despolitização, fazendo com que não houvesse resistência popular ao golpe.

Portanto, os sindicatos já enfrentavam as limitações impostas pela lei e a própria dificuldade de, nessa estrutura, aproximar a diretoria das respectivas bases. Com a intervenção dos militares nos espaços de organização dos trabalhadores a situação se agrava, por conta do clima de terror que imperava com a repressão. As manifestações eram raras já que, invariavelmente, eram tachadas como subversão. Esse cenário se mantém até que, segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida

O encontro de lideranças esquerdistas dissidentes, adeptas de uma política enfaticamente mobilizadora de enfrentamento aberto com o governo autoritário, com uma massa de trabalhadores numerosa, concentrada e descontente, desembocou, em 1968, em duas explosões grevistas violentas e violentamente reprimidas pelo governo (ALMEIDA, 2008, p. 291).

A primeira dessas greves acontece em virtude da eleição de uma nova diretoria, no ano anterior, no Sindicato dos Metalúrgicos em Contagem, Minas Gerais, que

queria enfrentar a ditadura. Organizada pela base, foi duramente reprimida, mas conseguiu atingir seu objetivo. A segunda foi feita pelos metalúrgicos de Osasco, que protestavam pelo fim do arrocho salarial. Nela, os trabalhadores retêm engenheiros e diretores como reféns, que seriam libertados assim que o acordo fosse aceito. O exército é convocado e leva presos mais de quinhentos grevistas (GIANNOTTI, 2007).

Essas são as primeiras manifestações que enfrentam a ditadura civil-militar e que têm como resposta, de acordo com Almeida (2008) uma repressão ainda mais forte e violenta. Apesar da repressão, os sindicatos continuavam funcionando, sobretudo para organizar os serviços assistenciais. Motivo pelo qual não houve um distanciamento completo das bases, no entanto, pervertia o sentido da atuação sindical politizada. O descontentamento com a atuação dos sindicatos, muitas vezes comandados por pelegos, faz com que as bases articulem grupos de oposição sindical, contra a submissão dos sindicatos ao Estado.

Acontecem, na mesma época, algumas passeatas e greves de estudantes. Em uma delas, que aconteceu em março de 1968, a polícia mata com um tiro o estudante Edson Luiz, fazendo com que parte da população, revoltada, fizesse mais protestos e manifestações. Se a população reagiu com fervor, os militares responderam com medidas severas, restringindo ainda mais os direitos civis e políticos que restavam. Deputados opositores têm os mandatos cassados, o Congresso é fechado, assim como a União Nacional dos Estudantes (UNE) (GIANNOTTI, 2007). Com a promulgação do Ato Institucional n. 5 foi estabelecida a censura prévia aos meios de comunicação da grande imprensa. No que diz respeito à imprensa sindical

Com o aumento da repressão após a edição do AI-5, em dezembro de 1968, gráficas são fechadas, equipamentos apreendidos ou mesmo destruídos, pessoas envolvidas na produção e distribuição de periódicos considerados subversivos são perseguidas, presas ou mortas. Por conta da repressão, a imprensa sindical nesse período é escassa e bastante irregular. Pequenos grupos teimam em produzir clandestinamente jornais, outros são editados no exterior e distribuídos clandestinamente no país (BARROS, 2006, p. 42).

Os anos seguintes são igualmente duros, com a entrada do General Emílio Garrastazu Médici e a criação dos Destacamentos de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgãos repressores responsáveis por prender e torturar quem se opusesse ao regime militar. Nesse momento, a comunicação de massa no Brasil apoiava e legitimava a ditadura sendo que, para Giannotti (2007), a Rede Globo atuava como uma central de propaganda a favor dos militares. E, de qualquer forma, todos os

veículos estavam sujeitos à censura. O governo ocultava as mortes por tortura, alegando que os presos cometiam suicídio.

Giannotti (2007) aponta que, no ano de 1972, são organizadas doze greves e que, no ano seguinte, os trabalhadores de fábricas de grande porte voltam a parar e obter pequenas conquistas. Nas eleições de 1978 a população apoia amplamente o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição ao então governo, demonstrando a insatisfação geral com a ditadura civil-militar. Mesmo organizações que no início apoiavam os militares, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não podiam mais concordar com as práticas adotadas pelo governo. Os familiares dos desaparecidos, os estudantes e os trabalhadores passam a demonstrar seu descontentamento. Os militares se veem forçados a realizar uma abertura política que deveria acontecer de maneira lenta, controlada e gradual.

Os sindicatos voltavam a se organizar politicamente em um cenário de arrocho salarial, altas taxas de lucro para os empresários, acompanhadas por altas taxas de inflação, péssima qualidade de vida e outros problemas sociais. Alguns sindicatos tinham diretorias, de fato, engajadas em enfrentar a ditadura e defender o interesse dos trabalhadores. Quando não era o caso, surgia a oposição sindical, contra as diretorias de pelegos e interventores do Estado, formada pela base dos trabalhadores.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo torna-se um referencial em todo o país liderando, em 1977, uma mobilização exigindo uma reposição do percentual tirado dos trabalhadores com uma manobra do governo, que divulga a taxa de inflação abaixo da real. Trata-se da campanha salarial 34% que, mais que buscar os direitos econômicos do trabalhador, demonstrava o poder da classe operária. Em 1978, Luis Inácio da Silva, o Lula, é eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e se torna uma liderança fundamental, organizando greves por categoria no ano seguinte, em vez de em fábricas isoladas. A repressão, mais uma vez, é violenta e muitos trabalhadores são assassinados durante as paralisações e convocações para as greves (GIANNOTTI, 2007).

Talvez mais importante seja o fato que essas mobilizações aconteciam fora da estrutura sindical, construídas pelas bases em lugares públicos e estádios que reuniam milhares de trabalhadores. O jornal do sindicato, o *Tribuna Metalúrgica*, chegava a bairros, bares, escolas, extrapolando o espaço do trabalho e também o público leitor, tornando as demandas dos trabalhadores mais difundidas. Passam a estourar muitas greves em todo o país, até mesmo de categorias que, tradicionalmente, não faziam paralisações, como os médicos do setor público, os professores e os bancários (ALMEIDA, 2008).

Esse movimento de meados da década de 1970 dá origem a uma nova prática sindical que fugia do modelo corporativista verticalizado, submisso e despolitizado. A mobilização partia da base que, caso não encontrasse apoio na diretoria, agiria paralelamente aos meios burocráticos. As lideranças sindicais que surgem nesse momento passam a questionar a intervenção estatal nas negociações entre trabalhadores e patrões, a não autonomia do sindicato e a falta de representação sindical nos locais de trabalho.

Dessa autocrítica operária surgia, como consequência natural, a necessidade de uma nova prática político-sindical. O sindicalismo não suportava mais o peso de decisões tomadas de cima para baixo. O sindicalismo precisava construir uma nova estrutura sindical, desatrelada do governo e dos patrões e que condenasse a aliança com a burguesia nacional. Essas ideias foram os elementos-chave do que veio a ser conhecido como “Novo Sindicalismo”. (GIANNOTTI, 2007, p. 197).

O chamado novo sindicalismo representa a renovação do fazer sindical que havia se tornado assistencialista já com o modelo corporativista, especializando-se, ainda mais, com os anos de repressão que seguiram, além do enfrentamento da legislação criada na era Vargas que engessava as organizações da classe operária. Os trabalhadores passam a se articular pela base, decidindo rumo de ações por meio de assembleias, fora dos espaços formais do sindicato, rompendo com a verticalidade que havia se consolidado anos antes. Passam a ser mais comuns as diretorias lideradas pelos chamados “autênticos”, sindicalistas que foram eleitos pela base e, de fato, buscavam o interesse do trabalhador. Mesmo com a diretoria composta por pelegos, as oposições sindicais se fortaleciam (GIANNOTTI, 2007).

O aspecto assistencial e corporativista, combinado com a repressão do governo havia estimulado, nos sindicatos, a discussão sobre pautas econômicas referentes a uma realidade bastante específica, que dizia respeito aos reajustes e negociações com os patrões, feitas com a mediação do Estado. Com o início das greves por categoria, e não somente por fábrica, os trabalhadores passam a identificar problemas e reivindicações comuns, despertando o senso de unidade da classe. Dessa forma, voltam a ser discutidas questões mais amplas, sociais e políticas, no âmbito da organização sindical, que passa a assumir a vanguarda dos movimentos sociais que lutam pela redemocratização do Brasil e por uma sociedade mais justa.

Os dois grupos que surgem nesse momento, os autênticos e a oposição sindical, têm visões distintas sobre como devem funcionar os sindicatos. Por mais que ambos representem verdadeiramente o interesse dos trabalhadores, a oposição preza pela manutenção

da estrutura sindical, qual seja, financiada e administrada no âmbito do Estado. São os autênticos que propõe o fim da intervenção estatal, para que o sindicato seja totalmente administrado pelos trabalhadores. Propõe a negociação direta com os patrões, direito irrestrito à greve e presença do sindicato nas fábricas e demais locais de trabalho. “Finalmente, em oposição a um sindicato burocratizado, oligárquico e pouco representativo, propôs um sindicalismo mobilizador, participacionista e democrático” (ALMEIDA, 2008, p. 294).

O grupo dos autênticos reconhece a luta de classes e, com isso, o antagonismo entre patrão e trabalhador, o que impossibilita um discurso conciliador. Fica evidente a necessidade de unificar a classe trabalhadora. As bandeiras dos autênticos se espalham pelo Brasil, através de congressos entre categorias e encontros nacionais de dirigentes sindicais. Mais que mudanças na estrutura sindical, trabalhadores exigem o fim da censura, eleições diretas, a criação de uma assembleia constituinte, entre outros. Como resultado da união desse grupo de sindicatos, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, apesar de reunir sindicatos com preocupações diferentes, desde a doutrinação político-ideológica até os que buscavam apenas reivindicar direitos do trabalhador, unificava o movimento e contribuía para a criação de uma identidade operária no Brasil em vias de redemocratização.

A expansão dessas reivindicações pelo Brasil e a volta dos temas políticos e sociais para o ambiente sindical fez com que a presença dos trabalhadores se tornasse significativa no processo de transição política no Brasil em decorrência de sua força coletiva emergente advinda da forma de organização e formação política. Tamanho nível de capital social e potencial de mobilização dificilmente existiriam sem comunicação. A ascensão do movimento sindical representa, portanto, a volta de uma imprensa sindical comprometida com esse novo cenário e que era restaurada desde meados da década de 1970, com a explosão das greves do ABC paulista.

considerando o *novo sindicalismo* como um movimento que buscava a própria reorganização da classe trabalhadora, o serviço de informação tornou-se estratégico para atingir esse objetivo. Além disso, a partir da entrada de novas lideranças na direção dos sindicatos, surgiu a necessidade de se criarem outros recursos de comunicação em direção às bases, até mesmo como forma de atrair os trabalhadores para os sindicatos e reafirmar a legitimidade dessas lideranças. Já a necessidade de estabelecer canais de comunicação com a própria sociedade, através da criação de assessorias de imprensa, permitiu maior visibilidade dos sindicatos perante a própria sociedade. Finalmente, diante de uma concepção moderna de sindicalismo, o serviço de informação passou a ter a importância que os meios de

comunicação adquiririam no mundo contemporâneo (SECRETARIA, 2005, p. 48).

O revigoramento político do movimento dos trabalhadores estimula a produção de periódicos que expõe a sua visão dos fatos, diferente da que é mostrada na grande mídia burguesa. Barros (2006) conta que o discurso de enfrentamento assumido nesse período traz para os jornais a expressão clara da intenção de transformar o país com um governo dos trabalhadores. A imprensa sindical acompanhou, intrinsecamente, as mudanças na própria organização e atuação dos sindicatos e, por isso, apresenta algumas características particulares a essa fase, descritas por Rozinaldo Antônio Miani (2010), como a reconfiguração editorial, a contratação de profissionais da comunicação para desenvolvimento do material e a ampliação das pautas abordadas que explicaremos melhor a seguir.

Ao assumir um papel de vanguarda na luta pelo fim da ditadura, os sindicatos passam por uma mudança profunda com relação ao papel que desempenhavam na sociedade, na forma de atuação e na relação com os trabalhadores. O novo sindicalismo que põe fim ao corporativismo exige a politização da classe operária e que os trabalhadores pudessem discutir mais do que as demandas diretamente ligadas aos sindicatos, a unificação. Nesse sentido, Valdeci Verdelho (1986) mostra que as mudanças decorrentes do novo sindicalismo evidenciavam a construção de uma “comunicação das classes trabalhadoras”, com o objetivo extrapolar a esfera econômica, mobilizando transformações nas esferas política, cultural e social. “Resumindo, uma comunicação, sob todos os aspectos, instrumento dos trabalhadores na luta contra a exploração econômica e a opressão política” (VERDELHO, 1986, p. 82).

A imprensa sindical construída a partir da década de 1970 tinha a função de mobilizar a classe trabalhadora com uma comunicação própria. Era fundamental conhecer o público a quem se dirigia a comunicação, fazendo com que surgisse, assim, uma linguagem, meio e mensagem, apropriados a essa população, fazendo uma contraposição aos meios de comunicação de massa (MIANI, 2010). A linguagem criada nessa nova imprensa é fundamental quando lembramos que, em outros momentos, a função da imprensa sindical era a doutrinação político-ideológica, conceitual, fazendo com que houvesse uma distância entre o material e o trabalhador.

Também fruto da prática dialógica, a imprensa sindical diária, produto principal da nova imprensa sindical, introduziu um novo conceito de notícia, onde o chamado lead jornalístico é sempre e necessariamente o que é de

interesse, de direito do trabalhador. O aspecto da notícia que muitas vezes, quando muito, seria o pé da matéria na grande imprensa, na imprensa sindical diária vira lead. A este novo conceito, junta-se um estilo também novo, onde a linguagem utilizada é, ou procura ser, a própria linguagem do trabalhador. Daí a imprensa sindical diária recorrer frequentemente a imagens para transmitir uma ideia e abrir amplo espaço para recursos visuais, como ilustrações, charges, cartuns, fotos e quadros esquemáticos (VERDELHO, 1986, p. 97).

À medida em que conheciam o público trabalhador, os sindicatos descobriam mais materiais, como gibis, cartilhas e cartazes e se especializaram a ponto de montarem gráficas próprias. O uso de imagens se consolida como um atrativo para o leitor que, no caso da charge, seduz por meio do humor e apresenta uma crítica, como veremos em breve. Muitos jornais passam a ter uma tiragem diária, estimulando o hábito de leitura entre os trabalhadores (MIANI, 2010). Conforme a imprensa sindical diária definia um novo estilo com as características anteriormente apontadas por Verdelho (1986), a unicidade sindical avançava, fazendo com que os periódicos de tiragem semanal, quinzenal e mensal também seguissem esses padrões, configurando uma identidade e conceito editorial (MIANI, 2010).

Além de uma nova identidade, como comentamos, a função assumida pela imprensa sindical nesse período foi a de mobilizar as classes populares e enfrentar a ditadura. Por apresentar outra versão dos fatos, e fugindo de uma linguagem restritiva, a imprensa sindical promove uma mudança das pautas que não tratavam diretamente de doutrina política-ideológica e, tampouco, abordavam períodos fixos de campanha salarial e serviços assistenciais, que eram rotineiros na fase da ditadura civil-militar em que ainda eram permitidos. São trazidas para os jornais análises da economia brasileira e de ações do governo que têm impacto direto na vida do trabalhador.

Segundo Cosette Castro (1998), assumindo o papel de mobilização, a imprensa sindical apresenta pautas que interessem a sociedade de forma mais ampla. Passa a representar uma referência política e cultural, buscando oferecer uma visão diferente da que predominava nos meios de comunicação de massa. Portanto, “[...] se antes comunicar era um ato que visava fundamentalmente à mobilização daqueles diretamente implicados na luta sindical (isto é, os trabalhadores em geral), as ações de comunicação passaram a ter, por finalidade, cada vez mais, sensibilizar a opinião pública” (SECRETARIA, 2005, p. 75).

Uma reflexão interessante é trazida por Vieira (1996) que problematiza, do ponto de vista da base dos sindicatos, as pautas fechadas referentes à campanha salarial. Quando a imprensa sindical se apresenta focada nas questões relativas à economia ligada a



esse microuniverso, acaba por afastar as bases da diretoria. Justamente, pois, se o sindicato se coloca apenas como representação para a negociação entre trabalhadores e patrões, “por que os trabalhadores deveriam aceitar a indicação da entidade quando se discute um problema social como a fome, a dívida externa ou uma questão como a escolha de representantes no parlamento ou no executivo” (VIEIRA, 1996, p. 22)? Sobretudo no clima de unificação das lutas dos trabalhadores que existia, os sindicatos apresentavam-se como uma alternativa de organização da classe trabalhadora, sendo necessário se tornar uma referência política, cultural e social.

Fígaro (2000) mostra que quando a imprensa sindical aborda temas mais amplos, sobre relações de trabalho, economia e política, ganha credibilidade por parte do trabalhador que se encontra representado no jornal do sindicato e não na mídia de forma geral. Apresentando uma visão da classe trabalhadora, a imprensa sindical se torna uma mediadora para o leitor, que faz relações com outros meios de comunicação e constrói seus sentidos. O acesso a esses discursos diferenciados é fundamental na constituição de um ponto de vista crítico, de um receptor mais exigente, capaz de questionar estes discursos” (FÍGARO, 2000, p. 50).

Outra mudança importante que acompanha a expansão da imprensa sindical é a profissionalização dos setores de comunicação. A contratação de jornalistas responsáveis pela elaboração dos materiais de comunicação e por assessorias de imprensa acontece por dois motivos: um deles, apresentado por Miani (2010), diz respeito à ampliação da oferta de cursos de formação em jornalismo; e o outro trazido por Giannotti (2007), mostra que a expansão da imprensa sindical atrai jornalistas que, em outro momento, trabalhavam para a mídia burguesa, mas tinham um posicionamento alinhado à esquerda política.

A profissionalização da comunicação é uma conquista importante que garante a melhoria editorial e gráfica, fazendo com que os materiais se tornassem mais interessantes. Além disso, os jornalistas contratados acabaram por influenciar na contratação de mais profissionais da área, a fim de estruturar os setores de comunicação. Miani (2000) afirma que a diagramação adequada, melhorias na linguagem, periodicidade regular e uso constante de imagens, fotografias e infográficos aconteceram como consequência da profissionalização. No entanto, precisamos refletir que as melhorias na qualidade técnica não significavam o mesmo desempenho político. A imprensa sindical é influenciada pelos advogados, assessores e jornalistas que trabalhavam nesse espaço. Assim, a imprensa, nessa fase

[...] não é elaborada por trabalhadores ou militantes proletários ligados organicamente às organizações; é produzida por profissionais especializados, principalmente jornalistas, contratados pela entidade para fazer a notícia e “encaminhar” o jornal. Diante disso nasce uma preocupação dos próprios militantes operários em produzir textos e livros mostrando como esses profissionais devem atuar, que linguagem utilizar (veja-se o exemplo de Vito Giannotti, militante da oposição metalúrgica de São Paulo que escreveu sobre o que é “jornalismo operário”) (MIANI, 2000, p. 37).

Se pensarmos na produção dos jornais, percebemos que a ação de Giannotti é bem fundamentada, pois existe nela um conflito que pode ser prejudicial para a imprensa sindical. No período em que os sindicatos voltam a agir politicamente, os materiais de comunicação transmitem o posicionamento político da direção do sindicato, que participa ativamente do seu processo de criação. Em um primeiro momento, os jornalistas contratados eram militantes e tinham uma afinidade política com os sindicatos. No entanto, no caso de esse comprometimento não existir, como garantir que o papel da imprensa sindical seja cumprido?

Para Miani (2010), as opiniões, análises e notícias desses veículos de comunicação transmitem o pensamento oficial do sindicato, registrado no jornal e compartilhado com os demais trabalhadores da base. É por meio da imprensa sindical que a direção informa e mobiliza os trabalhadores, sendo fundamental que suas ideias estejam devidamente representadas. Com a chegada dos jornalistas, quem decide as prioridades e o tratamento dado ao material de comunicação? O autor explica que a imprensa sindical é construída de forma dialógica, pautada na interação entre a direção, os jornalistas, os assessores, os fotógrafos e chargistas que, naturalmente, apresenta algumas tensões.

Se participam desse processo diversos sujeitos e nem todos eles são organicamente ligados ao sindicato, podem surgir distorções no discurso publicado nos jornais, com relação ao que é defendido pela direção sindical. Essa é uma questão importante porque a imprensa sindical é o elemento que faz com que o sindicato exista socialmente (BARROS, 2006) representando, muitas vezes, ação social em si (MIANI, 2010). E aí reside o problema da profissionalização da comunicação sindical: se ela for feita exclusivamente por sujeitos externos, a ação sindical que deve trazer consciência de classe e unidade estará sendo determinada por eles, e não pelos protagonistas – os trabalhadores.

Portanto, caso os profissionais sejam contratados apenas em razão de requisitos técnicos e se tornem responsáveis por produzir a imprensa de um sindicato, vista

como a concretização do discurso que representa o posicionamento ideológico da direção do sindicato, sem ter um compromisso político com esse, apresenta um problema. “O que estamos afirmando é que o papel de mediação da produção discursiva na imprensa sindical, que compete ao profissional contratado [...] pode proporcionar disfunções e distorções que se apresentam como um impasse para a imprensa sindical atualmente” (MIANI, 2010, p. 148). Quanto menor a identificação do profissional com o sindicato e com as lutas dos trabalhadores, maior o risco de que o discurso apresentado não seja condizente com o da direção sindical.

Além disso, Miani (2010) mostra que os profissionais geralmente optam por pautas mais voltadas para a realidade imediata do trabalhador, como as questões relacionadas à categoria, ajuste salarial, campanhas, assembleias, que são pontuais e dizem respeito apenas a um grupo específico. São pouco abordados os temas que têm influência em toda a classe trabalhadora, assim como suas lutas e demandas históricas. Desde a década de 1990, grande parte dos sindicatos profissionalizaram a comunicação, procurando qualidade técnica e, muitas vezes, ignorando a formação política.

Também nesse período, a imprensa sindical passa por uma mudança relativa ao conteúdo. Vimos que no período corporativista os temas tratados eram voltados ao assistencialismo e às negociações mediadas pelo Estado. Antes disso, vigorava a doutrinação político-ideológica. Depois, o início do novo sindicalismo com as greves da década de 1970 faz com que a imprensa sindical se volte aos temas da classe trabalhadora, de forma geral, mobilizando e construindo uma identidade unificada. Uma nova fase começa com a reabertura política do Brasil, em que o movimento sindical, junto com outros movimentos sociais, conquista parte das reivindicações feitas durante o combate à ditadura. É, também, um momento em que a profissionalização da imprensa sindical está bastante consolidada.

Todos esses fatores fazem com que a imprensa sindical passe a abordar, em uma fase que inicia em meados de 1990, temas ligados ao cotidiano do trabalhador. No entanto, nesse mesmo momento as pautas que diziam respeito às lutas históricas dos trabalhadores passam a dar espaço para as reivindicações de cada categoria. A própria mobilização sindical perde a força, que vinha manifestando há vinte anos, de unificar os interesses da classe. São criados muitos sindicatos de negócios, focados na negociação específica da categoria, remuneração e condições de trabalho (BARROS, 2006).

A quantidade de jornais produzidos por sindicatos cai pela metade em dez anos (SECRETARIA, 2005). Os que se mantêm, afastam-se da sociedade por abordar temas

muito específicos das categorias que representam. O impacto da profissionalização faz com que as matérias sejam mais objetivas e distantes do posicionamento político das direções sindicais. Ao mesmo tempo, a abordagem de temas relacionados à vida do trabalhador fora do ambiente de trabalho, permitem trabalhar temas que antes eram pouco explorados.

De um veículo voltado quase que exclusivamente para o debate de questões políticas e ideológicas da classe trabalhadora em geral, que marcou a imprensa sindical até o final da década de 1970, passando por uma imprensa predominantemente voltada para questões de natureza econômica da realidade específica da categoria trabalhista do respectivo jornal, que foi a característica principal da “nova imprensa sindical”, os jornais sindicais, principalmente a partir do final da década de 1990, também passaram a tematizar questões relativas ao cotidiano dos trabalhadores. O interesse por questões econômicas ainda prevalece, mas a ampliação da pauta dos jornais sindicais para temas como lazer, cultura, esporte, entretenimento, sexo, família, cidade, cidadania etc., vem ocupando cada vez mais espaço nas páginas dos veículos da imprensa sindical (MIANI, 2010, p. 146).

A imprensa sindical tornava-se, assim, um instrumento cada vez mais voltado para a vida integral do trabalhador, preocupando-se com todas as formas de opressão, violência e desigualdade que permeiam seu cotidiano. Do ponto de vista do movimento sindical unificado, as novas pautas ocupam o espaço anteriormente preenchido com a discussão das lutas da classe trabalhadora. No entanto, como o foco se volta para as categorias, fazendo com que se construa uma identidade fragmentada do movimento sindical, a abordagem de novos temas contribui para a formação dos sujeitos em outras esferas, para além da luta de classes.

A ampliação das pautas é uma mudança relevante para este trabalho já que os jornais sindicais passam a abordar questões relativas ao cotidiano dos trabalhadores, e não só ao debate de questões políticas e ideológicas diretamente ligadas à luta sindical. Quando os temas explorados pela imprensa sindical deixam de ser, exclusivamente, as questões ligadas ao trabalho para problematizar a cidadania e a família, por exemplo, as chances de discutir sobre a infância e as condições de vida e direitos das crianças se ampliam. É nesse recorte, de transição da imprensa do novo sindicalismo para a atual, que buscaremos identificar a representação da infância nas charges. Antes disso, é importante que façamos algumas considerações sobre essa modalidade da imagem que ocupa as páginas dos jornais sindicais.

## 4.2 PECULIARIDADES DA CHARGE: OPINIÃO, HUMOR E FONTE HISTÓRICA

Tendo em vista nosso objetivo de compreender a representação da infância em um ambiente que possibilite entender as crianças como sujeitos de direitos, explicamos no texto anterior o porquê de nossa escolha pela imprensa sindical. Pretendemos agora justificar a opção pela charge com base em alguns de seus componentes que a colocam, no momento da publicação, como texto opinativo que se vale do humor de transgressão para fazer uma crítica. Veremos que a charge tem potencial comunicativo efêmero, mas que preserva seu potencial como fonte de pesquisa histórica, na perspectiva que adotaremos para fazer a análise neste trabalho.

Para explicar as características que lhe conferem esse potencial, partimos do ponto inicial de que a charge é uma das modalidades das linguagens iconográficas, assim como os quadrinhos, a caricatura e o cartum que “se definem por tipos de arte de representação constituídos através da imagem produzida pelo traço humano” (MIANI, 2000, p. 42). A charge se diferencia das demais modalidades apresentadas por se referir sempre a fatos reais que aconteceram num dado tempo e lugar e personagens que representam pessoas específicas e reais. A sua conexão com a realidade a diferencia do cartum que, assim como a charge, é um desenho humano, geralmente de um quadro, que faz uma crítica de costumes.

A semelhança entre a charge e o cartum diz respeito, portanto, ao formato que apresenta uma crítica. Miani (2012) afirma que a natureza da charge é dissertativa, apesar de expor em um quadro, uma narrativa breve sobre a situação ou a pessoa retratada, e sua finalidade é fazer uma crítica. Mais do que apresentar os acontecimentos, as charges transmitem ideias e posicionamentos sobre o que representam e são, portanto, um texto opinativo em forma de imagem. Tem como função

[...] expor uma idéia, dissertar sobre um tema. Ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento e o represente de alguma forma, sua preocupação ou a do chargista, não é o acontecimento, mas o conceito que faz dele, ou mais comumente a crítica, a denúncia do fato, quando não procura aliciar o leitor para os seus arrazoados, princípios, programas ou ideologia (CAGNIN, s/d, *apud* MIANI, 2002, p. 40).

Apesar das aproximações pela finalidade crítica, se diferenciam porque o cartum, por fazer uma crítica atemporal, com personagens fictícios, pode ser reproduzido fora de seu contexto original de produção sem que se perca sua capacidade de comunicação.

Qualquer pessoa capaz de decodificar a imagem apresentada tem acesso à crítica feita por meio do cartum. A charge, por sua vez, traz consigo alguns elementos, como a referência a uma pessoa ou situação, que fazem com que o leitor precise ter alguns conhecimentos para que possa compreender a crítica feita no quadro. Ou seja, é preciso que exista, na memória social de um grupo, referências anteriores sobre os elementos que figuram na imagem para que ela faça sentido.

Além de uma limitação “espacial”, que cobra determinados saberes, a charge apresenta uma limitação temporal. Mesmo que um grupo de pessoas tenha conhecimento sobre os elementos que figuram na charge, compreendendo sua crítica e seu sentido, uma vez que o fato ou as pessoas representadas no desenho esgotam sua presença na memória social, a charge perde sua função de comunicação. Tendo em vista essas características, Edson Carlos Romualdo define a charge como “o texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal” (ROMUALDO, 2000, p.21).

É importante lembrar que discutimos a charge, neste trabalho, enquanto um texto jornalístico que compõe a imprensa junto a outras imagens e textos. Seu papel no jornal não é, de forma alguma, adornar o material e torná-lo visualmente agradável. A charge pode até cumprir secundariamente essa função, mas é criada para fazer uma crítica política por meio da sátira, apresentando os fatos sob a interpretação editorial do chargista e/ou do veículo de comunicação. E de fato cumpre esse papel, como afirma Miani (2010), se constituindo como um “editorial gráfico”.

Aqui, é preciso afirmar que a maioria das charges vem acompanhada de textos ou palavras, uma vez que o elemento linguístico se torna importante para explicitar a sua intencionalidade ou completar o sentido humorístico e político proposto pela ilustração. Vale ressaltar, ainda, que a charge se popularizou em jornais e periódicos para estimular o consumo deste ou daquele impresso, mas foi ganhando espaço como material de opinião. E é aqui que a charge revela toda a sua potencialidade política e ideológica enquanto manifestação de linguagem (MIANI, 2012, p. 41).

Pensando a charge como um texto opinativo, Romualdo (2000) mostra que a charge apresenta sua crítica em uma síntese. Cabem, em apenas um quadro, a referência a eventos e pessoas, a sátira a eles e a crítica baseada na interpretação do chargista e no editorial do jornal. Mesmo tendo autonomia em relação ao jornal como um todo, ou seja, sendo suficiente para passar uma mensagem que faça sentido ao leitor, a charge, geralmente,

interage com outros elementos que compõem a publicação. A intertextualidade permite que o sentido da crítica feita pela charge seja complementado por textos, outras imagens, data da publicação, entre outros elementos. O todo do produto comunicativo é importante para analisar quais as relações estabelecidas pela charge e de que forma interferem no seu papel.

Embora possua características específicas, não podemos pensar a charge como um texto isolado, sem relações com outros textos, que aparecem não só no próprio jornal, mas também fora dele. O jornal apresenta um conjunto de textos que podem se relacionar de maneiras diferentes uns com os outros. Se a charge contém a expressão de uma opinião sobre determinado acontecimento, este deve ser um fato importante, com muita probabilidade de aparecer em outros textos do jornal. Isso dá ao leitor a possibilidade de relacioná-los e, até mesmo, usar esses outros textos para auxiliar na interpretação da charge. Nos casos em que as relações intertextuais se dão com textos que não estão no jornal, cabe ao leitor fazer a recuperação desses intertextos, para inteirar-se mais profundamente da mensagem transmitida pelo texto chárstico (ROMUALDO, 2000, p. 6).

Ainda, a intertextualidade possibilita ao leitor obter os conhecimentos necessários à compreensão da mensagem chárstica, sendo incentivado a procurar, nos outros elementos do jornal, informações sobre os eventos e fatos retratados. Nesse sentido, Romualdo (2000) considera a charge como um importante incentivo à leitura do conteúdo do jornal.

Miani (2005) defende que, mesmo quando completa em si mesma, com um sentido explícito independente de outros textos do jornal que apoiem a sua compreensão, não devemos supor sua autonomia total. A charge sempre demonstra seu caráter intertextual devido à sua relação intrínseca com a realidade. Por mais que seu sentido seja compreendido por ela mesma, a charge é criada com base no texto oferecido no contexto de sua publicação. A intertextualidade não significa, porém, a revalidação dos sentidos inicialmente propostos. Dessa forma, pode apresentar uma posição convergente ou divergente em relação aos outros textos (MIANI, 2012).

O último aspecto que compõe a charge que queremos abordar é o humor que, comumente, é atribuído a essa modalidade iconográfica. Apesar de a presença do humor, da sátira e da ironia serem considerados elementos comuns a charges e cartuns, utilizados para fazer a crítica e seduzir o leitor, vemos charges que denunciam a violência e as desigualdades do país e do mundo sem causar nenhum riso. Esses temas graves e tristes são retratados por

muitos chargistas, sobretudo na imprensa sindical, em que existe espaço para que as opressões das classes dominantes sobre as subalternas sejam debatidas.

Ainda que esses temas sejam presentes, consideramos que o humor é uma característica estruturante da charge; os elementos como o exagero, as caricaturas e as piadas são frequentes nessas imagens. Quando ausentes, podemos pensar uma definição de humor que supere a necessidade do riso e da graça, como a apresentada por Umberto Eco (1989) que desloca o conceito para a esfera política. Apresenta o humor como possibilidade de transgressão à ordem social vigente e de contestação de padrões dominantes.

Así, la realización del humor funciona como una forma de crítica social. El humor siempre es, si no metalingüístico, sí metasemiótico: a través del lenguaje verbal o algún otro sistema de signos, pone em duda otros códigos culturales. Si hay una posibilidad de transgressión, está más bien en el humor que en lo cómico (ECO, 1989, p. 19).

Dessa forma, o humor é definido não pelos efeitos que causa em quem recebe uma mensagem, mas pela quebra em regras e normas que não são possíveis de se fazer na realidade. Apresenta-se não pelo riso, considerado apenas uma consequência, mas pelo questionamento das estruturas sociais estabelecidas - a transgressão. As charges que buscamos analisar retratam a realidade das crianças pobres e as diversas injustiças à que estão sujeitas em sua vida cotidiana. Seu humor não reside no efeito que causam, que é o choque, o estranhamento e a reflexão. Mas na audácia de retratar essa realidade e colocar em dúvida sua legitimidade.

El humor no pretende, como el carnaval, llevamos más allá de nuestros propios limites. Nos da la sensación, o más bien el diseño de la estructura de nuestros propios limites. Nunca está fuera de los limites, sino que mina los limites desde dentro. No busca una libertad imposible, pero es un verdadero movimiento de libertad. El humor no nos promete liberación: al contrario, nos advierte la imposibilidad de una liberación global, recordándonos la presencia de una ley que ya no hay razón para obedecer. Al hacerlo, mina la ley. Nos hace sentir la molestia de vivir bajo una ley, cualquier ley (ECO, 1989, p. 19).

Portanto, quando consideramos o humor como elemento constitutivo da charge, entendemos seu papel na transgressão das estruturas de poder que regem a sociedade. Por apresentar uma realidade alterada, com base no humor, a charge apresenta ao leitor a chance de pensar em alternativas em sua experiência. Mais ainda, nos mostra os limites de



nossa ação e das restrições que nos são impostas, fazendo com que se questione a lei estabelecida. Se o riso é provocado ou não, não importa. Quem comenta o humor no contexto chárstico é Miani, que afirma que

[...] é pelo humor que a charge ganha ares de transgressão ao estabelecer uma contradição entre o personagem e a situação que é retratada, pois a ilustração apresenta uma (im)possibilidade do fato (utilizando-se de elementos intertextuais ou pertencentes ao universo do receptor para permitir sua compreensão) e jamais se configura como uma mera reprodução das circunstâncias do ocorrido; sendo assim, o humor funciona como uma forma bastante consistente de crítica social (MIANI, 2005, p. 27).

Finalmente, gostaríamos de destacar que, para Miani (2012), a charge possui um papel ideológico e de persuasão. O autor se respalda em Mikhail Bakhtin, que afirma que todo signo é ideológico, logo, os sistemas de comunicação e a linguagem são, primordialmente, de natureza ideológica. A charge está inserida nesse contexto e, para o autor, é produzida no interior de um discurso ideológico que assume um caráter persuasivo.

Ele exemplifica que os sindicatos são instituições políticas que representam os interesses das classes populares. A comunicação desenvolvida pelos sindicatos deve contribuir com sua luta e, para formar politicamente seus membros, fará uso da persuasão. Frente a essas reflexões, explica que a charge se constitui “como instrumento de persuasão, intervindo no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, através da sedução pelo humor, criando um sentimento de adesão que pode culminar em um processo de mobilização” (MIANI, 2012, p. 40).

Tendo por base os argumentos apresentados sobre a composição da charge como um texto jornalístico de opinião, dissertativo, que faz críticas a eventos e pessoas reais, entendemos a charge, na imprensa sindical como objeto que permite buscar uma representação da infância que conceba a ideia de adultos, mas que pertencem às classes subalternas e estão próximos das dificuldades enfrentadas pelas crianças pobres do Brasil. Por seu caráter ideológico, a charge permite que busquemos identificar o projeto político de infância da classe trabalhadora.

## 5 A INFÂNCIA REPRESENTADA NAS CHARGES DA IMPRENSA SINDICAL

Nas discussões feitas sobre infância, pudemos perceber o quão complexo é o tema. Vimos um desenvolvimento teórico bastante elaborado, de autores que propõe desde de o seu desaparecimento até a sua adaptação a todas as realidades tornando a infância, por assim dizer, em um lugar seguro com relação às mudanças que ocorrem desde a modernidade. O que não significa que a infância tenha se tornado um lugar seguro para todas as crianças. Vimos que as condições de vida cada vez mais profundamente desiguais têm exigido que crianças tenham experiências e comportamentos que, idealmente, deveriam pertencer apenas ao mundo adulto.

Acreditamos que reconhecer essa realidade não expropria das crianças a sua infância. Encarar a realidade tal qual ela se mostra faz com que o foco seja transferido da idealização adulta para as condições concretas que se apresentam para as crianças, que interferem em sua experiência. No contexto brasileiro não se pode falar sobre infância sem levarmos em consideração uma série de opressões e violências que fazem parte da rotina de crianças. Como vimos, as exclusões que são impostas às crianças com relação à sua participação em processos de decisão e mesmo em espaços públicos escancaram um mundo adultocêntrico e esse é um nível do problema que, por si só, merece nossa atenção. Diz respeito ao questionamento das estruturas que organizam nossa sociedade tendo como premissa o entendimento da infância pelo paradigma da negatividade.

Mas existem outros níveis do problema, ainda mais complexos já que, no Brasil, a distância entre adultos e crianças é tão grande quanto a diferença entre crianças pobres e ricas, negras ou brancas, do Nordeste ou do Sudeste. A infância pobre no Brasil, além de se caracterizar por essa série de agravantes recebeu, historicamente, investidas do próprio Estado voltadas à institucionalização das crianças pobres, vistas com um problema e um risco para a sociedade, por meio do Código de Menores e da Funabem.

A legislação que regulamenta o tratamento do Estado para com as crianças é definida, em um primeiro momento, a partir de uma clara distinção entre crianças (da classe média) e menores (das classes populares). As transformações do país no período de redemocratização alteram, significativamente, a forma como as crianças são vistas, colocando-as como prioridade absoluta. O ECA inaugura uma nova fase, em que crianças são vistas como sujeitos de direitos, independente de suas condições. Sabemos que a alteração jurídica, infelizmente, tem suas limitações e não garante uma mudança prática no cotidiano das crianças.

Frente a essas reflexões, buscamos compreender uma imagem da infância que represente as ideias e demandas das classes populares. A imprensa do novo sindicalismo,

desenvolvida a partir da década de 1970, e mesmo com as mudanças da década de 1990, passa a abordar temas ligados a vida do trabalhador. Certamente, a infância compõe esse universo. Mas de que forma é representada? Quais os problemas da infância apresentados nesse meio? Como pensam as lideranças das classes populares sobre a infância? Pretendemos discutir essas questões por meio da análise de charges publicadas na imprensa sindical após a aprovação do ECA até os dias atuais que tratem sobre o tema da infância.

Buscamos, neste momento, nos orientar pela metodologia de análise chárstica, que permite considerar as características da charge, quais sejam: suas inferências visuais, informações evidentes no desenho; sua crítica, já que a charge é uma imagem opinativa; sua intertextualidade, para perceber como a relação da charge com o contexto histórico e com o próprio jornal acontece; e seu humor, para compreender quais aspectos estão sendo transgredidos na imagem. Também buscaremos compreender os elementos que são próprios à representação da criança e que dizem respeito ao caráter histórico da charge. Nossa análise, portanto, busca compreender os aspectos da imagem chárstica levando em consideração os elementos históricos apresentados que contribuem para a recuperação de informações e para a construção de um sentido da infância na representação feita pelas charges na imprensa sindical. Buscaremos evidenciar esses fatores durante a análise, para que se possa compreender como é feita a análise chárstica.

Além de ter como recorte temporal a aprovação do ECA, buscamos as charges na imprensa sindical que, como vimos, foi uma força social expressiva na redemocratização do país. O uso de imagens nesses veículos era constante, uma vez que funcionava como atrativo. Nossa busca por essas charges foi feita em dois espaços. O primeiro deles é a Hemeroteca do Núcleo de Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina. Nesse acervo estão armazenados jornais, cartazes, coletâneas, cartilhas e outros materiais produzidos por sindicatos. As publicações foram produzidas por diferentes categorias sindicais, como metalúrgicos, químicos, médicos, enfermeiros, professores, bancários, vigias, comerciários, entre outros, além da CUT.

No material pesquisado, encontramos debates sobre a infância também em textos e fotografias que, apesar de não serem analisados, nos ajudaram a compor nosso entendimento sobre os temas abordados. Optamos por apresentar esse material nos anexos, sinalizando no texto sempre que existir uma relação com a charge. Encontramos, na busca feita na hemeroteca, treze charges que abordam especificamente o tema da infância e que serão analisadas a seguir. As charges encontradas na hemeroteca são mais antigas e representam a década de 1990.

O segundo espaço em que efetuamos a busca por charges foi a internet. Realizamos essa tarefa a partir do mecanismo de busca do Google, utilizando as seguintes estratégias de busca: charge criança sindicato; charge criança imprensa sindical; charge infância sindicato; charge infância imprensa sindical; charge infantil sindicato; charge infantil imprensa sindical. A partir daí encontramos algumas charges que foram publicadas em jornais impressos que ficam, também, disponíveis on-line. Uma vez que encontramos charges de um cartunista, efetuamos também busca no seu acervo pessoal on-line por charges que foram publicadas na imprensa sindical. Foi o caso dos chargistas Carlos Latuff e Ivan Cabral (as charges de autoria de Ivan estão disponíveis nos anexos). Foram encontradas na busca feita na internet duas charges que abordam o tema da infância, as quais analisaremos a seguir. Essas são mais recentes e representam nossa realidade mais próxima.

Optamos por dividir as charges que analisamos por temas. Assim, aproximamos as charges que abordam um determinado aspecto da infância para que possamos discutir as diferentes visões sobre ele e possíveis mudanças ao longo do tempo. As categorias de análise que criamos, a partir das imagens encontradas, são as seguintes: infância, Estado e direitos; meninos e meninas de rua; expectativa x realidade; trabalho infantil; educação. Também achamos interessante apresentar, ao final, uma constatação a respeito da presença de crianças nas charges que não debatem, diretamente, problemas relativos a infância.

## **5.1 INFÂNCIA, ESTADO E DIREITOS**

Começamos nossa tarefa com charges que trazem, de alguma forma, a relação entre infância, o Estado, e os direitos de crianças e adolescentes. Veremos nesta seção como essas imagens trabalharam a não realização prática da legislação que garante proteção integral – o ECA; a indiferença do poder público com relação às condições de vida dos meninos e meninas de rua; e a constante possibilidade e tentativa de recuperar as medidas de intervenção do Estado com relação à infância do passado. São três charges, de períodos diferentes, que discutem essa relação.

A primeira delas foi publicada no jornal do Sindicato dos Químicos do ABC – Sindiquim, na primeira semana de agosto de 1993. Trata-se, portanto, de um periódico semanal. Foi publicada em um período próximo às mudanças legislativas, como a Constituição Federal de 1988 e a criação do ECA em 1990. Também é relevante notar que o sindicato pertence a região do ABC paulista que liderou o movimento grevista da década de 1970, com sindicatos

fortes, politizados, que representavam a classe dos trabalhadores. O sindicato é filiado à CUT e, portanto, se inscreve no grupo dos autênticos. O chargista é Márcio Baraldi.

Figura 1 - ECA

**SINDIQUIM** **SINDICATO FORTE**  
 De 01 a 07 de agosto de 1993 - Nº 846 **JORNAL** **CUT** **PC-F**



**Nossa luta é pelo reajuste integral**

Químicos da CUT de todo país se mobilizam na Campanha Nacional Articulada da CNQ e na Câmara Setorial. Vamos pressionar o Congresso a vetar o veto de Itamar. Leia Página 4 e Editorial

**Os filhos da miséria brasileira**

Governo e a maioria dos empresários não investem em crianças carentes porque elas não dão lucro. O problema começa em casa e se estende à rua. Falta educação, saúde e alimentação. Leia página 3.



**Dossiê DinosSolvay, parte VI**

Página 2

A charge acima mostra dois policiais militares (assim identificados pela sigla PM no carro) comemorando o fato de terem encontrado, escondidos atrás do ECA, as crianças ou adolescentes que estavam procurando. O Estatuto aparece baleado e, através dele, jorra o sangue dos que foram assassinados, mesmo sob sua proteção. A charge aparece no jornal com destaque, sendo publicada na metade inferior da capa do jornal. A outra metade também é ocupada por uma charge acompanhada por uma chamada. O destaque se dá, além do lugar na capa, pela impressão colorida em preto, branco e vermelho. Ao lado da imagem vê-se uma chamada que diz “os filhos da miséria brasileira: governo e a maioria dos empresários não investem em crianças porque elas não dão lucro. O problema começa em casa e se estende à rua. Falta educação, saúde e alimentação”. O fundo do espaço em que se encontram a charge e a essa chamada é pintado de vermelho, fazendo alusão a uma poça de sangue.

Antes de falarmos sobre as características da charge, é válido apontar que as imagens recebem muita atenção no jornal Sindiquim, sendo que o espaço da capa é quase que totalmente ocupada por duas charges. Além disso, o texto anunciado com a charge que analisamos aqui é acompanhado, também, por mais uma charge na página três, que aborda o descaso dos empresários para com as crianças. Vemos a presença de ilustrações com muito destaque na imprensa sindical.

Essa charge faça uma alusão a Chacina da Candelária, em que policiais militares encapuzados assassinaram a tiros oito meninos de rua que dormiam em frente à Igreja no Rio de Janeiro, deixando dezenas de feridos. Esse crime aconteceu em 23 de julho, uma semana antes da publicação dessa edição do jornal Sindiquim. Apesar de o texto não fazer nenhuma alusão ao episódio e a charge, propriamente, ser adequada a realidade que muitas crianças e jovens enfrentam com frequência na periferia, é importante ressaltar que, como a chacina havia acabado de acontecer, houve uma repercussão (com discursos diferentes) nos meios de comunicação. Isso contribuiu para que esse fato ocupasse a memória social na época, fazendo com que a charge fosse lida e interpretada com base nesse contexto.

Falaremos da Chacina da Candelária com mais profundidade na categoria de “meninos e meninas de rua”, quando analisaremos a Figura 7. Optamos por trazer a charge em questão para esta parte do trabalho porque acreditamos que, independente do episódio retratado, sua principal crítica reside sobre o descaso com “crianças carentes” por parte do governo, evidente na chamada que acompanha a charge. Além disso as inferências visuais, apesar de descreverem um cenário parecido com o da candelária, pela presença dos PMs, em uma noite, atirando em crianças e jovens, dão destaque para um elemento que não é fisicamente presente na situação real e que aparece na charge materializando uma discussão sobre o ECA.

Vimos que Miani (2010) afirma que as palavras e textos que acompanham o próprio desenho da charge ajudam a delimitar seu humor ou sua crítica. Essa charge evidencia essa proposição pois a fala do policial, “não falei que eles estavam escondidos lá atrás?!?”, traz uma referência ao ECA, tornando esse o elemento central da charge. As críticas feitas no desenho dizem respeito ao papel dos policiais que, sendo poder executivo, deveriam fazer valer a lei, e também ao Estatuto que deveria garantir a proteção integral.

Percebemos a intertextualidade como um elemento importante na compreensão dessa charge. Além da relação com a memória social sobre a chacina da candelária, sua crítica faz mais sentido depois que temos contato com o texto que foi anunciado pela chamada que acompanha a charge. Portanto, existe uma relação polifônica com o contexto de publicação e uma intertextual com o texto publicado na página três. Entendemos a polifonia já que a interpretação de um fato que reside na memória social por muitas vezes é a base de construção da imagem. Já a intertextualidade, segundo Romualdo, diz respeito a textos “efetivamente produzidos” (ROMUALDO, 2000, p. 67) e reside, portanto, na relação entre charge e a matéria publicada.

O texto (ANEXO 1) trata sobre os problemas de crianças que ficam reclusas às suas casas todos os dias enquanto os pais trabalham. Afirma que “[...] o direito de ser criança está sendo roubado. Elas são obrigadas a ter atitudes de adultos precocemente [...]”. Na sequência, mostra algumas estatísticas sobre os filhos das mães da categoria química que ficam sozinhos em suas casas durante seu período de trabalho. A matéria segue com uma reflexão sobre meninos e meninas de rua, mostrando os problemas de crianças que vivem em situações diferentes.

É com esse texto que a charge trazida para análise se relaciona com proximidade. Partindo da reflexão anterior sobre os cuidados de pais e filhos, o texto tem como premissa que crianças de rua são filhos do Estado que, por sua vez, não se responsabiliza, deixando uma lacuna de soluções para essa população. Em face dessa ausência, o texto indaga se “[...] ficará por conta das respectivas PMs dar motivo para a solução governamental [...]”. A charge é importante, justamente, para mostrar qual é a ação da PM para solucionar o “problema” dos meninos e meninas de rua. Portanto, uma crítica ácida é feita pela charge em complemento com o texto, mostrando o que acontece nas ruas enquanto as diretrizes do ECA não são respeitadas na prática.

Discutimos brevemente o humor quando expusemos as características mais importantes da charge no capítulo anterior. Acreditamos que, com a presença de uma imagem, seja mais fácil explicar qual o conceito que trabalhamos na análise chárstica. Percebemos que a

charge analisada aqui não possui, em absoluto, nenhuma graça. A situação é trágica e a abordagem do chargista é igualmente dura: as crianças mortas e seu jorrando através do ECA, com os policiais rindo e comemorando o seu feito. Não significa, porém, a ausência de humor na charge. Ele se mostra, de acordo com Eco (1989), na subversão da ordem social que nos faz duvidar de sua legitimidade. Mais que isso, mostra os limites da realidade.

Por isso, não se trata de uma imagem cômica. Ela não tem a intenção de causar o riso, mas sim de transgredir as normas sociais vigentes. E isso podemos perceber com clareza na retratação dos policiais que, em teoria, deveriam proteger a população e concretizar as determinações legislativas mas, na imagem, comemoram ter agido contra a lei. Além disso, nossos limites ficam evidenciados na imagem do ECA fragilizado, incapaz de cumprir seu papel, mostrando que a lei, por si só, não é suficiente. É preciso uma mudança em todo o sistema de intervenção para que possa se concretizar.

Essa é uma crítica que vai de encontro com os comentários da maioria dos autores que refletem sobre o ECA, como Rizzini (2011), Marchi (2014) e Nunes (2001), que embora seja uma das legislações de direitos das crianças e adolescentes mais avançadas do mundo, promove mudanças lentas e não se concretiza nas ações de intervenção do Estado na infância. Pelo menos, não por todas as instâncias, como a da polícia militar, retratada na charge. Fica evidente, com essa crítica, de que forma a infância é permeada e influenciada por outras instituições. Os discursos que criminalizam a pobreza afetam, materialmente, a vida de crianças que vivem nas ruas.

A infância representada nessa charge tem um recorte específico, das crianças pobres que vivem nas ruas, expostas a todo tipo de violência, desde o abandono, a fome, o medo, até a própria violência policial. Entendemos que essa imagem faz um apelo a ideia de que crianças são cidadãos de direitos, por mostrar que estão legalmente protegidos. Mas mostra, com muito mais ênfase, que esses direitos são desrespeitados por quem deveria garanti-los, imperando o tom de denúncia.

A segunda imagem segue a mesma linha de acusação do poder público, que fecha os olhos para os problemas variados enfrentados por crianças que vivem nas ruas. A imagem, assinada pelo chargista Gilmar, foi publicada no Metalúrgicos do ABC, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, um jornal diário, em um espaço comumente ocupado por charges. Também é do ano de 1993, mas publicada no mês de outubro, na semana do dia 12, em que se comemora o dia das crianças. Nessa semana o tema da infância e juventude foi amplamente abordado pelo sindicato, que preza pela politização dos trabalhadores, para além e reivindicações econômicas. A Figura 5, que iremos analisar na categoria de meninos e meninas



de rua, foi publicada na mesma semana. Mas é na edição em que a charge seguinte foi publicada que o tema teve um espaço destacado no jornal.

Figura 2 – Tampando os olhos

Página 2

Metalúrgicos do ABC

Sexta-feira, 8 de outubro de 1993

# NOTAS

## E RECADOS

### Promessas de campanha

Durante sua campanha eleitoral, o atual governador Luiz Antônio Fleury garantia todo apoio à Educação. Ele dizia conhecer os problemas da área porque sua mãe é professora aposentada do Estado. Lembrando destas declarações, os professores em greve da rede estadual foram procurar a mãe do governador, Maria de Lourdes Coelho Fleury, em Sorocaba, onde ela mora. A intenção era conseguir que dona Maria intercedesse nas negociações da categoria com seu filho.

### Tal filho, tal mãe

Foram recebidos pela polícia, como é tradição do governador. Depois de muita negociação, dona Maria concordou em receber uma delegação de cinco professores. Tudo em vão. Maria de Lourdes Coelho Fleury disse aos professores que seu filho já fez tudo que pôde e ela nada poderia acrescentar nas negociações. Como se vê, o governador Luiz Antônio Fleury teve a quem puxar...

### Relações perigosas

Por falar em Fleury, o governador de São Paulo teve seu nome ligado ao PSD (Partido Social Democrático) nesta semana. O jornal "Folha de S. Paulo" publicou que o próprio Fleury foi o responsável pela entrada da deputada federal Wanda Reis (RJ) no PSD. Para quem não lembra, PSD é o partido acusado de "comprar" o passe de parlamentares por 30 mil dólares.

### Solidariedade a professores

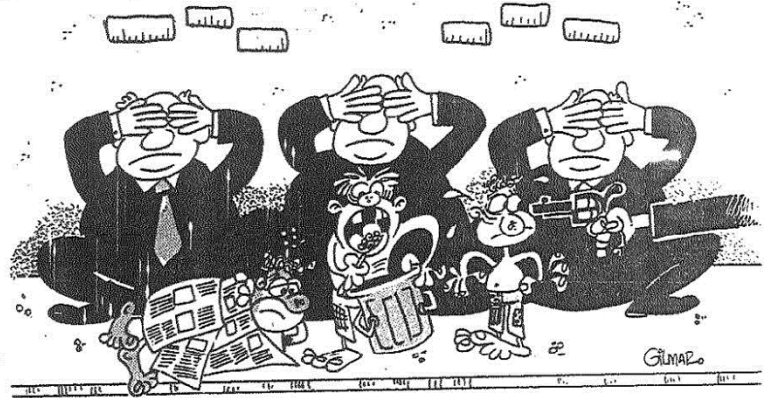
O Conselho Regional de Ribeirão Pires da APEOESP estará na próxima semana em portas de algumas empresas de nossa base fazendo a arrecadação de fundos para a manutenção da greve dos professores. Ontem, a CF da Brosol entregou à entidade Cr\$ 114 mil arrecadados entre os trabalhadores da empresa. Veja a lista das empresas e apoio o movimento: Cen, Jean Lieutaud, Correntes Regina, Mandel, Nakayone, Piccoli, Pollone, Sanches Blanes, Tecmafrig e Constanta.

### Campanha contra fome

Acontece nesta quarta-feira, dia 13, reunião no Sindicato dos Ceramistas de Mauá entre várias entidades não governamentais da cidade para discutir a criação de subcomitês da campanha contra a fome. O Sindicato dos Ceramistas fica na Avenida Capitão João, 378, ao lado da nossa sede Regional. Participe.

### Vitória na construção civil

Cerca de seis mil trabalhadores da construção civil de São Bernardo e Diadema (quase a totalidade da categoria) conseguiram reajuste mensal de 100% da inflação e estabilidade no emprego por 60 dias. A conquista foi a partir de acordos por empresas, através de greves desde o último dia 22.



## Delegado ao Congresso

Confira, na relação abaixo, as fábricas onde estarão sendo escolhidos os delegados que irão participar do 1º Congresso dos

Metalúrgicos do ABC. Hoje, publicamos o calendário até o dia 13, quarta-feira. Nas próximas edições estaremos publicando novas listas.

Data	Horário	Local (Cidade Regional)	Empresa
Hoje	12h30	Diadema	Forjas SP
Hoje	16h	Diadema	Papaiz Ind. Corn.
Hoje	16h30	Diadema	Forjas S.P., Daiwa
Hoje	17h30	Diadema	Arlen, Indebrás, Artesmetal
Hoje	18h30	Diadema	Kapler Weber
Hoje	14h	Diadema	IGP
Hoje	18h	Diadema	Reinhausen
Hoje	16h30	SBC	Volks, Mercedes
Hoje	17h	SBC	Ford
Hoje	17h30	Taboão (rua/loja Pariz Copacabana)	Condubar, Melsoro, R. Castro, Marbom, Profer
Hoje	18h	SBC	APV, Asbrasil, Atlas (SBC), Toshiba, GKW, Mioto, Enco, Tref. União, Apema, Sulzer, J. Muller, Bozza, Ausbrand
Amanhã	10h	SBC	Maxion
Amanhã	15h	SBC	Saco Tools
13/10	17h	Subsede Quiricoz	Magnat, Backer

## CUT ABC faz 10 anos

Amanhã a CUT Regional do ABC faz 10 anos e comemora a data com uma festa, às 19h, em sua sede à Rua Senador Fláquer, 813, em Santo André. A Regional do ABC representa hoje aproximadamente 350 mil trabalhadores, tem 26 sindicatos filiados, além de cinco oposições e 12 subsedes estaduais. Sua base abrange cerca de 20 cidades do ABC, Mogi e Baixada Santista.

A Regional do ABC foi a primeira instância da Central Única dos Trabalhadores criada depois da CUT Nacional. Hildo Soares de Souza, diretor do nosso Sindicato e secretário-geral da CUT Regional, lembra que ela esteve presente em todas as grandes lutas nacionais desde a sua criação, como as Diretas-Já e o impeachment de Collor.

## De olho nas horas extras

A luta contra as horas extras é um compromisso do qual o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não abre mão. Os empresários não podem continuar se negando a contratar no momento em que estão produzindo a todo vapor, enquanto mais de um milhão de companheiros estão desempregados só na Grande São Paulo. Isto tem que acabar.

Neste final de semana, diretores do Sindicato e um grupo de trabalhadores vai se reunir à CF da Maxion para conversar com os companheiros que pretendem fazer horas extras na empresa. Pelo menos 30% da produção da Maxion está saindo das horas extras.

A campanha vai durar até que as contratações comecem. Por isto as empresas que abusam das horas extras - como a Cofap, Otis, Brosol e outras - devem estar preparadas. Ou param com o abuso, ou também serão visitadas a qualquer momento.

**Em função do feriado de N. S. Aparecida, não haverá expediente no Sindicato (Sede e Sedes Regionais) nos dias 11 e 12, segunda e terça-feira.**

Na imagem, vemos três meninos passando por situações diferentes a que estão expostos nas ruas: o desabrigo, representado no menino que deita na calçada e se cobre com o jornal; a fome, com o menino que revira o lixo para poder se alimentar; e a violência (ou até mesmo o extermínio, como mostra o episódio da candelária), com uma arma apontada para um menino que está aflito. Ao fundo, três homens vestidos de terno, em referência aos políticos, tampam os olhos para evitar enxergar as crianças. A mão que estende a arma possivelmente também é vestida por um terno, demonstrando que quem coloca as crianças nessa condição de vulnerabilidade são os próprios políticos.

Podemos considerar essa imagem como um cartum: uma crítica de costumes que não faz referência a eventos específicos ou personagens reais. No entanto, a produção e publicação desse cartum acontecem dois meses depois da Chacina da Candelária e seguem uma tendência do Jornal de abordar temas da infância, fazendo críticas à violência policial, ao descaso do Estado e outras tantas circunstâncias que se apresentam aos meninos e meninas de rua. Portanto, mesmo fazendo uma crítica cultural, o contexto histórico foi importante para a compreensão da mensagem.

Como não existe nenhum texto no cartum, o contexto de publicação é bastante importante para compreensão de sua crítica, assim como a intertextualidade com outras matérias publicadas no jornal. A imagem conversa com outras duas publicações na mesma edição do jornal e começaremos a análise com a mais próxima (ANEXO 2). O cartum é publicada na página dois e, na página seguinte, uma chamada avisa que “hoje é noite de vigília”. No dia de publicação do jornal, o sindicato organiza atividades voltadas ao debate sobre a infância e juventude no país, com painéis, shows e atividades para crianças durante dez horas. Com apoio da UNICEF, o sindicato realiza a chamada Vigília pela Criança e pelo Adolescente. Destacamos a participação do sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e Lula.

Além da matéria na página ao lado do cartum, que lembra a vigília e comenta brevemente a programação, a capa da edição (ANEXO 3) é quase integralmente ocupada por uma fotografia com crianças e adolescentes felizes segurando bandeiras do Brasil, com a seguinte chamada: “se este é o futuro que você quer para as nossas crianças, participe da vigília pela criança e pelo adolescente, hoje, no sindicato”. A ação condiz com a postura do sindicato de fortalecer as classes trabalhadoras na luta por uma sociedade mais justa, continuando a pressionar o governo após a construção da Constituição de 1988.

Tendo em vista a intertextualidade com os demais trechos do jornal é possível atribuir um significado para os olhos tapados dos políticos, além daquele que se mostra pela inferência visual. Certamente, podemos entender que fecham os olhos frente a uma realidade

incômoda que preferem não ver. Mas podemos fazer duas relações importantes. Uma delas diz respeito aos “três macacos sábios”. Acreditamos que os homens ao fundo fazem uma referência a popular imagem dos macacos, um tampando os olhos para não ver, o outro cobrindo os ouvidos para não escutar e o terceiro tampando a boca para não falar podem ter muitos sentidos. Para enfatizar a indiferença do poder público com relação aos meninos e meninas de rua, a imagem traz os três personagens fechando os olhos.

Além disso, existe uma oposição entre o papel cumprido pelos políticos da imagem e o exercido pelo sindicato já que, enquanto o primeiro fecha completamente os olhos para os problemas enfrentados pelas crianças nas ruas, o segundo faz uma vigília. Essa oposição entre a imagem dos olhos cobertos e a palavra vigília fortalece a crítica feita pela charge e posiciona o sindicato contra essa postura.

A edição seguinte do jornal trouxe duas páginas (ANEXO 4) comentando sobre a noite de vigília, com depoimentos das atividades, discussões e falas. Inclusive, a de um menino chamado Joãozinho, de seis anos, sobre as dificuldades da vida nas ruas. As imagens mostram os momentos da vigília, que contou com a participação da Pastoral do Menor e do MNMMR. Além disso, um texto reafirma o compromisso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com a luta das crianças, contra a violência e o discurso de ódio. Para que tenham “direto à vida, respeito à sua dignidade de seres humanos, alimentação adequada, educação, moradia, saúde, cultura, profissionalização, liberdade, convivência familiar e comunitária”.

É importante notar que o discurso sustentado nesse momento foi de cidadania e respeito aos direitos humanos, em uma compreensão de que crianças são sujeitos de direitos, afinada com as concepções mais avançadas que estudamos neste trabalho. A representação da criança na charge, no entanto, é de meninos de rua passando por uma série de violências. Não queremos supor que essas ideias se contraponem. Somente demarcar que a representação visual está apegada a ideia dessas crianças como vítimas. Segundo Rosemberg (2008), muitas vezes, com a intenção de sensibilizar, recorremos a imagens como essas, sob o risco de retratar a infância sempre com a perspectiva da vitimização.

Certamente essa charge retrata a realidade de muitas crianças simetricamente. Mas, para a análise de como a infância é representada na imprensa sindical por meio das charges, devemos estar atentos a esses padrões. Até mesmo porque, como vimos na discussão teórica a respeito da infância, o olhar da vitimização e o da criminalização partem de um mesmo princípio: de que crianças são objetos, seja de punição, seja de proteção.

A última charge que trazemos para a análise desta categoria é de autoria de Carlos Latuff, chargista carioca que trabalha na imprensa sindical e apoia, com seu trabalho,

movimentos sociais de diversos segmentos. Mais uma vez, vemos o poder público contra os direitos da infância, agora personificado na figura de um político por meio da caricatura.

Figura 3– Redução da maioria penal

2 Contraponto – ABRIL 2013 – sisejufe.org.br

**CLUT-RJ terá festa do Dia do Trabalhador em 30 de abril na Cinelândia**

A festa será na Cinelândia, das 14h às 18h, na esquina do Setado de 1ª de Maio. Todos estão convidados a participar do evento promovido pelo CLUT Rio e entidade filial. haverá shows de canto, churrasco, teatro e poesia.

Os sindicatos também poderão montar suas estruturas ao redor da tenda do CLUT Rio que será montada em frente à Câmara dos Vereadores. Além de comemorar o Dia do Trabalhador, o CLUT estará no dia de tudo a pais falando por desenvolvimento, cidadania e valorização do trabalho e dos direitos trabalhistas.

### Processo que desapropria Cambahyba será acelerado, promete presidente do TRF

**Empunhado brasileiro:** membros do Ministério dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), homens, mulheres e com-frentistas fizeram ato político em 15 de abril em frente ao Tribunal Regional Federal (TRF) do 2º região. Ele substituiu com advogados de litigância do MST, o presidente do TRF, Sérgio Schwartz, se comprometeu a acelerar a destituição do juiz competente para julgar a intenção de posse da fazenda da Uruçu Cambahyba, no quilombolado político foram incluídos durante a ditadura militar e, em poesia, a litigância do MST Clóvia Guedes foi o primeiro recusado.

“Esperamos que a presidente Dilma, como dirigente política, tenha a coragem de mandar a turma sair a passo, o quanto antes, do Uruçu Cambahyba, que está utilizada para incutir na cabeça da população que mantém na tábua na estado do Rio de Janeiro. Até hoje ninguém sabe quem foram quem foram aqueles fazendeiros. É obrigação do

Estado brasileiro e da sociedade preservar a memória daqueles que pagaram com a vida para que hoje seja destruída, além de que estava. Queremos que aquele lugar seja uma fazenda de reforma agrária e que a área industrial da zona seja transformada em um espaço de memória daqueles anos, para que nunca mais tais atrocidades não se repitam nesse país”, disse o coordenador nacional do MST, João Pedro Saldade. Desde novembro, 120 famílias ocupam a área industrial de Cambahyba e vivem no acampamento Luiz Manoel, nome dado em homenagem ao militante do PCB que foi torturado e morto nos fuzis da ditadura.

O presidente do TRF, Sérgio Schwartz, também recusou uma reunião com o coordenador Fábio Páez, que foi agendada para 18 de abril. A corregedoria é o órgão de fiscalização do Tribunal que poderá emitir uma resolução para afastar a magistratura para ser mais eficiente

As no TRF de uma das manifestações que integram a programação da Jornada Nacional de Luta por Reforma Agrária e Justiça no Campo, que acontece a partir de maio de 2012. O ato no TRF foi uma das manifestações que integram a programação da Jornada Nacional de Luta por Reforma Agrária e Justiça no Campo, que acontece a partir de maio de 2012. 21 militantes do MST. Além de autor justiça, o ato de manifestação de desapropriações de terras e a falta de instrumentos para garantir o desmonte dos assentamentos. O governo Dilma Rousseff desapropriou apenas 36 unidades que foram destinadas a acampamentos, 56 em 2011 e 28 em 2012. Nos últimos 20 anos, esse é o número mais baixo registrado. No estado do Rio, por exemplo, a última desapropriação ocorreu em outubro de 2007. [Com informações do Instituto MST-IO]

CONTRAPONTO  
SISEJUFES RJ - Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro  
Rua do Arco-Íris, 10 - CEP 20070-000  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20070-000  
FONE: (21) 2129-1942  
FAX: (21) 2129-1942  
E-MAIL: sisejufe@contraponto.org.br

Recicla  
SISEJUFES RJ

Fonte: Contraponto – Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro, n. 57, abr/2013, p. 2.

A imagem compõe a edição do mês de abril de 2013 do jornal Contraponto, publicação mensal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Sisejufe. Percebemos que se trata, então, de um período diferente. As duas charges analisadas antes são da década de 1990, logo após a aprovação do ECA. Aqui, temos uma charge mais recente, que foi encontrada com as buscas feitas na internet.

Nessa charge, vemos a referência a um personagem político, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckimin, por meio do retrato caricato, que exagera determinadas

características físicas para fazer uma sátira e permite identificar o personagem por um aspecto marcante de sua fisionomia. Segurando uma fita métrica, o governador de São Paulo mede a altura de um menino negro imaginando que, com esse tamanho, já é possível propor a prisão, como percebemos pela roupa do menino na imaginação do governador. Enquanto isso, o menino pensa em ir à escola, com uniforme, mochila e cadernos. Claramente, a charge faz alusão à redução da maioridade penal.

Antes de passarmos para a análise da crítica feita pela charge, queremos comentar brevemente sobre o espaço em que foi publicada no jornal. A imagem divide a metade superior da página dois com uma pequena nota sobre um evento da CUT. Ocupa o centro e o lado direito da parte superior da página. Abaixo, consta uma matéria sobre a reivindicação do MST por mais agilidade em uma desapropriação. Na capa não há nenhum comentário sobre a redução da maioridade penal ou sobre o governo de São Paulo. O mesmo se repete nas outras páginas do jornal. A charge não é acompanhada nem mesmo de uma descrição ou legenda.

Queremos aproveitar esse exemplo para demonstrar que a charge é vista como um texto que passa uma mensagem e, muitas vezes, o desenho é suficiente para fazer uma crítica e opinar sobre um tema. Reforçamos assim seu caráter dissertativo, e não ilustrativo, que faz uma crítica com o uso do humor. Essa charge é classificada, por Miani (2012) como “charge editorial”. Vimos antes que toda charge carrega uma mensagem editorial, uma vez que afirma a posição do chargista e do jornal em relação a um tema, por seu caráter ideológico. Mas, nesse momento, utilizamos a palavra editorial para nos referir a uma charge que expressa, por ela mesma, toda a informação.

Como não é acompanhada de nenhuma matéria auxiliar ou legenda, essa imagem demonstra, novamente, a relação intrínseca da charge com seu contexto de publicação. Podemos tomar por essa charge que Geraldo Alckimin é a favor da redução da maioridade penal. Mas se conhecermos a situação que aconteceu no mesmo mês em que foi publicada, podemos compreender a crítica feita, demonstrando uma opinião política do sindicato por meio da imagem. Assim, a data de publicação e o evento criticado na charge nos ajudam a explicar a efemeridade da charge enquanto produto comunicativo, como veremos a seguir.

Ao observar a imagem acima sabemos se tratar de uma reflexão sobre a redução da maioridade penal. Não entendemos, no entanto, o porquê da presença do governador Geraldo Alckimin. Esse fato só pode ser explicado com a análise das condições em que a charge foi produzida e publicada. Nesse período, o governo do estado de São Paulo e o governo federal entraram em discordância com relação a legislação que regula a intervenção estatal nos casos de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Na visão de Geraldo Alckimin a lei é pouco

rígida e a forma em que se apresentam os níveis de criminalidade mudaram, tornando o ECA inadequado para o momento que o país vive.

Para o governador, desde a aprovação do ECA a sociedade passou por transformações que criam a demanda por uma mudança na legislação. Por isso, em abril de 2013, Geraldo Alckimin se reúne com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para apresentar um projeto de lei que altera as punições para os adolescentes em conflito com a lei (ALCKIMIN..., 2013). A charge é publicada no mesmo mês, fazendo uma crítica à proposta do governador que, apesar de não ser comentada no jornal, está presente na memória social. É com essa memória e com esse acontecimento que se estabelece a intertextualidade da charge apresentada. Passado o evento a charge perde sua força como material comunicativo porque carece do apoio da memória social para que sua mensagem seja compreendida. É preciso que o leitor tenha conhecimento sobre esses acontecimentos para aproveitar, ao máximo, a crítica feita. Mas permanece sua potência como fonte para pesquisa histórica.

Consideramos fundamental comentar sobre dois aspectos da infância que se apresentam nessa charge. O primeiro deles é, logicamente, à crítica à proposta de redução da maioria penal. Como comentamos no capítulo sobre imprensa sindical, esse material é veiculado e recebido como a versão oficial dos fatos pela interpretação da direção sindical. Portanto, a presença dessa charge demarca uma posição política do sindicato com relação ao tema da redução da maioria penal. Apesar de o sindicato não ter uma relação com a infância, representa os servidores da justiça tendo, portanto, uma aproximação com o tema da redução da maioria.

O segundo aspecto sobre a infância que merece ser comentado é representação de um menino negro na imagem que aborda a redução da maioria penal. Esse dado fica mais evidente com a impressão colorida do jornal. Como vimos, a infância como categoria geracional é permeada por diversos outros fatores sociais que interferem nas condições concretas de vida das crianças. A cor da pele é, no Brasil, um fator determinante tendo em vista que a democracia racial é um mito. Como vimos, a criança negra tem 70% mais chances de ser pobre no Brasil do que a criança branca. Sendo assim, a mudança na legislação que regula os direitos da infância afeta diretamente todas as crianças mas, sobretudo, as que são pobres e negras.

Vemos que o humor da charge deixa explícita a transgressão de normas por parte da caricatura do governador com a utilização da fita métrica para determinar se o menino já pode ser preso. A caricatura é uma ferramenta que ajuda a identificar o personagem com o uso do humor e do exagero. Além disso, Romualdo afirma que “pela paródia das ações políticas,

pela caricatura, pelo ridículo ou pelo próprio riso, o texto chágico destrona os poderosos e apresenta outras perspectivas para a leitura de suas ações” (ROMUALDO, 2000, p. 53).

Com essa charge, pudemos perceber uma representação da infância diferente da vista nas duas charges anteriores. Antes, as crianças apareceram como vítimas de violências explícitas, em situações trágicas ou de completo abandono. O que consideramos contrastante na última charge analisada é a presença da visão da criança. Por mais que um representante do Estado esteja em uma investida contra os direitos das crianças orientada pela lógica da punição, como na doutrina de situação irregular, existe a resistência da imaginação da própria criança.

Consideramos esse aspecto significativo já que, como vimos nas discussões sobre a infância, é preciso olhar para a criança como protagonista da infância e da cultura infantil. Por mais que o desenho seja feito por um adulto, quando olhamos a posição da criança contrária à do governador, existe uma crítica contundente à alienação das crianças dos processos de decisão que envolvem as suas próprias vidas, o que também caracteriza uma violência. Mas se destaca o papel do menino como sujeito, pensante, idealizador da sua vida e do seu papel social. Portanto, nessa charge existe uma retratação da criança como sujeito de direitos.

Com essa categoria, pudemos perceber que a relação entre infância, Estado e direitos foi discutida nos sindicatos a partir de algumas perspectivas: a violência policial, o descaso dos governantes e a redução da maioria penal. Nas duas primeiras, percebemos a vulnerabilidade das crianças que vivem nas ruas e o descaso do poder público. Percebemos o quão é vulnerável a própria legislação que protege as crianças e adolescentes no Brasil. Na primeira charge, porque a instituição do Estado que deveria garantir a segurança é o motivo do medo e age com violência sem fazer qualquer distinção de idade.

Vemos como as crianças, detentoras de proteção especial, são atacadas pelo poder público com investidas pela sua punição e eliminação. Nas charges da imprensa sindical, se o Estado não violenta, ao menos, fecha os olhos para os problemas enfrentados por crianças, vendo como alternativa a punição. Interessante notar que, na contramão, os sindicatos problematizam essas questões e, como mostrado na análise da Figura 2, se coloca como corresponsável na efetivação de direitos da infância, junto a organizações como o MNMMR e a Pastoral do Menor.

## **5.2 MENINOS E MENINAS DE RUA**

Passamos agora para a análise de charges que tratam, sobretudo, sobre condições de vida e abusos a que estão expostas as crianças que vivem nas ruas. Entendemos que as

questões centrais abordadas nas charges a seguir dizem respeito aos meninos e meninas de rua, mas com aspectos diferentes. Por isso, optamos por dividir a análise em dois grupos: “violência policial” e “nenhum lugar, nem a rua”.

### 5.2.1 Violência Policial

Apesar de a figura da polícia ou da violência estarem presentes em grande parte das charges que trouxemos para o trabalho, reunimos aqui as que tem esse como tema principal. Traremos nesse tópico discussões sobre como a imprensa sindical abordou a questão da violência policial na vida de meninos e meninas de rua a partir da análise de três charges que abordam: o papel da polícia; a presença da violência na vida das crianças e a naturalização dessa violência. Todas as charges são da década de 1990.

A primeira charge desse grupo foi publicada no Metalúrgicos do ABC, jornal do sindicato dos metalúrgicos do ABC, em julho de 1993.

Figura 4 – Socorro, polícia



Fonte: Metalúrgicos do ABC, 28.jul/1993.



Nessa charge assinada por Gilmar, vemos três meninos de rua correndo, com medo de um policial armado que os persegue. O desenho do pão de açúcar com o bondinho ao fundo determina que a situação acontece no Rio de Janeiro. Poucos dias antes da publicação da charge acontecia a Chacina da Candelária, em que policiais assassinaram oito crianças e adolescentes que dormiam em frente à Igreja. Esse episódio mobilizou uma grande concentração de matérias e charges sobre o tema da infância na imprensa sindical, como veremos no decorrer das análises deste tópico.

Novamente, o texto da charge auxilia na determinação de um sentido da mensagem, uma vez que a leitura direciona a crítica da charge ao papel do policial, o de proteger e garantir a segurança, para o de ser a razão da violência, evidenciada na fala dos meninos que, ao invés de pedirem socorro à polícia, gritam “socorro, polícia”, demonstrando ser esse o motivo do medo e da fuga. Entendemos que o humor da charge também está relacionado com a transgressão do papel do policial, representada pela vírgula no texto, e visualmente já que a situação, apesar de ser comum na realidade, é pautada pelo “ridículo” de um policial correr armado atrás de três crianças.

Existe uma relação de intertextualidade com uma matéria publicada na edição (ANEXO 5), ao lado da charge, que trata do tema dos meninos e meninas de rua e, também, da Chacina da Candelária. O título é o seguinte: miséria leva às ruas: tirar da rua não resolve, pois a miséria reproduz o problema. A matéria defende que, na visão do sindicato, é preciso falar sobre mais do que a violência contra crianças e adolescentes: a razão que faz com que vão para as ruas, apresentada como a miséria dos seus pais. Para debater essas questões, a matéria convida para o Seminário sobre Direitos da Criança que será realizado no sindicato. Comenta também sobre a vigília que acontece no mês de outubro de 1993, comentada na análise da Figura 2.

Embora a charge trate diretamente do tema da violência policial, presente na memória social pela proximidade com o Chacina da Candelária, o texto problematiza outras questões, como as perspectivas de crianças que vivem em famílias miseráveis. Essa é uma postura interessante porque evidencia o posicionamento político do sindicato frente aos trabalhadores. Consegue aliar uma questão econômica, que é de interesse direto do trabalhador, com um tema social, criticado pela charge e trabalhado no texto que a acompanha.

A segunda charge que aborda o tema da violência policial é discreta e, ao mesmo tempo, bastante complexa, por tratar de diferentes níveis do problema da relação entre polícia e crianças de rua. Foi publicada no Metalúrgicos do ABC, jornal diário dos metalúrgicos do ABC, em fevereiro de 1993 e foi produzida pelo chargista Pecê. Foi publicada um dia antes da

Figura 2, que apresentava a indiferença do poder público frente a realidade dos meninos e meninas de rua.

Figura 5 – Pega-pega

Página 2

Metalúrgicos do ABC

Quinta-feira, 7 de outubro de 1993

## NOTAS E RECADOS

### O doce sabor da vingança

Foi coincidência, mas se falou ontem, em tom de brincadeira, sobre a "vingança" da família Collor contra o Congresso, que aprovou o impeachment do ex-presidente da República. O ministro do STF que concedeu a liminar aos "contras", Marco Aurélio de Farias Mello, é primo de Fernando Collor, que o nomeou para o STF em 1990. Antes, Marco Aurélio era ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele não gosta que lembrem seu parentesco com o ex-presidente. No início do ano, divulgou nota à imprensa pedindo para ser citado apenas como Marco Aurélio.

### Golpe na Rússia

A bancada do PT na Câmara dos Deputados divulgou ontem uma carta aberta protestando contra o golpe de Estado na Rússia. "O PT, que também condenou o golpe patrocinado por setores das forças armadas contra o então presidente Mikhail Gorbachev, manifesta agora sua preocupação com a indiferença das instituições internacionais face aos atentados à democracia ocorridos em diferentes países do mundo, como no Peru e na Rússia", diz o documento, que foi enviado ao governo russo, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, embaixadas e à representação da ONU (Organização das Nações Unidas) no Brasil.

### Incapacidade

Para o partido, o golpe tem apenas uma explicação: "A incapacidade de Ieltsin em governar com o pluralismo que caracteriza e fortalece as democracias". O presidente russo, Boris Ieltsin, depôs pela força o Parlamento, depois de vários meses de quedas-de-braço.

### Veículos em queda...

A produção e as vendas de veículos caíram em setembro, em comparação ao mês anterior. Foram produzidos no mês passado 125.004 automóveis, contra 134.368 em agosto. As vendas somaram 98.328 unidades, contra 106.464. No total, a produção acumulada de 1993 já chegaram 1.035.421 unidades. Esses dados foram divulgados ontem pela Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores).

### ...emprego em leve alta

O nível de emprego teve ligeira elevação, atingindo em setembro 120.143 trabalhadores (107.133 nas montadoras e 13.010 no setor de máquinas agrícolas). Hoje, às 9h30, nosso Sindicato se reúne com a Anfavea, na sede da entidade patronal, em São Paulo para discutir assuntos referentes à Câmara Setorial da Indústria Automotiva, como hora extra, Contrato Coletivo e emprego.

### "Brincadeiras" de rua



## Manifestação na Atlas

Metalúrgicos de todas as fábricas do ABC participam hoje, às 17h, de ato em solidariedade aos trabalhadores da Atlas Copco do Brasil, em Diadema, em greve e vigília permanente há 18 dias. O ato, na porta da Atlas, vai reunir trabalhadores de outras categorias, vereadores, deputados e representantes de diversas entidades, além de familiares dos grevistas. "A luta dos trabalhadores da Atlas pela manutenção dos postos de trabalho é símbolo da luta da categoria contra a investida das multinacionais e contra as demissões", afirmou o diretor do Sindicato, Aletto José de Souza.

Segundo ele, o plano neoliberal do ex-presidente Collor abriu o mercado para as

importações e está tirando empregos do País. "As multinacionais querem permanecer no Brasil, garantir o mercado, sem nenhum compromisso com os trabalhadores, com a produção e com a sociedade", denuncia.

Não houve avanços na negociação de ontem entre empresa e Sindicato. Hoje, às 14h, haverá nova rodada de negociações, no Hotel Presidente, em Diadema.

Os trabalhadores continuam dispostos a lutar até o fim. Segundo eles, se a Atlas demitir 90 companheiros para virar importadora e a categoria não resistir, outras empresas farão a mesma coisa aumentando ainda mais o desemprego.

## Acordo na Edscha

Em assembléia ontem, às 13h, na porta da fábrica, os trabalhadores da Edscha aprovaram por unanimidade a proposta da empresa e encerraram a greve, que começou sexta-feira última com paralisações de duas horas e durou 17 horas.

A proposta da empresa garante a aprovação do estatuto para a eleição de um delegado sindical, e promove a equiparação externa de cargos e salários a partir de outubro, com base em pes-

quisa de mercado. Os trabalhadores receberão a equiparação em duas vezes, uma no vale do dia 20 próximo e outra a partir de 1º de novembro.

São os seguintes os índices por funções: operador de máquina, 20%; operador de empilhadeira, 35,01%; apontador de produção, 29,86%; soldador, 25,47%; auxiliar de almoxarifado, 43,87%; meio-oficial ferramenteiro, 10,08%; e ferramenteiro, 10,43%.

O Sindicato responsabiliza o governo pela falta de uma política industrial para o País. "Tem que haver critérios para importar, para a entrada de produtos estrangeiros no Brasil, da mesma forma que os produtos brasileiros sofrem res-trições em outros países", concluiu Aletto.

### Solidariedade

Os 18 trabalhadores da Cleantech, empresa que presta serviço de limpeza para a Atlas Copco, promoveram uma arrecadação em apoio à greve dos companheiros da empresa, contra as demissões.

Muitos deles ganham menos do que o salário mínimo.

## Esclarecimento

Na edição de ontem, publicamos duas notas sobre a criação da Universidade do ABC. É importante esclarecer dois pontos: o projeto de criação da universidade é de autoria do líder do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Luiz Carlos da Silva, e tem o apoio da bancada; e o PT ainda não entrou, mas vai entrar com emenda ao orçamento para o ano que vem que aprova recursos para a Universidade do ABC.

Como comentamos, essa charge foi publicada um dia antes da Vigília pela Criança e pelo Adolescente. Compõe, portanto, o conjunto de matérias, chamadas e reflexões feitas pelo jornal antes do evento, realizado na semana em que se comemora o dia da criança. Lembramos que o ano de 1993 foi marcado pela Chacina da Candelária, que incentivou a ação do sindicato voltada aos direitos da infância e juventude.

Como inferências visuais, podemos perceber duas crianças correndo e gritando, “esconde, esconde”. Vemos que se trata de uma fuga por causa de outro balão de diálogo que anuncia “pega, pega”, além da onomatopeia de uma sirene, representada pelo “uuóóóó”, que indica a presença de um carro de polícia. A charge acompanha um título: “brincadeiras” de rua. Visualmente percebemos duas crianças fugindo e, com a ajuda do texto da charge, vemos que se trata de uma perseguição policial a duas crianças que tentam fugir para que possam se esconder. Por mais que seja transgressor apontar para essa situação, já que, mesmo realista, apresenta duas crianças fugindo de adultos que tem um carro (uma situação de desigualdade de condições), a violência policial não é evidente apenas com a análise da charge em si.

Assim como a Figura 2, esta charge apresenta intertextualidade com outras matérias e chamadas publicadas na mesma edição. A primeira delas é a relação com a matéria publicada na página três (ANEXO 6), bem ao lado da charge. O texto convida os membros do sindicato à participarem da Vigília que será realizada no dia seguinte. Para isso, parte dos personagens de uma novela, veiculada na rede globo, que retrata o cotidiano de meninos e meninas de rua. É uma matéria voltada a sensibilização do leitor sobre a falta de abrigo, comida e carinho, sem o tom de crítica e denuncia que percebemos até então.

Nesse sentido, o chargista escolhe partir de brincadeiras comuns ao dia a dia de muitas crianças, como o pega-pega e o esconde-esconde, justamente para demonstrar a ideia mais comumente aceita de infância na vida das crianças de rua. Com isso, consegue trazer um símbolo socialmente aceito da infância para um universo, muitas vezes, estigmatizado pela delinquência. No lugar do tom de denúncia, existe o tom da sensibilização, que serve bem ao momento de convocação para o evento.

Ao mesmo tempo, a charge tem uma relação de intertextualidade com a capa da edição, que traz uma fotografia grande, na qual figuram quatro meninos sentados e um policial em pé. O policial está segurando uma arma e forçando-a contra a boca de um dos meninos enquanto olha para ele. A chamada que acompanha é a seguinte: “se você também acha esta cena um absurdo, participe da Vigília Pela Criança e Pelo Adolescente, amanhã, no sindicato”. Essa é uma imagem chocante, que apresenta a violência policial de forma explícita e cruel, assim como é.

É preciso refletir que a charge, apesar de trazer a relação entre polícia e crianças de forma discreta tem uma relação intertextual com a capa, que tem outra abordagem, mais direta e forte. Se lembrarmos que a memória social cumpre um importante papel na compreensão da charge, podemos dizer que a fotografia traz, para a memória individual, informações de como se dá a intervenção policial junto a meninos de rua.

Dissemos no início desta análise que essa é uma charge complexa porque, além de sensibilizar, utilizar um símbolo geralmente atribuído à infância (as brincadeiras) e manter relações importantes de intertextualidade, ela problematiza questões como a criminalização das crianças de rua, submetidas ao mesmo tratamento que adultos receberiam sendo que, grande parte das vezes, seu “crime” é estar na rua. Queremos ressaltar que o humor dessa charge se demonstra na transgressão da brincadeira que é transformada em uma perseguição. Existe a necessidade, e não a vontade de se esconder. Deixa de ser uma brincadeira e se torna uma cena de fuga entre “polícia e bandido”.

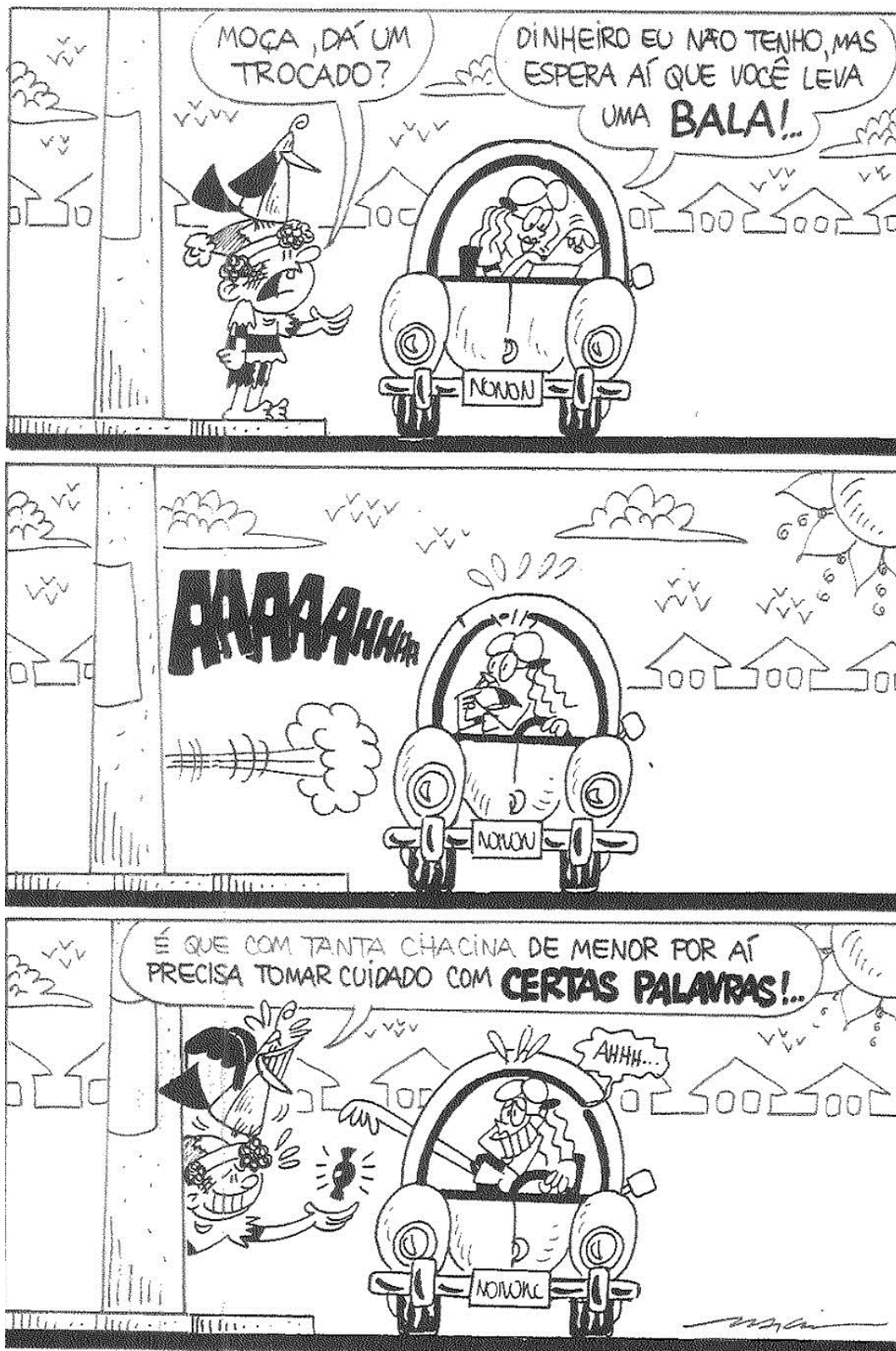
Reside aí uma violência real mas também simbólica, a medida em que a polícia se apropria da brincadeira e da liberdade de brincar sendo que a criança, que vive ou está na rua, não tem direito de estar nela e se comportar como criança. A criança que deveria estar em uma brincadeira de rua é parte de um processo de criminalização da sua presença na rua. Portanto, a representação da infância, nessa charge, trata da privação de um direito básico e da criminalização de crianças pobres.

A última análise sobre o tema de violência policial é feita por um cartum publicado no jornal do sindicato dos Químicos do ABC – o Sindiquim. Tivemos acesso a esse cartum por meio de uma coletânea de charges de Márcio Baraldi, que foram veiculadas no periódico, publicada no ano de 2001. Nesse material não constam a data ou a edição em que o cartum foi publicado. Não temos como fazer, portanto, nenhuma análise de intertextualidade entre os textos produzidos no jornal ou relação com a data, fazendo associação do fato com a memória social. Dessa forma, iremos analisar o conteúdo da imagem e sua relação com o cenário brasileiro que conhecemos por meio da revisão teórica e, também, de outras charges analisadas.

Este cartum tem um formato diferente, sendo composto por três quadros que favorecem seu aspecto narrativo. No primeiro quadro, um menino de rua se aproxima de um carro para pedir “um trocado” à motorista. Na falta de dinheiro, ela responde: “dinheiro eu não tenho, mas espera aí que você leva uma bala”, enquanto abre a bolsa. No segundo quadro, a reação do menino ao ouvir isso é se afastar assustado e aos gritos, se escondendo atrás de um

poste. O terceiro quadro traz a conclusão em que o menino explica o susto, dizendo que, com a quantidade de chacina de “menores” era preciso tomar cuidado com certas palavras.

Figura 6 – Quer bala?



Antes de comentar a análise do cartum queremos explicar porque esta imagem se constitui como tal. Vimos que essa modalidade iconográfica se diferencia das demais por sua crítica e por caráter dissertativo e histórico. Nas demais charges analisadas esses fatores ficaram evidentes por uma ligação com eventos históricos, por referência a personagens conhecidos ou pela intertextualidade com outros textos publicados no jornal. Ainda assim, a compreensão da imagem exige que se conheça previamente alguns aspectos apresentados, como o termo “menor”.

Sabemos que o Código de Menores foi o marco da divisão entre crianças ricas e pobres na legislação brasileira, em que prevalecia a criminalização dos meninos e meninas de rua e dos filhos de trabalhadores das classes populares. Essa diferença de tratamento se polarizou, fazendo com que se criasse uma diferença entre crianças e menores. Por isso é interessante notar que na charge a palavra “menor” parte da criança como forma de autodenominação que justifica a aversão à palavra “bala”. Justamente porque “crianças” (como na polarização mencionada antes) não tem razões para ter medo de balas que, em seu universo, são doces infantis. Já no universo dos “menores”, a palavra “bala” assume um outro significado, ligado à violência e à morte.

Reside aí o humor da charge, que retrata uma criança que compreende a palavra bala menos pelo contexto infantil e mais pelo contexto adulto, em que pode estar ligada a violência. Trata-se de uma crítica à violência a que os meninos e meninas de rua estão diariamente expostos e, sobretudo, à forma repressiva e higienista com que o poder público age para solucionar o que se chama de “problema do menor”. A imprensa sindical trata do tema com matérias, chegando a abordar o extermínio dos meninos e meninas de rua (ANEXO 7) e a retratar o massacre das crianças que vivem nas ruas (ANEXO 8). Achamos pertinente comentar aqui esses casos, já que a charge menciona a chacina de “menores”.

Entendemos que matérias como as disponíveis nos anexos, bem como temas abordados nas charges anteriores (e em algumas que estão por vir) como a Chacina da Candelária, o desrespeito aos direitos e a criminalização dos menores, todos presentes na imprensa sindical, são exemplos de vozes que se somam nesta charge, demonstrando seu caráter polifônico. A fala do menino não diz respeito a um episódio específico, mas às situações que fazem parte, com frequência assustadora, do cotidiano de crianças que vivem nas ruas.

A representação da infância no que diz respeito à violência policial, de forma geral, mostra direitos desrespeitados por esse braço executivo do poder público que intimida e assusta a população mais frágil. A polícia, invariavelmente, se apresenta como causador de

violência, e nunca como agente pacificador e protetor. Se essa já é uma realidade distante, a da garantia de direitos parece, dessa perspectiva, parece não existir.

### 5.2.2 Nenhum lugar, nem a rua

A maioria das reflexões trazidas pelas charges sobre meninos e meninas de rua envolvem o contexto da violência, como vimos no tópico anterior. No entanto, consideramos que algumas delas, mesmo trazendo esse aspecto, contribuem para a compreensão do espaço da criança pobre na sociedade ou, melhor dizendo, a falta dele. Nos referimos aqui às crianças pobres, especificamente, por entender que a discussão sobre a rua atinge diretamente à elas, que vivem ou ocupam a rua e encontram nela as condições materiais cotidianas. Seleccionamos duas charges que problematizam o lugar da criança já que até mesmo a rua lhes é negada.

Figura 7 – Chacina da Candelária

QUEIXADA - INFORMATIVO FNT PÁGINA 3

## Chacina

A chacina de oito meninos de rua, na Candelária, no centro do Rio de Janeiro, no último dia 23, causou e vem causando inúmeras reações nacionais e internacionais. Vão desde a queda da presidente Ivanissa Martins, da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBI), entidade responsável pela aplicação de verbas federais - 9 trilhões de cruzeiros - em programas de atendimento às crianças.

Passam também pela ocupação de amplos espaços na imprensa estrangeira, como no (Los Angeles Times), que deu números de extermínio de 4.611 crianças de 1988 a 1990; pelas manifestações de repúdio de diversas personalidades e entidades com tradição e acúmulo de dados na luta em defesa dos direitos civis e da justiça social. O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo Andrade Vieira, divulgou uma nota oficial, patética, condenando a posição assumida pelo (Council of Hemispheric Affairs), - entidade norte-americana financiada por igrejas progressistas e sindicatos - que pediu ao presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que suspendesse os empréstimos ao Brasil, através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em represália à chacina, pela provável e eventual não punição dos seus responsáveis diretos.

Mas não temia ai. O fuzilamento das crianças trouxe para a ordem-do-dia da vida nacional, denúncias de novos assassinatos e violências contra a criança e o adolescente, que ocorrem e ocorreram em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e em outras grandes cidades. Como, por exemplo, em Maceió, onde o curador e promotor Sérgio Jucá denunciou, juntamente com organizações dos direitos humanos em 28 de maio, sete chacinas praticadas em 1992, provocando a morte de 72 crianças e adolescentes.

Em meio ao questionamento crescente e de manchetes feitas pela imprensa falada e escrita, o ministro da justiça, Mauricio Corrêa, declarou estar o presidente Itamar Franco, convencido da necessidade de mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para que se possa tirar as crianças da rua.

Diante de tais declarações, a Frente Nacional dos Trabalhadores, como outras entidades comprometidas com o interesse do povo, prontamente remeteu ao Palácio do Planalto seu protesto pela posição do ministro da justiça de Itamar. Afinal não é escondendo as crianças abandonadas pela sociedade brasileira, que vamos resolver o problema de uma sociedade doente e discriminadora. Nem mudando o que aliás, precisa ser melhor divulgado e aplicado.

O lugar dos meninos e meninas não é na rua, certamente. Mas seu abandono e agressão sistemática que sofrem, reflete ser ilusório o estado de direito em que vivemos. E aí estão os sintomas de sua falência, no desprezo pelas crianças condenadas à morte por serem pobres e na garantia da impunidade aos autores dos crimes, que são contra toda a humanidade. A tolerância por estas aberrações lança uma suspeita sobre a saúde mental do cidadão que assimila 328 assassinatos de crianças nos últimos seis meses, 450 no ano passado, 4.611 de 88 a 90...

LOURIVAL NONATO DOS SANTOS



Fonte: Queixada – boletim informativo da Frente Nacional dos Trabalhadores, ano 1, n. 1, ago/1993, p. 3.

Para dar início a análise desse tema, trazemos uma charge que se refere a Chacina da Candelária. Publicada no Queixada – boletim informativo da Frente Nacional dos Trabalhadores em agosto de 1993, ou seja, no mês seguinte ao do episódio. A charge retrata a

imagem de um menino caindo após tomar um tiro de um policial, que atirou de cima de uma escadaria. Ao fundo, vemos uma pessoa passando e, no chão, mais um menino morto. O cenário, aparentemente, retrata a Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, em decorrência da presença de cruzeiros. Também entendemos que possa ser uma referência a um cemitério, demonstrando as muitas mortes que acontecerem nesse momento.

Como comentamos antes, pretendemos agora descrever melhor o que foi a Chacina da Candelária, um atentado que marcou a sociedade brasileira, sobretudo a que estava engajada na luta por condições justas de vida para todas as crianças. Percebemos que os jornais sindicais, em muitos momentos, abordam o tema, até como justificativa para fazer denúncias e, também, debater questões mais amplas relativas aos direitos de crianças e adolescentes. Podemos, inclusive, apontar para uma presença mais consistente do tema da infância na imprensa sindical no ano de 1993, como consequência desse episódio.

Por volta da meia noite do dia 22 de julho de 1993, dois carros com as placas cobertas pararam próximos à Igreja da Candelária. Desceram alguns homens que começaram a atirar nas pessoas que ali dormiam (por volta de setenta), muitas delas crianças e adolescentes. Muitas pessoas ficaram feridas e oito crianças e adolescentes morreram em decorrência dos tiros (BRASIL DE FATO, 2013). São eles: Paulo Roberto de Oliveira, 11 anos; Marcelo Cândido de Jesus, 14 anos; Valdevino Miguel de Almeida, 14 anos; Gambazinho, 17 anos; Leandro Santos da Conceição, 17 anos; Paulo José da Silva, 18 anos; e Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos. Esses nomes estão escritos em uma cruz, colocada na praça em frente à Igreja da Candelária.

Um sobrevivente chamado Wagner dos Santos foi fundamental para que as investigações apontassem que os homens encapuzados eram policiais. Depois do episódio da Candelária, sofreu um atentado na estação Central do Brasil, deixando o país com o programa de proteção de vítimas. Em uma carta, ele afirma que foi

discriminado até no julgamento, porque as autoridades não respeitavam a palavra de um morador de rua, pois assim eu era considerado. [...] São vinte anos de falta de respeito dos governantes, de falta de políticas públicas para os jovens pobres e negros. Não se investe em criança no Brasil. Mais fácil matar do que cuidar (SANTOS, 2013).

Entendemos que a charge mantém uma relação polifônica com o episódio, já que diferentes enunciados e vozes sobre a Chacina da Candelária constroem a concepção apresentada no desenho. Além disso, existe uma relação de intertextualidade com a matéria que a acompanha na mesma página. Aborda o episódio, mostrando algumas reações internacionais



e nacionais, como a denúncia de mais assassinatos de crianças e adolescentes de rua e chacinas em todo o país. Um dos pontos centrais trata a declaração do então Presidente da República, Itamar Franco, que afirma a necessidade de alteração do ECA para que se pudesse “tirar as crianças da rua”.

A Frente Nacional dos Trabalhadores se coloca politicamente contra esse posicionamento, defendendo o Estatuto e a doutrina de proteção integral que, longe de precisar de alteração legal, demanda ser devidamente praticada. Na matéria lemos que “o lugar dos meninos e meninas não é na rua, certamente. Mas seu abandono e agressão sistemática que sofrem, reflete ser ilusório o estado de direito em que vivemos”. Defende, assim, a postura da não-institucionalização de jovens e crianças, mostrando que a responsabilidade de crimes como esse são da impunidade e do desprezo por crianças que são pobres.

Por isso mesmo entendemos que essa charge não trata somente da violência policial, mas da alienação da rua que se impõe sobre crianças e adolescentes que são pobres. Dizemos isso porque, além de serem negados direitos como educação, saúde, moradia e convivência familiar, ignorados pelas políticas públicas do governo, os meninos e meninas são impedidos de estar e viver no espaço que lhes resta como opção, que é a rua. Vimos no capítulo que trata da criação do ECA que, por muito tempo, o sistema de intervenção na infância via a ocupação da rua por crianças desacompanhadas como “vadiagem”, sob a pena da internação. Crianças que estavam na ausência dos pais que, possivelmente, estavam trabalhando poderiam ter esse destino. A rua foi vista como a causa de comportamentos indevidos, assim como a família.

As políticas de institucionalização das crianças e a criminalização de crianças sob a égide da “menoridade” não foram capazes de resolver o “problema do menor”. Ainda assim, depois da aprovação do ECA, esse discurso era reproduzido pelo próprio Presidente da República. Vemos como a lógica da punição ainda é presente, mesmo com base na ideia de proteção. A rua é vista como a causa da violência, não a polícia ou o Estado.

A próxima charge, produzida por Pecê, também trata da negação desse espaço e da violência policial. Foi publicada no jornal Metalúrgicos do ABC, no dia 5 de agosto 1993, mesmo mês em que foi publicado o material da Figura 7. Interessante notar que na mesma semana, o jornal do Sindicato dos Químicos do ABC veiculava a Figura 1, falando sobre a vulnerabilidade do ECA, da violência policial e do extermínio de meninos e meninas de rua.

Figura 8 – Estátua

Metalúrgicos do ABC Quinta-feira, dia 05 de agosto

## De olho nos terceiros

Uma novidade não tão nova assim tem trazido bons resultados para vários patrões, mas muitos prejuízos para os trabalhadores. É a terceirização, processo que acontece quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa, sendo transferida para outra -- a "terceira".

"Para uma parte das empresas brasileiras, principalmente multinacionais, a terceirização faz parte de uma estratégia consistente

Efeitos da terceirização	Área
<p><b>Diminuição dos benefícios sociais</b></p> <p><b>72,5%</b></p> <p><b>Salários mais baixos</b></p> <p><b>67,5%</b></p> <p><small>Fonte: Dieese</small></p>	<p><b>3</b></p> <p><b>Produção</b></p> <p><b>2</b></p> <p><b>Apoio e pro</b></p> <p><b>62</b></p> <p><small>Fonte: Dieese</small></p>

\* A pesquisa foi feita entre outubro e dezembro / 92 em 40 empresas de oito estados que terceirizaram algum setor. E revela ainda que 65% dessas empresas têm planos de terceirizar outros setores, mas em apenas 5% delas foi feita uma pesquisa sindical sobre terceirização.

Fonte: Jornal Metalúrgicos do ABC, 5 ago./1993.

Nesta charge, vemos um menino de rua deitado, coberto por uma manta, que percebe estar em baixo da mira de uma arma. A estátua que a segura parece ser a de um militar, tendo em vista o movimento de continência. O susto mostra a reação do menino à arma, sem saber que se trata de uma estátua. Não existe na página ou na edição do jornal nenhuma menção ao tema da infância, caracterizando a imagem como charge editorial, que concentra em si

mesma a crítica e a opinião sobre um determinado tema. Como o episódio da Candelária ainda era recente, repercutindo na imprensa nacional e internacional, estava presente na memória social da época e determinou o contexto que contribui para a compreensão da charge.

Vemos nessa charge uma semelhança a Figura 6, em que o menino pede um trocado à uma motorista que responde ter uma bala, assustando o menino com a palavra. Entendemos que essas duas charges demonstram a proximidade dos meninos de rua com a violência. Embora não apareça banalizada, mesmo porque são vítimas da violência e na sua representação chágica, estão assustados, aflitos e conscientes do risco; a violência é retratada como constituinte da realidade dessas crianças a ponto de pautar sua interação, seja com a motorista do carro ou com a estátua do militar.

Aqui podemos perceber claramente a infância como construção social da vida cotidiana que passa por um processo de reinstitucionalização constante. Porque se existem experiências diversas, é nelas e a partir delas que se definem os sentidos de infância. Existem crianças que pensam que balas são doces e crianças que associam a palavra a tiros. Existem crianças com medo de estátuas segurando armas porque, em sua experiência de vida, esses símbolos assumiram uma determinada interpretação. Ou seja, existem crianças que não se encaixam no papel social estipulado para atores do seu tipo (BERGER; LUCKMAN, 1978), papéis criados em um espaço determinado e transmitidos como a própria realidade.

Também podemos fazer uma associação das ideias de Heller (1985) e Sarmiento (2005) a medida em que a autora coloca o cotidiano como o lugar da alienação e, também, da desalienação, enquanto o autor afirma que as crianças são as protagonistas da infância, produtoras legítimas da cultura infantil. Embora as condições de vida das ruas apresentem a violência, a fome e o abandono, as preocupações precoces que nenhuma criança deveria ter, reside na ação cotidiana das crianças a resistência às imposições feitas pelo mundo adulto e suas normatizações. Essas representações nas charges mostram crianças que produzem um processo de resinstitucionalização da infância.

Os temas da violência policial e da rua estão intimamente ligados. Todas as charges ambientadas na rua contam com a presença da violência, como uma crítica a esse espaço ter se tonado hostil para as crianças. Quando a postura do Estado era ancorada na doutrina de situação irregular, a institucionalização (no sentido de incorporação às instituições do Estado) da infância era legitimada, fazendo com que a violência existisse, mas pudesse ser escondida dentro de instituições. Com a mudança do discurso, a priorização pela convivência familiar e os novos direitos garantidos às crianças, como os de liberdade, as ruas passam a ser um espaço para cotidianidade de suas vidas.

Certamente não consideramos a rua um lugar adequado para o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens, assim como as instituições violentas que eram sustentadas pelo Estado, ou o ambiente familiar que agride e violenta. Mas as práticas denunciadas pelas charges mostram que a intenção é usar a violência para livrar as ruas das crianças, e não garantir às crianças seus direitos. Essa é uma representação da infância que denuncia a opressão de adultos sobre crianças, regulando as ruas de acordo com padrões adultos sendo que a subversão das normas “adultocêntricas” (QVORTRUP, 2014) devem ser impedidas.

Para além disso, meninos e meninas de ruas são privados de direitos absolutamente inerentes à sua condição humana, como o direito fundamental de ter um lugar para “estar”. Se não tem família, ou sofreram em casa agressões e fugiram buscando ter liberdade, lhes é negado o direito de viver no lugar que encontram para viver: a rua. Essa foi a norma do atendimento do Estado mas se tornou, também, um hábito higienista que continuou (e continua) a tirar das crianças a possibilidade do espaço público.

### **5.3 EXPECTATIVA X REALIDADE**

Nesta seção trataremos das diferenças entre as expectativas e a realidade no que diz respeito a infância. Seleccionamos três charges que trabalham a diferença entre o discurso da infância criado, sobretudo, pelos adultos e a infância que diz respeito a vivência das crianças que, como estamos discutindo durante todo o trabalho, se diversifica em cada experiência. As charges a seguir enfatizam a ideia de uma infância de direitos, inclusive o de ser criança, frente a realidade permeada pela fome, a rua ou o trabalho. Abordam, respectivamente: a diferença entre infâncias; o desejo da criança em oposição a sua realidade e a frustração da infância ideal.

A primeira charge deste grupo a ser analisada foi publicada no dia 11 de outubro de 1994, semana do dia das crianças e é publicada na página quatro do Tribuna Metalúrgica, antigo Metalúrgicos do ABC, do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista. Apesar da mudança de nome, o periódico continua com a mesma frequência e o mesmo formato, fazendo uso extensivo de charges em todo o material. Não identificamos nenhuma assinatura do chargista na imagem. Destacamos que esse material é feito um ano depois da chacina da candelária para que possamos, a seguir, observar as implicações da mudança do contexto e da memória social na produção das charges.

Figura 9 – Dia das Crianças

### Cursos do Sindicato

Estão abertas até o próximo dia 13, na Sede Regional Santo André, as inscrições para vários cursos profissionalizantes, que serão realizados na Escola Senai de Santo André. O horário de atendimento vai das 11h30 às 12h30 e das 14h às 19h30, com Paulinho, no terceiro andar da Sede Regional (Rua Dona Gertrudes de Lima 202).

Os cursos são os seguintes: Ajustador Mecânico (16 vagas), Torneiro Mecânico (16 vagas), Eletricista (12 vagas), Caldeireiro (7 vagas), Serralheiro (7 vagas), Desenho Mecânico (10 vagas).

Os interessados devem ser maiores de 18 anos, ter a quarta série do primeiro grau e precisam apresentar as carteiras de sócio do Sindicato, profissional e de identidade.

### Requalificação

O nosso Sindicato está oferecendo cursos de requalificação profissional a trabalhadores desempregados de qualquer ramo profissional. Os primeiros serão de matemática básica e trigonometria para usinagem. Os interessados podem procurar Paulinho no terceiro andar da Sede Regional Santo André, até o próximo dia 14, das 11h às 19h. Indique essa oportunidade a quem você conhece nessa condição. O curso é inteiramente gratuito.

### Reunião das equipes de Futsal

Os representantes das equipes que disputam o 2º Campeonato de Futsal dos Metalúrgicos do ABC estão convocados para uma reunião hoje, às 18h, na Sede do Sindicato, em São Bernardo, para discutir assuntos do evento.

## Festa e palestra em homenagem à criança

### Amanhã tem festa no Sindicato; palestra dia 13

O Dia da Criança será comemorado amanhã na sede do Sindicato, em São Bernardo, com espetáculos de muita animação para a garotada. Das 15h às 17h, a criançada irá se divertir com os palhaços Rabanete e Mixirica e com o mágico Mister Sam. A entrada é grátis e você não pode deixar de trazer seus filhos para participar.

As crianças serão também o

tema da palestra "Os Filhos dos Trabalhadores e a Educação Social", que será feita às 18h30 desta quinta-feira pelo psicólogo Demerval Correa de Andrade, na Sede, em São Bernardo.

Em sua exposição, Demerval Correa mostrará como os pais devem passar os valores sociais, culturais e políticos para seus filhos, de forma a colaborar com sua correta humanização.

## Assembléia aprova pagamento do Plano Verão na Ferkoda

Os trabalhadores na Ferkoda, com fábricas em Santo André e Mauá, também conquistaram o pagamento das perdas do plano Verão. Em assembléia na última quinta-feira, na Sede Regional Santo André, aprovaram proposta de pagamento de R\$ 310 a todos os funcionários que são sócios do nosso Sindicato antes de 31 de março de 1989 e de R\$ 120 para quem se associou depois dessa data.

Já os trabalhadores demitidos antes de 31 de março de 89 e sócios do Sindicato terão direito a R\$ 90 e quem foi demitido após, e também sócio, o pagamento será de R\$ 70. Os companheiros nessa situação devem procurar a Sede Regional Santo André ou Mauá para saber da data do pagamento.

### Grupo Philips e Braibanti

O pagamento do Plano Verão a ex-funcionários do Grupo Philips que eram associados do nosso Sindicato será feito da seguinte forma:

Philips Iluminação (GI Capuava) - dias 13 e 14 de outubro, aos ex-funcionários cujos nomes comecem com as letras A, J, L e M, no posto bancário da própria fábrica, entre 10h e 15h30. Para os demais, o pagamento será efetuado dia 17 de outubro, no mesmo horário e local.

Philips Componentes I e II (antiga Constanta) - também nos dias 13 e 14, na agência do Banco Bamerindus no Centro de Ribeirão Pires (R. Dr. Felício Laurito, 65), entre 11h e 16h.

PCV (antiga Ibrape Capuava) - pagamento no posto bancário da fábrica dias 13 e 14, entre 10 e 15h30.

Para receber o trabalhador tem que levar a carteira profissional e deve saber que o pagamento vale por seis meses a contar do próximo dia 13.

Os ex-funcionários da Braibanti, de Santo André, e sócios do nosso Sindicato também têm direito ao pagamento das perdas do Plano Verão. Quem foi demitido entre 1989 e 1990 pode comparecer à empresa. Quem foi demitido em 1991/92 e 93 deve ir a partir de 1º de novembro.

## AGENDA

### DO METALÚRGICO Esquadrimental

Reunião com os trabalhadores hoje, às 18h, na Sede Regional Diadema, para discutir resposta da empresa à pauta.

### Tecnart

Reunião com todos os trabalhadores para discutir eleição de delegado sindical e realizar convenção para escolha dos candidatos, sexta-feira dia 14, às 17h, na Sede Regional Diadema.

### Mec. Abril

Reunião com os trabalhadores dia 20, às 18h, na Sede Regional Santo André, para discutir perdas salariais.

### Eleição de CIPA

Caldex - Dia 13

Promotor - Dia 14

Brosol - Dias 17 e 18

Importante que os companheiros votem nos candidatos compreendidos com o Sindicato

## Termina greve na FPS, após 17 dias

Os companheiros na FPS, de Santo André, decidiram encerrar a greve que paralisou a produção da empresa por 17 dias. A decisão foi tomada em assembléia no último sábado e o retorno ao trabalho aconteceu ontem. Embora sem um acordo satisfatório, dada a intransigência da empresa, a greve tem um saldo político positivo.

O movimento mobilizou a grande maioria dos companheiros, que continuam lutando contra as más condições de trabalho e baixos salários.



Divulgação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Redação: Trav. Monteiro Lobato, 96 - CEP: 06721-140 - São Bernardo - Fone: 452-3922 - Fax: 448-6794 - Sede Regional Mauá - Tel. 416-2674 -

Fonte: Tribuna Metalúrgica, 11 out./1994, p. 4.

A sequência de quadros, com aspecto narrativo, por contar uma história, e dissertativo, por fazer uma crítica e demonstrar uma opinião, caracteriza essa imagem como uma tira. Vemos nos três primeiros quadros uma televisão ligada através de uma vitrine. A anúncio do dia das crianças é seguido por apelos de consumo infantil. No segundo quadro, esse

apelo é dirigido aos pais: “faça sua criança feliz. Não deixe seu presente para a última hora”. No quadro seguinte, a propaganda é voltada diretamente para a criança: “você já ganhou o presente baixinho? Não?! Então é hora de pedir pro papai”. No último quadro há uma mudança de perspectiva que dá acesso ao contexto ao redor da televisão, mostrando um menino deitado na calçada, coberto por um jornal, enquanto assiste os comerciais do dia das crianças.

Na parte superior da página um texto convida os trabalhadores para participarem da programação em homenagem ao dia das crianças, composta por uma festa no dia 12 de outubro e uma palestra no dia posterior, tratando sobre a educação social que os pais podem oferecer às crianças. A palestra aborda como formar culturalmente e politicamente as crianças, com vistas a sua humanização. A charge, que critica a forma superficial como o dia das crianças é tratado na mídia, como discutiremos a seguir, destaca o papel do sindicato na contramão desse movimento, propondo discutir a infância de forma relevante para o trabalhador.

De forma geral, essa tira trata da diferença da realidade concreta entre crianças com vivências distintas. Mostra o choque entre o dia das crianças, criado pelos adultos, para as crianças de classe média e os meninos de rua ou, até mesmo, os filhos de trabalhadores, como discutiremos na sequência. Antes de comentar essa diferença, é necessário destacar como o consumo se apropriou completamente dessa data, sendo que o dia das crianças é normalmente visto como uma data para troca de presentes e encarada por empresas e setores de marketing como uma oportunidade de estimular as vendas.

A programação da televisão trazida na charge serve como uma crítica a essa presença da propaganda. É muito interessante notar que o segundo e terceiro quadro trazem propaganda voltadas para espectadores diferentes, mas com o mesmo foco de venda. A propaganda direcionada para a criança, além de ser abusiva, já que estão em desenvolvimento e não podem saber com total discernimento o que é fantasia e o que é realidade, convida crianças a serem consumidoras precoces. Vimos nas discussões sobre o fim da infância que o papel de consumidor imposto às crianças pode ocupar seu papel da infância, associado ao brincar, ao aprender, entre outros.

Ou seja, o consumo, assim como a violência, interfere na vida das crianças e na construção social da infância. Cada um tem suas particularidades, como os grupos mais suscetíveis a cada um deles, e consequências bastante variadas. Mas representam imposições sobre as vidas das crianças que acabam por determinar estruturas sociais, interações e comportamentos. A investida do consumo com o público infantil, apesar de não ser física é, também, uma forma de violência. Essa é a única charge que tematiza a questão, rompendo com

os temas voltados exclusivamente para a realidade de meninos e meninas de rua e das crianças pobres, atingindo crianças de outras classes sociais.

Não queremos comparar, no entanto, o abuso cometido pela propaganda com a violência simbólica denunciada na charge, em que o dia das crianças é anunciado e serve de justificativa para comerciais com apelo de venda, enquanto um menino de rua assiste a televisão da calçada, através do vidro. É feita uma crítica com relação a diferença gritante que existe entre crianças que devem pedir um presente aos pais e as que são privadas até mesmo do único “direito” garantido e dever exigido de todos, o consumo. O menino de rua é excluído dessa prática, marginalizado na sociedade e se depara com um discurso de celebração da infância que é alheio a sua realidade cotidiana.

O caráter polifônico desta charge se explicita na representação dialógica da vida da criança que não corresponde a um padrão específico. Abrange a infância do consumo e a infância do menino de rua ao mesmo tempo, trazendo para nossa análise um tema, até então, inédito, que se dirige às crianças de forma mais universal, sendo que qualquer criança com acesso a uma televisão pode estar sujeita à propaganda e ao convite para o consumo, mesmo estando inapta a ele em suas condições materiais.

Figura 10 – Criança esperança

Página 2 Tribuna Metalúrgica do ABC Quarta-feira, 11 de outubro de 1995

---

# NOTAS

## E RECADOS

### Ainda as cotas

As cotas de importação deixarão mesmo de existir em 1996. A confirmação foi feita pelo governo brasileiro após a posição manifestada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que considerou as cotas uma medida protecionista. Para o ano que vem, outra mudança deverá facilitar ainda mais as importações (e, conseqüentemente, ameaçar a mão-de-obra local): se não houver mudança de rota, as alíquotas para carros importados vão cair dos atuais 70% para 62% de janeiro a março e 30% de abril a dezembro. O objetivo é chegar no ano 2000 aos 20%, o correspondente à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

### Aqui, tudo bem

A notícia não pode deixar de ser lamentada, pois outros países adotam o mecanismo das cotas como forma de proteção, sim, à sua indústria. Mas essa questão traz à tona outro fato preocupante. Para justificar o uso de cotas, o governo alegou à OMC que enfrentava dificuldades na balança de pagamentos. Ou seja, problemas para pagar as cotas. Sinal de que a

*Criança...*



*Esperança...*



---

## Greve traz acordo na Mayer

*Mobilização garante aumento de 5%; nova negociação mês que vem*

Um dia de paralisação da produção na Mayer, caldeiraria de Diadema, garantiu de aumento real a partir de 1º de outubro, sendo que a empresa comprometeu-se a negociação da categoria, que garante o não-desconto do tempo utilizado em filas no

A diferença entre infâncias também é mostrada na charge que analisaremos agora. A Figura 10 foi também publicada no jornal Tribuna Metalúrgica em onze de outubro de 1995, semana do dia das crianças, na página dois, em um espaço reservado para charges. Nessa edição não foi publicado nenhum texto referente a questão da infância, categorizando essa charge como editorial, já que compõe a informação completa independente de outras referências ao tema no jornal, fazendo uma crítica que expõe a opinião da diretoria sindical. É composta por dois quadros que mostram a mesma situação de perspectivas diferentes e assinada pelo chargista Gilmar.

No primeiro quadro vemos uma menina cortando cana, uma referência ao trabalho infantil rural e a presença de crianças em canaviais; um menino deitado no chão coberto por um jornal; e uma menina vasculhando uma lata de lixo em busca de comida. Todos estão com uma expressão triste e são acompanhados de detalhes, como as gotas que saem deles, como indicativo de cansaço e sofrimento. A palavra “criança” está escrita no topo da cena.

No quadro seguinte estão retratadas as mesmas crianças e situações, uma cópia do anterior, mas com a inserção de balões de imaginação, que indicam o pensamento dos personagens, identificados pelo desenho de um balão com imagens, ligados por pequenos círculos. As crianças estão pensando, respectivamente, em estudar, estar em casa com a família e sentar em uma mesa farta de comida. As expressões no rosto das crianças nesse quadro são mais felizes e a palavra escrita na parte superior do quadro é “esperança”.

As palavras que integram a charge formam a expressão “criança esperança”, bastante difundida no país por meio de uma campanha anual realizada pela Rede Globo que debate questões relativas a infância e levanta fundos para financiar organizações que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social. Em 1995, a campanha completava a marca de dez anos de realização. Podemos perceber o humor no potencial de transgressão da separação das palavras, atribuindo-lhes um novo sentido e dividindo as definições que se relacionam à criança e à esperança, já que as situações comumente relacionadas a rotina das crianças foram colocadas pelo chargista no plano utópico.

Existe, também, uma transgressão da própria ideia de infância, sendo que os papéis esperados de crianças forma associados ao plano futuro. Os direitos que lhes são garantidos pela lei, como habitação, convivência familiar, educação formal e alimentação aparecem como parte da “esperança”, fazendo uma crítica a não realização das condições básicas de vida. A charge mostra a oposição entre a infância real de um grupo de crianças contra a infância ideal.



É interessante notar que a palavra “criança” é presente no primeiro quadro por esse retratar situações que foram consideradas pelo Estado brasileiro, formalmente até a década de 1990, típicas de “menores”. Portanto, reafirma que crianças que vivem fora de um padrão normativo estipulado por adultos são, também, crianças. Essa é uma problematização importante que demonstra a polifonia da charge em uma composição plural da infância.

Fica clara a importância de se compreender a infância com base na experiência das crianças. Caso contrário se corre o risco de acreditar que seja possível que ela acabe quando, na verdade, ela é uma instituição construída ininterruptamente pelas crianças. A forma como ela se apresenta é amplamente variada, tal qual a vida das crianças, que não se esgota nos aspectos que contextualizaram seu surgimento com o advento modernidade. Portanto, não se trata de uma charge que mostra crianças sem infância, que lhes é inerente, mas violações de seus direitos.

Finalmente, vemos nessa charge a representação de crianças como sujeitos de direitos, não só por abordar questões como educação, moradia e alimentação, mas por demonstrar sua vontade com relação ao futuro por meio dos balões de pensamento, assim como na Figura 3. Apesar de as duas imagens conterem esse elemento, não é ele que delimita essa interpretação, mas sim o protagonismo da criança na charge e a possibilidade de representá-las refletindo sobre sua realidade e quais as necessidades que se apresentam a partir delas, ou seja, para além da concepção do adulto sobre o que crianças precisam, condição necessária para um processo de desalienação.

A próxima imagem deste tópico a ser analisada também foi publicada na página dois do jornal Tribuna Metalúrgica no espaço reservado para charges, no dia 13 de dezembro de 1995, assinada pelo chargista Gilmar e se insere nas discussões sobre a infância ideal contrastando com a real. A imagem mostra o Papai Noel sentado em uma poltrona, com uma expressão triste, lendo um jornal com a seguinte chamada: “a mortalidade das crianças no país está entre as piores”.

A figura do Papai Noel representa uma intertextualidade com o contexto de publicação, em decorrência da proximidade com o natal, uma data cristã que, ironicamente, celebra o nascimento do menino Jesus, opondo-se a denúncia feita pela charge. A própria época do natal proporciona um momento em que a solidariedade, de forma ou de outra, é aflorada. Portanto, a imagem pode sensibilizar o leitor com relação a uma realidade que encontra pouco espaço nos meios de comunicação, sobretudo em um momento em que o consumo dá o tom da programação já que o natal é, também, uma data comercial.

Figura 11 – Papai Noel

Página 2

Tribuna Metalúrgica do ABC

Quarta-feira, 13 de dezembro de 1995

# NOTAS

## E RECADOS

### Pavio curto

Até o ministro José Serra, tido como bem-educado, quem diria, está perdendo a educação. A um repórter que lhe perguntou sobre o caso da pasta cor-de-rosa, ele respondeu: "Vá plantar batata".

### O rolo da pasta

Essa pasta rosa, encontrada no Banco Econômico pelos interventores do Banco Central, traz nome de dezenas de políticos que teriam recebido auxílio financeiro na campanha eleitoral de 1990. Pode não durar em nada, o que é mais provável. Mas o governo só falou a respeito depois que a existência da pasta foi revelada pela revista IstoÉ.

### Saindo de fininho

E, como vem acontecendo no caso Sivam, ao governo parece mais importante saber quem vazou informações do que investigar o conteúdo das denúncias.

### Bons companheiros

"Se a questão é de soberania nacional, como se explica que a coordenação do projeto e de sua instalação seja entregue a uma empresa que é um apêndice do Pentágono e que tem como subcontratada a E-System, organismo da CIA?". A pergunta foi feita pelo físico e professor da Unicamp (Universidade de Campinas), Rogério Cezar de Cerqueira Leite, em artigo publicado na Folha de S. Paulo a respeito do Sivam. Pentágono é o centro militar americano e CIA, a Agência Central de Inteligência.

### Por que Sivam?

Cerqueira Leite prossegue: "E agora complementada pela Lockheed, empresa especializada em corrupção, que subornou até o primeiro-ministro do Japão. É a essa gangue que o Brasil vai confiar sua segurança". Além disso, o físico enumera razões técnicas para justificar sua afirmação de que o Sivam é dispensável.

### Eles decidem

Será que a Comissão Especial do Senado vai dar sinal verde para o projeto, depois de tudo o que já se falou?

### O mundo gira...

O irmão de PC, Augusto Farias, deputado federal pelo PPB-AL, é pré-candidato a prefeito de Maceió. E é capaz de ganhar.

### ...e fica igual

Já a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello (lembram-se?) filiou-se ao mesmo PPB. E pode sair candidata, a vereadora ou até mesmo prefeita do Rio de Janeiro.



## Comitê na Ford constrói e inaugura creche sábado

Com um ato político, o Comitê dos Trabalhadores na Ford pela Cidadania e Contra a Fome inaugura no próximo sábado o novo prédio da creche Maria Cursi. Resultado do esforço dos trabalhadores engajados na Campanha Contra a Fome, idealizada pelo sociólogo Betinho há dois anos, a creche tem capacidade para atender até 150 crianças, entre sete e 14 anos, filhos de trabalhadores no Bairro de São Mateus, na Zona Leste da Capital, onde está instalada.

Wanderlei Ribeiro da Silva, coordenador da creche e um dos coordenadores do Comitê, disse que quando a Campanha Contra a Fome foi deflagrada pelo Sindicato na categoria, os companheiros na montadora acharam que podiam dar um passo além da simples distribuição de alimentos.

A creche já existe no mesmo bairro, porém conta com uma estrutura e instalações precárias e praticamente sem apoio oficial, como Prefeitura, por exemplo. "Acho que podemos reproduzir essa idéia entre os companheiros das outras fábricas", disse ele, com entusiasmo.

"Este é um sonho que se



torna realidade. Acredito que quando os trabalhadores têm disposição eles podem concretizar alguma coisa", afirmou Heiguiberto Navarro, o Guiba, presidente do nosso Sindicato, que, junto com Luiz Marinho, vice-presidente por São Bernardo, membros da Comissão de Fábrica e representantes da empresa, estiveram ontem visitando as instalações da nova creche.

### Investimento

Outro coordenador do Comitê, José Fernandes Sala, avalia que as obras consumiram R\$ 180 mil, arrecadados basicamente entre as doa-

ções mensais de cerca de dois mil trabalhadores associados ao comitê, bingos, pedágios e outras atividades.

"O dinheiro arrecadado pelo Comitê vai ainda ajudar a manutenção da creche, que começa a funcionar logo no início do ano", diz Sala.

A creche possui 350 metros quadrados construídos em dois andares, com salas de aula, de atividades e refeitório. Além da assistência às crianças, grande parte delas carentes, o projeto prevê ainda a instalação de uma oficina que, de início, vai oferecer um curso de mecânica. No futuro, a intenção é implementar outros cursos profissionalizantes.

Fonte: Tribuna Metalúrgica, 13 dez./1995, p. 2.

Percebemos nessa charge, portanto, uma crítica semelhante à feita na Figura 9, sobre a comunicação voltada para o consumo sendo que existe, na realidade cotidiana, uma

série de questões relativas à infância que precisam ser discutidas com urgência, como a mortalidade infantil, abordada pela charge. A figura do Papai Noel, embora seja um símbolo da infância e carregue boa parte do sentido mágico do natal, é invariavelmente, relacionada aos presentes, que concentram os esforços de comunicação nessa época do ano, fazendo com que matérias como a que o Papai Noel está lendo percam espaço.

Entendemos que um dos elementos do humor nesta charge está na leitura de um jornal que traz notícias negativas sobre a infância quando, popularmente, o Papai Noel deveria ler listas de nomes de crianças que se comportaram bem ou mal, a fim de lhes dar presentes. Pelo contrário, o conteúdo é trágico e quebra com a corrente de imaginação e desligamento da realidade que se impõe nos meios de comunicação durante o natal. Assim, mostra que na imprensa sindical existe outro olhar, preocupado com questões da infância que vão além do apelo ao consumo, em detrimento do que se apresenta na grande mídia.

Essa posição dos sindicatos engajados a favor da infância se fortalece na intertextualidade com a matéria publicada logo abaixo da charge, abordando a inauguração de uma creche feita pelo Comitê dos Trabalhadores da Ford pela Cidadania e Contra a Fome. Miani (2002) explica que a charge pode ter uma relação intertextual de convergência ou divergência, dependendo de sua orientação com relação ao texto. Entendemos que a charge acompanha um mesmo discurso que o texto, já que ambos mostram a relevância de questões ligadas a infância. Mas partem de abordagens diferentes, já que o texto comemora uma conquista para os filhos dos trabalhadores e a charge denuncia a realidade da mortalidade infantil no país, sendo divergentes nesse sentido.

O texto do jornal enfatiza que o Brasil tem um dos piores índices de mortalidade infantil, um assunto complexo que se relaciona com muitos elementos da vida das crianças, como saneamento básico, saúde pública, atendimento pré-natal das mulheres gestantes e seus filhos, alimentação e segurança. Como a imagem é composta por essa informação e a figura do Papai Noel, entendemos tratar da pluralidade de infância e da diferença entre infância ideal, simbolizada no Papai Noel, e real, trazida pelos dados do jornal.

A última imagem que compõe essa seção trata do tema com centralidade e foi publicada no jornal Sindiquim, do sindicato dos químicos do abc. Encontramos a imagem na coletânea do cartunista Márcio Baraldi, não tendo acesso ao contexto de publicação, como data ou outras matérias que compunham a edição.

Figura 12 – Tudo, menos brincar



Fonte: Sindiquim, 2001, p. 41.

No cartum intitulado “o futuro da nação” vemos quatro quadros que mostram crianças em situações diferentes: o trabalho, a mendicância, a drogatização e a prostituição. O último quadro exhibe muitos brinquedos cobertos por teia de aranha e mosquitos em volta, demonstrando que estão parados já que não existem crianças brincando.

O cartum, que faz uma crítica de costumes que não se limita necessariamente a um lugar e um período, retrata temas, até então, inéditos, como o uso de cola por meninos e meninas de rua e a prostituição, que atinge sobretudo as meninas, coagidas pela necessidade de ganhar dinheiro e por terem, em seus corpos, uma das únicas alternativas. Trata das violências que se impõe sobre crianças de rua fazendo que assumam papéis não associados ao padrão da infância.

No entanto, optamos por trazê-lo para esse espaço, e não para o tópico sobre meninos e meninas de rua, por acreditar que essa seja a imagem que melhor representa o tema expectativa x realidade. Vimos que as instituições (BERGER; LUCKMAN, 1978) apresentam regras de conduta que se expressam em papéis a serem desempenhados por atores que a formam. Essa charge ilustra, perfeitamente, a situação em que atores, as crianças, não desempenham o papel da infância, sua instituição. Questionamos no momento da discussão como lidamos com esses atores, que não se identificam com o papel imposto a eles.

A resposta está na visão de que a infância é uma categoria geracional permeada por opressões variadas, de acordo com o contexto em que se desenvolve, fazendo com que seja plural, diversa, dialética, passando por um processo constante de reinstitucionalização. Existem papéis comumente atribuídos às crianças, como o brincar, que são absolutamente saudáveis e devem ser estimulados. Existem direitos, como o da proteção especial e tantos outros, que devem ser garantidos. A nossa crítica recai sobre as crianças que tem realidades específicas, como as problematizadas pela charge em questão, e que não são vistas como atores de sua instituição.

Exemplo mais claro disso é a antiga legislação menorista do Brasil que diferenciava crianças, que desempenhavam os papéis da infância; de menores, que não podiam ser identificados nessa instituição por apresentarem condutas que fugiam de padrões normativos rígidos e absolutamente irrealis, sobretudo quando lembramos da defesa de Marchi (2009) sobre o sentido da infância no cenário brasileiro. Portanto, a crítica da charge sobre crianças que vivem sob a imposição dessas circunstâncias é coerente, já que denuncia essa realidade que precisa ser transformada, mas coloca, em todos os quadros, a palavra criança.

Embora existam divergências sobre a idealização da infância e a experiência real de crianças, as charges demonstram como crianças são transgressoras, seja dessa infância rígida, que não aceita desvios causados pelas condições materiais de vida; quanto das opressões e violências que se apresentam, resistindo enquanto criadoras da infância que não pode, de forma alguma, acabar, desde que existam crianças.

**5.4 TRABALHO INFANTIL**

Neste tópico faremos a análise de duas imagens que abordam a questão do trabalho infantil, sobretudo, no ambiente rural. Interessante perceber que, apesar de terem sido produzidas com uma diferença de vinte anos, as duas são bastante semelhantes.

Figura 13 – Arame Farpado

**Lider Sindical Sofre Atentado**

No último dia 09 de dezembro, o companheiro Santana, presidente do Sindicato dos Brinquedos e líder do Movimento Negro de Itu, sofreu um atentado a bala, por um elemento desconhecido.

O companheiro é muito nosso conhecido e sempre tem atuado de forma positiva nas lutas dos trabalhadores da região.

Santana encontra-se hospitalizado na Santa Casa de Itu e corre sério risco de vida.

Com ele já somam a três o número de sindicalistas que sofreram atentados em Itu nos últimos dois anos.

Esperamos que desta vez se faça justiça, pois atentados contra lideranças sindicais e populares está se tornando um fato corriqueiro em nosso país.

**Construção Civil A LUTA CONTINUA**


Nós da Construção Civil teremos um reajuste salarial a partir de 1º de novembro de 111,11%. Este percentual incide sobre os salários de maio, e tem validade a partir de 1º de Novembro.

Assim, a partir de 1º de novembro teremos os seguintes pisos:

- não-qualificados  
piso de.....Cr\$ 100.001,00
- qualificados  
piso de.....Cr\$ 130.000,00



Que as nossas crianças tenham o devido amparo e direito a um futuro...



# O ESTOPIM CUT

12/12/91 nº 164

Informativo dos Ceramistas, Const. Civil e Mobiliários de Salto  
Rua Benjamin Constant, 95 - F 483-5458 - tiragem 3.000 exemplares

---

## GASES NA EUCAPLAC

### Até quando?

## SEMINÁRIO DE SAÚDE E Acidentes de Trabalho

Realizou-se no final de semana passado, dias 6 e 7, nosso 2º Seminário sobre Saúde Ocupacional e Acidentes de Trabalho.

No dia 6, o Seminário foi aberto à participação de autoridades, empresários e trabalhadores.

Compareceram autoridades judiciais e trabalhadores, os patrões, embora tenham sido convidados a participar, nem deram as caras.

Por aí já dá para termos a noção do respeito que eles por nossa vida e saúde.

Os debates foram de alto nível e ficamos sabendo que podemos contar com o amparo da lei, em certos aspectos, para atacarmos de frente estes problemas.

O Seminário continuou, no dia 7, na sede do nosso Sindicato com a presença de sindicalistas, cipeiros e trabalhadores interessados em resolver estes graves problemas.

À tarde, os companheiros de pois de ouvirem vários debates, entre médicos e técnicos do Programa de Saúde do Trabalhador, decidiram reali-

zar em 92 uma ampla ação para conscientizarmos a todos destes problemas e procurar, juntos, solucioná-los.

**A Saúde Na Eucatex**

A nota triste neste 2º Seminário ficou por conta da ausência de vários cipeiros da Eucatex, os ausentes demonstraram assim que não estão interessados na solução dos nossos problemas.

Aos cipeiros presentes, os nossos agradecimentos...

Com relação à saúde na Eucatex, parece que temos boas notícias despontando no horizonte.

O Promotor de Justiça já visitou por duas vezes esta empresa encontrando várias irregularidades, dentre elas os gases da Eucaplac.

No próximo dia 19 o Promotor já agendou uma reunião em São Paulo com a diretoria que decide alguma coisa, já que aqui em Salto, nenhum diretor da empresa tem poder de resolver alguma coisa. Ou se tem, ficam tirando da reta!

---

# 13

# DEZ

# 16:30

# HORAS

Eucatex

## TEM ASSEMBLÉIA

A UNIÃO SE FAZ É NA PRÁTICA

A primeira delas foi publicada no informativo O Estopim, do Sindicato dos Ceramistas, da Construção Civil e Mobiliários de Salto, em dezembro de 1991. O material consiste em um boletim frente e verso, sendo que a imagem foi veiculada na capa. Na imagem, vemos uma cerca de arame farpado alta, com troncos grandes e largos e, atrás dela, segurando o arame, uma criança. Abaixo da charge um pequeno texto diz: “que as nossas crianças tenham o devido amparo e direito a um futuro”. O cartum não é assinado.

A crítica feita por esse cartum está ligada às inferências visuais, já que não existe nenhuma relação intertextual com as matérias publicadas na edição ou com fatos históricos relevantes que tratem do mesmo tema. Assim sendo, o arame farpado segurando a criança e a cerca são elementos importantes, que nos fazem perceber a alusão da cerca a uma grade. O tamanho dos troncos a que o arame está amarrado mostram o quanto a cerca é maior que a criança, sendo intransponível nos limites da imagem. É grande perto de uma criança pequena que olha através da cerca para o outro lado.

A mensagem passada pela charge é bastante clara: o trabalho infantil rural aprisiona as crianças. Toma-lhes a liberdade simplesmente por ser um trabalho que, muitas vezes, exige esforço, dedicação de muitas horas diárias e atividades arriscadas. Mas, além disso, acreditamos que essa seja uma referência ao trabalho semiescravo, realidade do trabalho rural para crianças. Uma matéria do jornal do DIAP (ANEXO 9) de dois anos depois mostra que, na época da publicação, existiam três milhões de crianças entre 10 e 17 anos de idade trabalhando no meio rural, sem acesso à educação e lazer, em regimes de trabalho longos. Muitos sequer recebiam pelas funções desempenhadas.

Como as informações oferecidas pelo jornal são poucas, é mais produtivo abordar o tema apresentando, também, a charge seguinte que, como comentamos anteriormente, são similares apesar do espaço de tempo que separa o contexto de publicação das duas. A charge a seguir foi publicada no ano de 2012 na Revista Inform@ção, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos Privados de Informática e Internet e Similares do Estado do Rio de Janeiro – Sindidp-RJ, assinada por Carlos Latuff.

As revistas guardam uma especificidade diferente dos jornais impressos. Costumam apresentar uma periodicidade maior, ou seja, um espaço de tempo mais amplo entre uma edição e outra. Isso faz com que os temas sejam tratados amplamente, em detrimento do tempo entre as edições. As revistas são, também, veículos de comunicação mais sofisticados no que diz respeito a apresentação dos conteúdos. Ao encontrarmos a charge a seguir em uma revista da imprensa sindical, reforçamos o argumento apresentado anteriormente por Miani

(2010) de que o novo sindicalismo amplia as pautas da comunicação com os trabalhadores, tratando de temas que envolvem a cidadania e os problemas sociais das classes populares.

Figura 14 - Enxada

## Vamos acabar com o trabalho infantil!

No Brasil, o trabalho infantil tem diminuído em ritmo muito lento a meta de erradicar até 2015 as suas piores formas, conforme compromisso do país com a ONU e a OIT. A CUT está fazendo sua parte na luta pela erradicação do trabalho infantil e lançou uma Campanha nacional no dia 12 de junho, em Aracajú-SE.

Em agosto de 2012 o Brasil realiza a 1ª Conferência de Trabalho e Emprego Decente, que traz em um de seus quatro eixos temas como a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial, as piores formas que cada um deles se apresenta. Como somos otimistas, vamos participar com muita força da Conferência e reforçar o que já escrevemos no 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil, além do que já aprovamos nas 26 conferências estaduais realizadas em 2011. O 2º Plano Nacional aponta diretrizes e metas, mas falta ao Estado e governos vontade política para dar andamento ao plano.

Abrimos um ciclo de desenvolvimento ou de crescimento econômico com concentração de renda? Fico com a segunda opção. Os dados da PNAD 2009 indicam a condenação de uma geração, e a permanência no subdesenvolvimento sem investimento na educação de base, com crianças que se tornaram jovens sem educação e adultos aptos ao trabalho escravo. O bolo cresce para os mesmos, mas não vamos permitir que isso se repita, pois seria condenar o país e sua população.

Para piorar o quadro, em outra frente o Fórum Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI protocolou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em janeiro de 2011, o pedido de suspensão de emissão de alvarás de autorização de trabalho para crianças e adolescentes. Conforme levantamento o Brasil tem 33.173 autorizações judiciais permitindo o trabalho de adolescentes, no período de 2005 a 2011, de acordo com dados da Secretaria Nacional do Trabalho. Os juizes são os responsáveis pela emissão dos alvarás.

A posição do CNJ é de que essa recomendação compete aos tribunais estaduais. O FNPETI encaminhou à CUT o mesmo documento. Observamos que há o descumprimento pelo Brasil das Convenções 138 e 182 da OIT, encaminhamos estudo técnico para construção de um comentário/denúncia na OIT sobre o caso.



### Dados

Em 2004, o Brasil tinha 5,3 milhões de trabalhadores entre cinco e 17 anos. Quatro anos depois, eram 4,5 milhões. Em 2009, o número caiu para 4,3 milhões, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2009 divulgada em setembro de 2010, última que estratificou o trabalho infantil.

Apesar de os dados apontarem queda na série histórica, o índice de trabalho infantil ainda é altíssimo no país, considerando o ritmo de crescimento econômico nos últimos anos. O Brasil é hoje a 6ª economia do mundo e é inadmissível a quantidade de crianças e adolescentes que trabalham para sobreviver e/ou ajudar na renda familiar. Esse é o reflexo

mais cruel do subdesenvolvimento, da concentração de renda, do capitalismo brasileiro.

Os dados confirmam uma tendência de queda lenta, o que nos leva a afirmar que, com esse ritmo o Brasil não vai cumprir até 2015 a meta de eliminar as piores formas de trabalho infantil. Em 2000 o Brasil se comprometeu junto à ONU com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com 24 metas, dentre as metas, erradicar as piores formas de Trabalho infantil até 2015.

A atividade que mais ocupa esse público é a agrícola (34,6%). O índice, em 2008, era de 35,5% (faz parte da lista das piores formas).

Uma das principais dificuldades do combate ao trabalho infantil no campo é a falta de escolas. Falta vontade política de levar escola para a área rural, que atenda dignamente as especificidades e o direito da criança do campo de ter uma educação voltada para o seu universo de convivência, para sua história e para sua cultura. Conforme foi definido na 1ª Conferência da Educação em 2010 e é também pauta histórica do MST e da Contag.

As atividades de subsistência – produção para consumo e uso próprio – ocupam 9,4% das crianças e adolescentes trabalhadores. O rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 5 a 17 anos de idade ocupadas aumentou de R\$ 262, em 2007, para R\$ 269, em 2008 e R\$ 278 em 2009.

### Regiões

A Pnad mostra que há uma diferença considerável entre as regiões no que diz respeito ao trabalho infantil. O Nordeste concentrava 437 mil dos 908 mil trabalhadores entre 5 e 13 anos (48% do total). Já o Sudeste, com uma população 60% maior, tinha 182 mil. Apesar da liderança, o Nordeste foi a região que apresentou maior redução entre 2008 e 2009 nessa faixa etária, com a erradicação de 98 mil postos de trabalho infantil. \*Expedito Solaney é secretário nacional de Políticas Sociais da CUT

Fonte: CUT Nacional



Fonte: Revista Inform@ção, Sindidp, jul/set, 2012, p. 12.

Na imagem acima, nos é apresentada uma criança cabisbaixa, com os pés descalços e a roupa batida segurando uma enxada rústica. O cenário da imagem é descrito apenas pela cor de fundo que denota o ambiente rural. Semelhante à imagem anterior, a criança aparece pequena, diminuída em face do cenário e da enxada que segura.



Um aspecto importante nessa imagem é a perspectiva criada pela ampliação da enxada na parte superior da imagem. Conforme deslizamos o olhar para baixo, acompanhamos a diminuição da enxada e o surgimento da criança. Essa característica desempenha papel fundamental na crítica feita por essa charge pois a perspectiva cria a sensação de que a enxada é o elemento principal da imagem: é o que ocupa mais espaço, em detrimento da presença do menino. A diferença de tamanho entre os recursos visuais denota que o trabalho rural é maior que a criança.

Existe uma relação de intertextualidade com a matéria publicada na mesma página, que ocupa todo o espaço. Trata-se da reprodução de um texto elaborado pela CUT nacional, assinado pelo Secretário nacional de políticas sociais da CUT, Expedito Solaney. Portanto, apesar de abordar uma questão relativa a infância, tem como foco central divulgar uma ação da CUT voltada ao fim do trabalho escravo e do trabalho infantil, campanha lançada em 1 de junho do mesmo ano. É um texto marcado pela posição política da Central e, por consequência da publicação no jornal que representa as ideias de direção sindical, do Sindipd-RJ também. No entanto, não tem foco somente na formação política, mas na divulgação de uma ação institucional da central sindical a qual é filiado.

Segundo os dados que acompanham a charge, no ano de 2009, aproximadamente 4,3 milhões de crianças entre 5 e 17 anos de idade estavam trabalhando no meio rural e urbano. Afirma que é uma queda lenta se comparada com o crescimento econômico do país. O texto aborda, então, como o capitalismo no Brasil tem contribuído para a concentração de riqueza e perpetuação das condições sociais que se apresentam a população, contribuindo com formas degradantes de trabalho, inclusive para a população infantil.

Esses dados mostram “a condenação de uma geração, e a permanência no subdesenvolvimento sem investimento na educação de base, com crianças que se tornaram jovens sem educação e adultos aptos ao trabalho escravo”. Mostra que a atividade agrícola, representada na charge, é uma das piores formas de trabalho e a que mais concentra crianças como mão de obra. Uma das razões para essa realidade específica do trabalho rural é a falta de escolas nesse ambiente, fruto do desinteresse do poder público. Sobretudo, que sejam adequadas a realidade e a cultura desse meio.

Embora o texto seja reproduzido da CUT nacional e assinado por um dirigente da central sindical, a charge parece ter sido feita para o sindicato, já que no site do chargista Latuff consta essa informação. Embora o texto debata mais os dados e estatísticas, e comente a ação da CUT frente a esse cenário, discutindo pouco sobre a infância propriamente, a charge traz a criança como personagem central fazendo com que essa seja, em nossa compreensão,

uma abordagem mais humana, que traz a figura da criança para a reflexão. As duas charges dessa seção são muito parecidas, por mostrarem como crianças são reféns do trabalho, vítimas da situação.

## 5.5 EDUCAÇÃO

A última seção temática das análises é composta por apenas uma charge, importante para o trabalho por abordar um dos elementos constitutivos do sentido moderno de infância: a educação escolar. Principalmente, o contexto em que essa educação acontece no cotidiano de crianças pobres que vivem em periferias. Tivemos acesso a essa charge por meio do site do chargista Carlos Latuff e não tivemos sucesso buscando o material no qual foi publicada. Portanto, não conhecemos o conteúdo do jornal em que a charge foi veiculada ou o contexto exato em que a edição circulou. Ainda assim, as informações contidas na charge são suficientes para construirmos uma reflexão interessante. Foi publicada no jornal do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – SEPE.

Figura 15 - Educação



Fonte: Site de Carlos Latuff, 2013.

A charge é composta por dois quadros que ilustram momentos diferentes e destacam um potencial narrativo da situação retratada na imagem. No primeiro quadro vemos uma mãe colocando o material do filho na mochila para que vá à escola. O uniforme é

característico do ensino municipal do Rio de Janeiro. Ao fundo, o desenho das pequenas casas aglomeradas demarca o cenário da favela. Por meio da publicação no site do chargista, sabemos também que se trata da favela da Maré, uma das maiores da capital.

No segundo quadro, já em frente à escola, um policial do BOPE – batalhão de operações especiais, identificado pela caveira na manga do uniforme, portando uma metralhadora, vasculha a mochila do menino que espera, em posição de revista, enquanto seu material é jogado no chão. Vemos ao fundo a presença de um carro do BOPE, popularmente chamado de caveirão. Essa charge aborda o tema da violência policial nas favelas, a criminalização das crianças pobres e o contexto que permeia a realidade da escola pública nas favelas e bairros pobres.

A charge tem uma relação de intertextualidade com o momento em que é publicada e com uma ação do SEPE. No que diz respeito ao contexto, a favela da Maré enfrentou investidas da polícia a mando do Estado entre os meses de abril e maio de 2013. Foram ações policiais violentas, com invasões de casas da comunidade e, também, de escolas, até mesmo em horário de aula. A sindicato elaborou um dossiê sobre a violação do direito à educação, enviado a OAB do Rio de Janeiro, para denunciar os episódios assustadores que se tornaram rotina e passaram a afetar a vida das crianças da Maré em todos os sentidos. Arthur Voltolini (2013) afirma que

Um dos casos relata policiais armados pulando o muro do CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) Operário Vicente Mariano no meio do horário de aulas para revistar as dependências da escola, amedrontando alunos e funcionários, sem apresentar qualquer autorização e sem informar a qual batalhão pertenciam, sob a justificativa de que basta uma denúncia para entrar na escola sem autorização e que as crianças daquela região estão acostumadas a conviver com armas. Os alunos e os professores tiveram que ficar alinhados no corredor enquanto a polícia procurava as armas e as drogas da suposta denúncia. Nada foi encontrado. Depois desse caso a escola ficou fechada por quatro dias letivos.

A violência com a qual as invasões acontecem demonstram uma posição do Estado, que deveria garantir o direito à educação, atuando contra professores e alunos. Aqui cabe a reflexão sobre a escola que, como vimos em Ariès (1981), é um elemento que contribui para o surgimento da infância mas, ao mesmo tempo, representa seu aprisionamento cotidiano em uma instituição. Deve-se somar a isso a falta de valorização da participação de crianças em decisões que as afetam diretamente dentro do ambiente escolar. Se a escola já apresenta tensões referentes à liberdade da criança, devemos ponderar a gravidade da violência policial também ser presente nesse ambiente, que se torna ainda mais repressivo.

A charge também faz uma crítica à frustração das vontades da mãe e do menino, cidadãos, em detrimento da ação violenta do Estado que age culpando as crianças, simplesmente, por viverem em uma favela. A associação feita entre pobreza e criminalidade foi comentada quando estudamos a legislação menorista. Podemos perceber que o mesmo processo acontece aqui. A infância pobre, do bairro periférico, do menino negro enfrenta o preconceito, sendo que essa criança é encarada como possível infratora só por essas características. A charge mostra que a mãe e o menino são impedidos pelo policial, que representa o Estado, a ter acesso ao direito à educação. Finalmente, acreditamos que essa charge toca na questão da submissão da criança em relação ao adulto, impotente frente à situação que se apresenta, por ser criança e, ainda, ser pobre e negra. O SEPE se posiciona, com a publicação da charge, contra a ação repressiva da polícia e a favor das famílias da Maré.

Queremos ressaltar que encontramos algumas charges que problematizam a questão da educação e que tem a presença de crianças (ANEXO 10; ANEXO 11). No entanto, essa presença não é suficiente para debater problemas relativos à infância e, por isso, não foram trazidas para a análise. O mesmo aconteceu com charges que tratavam da questão da mulher trabalhadora (ANEXO 12; ANEXO 13); as que evidenciam a situação de miséria das famílias pobres (ANEXO 14, ANEXO 15); e as que demarcam o ambiente familiar e tem, na representação da criança, uma justificativa para a sindicalização (ANEXO 16, ANEXO 17). Optamos por trazer essas charges nos anexos para exemplificar outras representações da criança nas charges da imprensa sindical, que não abordam temas relativos à infância, constatação que será importante para as conclusões do trabalho, que faremos a seguir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos compreender como a infância é retratada nas charges da imprensa sindical após o período de aprovação do ECA. Com o desenvolvimento da análise, ficou claro o quão importante foi a construção de um referencial teórico interdisciplinar que tratasse do tema em diferentes níveis. A ideia da infância como construção social perpassa todo o trabalho mas, para além do seu surgimento, foi fundamental compreender como as instituições são socialmente criadas para evidenciar um sentido de infância com base nas experiências vividas por crianças na realidade brasileira e, ainda, como essas vivências se diversificam de acordo com uma série de fatores, como classe social, gênero e etnia, relativos à cada criança.

As condições históricas e sociais também influenciam a criação das infâncias. Por essa razão, a desigualdade social que sempre acompanhou a história do Brasil foi determinante para que existisse uma diferença tão gritante entre a realidade das crianças, chegando a embasar o Código de Menores, uma legislação segregadora, que criminalizou a infância que foge ao padrão burguês idealizado. Criou a tradição da institucionalização e da violência na intervenção do Estado com relação às crianças de rua ou aos filhos de trabalhadores e das classes populares que, como pudemos constatar na análise das charges, o ECA não conseguiu, ainda, transformar.

Por essa realidade específica, histórica, desenvolvida no Brasil, foi muito importante o contato com a ideia do fim da infância e, sobretudo, sua superação com a nova sociologia da infância. Justamente porque mostram que as mudanças sociais que vem acontecendo desde o advento da modernidade, somadas à toda a crueldade imposta pelas condições sociais e históricas não podem, jamais, dar fim à infância. Conseguimos compreender que, na dinâmica complexa do surgimento das instituições na cotidianidade, a realidade é apresentada como ordenada e existem muitos padrões de conduta a serem seguidos. Mas que, também, é aí que se constitui o espaço e o tempo da desalienação.

Nesse sentido, descobrir que existem muitos pesquisadores tomando a criança como protagonista da infância e sua legítima criadora foi um presente. Concordamos veementemente com essa postura que reconhece o papel de resistência das crianças frente à normatização do mundo pelos adultos e tantas outras condições que se apresentam como obstáculos aos direitos das crianças. A reflexão sobre crianças como sujeitos de direitos também contribuiu muito para que tivéssemos um olhar crítico durante a análise da representação da criança na charge, quando buscamos identificar os paradigmas que se explicitavam na imagem.

Para apresentar nossas considerações sobre a análise pretendemos pontuar nossas principais percepções sobre as categorias que avaliamos, brevemente, para que possamos, depois, retomar os objetivos do trabalho. A primeira delas, sobre infância, Estado e direitos, mostrou como a imprensa sindical se posiciona frente ao descaso dos governantes e, mais que isso, as investidas do próprio Estado contra os direitos das crianças, voltando ao velho paradigma da situação irregular. Pudemos perceber, com essa categoria que, apesar de os textos demarcarem uma posição política dos sindicatos na compreensão de que crianças são sujeitos de direitos, a representação na imagem nem sempre concretiza essa ideia.

A seção de análises de meninos e meninas de rua teve o foco em dois aspectos. O primeiro deles foi a violência policial, tema presente em quase todas as charges, mas que apareciam nas selecionadas para a categoria de forma central. Mostram que o tratamento dado pela polícia às crianças que são pobres e vivem nas ruas ainda segue a doutrina de situação irregular, denunciando a realidade em detrimento da legislação que determina a proteção especial. A criminalização da infância pobre também é presente nas charges que mostram crianças sendo perseguidas por policiais, já habituadas à linguagem e as práticas da violência invadindo seu mundo infantil. Nesse tópico, as charges abordaram as crianças, sobretudo, como vítimas, fazendo uma crítica aos direitos desrespeitados. Vemos que a representação visual da criança como vítima é um recurso a que se recorre com frequência, com o objetivo de sensibilizar o leitor e denunciar essa realidade.

Na sequência, a seção que demonstrou a relação das crianças com as ruas denuncia como o mundo adultocêntrico tem se tornado hostil com as crianças, fazendo com que não tenham um lugar, já que na família e na escola estão em uma hierarquia, subordinadas aos adultos. E, nos espaços públicos, são categoricamente e violentamente expulsas, deixando-as sem lugar. A solução que se apresentou formalmente no Brasil, por muito tempo, foi a institucionalização. A representação das crianças nessas imagens, assim como o tema da Chacina da Candelária, mostra como crianças que vivem em espaços públicos são vistas como um problema, que deve ser escondido ou eliminado. Mais do que a violência policial, essas charges refletem sobre o espaço destinado às crianças na nossa sociedade.

A seção seguinte trouxe charges que tratavam da diferença entre infância ideal e infância real, apresentando uma oportunidade muito produtiva para a discussão de conceitos visitados na parte teórica do trabalho, evidenciando a infância como construção social e, mais que isso, a diversidade das infâncias. É o único momento em que as charges tratam algumas questões, como o consumo, drogas ou prostituição, mesmo que de forma pontual.

A seção seguinte trata do trabalho infantil, em uma abordagem crítica e informativa. As charges são muito parecidas, apesar da diferença da época de publicação, o que demonstra que a situação do trabalho infantil, sobretudo o rural, associado ao trabalho escravo, se perpetua. Percebemos, com a análise dessa categoria, como o trabalho interfere na garantia de outros direitos, como o da educação e o do lazer, representando a criança como vítima de condições estruturais relativas ao ambiente rural.

Por fim, a análise da charge que aborda o tema da educação demonstra como os direitos são obstruídos pela situação de pobreza e como o estigma do “menor” ainda é carregado por cada criança que é pobre, que vive na periferia, ou que vive nas ruas, sobretudo a criança que é negra, criminalizada pela polícia, vista como suspeita. Além de denunciar o contexto das escolas periféricas, evidencia a frustração da vontade da criança em detrimento da ação repressiva do Estado que, ao invés de facilitador, se torna um empecilho na construção de um ambiente comunitário seguro e acolhedor.

Por meio da divisão destas categorias, cumprimos com o objetivo de levantar questões, temas e situações mais discutidos sobre infância na imprensa sindical, destacando a presença da violência policial em quase todas as charges, além da rua como cenário que ambienta a maior parte das imagens. A privação e negação de direitos são abordados em todas as charges, evidenciando como, mesmo após a aprovação de uma das legislações mais completas do mundo, pautada pela proteção integral, a prática do atendimento voltado à criança ainda se pauta no paradigma da situação irregular. Destacamos que as mudanças na legislação também se tornam não efetivas em decorrência da pobreza e da miséria, presentes na vida de muitas crianças e adolescentes.

Também afirmamos que, diferente do que pensávamos no início da pesquisa, a presença da representação visual da criança na charge não delimita uma discussão sobre a infância. Muitas vezes, essa presença é utilizada para denotar o ambiente familiar ou tratar de questões como educação e a vida da mulher trabalhadora, sem desencadear uma reflexão sobre a situação da criança. Devemos enfatizar, também, que a maioria das charges foi publicada no Sindiquim ou na Tribuna Metalúrgica. Em parte, devemos reconhecer os limites da pesquisa em encontrar mais materiais. Por outro lado, os dois jornais utilizam charges amplamente e, além disso, tratam muito de temas que não são ligados, exclusivamente, às lutas diretas do sindicato por melhores salários e direitos do trabalhador.

Entendemos que a imprensa sindical se constitui como um espaço que atribui significação à representação da infância porque, como afirmamos na introdução do trabalho, recorreremos à ela para procurar uma retratação da infância que não se limitasse ao consumo e à

criminalização, partindo do olhar da luta por direitos, e foi justamente isso que encontramos. As pautas abordadas, como as condições de vida nas ruas, a violência do Estado e da polícia, a criminalização e a pobreza presentes nas imagens delimitam a ação e o pensamento sindical.

Não são temas comumente relacionados à infância porque, de fato, não são presentes à vida de todas as crianças brasileiras. Os temas ligados a todas as crianças, como educação, falta de tempo com os pais, incentivo ao consumo ou sexualização precoce não foram foco de discussão de textos ou charges. Os esforços comunicativos da imprensa sindical se dirigem às crianças que são pobres e, portanto, diz respeito às lutas da classe popular e trabalhadora.

A relação entre a realidade da infância e a sua representação fica evidente na produção de charges que se referem a fatos específicos, como a proposta do Governador Geraldo Alckimin pela redução da maioria penal, a charge que aborda o dossiê elaborado pelo SEPE em decorrência da violência policial nas escolas da Maré e, sobretudo, no caso da Chacina da Candelária, que mobilizou as pautas dos jornais sindicais e a publicação de charges referentes ao episódio. O ano de 1993 foi, quase que completamente, tomado pela discussão da violência policial e da situação de meninos e meninas de rua no que diz respeito à infância. As charges que se referem a Candelária também comprovam, explicitamente, a polifonia das charges sendo que um episódio deu origem a diversas interpretações com foco em questões diferentes, como a criminalização, a violência, o não lugar das crianças e o ECA.

Embora a ligação com a realidade de muitas crianças se faça por meio da abordagem de episódios e personagens históricos, é muito incômodo que apenas essa esfera da vida seja representada visualmente. Apesar do tom de denúncia e da luta por direitos das crianças, apenas uma parte da vida cotidiana de crianças e adolescentes pobres é retratada por essas imagens – a da violência. As demais esferas da vida cotidiana dessas crianças, como o brincar, o se relacionar com amigos, a família, o aprendizado, não estão presentes nas charges analisadas. Ou seja, não se faz uma representação da criança em toda sua alteridade.

De forma geral, essa representação já encontra algum espaço na mídia. A imagem da criança na rua, abandonado, vítima de violência compõem o imaginário sobre a infância no Brasil. A diferença é que, na imprensa sindical, essa representação é acompanhada de um discurso voltado para a sensibilização do leitor e a denúncia dessa realidade. É preciso questionar se essa representação da criança no papel de vítima, a serviço da denúncia, contribui para a criação de novos sentidos sobre a infância.

Apesar de serem personagens centrais em quase todas as charges, a criança é representada, na maioria das vezes, como vítima, cumprindo um papel passivo. Será que



crianças se sentiriam representadas por essas imagens? Seria possível propor uma nova representação mostrando a criança como sujeito que constrói sua cultura e reage a normatização do mundo adulto, que cria relações com outras crianças, que subverte as condições materiais de vida por meio de um olhar lúdico, que luta.

Por esse motivo, nas imagens que colocaram crianças resistindo às condições retratadas, como na charge do “criança esperança” ou na charge do governador Geraldo Alckimin, podemos reconhecer claramente a resistência das crianças na imaginação de um futuro, na expressão de sua vontade e da reflexão sobre a sua condição. A criança como protagonista da criação da cultura infantil, independente do trabalho, do desabrigo ou da fome é a expressão máxima de que são sujeitos de direitos, não objetos de proteção.

A representação visual de crianças passivas é sintomática de como as construções sociais se solidificam e controlam os papéis sociais por meio de regras de conduta. No entanto, assim como existe na cotidianidade a imposição de um padrão e da possibilidade de transgredi-lo, existem imagens hegemônicas que se impõe sobre outras. Por mais que essas imagens possam se perpetuar e reproduzir nos mais diferentes contextos, existem brechas para transgredir e criar novos sentidos sobre a infância.

Por fim, entendemos que a infância é representada na imprensa sindical a partir de duas perspectivas. Uma delas é a da vitimização, voltada a sensibilização dos leitores e à denúncia de violências e opressões enfrentadas por crianças, retratadas em situações como a violência policial, a vida nas ruas ou o trabalho infantil. A outra é a perspectiva dos direitos da criança, que vão desde a denúncia clara das afrontas aos direitos da criança, até sua representação como sujeitos de direitos no sentido mais amplo, como nas charges em que aparecem como personagens ativos.

Este trabalho representou para a autora uma possibilidade de conhecer mais a fundo a história do país por uma visão até então inédita, como a dos trabalhadores ou dos direitos da infância, contribuindo para a compreensão de muitas das violências denunciadas na charge e presenciadas ao longo da vida. Mais que tudo, promoveu uma revolução no entendimento das crianças como sujeitos de direitos, não objetos de proteção, criadoras da sua cultura, detentoras de um tipo de sabedoria particular que deve ser ouvida e respeitada.

No desenvolvimento do trabalho, conforme discutíamos mais a fundo a questão da infância, foi crescendo a vontade de realizar, futuramente, pesquisas que envolvam as pessoas mais indicadas para falar sobre o tema estudado, as crianças. Fica registrada nossa vontade e compromisso de seguir pesquisando sobre crianças, com o olhar das classes populares.

## REFERÊNCIAS

- ALCKIMIN entrega projeto de lei sobre a maioria penal. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/17/interna\\_politica,372440/alcmin-entrega-projeto-de-lei-sobre-a-maioridade-penal.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/17/interna_politica,372440/alcmin-entrega-projeto-de-lei-sobre-a-maioridade-penal.shtml)>. Acesso em: 01 dez. 2014.
- ARIÈS, Phillipe. História social da infância e da família. Rio de Janeiro: LCT, 2ª ed., 1981.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B., e ALMEIDA, MHT (Orgs). **Sociedade Política no Brasil pós-61** [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 279-312.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BARROS, Gabriela T. **Comunicação na disputa pela hegemonia: contradições da imprensa sindical**. Recife, 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. 193 fl.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BRASIL DE FATO. **Chacina da Candelária completa 20 anos de impunidade**, 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/14424>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Tradução: Gilka Girardello; Isabel Orofino. São Paulo: Loyola, 2007.
- CARNEIRO, Vânia Lucia Q. **Redução da programação infantil da TV aberta e ausência de política pública na promoção dos direitos da criança brasileira**. Anais do II Simpósio Luso-Brasileiro em estudos da criança, 2014.
- CASTODI, G. A. Cosmopolitismo Infantil: qual o lugar da criança na contemporaneidade? **ZERO-A-SEIS**, Florianópolis, v. 13, n. 23, p. 33, 2011.
- CASTRO, Cosette. A Comunicação Sindical em tempos de multiculturalismo. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 1, n. 8, 1998, p. 121-128.
- COHN, Clarice. **Antropologia da infância**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- COONTZ, S. **The way we really are: coming to terms with America's changing families**. New York: Basic Books, 1997.
- ECO, Umberto. Los marcos de la libertad cômica. In: ECO, Umberto. **Carnaval!** México: Fondo de cultura económica, 1989.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1994b.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma História dos Costumes. Volume I. Trad: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1994a.

FÍGARO, Roseli. **O discurso da imprensa sindical**: formas e usos. São Paulo: ECA/USP, 1993. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Estudos de Recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. **Novos Olhares**, n. 6, 2000, p. 38-50.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

LINN, Susan. **Crianças do consumo: a infância roubada**. Tradução Cristina Tognelli. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

LONDOSO, Fernando Torres. A descoberta do Menor. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LONGO, Iris S. **Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infanto-juvenis**. Congresso Internacional de Pedagogia Social. Mar/2010.

LOPES, R.E.; SILVA, C.R.; MALFITANO, A.P. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as Políticas Públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, p. 114–130, set. 2006.

*MARCHI, R. C. A Radicalização do processo histórico de individualização da criança e a "crise social" da infância*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2009.

MARCILIO, Maria Luiza. Instrumentos internacionais e nacionais de defesa e proteção dos direitos da criança. **Revista USP**, São Paulo (37), mar/mai, 1998, p 46-57.

MATTIOLI, D. D.; OLIVEIRA, R. de C. da S. Direitos humanos de crianças e adolescentes: o percurso da luta pela proteção. **Imagens da Educação**, v. 3, n. 2, 2013, p. 14-26.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica**. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 312 p.

\_\_\_\_\_. **A charge na imprensa sindical: uma iconografia do mundo do trabalho**. Anais... Salvador, 2002.

\_\_\_\_\_. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

\_\_\_\_\_. **Imprensa sindical**: conquistas, impasses e desafios no contexto da disputa pela hegemonia. Londrina: UEL. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010, p. 142-151.

\_\_\_\_\_. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª arte**, v.1, n.1, 37-48, set/2012.

MOMO, Mariângela. **Mídia e consumo na produção de uma infância pós-moderna que vai a escola**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

NUNES, Denise Gonçalves. Infância dos pobres no Brasil da modernidade. **Revista Inter-ação**, Florianópolis, n.1, jan/jun, 2002.

ORLANDI, Rosângela Gisoldi. **A representação social da criança em anúncios de moda na revista Vogue Kids Brasil**. Tese de Mestrado, São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2012.

OSAKI, Lilian de Freitas. **A representação Tipológica da Criança em Comerciais de TV**. Tese de Mestrado, São Paulo: ECA/USP, 2003.

PAULA, Renato de. **O Serviço Social na Trajetória de atendimento a infância e a juventude**. São Paulo: Brasil Social, 2001.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2008.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, set/dez, 2010.

QVORTRUP, Jens. Visibilidades das crianças e da infância. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, 2014, p. 23-42.

REIS, José Roberto Franco. **O Coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país**. Disponível em: [http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/na%20corda%20bamba/cap\\_7.pdf](http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/na%20corda%20bamba/cap_7.pdf). Acesso em: 15 out./2014.

RIZZINI, Irene; et al. **A efetivação de políticas públicas no Brasil: o caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: CIESPI, 2011.

\_\_\_\_\_. **Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

ROCHA, Rita de Cássia L. da. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **ANALECTA**, Guarapuava/PR, v 3, no 2, p 51-63, jul/dez 2002.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo**. Maringá: Eduem, 2000.

ROSEMBERG, F. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008. p.296-333.

ROSSATO, Geovanio E. Infância abandonada e Estado de Bem-Estar no Brasil: de menor marginalizado a meninos e meninas de rua. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 30, n 1, 2008, p 17-24.

SANTOS, Wagner dos. **Carta de Wagner dos Santos, sobrevivente da Chacina da Candelária**. Brasil de Fato, 2013. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/14421>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância na encruzilhada da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel J. CERISARA, Ana B. (Orgs.). **Crianças e Miúdos**. Porto: Edições Asa, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da infância.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação e Sociedade**, n. 78, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Breve história da imprensa sindical no Brasil**, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: A Secretaria, 2005.

SINDIQUIM. **Cidadania, eu quero uma pra viver!** Uma coletânea de charges do cartunista do Sindiquim. Sindicato dos Químicos do ABC, 2001.

TOMÁS, Catarina. **Há Muitos Mundos no Mundo...** Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças: Diálogos entre Crianças de Portugal e Brasil, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, 2007.

UNICEF. **Infância e adolescência no Brasil.** Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Situação da Infância Brasileira 2006.** Brasília: Unicef, 2006.

\_\_\_\_\_. **Situação da Infância Brasileira 2009.** Brasília: Unicef, 2009.

\_\_\_\_\_. **O impacto do racismo na infância.** Brasília: Unicef, 2010.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. L. **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, pp. 80-98, 1986.

VIEIRA, Toni André S. **Comunicação Sindical:** proposta de uma política para as entidades. Canoas: Ed. ULBRA, 1996. Série Mundo Mídia.

VOLTOLINI, Arthur. Direito à educação nas favelas, 2013. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/direito-a-educacao-nas-favelas/>>. Acesso em: 15 jan./ 2015.

ZANOLLA, Silvia R. S. Indústria Cultural e Infância: estudo sobre a formação de valores em crianças no universo do jogo eletrônico. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, set./dez., 2007, p. 1329-1359.

ANEXOS

ANEXO 1

## Carência da criança começa dentro de casa

O problema da menor carente não é só dos que vivem nas ruas, mas também dos que são obrigados a ficar trancados dentro de casa enquanto seus pais trabalham. Essa reclusão compulsória faz com que o potencial de desenvolvimento deles seja esmagado bruscamente. O direito de ter criança está sendo roubado. Elas são obrigadas a ter atitudes de adultos precocemente, pois em que cuidar de irmãos menores, fazer o trabalho de casa, deixar de estudar, e correm o risco de sofrer acidentes domésticos.

Só na categoria química, segundo pesquisa feita pelo Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico Social (Iades) em 92, 13,2% dos filhos e trabalhadoras químicas do ABC, menores de 10 anos, são deixados sozinhos em casa. As mães não têm onde levá-los ou dinheiro para pagar uma escola ou creche particular. A mesma pesquisa aponta que só 5,3% das mães deixam os filhos menores de 10 anos em creches públicas, e 1,5% das mães acabam deixando os filhos com vizinhos.

Como se vê o problema do menor carente também existe dentro de casa. Há o problema de assistência. As crianças em fase de desenvolvimento são carentes de uma política educacional e as empresas, que deveriam possuir

grande maioria das empresas se nega a conceder um local apropriado para a creche, trocando o benefício por dinheiro. Segundo Ademir Costa de Oliveira, membro do Movimento Nacional de Meninos de Rua, essas creches devem ter a perspectiva de educação e não de assistência, pois não se trata de um depósito de seres humanos e sim um local para aprender a conviver socialmente. "No Brasil não há bezerras abandonadas pois todo empresário vê o animal como

### O massacre

*\* No Brasil são mortos em média 5 crianças por dia*  
*\* O Brasil ocupa o 62º lugar mundial na qualidade de tratamento de menores, segundo a Unicef*  
*\* Perfil das vítimas: têm de 15 a 17 anos de idade, vivem com a família, trabalham como ajudantes gerais, office-boys ou atuam*

um investimento. Mas crianças não dão lucro", critica Oliveira ao defender a necessidade de uma política educacional para todos os menores brasileiros.

### Meninos de rua são filhos da classe dirigente brasileira

Os meninos de rua não são filhos da rua. São, como a pobreza paterna de que emergem, filhos da classe dirigente brasileira. Falar no problema dos meninos de rua sem falar nos seus pais é enrolação. Esses meninos não são frutos espontâneos da rua. A ela chegam pela pobreza de seus pais.

São meninos da miséria de rua. Passaram a chamá-los assim porque eles são a pobreza que se torna ostensiva, que sai dos guetos que lhes estão reservados para incomodar, nas ruas, a indiferença que precisa ignorá-los, para continuar indiferente.

A pobreza é a mesma, mas os que ficam nas favelas e nos cortiços não são meninos disso ou daquilo. Não têm denominação. Nem movimentos de proteção ou pretensa proteção. São meninos da desgraça discreta: logo, não é preciso saber se têm fome ou se estão vestidos, se têm remédios e dormem em camas ou no chão. Ou se foram assassinados.

Recolher os meninos de rua, eis a solução dada pelo governo. E logo outros os substituirão. É a resposta da miséria. Mas recolher os menores só do Rio? E os de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Ale-

gre, Recife, Brasília, e outras grandes cidades?

Ao que se pode supor, fica por conta das respectivas PMs o motivo para a solução governamental. O que, também é de supor, requerer muitas experiências, pois saber que tipo de assassinatos m comove e motiva.

Pois pela média brasileira, três crianças pobres assassinadas por dia, a cada 36 horas igualam os oito da Candelária. Mas isso não causa a menor comoção, o "Jurá Nacional" da Globo não explora, o governo não quer nem saber.

Fonte: Sindiquim, ago./1993.

## ANEXO 2

Sexta-feira, 8 de outubro de 1993

Metalúrgicos do ABC

Página 3

## Manifestação

# Todo apoio à greve na Atlas

A partir de hoje haverá coleta nas fábricas da região

Os metalúrgicos do ABC aprovaram por unanimidade a proposta da diretoria do Sindicato de bancar a greve contra a demissão de 90 companheiros da Atlas Copco do Brasil, de Diadema, durante ato público de solidariedade aos grevistas da Atlas. O ato reuniu, ontem à tarde, centenas de companheiros de diversas fábricas do ABC, com suas famílias, membros de comissões de fábrica, os deputados estaduais Arlindo Chinaglia, Ruy Falcão e José Zico Prado (PT-SP) e representantes de diversas entidades.

A greve dos trabalhadores da Atlas, que já dura 19 dias, vai a julgamento hoje, às 15h, no TRT. Às 17h, Sindicato e empresa terão nova negociação.

Adi dos Santos Lima, membro da CF dos trabalhadores da Mercedes, de São Bernardo, falando



Centenas de companheiros foram prestar solidariedade aos trabalhadores

em nome de todas as comissões presentes, reafirmou a decisão de fazer, a partir de hoje, coletas em todas as fábricas em apoio à greve dos companheiros da Atlas. "Essa briga é nossa, dos 150 mil metalúrgicos do ABC e vamos apoiar esses companheiros até a vitória", declarou.

O presidente do PT estadual, deputado Arlindo Chinaglia, desafiou a direção da empresa a subir no palanque e negociar com os trabalhadores. "Se esta greve durar seis meses nós vamos aguentar, porque os trabalhadores do ABC e de fora do ABC vão sustentar essa greve custe o que custar", reiterou.

## Kepler Weber

O nosso Sindicato entrou, ontem, na DRT de São Bernardo, com pedido de cancelamento das eleições da CIPA na Kepler Weber porque a empresa entregou fora do prazo o edital de convocação das eleições.

Apesar da irregularidade, a empresa insiste em manter as eleições. Hoje, às 7h, o Sindicato realiza assembléia na porta da fábrica.

## Papaiz

O Sindicato foi informado, em reunião terça-feira de manhã com representantes da Papaiz, da intenção da empresa em demitir 200 trabalhadores. Os patrões alegam queda nas vendas.

Hoje, às 16h, todos os trabalhadores da Papaiz estarão reunidos na Sede Regional Diadema.

## TRW- Sto. André

A TRW, de Santo André, depois de enrolar por mais de dois anos a renovação do acordo sobre jornada de trabalho, quer agora impor um sistema de revezamento sem consultar o Sindicato. Conforme José Valdemar Tavares, o Paranazão, diretor do Sindicato, a empresa tem feito reuniões com pequenos grupos de trabalhadores para "negociar" esse revezamento, porém se nega a sentar com o Sindicato para discutir essa questão.

## Começa a revisão

A revisão constitucional começou ontem à noite. O Supremo Tribunal Federal (STF) tornou sem validade a liminar que suspendia a revisão. Aplicando o famoso "jeitinho", o plenário do STF concordou com a argumentação do Congresso de que a Justiça não poderia julgar um assunto interno do próprio Congresso.

Agora será preciso reforçar a mobilização para garantir a manutenção dos direitos dos trabalhadores. Já está marcado para o próximo dia 20 uma data nacional de luta contra a revisão com manifestações em todo o País.

As entidades que formam o Movimento Cívico Contra Revisão, mais os partidos contrários à revisão-já decidiram não participar de nenhuma negociação que envolva regimento ou agenda de temas.

## Hoje é noite de vigília



Esta noite a sede do nosso Sindicato ficará maior. Durante 10 horas, ela estará abrigando pessoas interessadas em participar de um processo que busca saídas para amenizar o grave problema que afeta a nossa infância e adolescência. Serão 10 horas de debates, com painéis intercalados por shows musicais e atividades para crianças. Haverá também

testemunhos de vítimas e familiares de vítimas de violência.

Assim será, em resumo, a Vigília pela Criança e pelo Adolescente, promovida e organizada em conjunto pelo nosso Sindicato e diversas entidades de defesa da criança e do adolescente, com apoio da Unicef.

Entre os debatedores nos três painéis, estão o ministro da justiça, o secretário estadual de Segurança Pública, o presidente da CNBB, além de políticos, sindicalistas e membros de entidades

de apoio a crianças e adolescentes. Também teremos a presença de artistas, entre eles Paloma Duarte e Oberdan Jr. (Teca e Piloto, da novela Renascer) e a participação especial do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

A abertura da Vigília estará a cargo do presidente do Sindicato, Vicente Paulo da Silva, que também participará do ato de encerramento, acompanhado de Lula e Jair Meneguelli. Da praça da matriz, em São Bernardo, sairá às 18h30 uma passeata até o Sindicato.

## Retomada bandeira das 40 horas

A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais como alternativa para geração de empregos e fim de horas extras foi a proposta apresentada ontem pelo nosso Sindicato a representantes da indústria automotiva, durante reunião da Câmara Setorial, em São Paulo.

Em princípio, os empresários aceitaram conversar sobre o assunto, embora o presidente da Anfavea (entidade patronal que reúne as montadoras), Luiz Ade-

lar Scheuer, prefira discutir a jornada anual de trabalho. Foi marcada nova reunião para o dia 25.

"O importante é que as empresas iniciaram o debate. É um grande passo", avaliou o presidente do Sindicato, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. "A redução da jornada, sem redução de salários, é uma solução para que se gere mais emprego e para que as empresas continuem produzindo", observou. Scheuer procurou destacar a ideia de jornada

anual, com o volume de horas por ano distribuídos durante as semanas conforme a necessidade de produção. Embora para o dirigente patronal as 40 horas possam ser uma forma de "engessar" ainda mais a jornada semanal, Scheuer ressaltou que "existem pontos de convergência".

Ele também lembrou a possibilidade de se discutir a contratação por tempo determinado, um assunto polêmico e contraditório, que merece grande debate.

## ANEXO 3

**Começa a revisão**

O STF derrubou a liminar que suspendeu a revisão constitucional. Assim, os trabalhos começaram ontem à noite. Precisamos reforçar a mobilização. Pág. 3

**Apoio à greve**

A partir de hoje começa a arrecadação nas fábricas da base, em solidariedade aos companheiros da Atlas, em Diadema, que estão em greve há 19 dias. Pág. 3

**40 horas**

Reivindicação histórica do movimento sindical, a jornada de 40 horas semanais já é assunto passível de discussão com os empresários. Pág. 3

**METALÚRGICOS DO ABC**

Nº 66 - sexta  
08 de outubro/93



**Participe da Vigília pela Criança e pelo Adolescente, hoje, no Sindicato.**

Fonte: Metalúrgicos do ABC, 08 out./1993, CAPA.



LADINHO : depoimentos



Paulo Lima, pedagogo da Secretaria de São Paulo... 'Foi o foto no final de 91, tudo tradicional na rua...'



'Uma na rua desde os 6... e muitas vezes em um...'

Vigília exige dignidade

Durante 13 horas (das 17h às 6h) mais de cinco mil pessoas circularam pelo Sindicato...



A mobilização mostrou que não há lugar para arte e protesto...

Arte na praça

A vigília começou às 17h, na Praça da Matriz, em São Bernardo, onde crianças e adolescentes mostraram que também sabem dançar...

Logo depois da apresentação, os grupos de dança se reuniram em um espaço...

Compromisso em defesa da criança e do adolescente

Nessa noite de 3 de outubro de 1993, um verdadeiro rio de pessoas se reuniu na praça da Matriz...



Façaenda pela Mãe. Docentes até o Sindicato durante a vigília...

Entre cinco brasileiros vítimas de agressão física, três tem menos de 17 anos. Por dia, são assassinados quatro crianças...

Histórias de rua

Uma forte presença na vida nas ruas. Todos - Marquinhos e Adriano - foram...

6 milhões sem escola

O Estatuto da Criança diz que toda criança tem direito à escola. Porém, temos seis milhões de crianças sem escola pública...



Mesa comemorativa do 2º painel...

Esses dados foram apresentados pelo secretário de Políticas Sociais da CITE, Rostier Pavani...

depoimentos

Este depoimento de Paulo Lima foi publicado no livro 'Histórias de Rua'...

## ANEXO 5

Quarta-feira, dia 28 de julho de 1993

Metalúrgicos do ABC

## Meninos e Meninas

**Miséria leva às ruas***Tirar da rua não resolve, pois a pobreza reproduz o problema*

"Falar no problema dos meninos de rua sem falar nos seus pais é uma simplificação. Esses meninos não são frutos espontâneos da rua. A maioria deles chega tangidos pela pobreza aos seus pais."

Esses foram trechos do artigo publicado ontem na **Folha de São Paulo** pelo jornalista Janio de Freitas. Ele lembra que não adianta discutir apenas a questão da violência contra os meninos de rua, sem solucionar o problema da miséria, que é a origem de tudo.

Discutir toda essa problemática é o objetivo do Seminário em Defesa da Criança, que será realizado sábado, dia 31, das 9 às 14 horas, no Sindicato. Além de abordar a violência sofrida pelos

**Vigília em outubro**

O Seminário em Defesa da Criança serve também como preparativo para a vigília que acontecerá em outubro, no Sindicato. As atividades neste mês vão começar com uma exibição de vídeo e terão participação do presidente do Sindicato, Vicente Paulo da Silva, o diretor, do escritor Frei João e de companheiros do grupo Unicef (órgão da Organização das Nações Unidas dedicado à infância) e do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.



Próximo da Candelária no Rio, o protesto contra os assassinos

menores, o seminário vai debater os direitos do menor, protegido em tese por um estatuto, que tem muitas dificuldades para ser aplicado na prática e pode inclusive virar letra morta na revisão constitucional, prevista para outubro.

Os representantes do Cedeca (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente) lembram que uma das preocupações da entidade é garantir a manutenção do artigo 227 da Constituição, que define os deveres da sociedade e do Estado em relação aos menores.

Não adianta apenas lutar o assassinato de sete crianças numa madrugada fria da Candelária, no Rio de Janeiro. É preciso ter coragem para enfrentar o problema, na origem da pobreza imensa em que vive a grande maioria da população.

Apenas para se ter uma ideia: milhões de crianças e adolescentes vivem com famílias cuja renda mensal não passa de um quebra-cabeça de salário mínimo (ou Cr\$ 1,2 milhão). Que futuro essas crianças terão?

**Conquista na Philips**

A exemplo dos trabalhadores das montadoras e autopeças, os companheiros do Grupo Philips, que pertence ao setor eletroeletrônico, conquistaram os 2,36% em junho e julho. O percentual refere-se à diferença entre a

média Fipe-Dieese e INPC/IBGE. Essa conquista foi obtida através de negociação entre a empresa e o Sindicato. Na região, o grupo Philips possui unidades em Mauá e Ribeirão Pires.

## ANEXO 6

Quinta-feira, 7 de outubro de 1993

Metalúrgicos do ABC

Página 3

## Crianças e Adolescentes

## Podemos mudar esta realidade

Participe da Vigília amanhã, em nosso Sindicato

"As crianças abandonadas estão na novela porque são personagens da vida real e mostram um universo muito difícil de sobrevivência." A afirmação foi feita pelo dramaturgo Benedito Rui Barbosa, autor da novela Renascer, atualmente em cartaz na Rede Globo, em entrevista concedida ontem, por telefone, ao Metalúrgicos do ABC.

A história dessas crianças é ao mesmo tempo uma denúncia e um retrato da realidade. Dois de seus personagens na novela, as crianças abandonadas Teca e o Pitoco (Paloma Duarte e Oberdan Junior), participarão da Vigília pela Criança e pelo Adolescente, amanhã, das 20h às 6h, na sede.

Na novela eles fazem parte de um grupo de crianças que vive nas ruas em grupo para poder se defender do frio e das agressões. Segundo Rui Barbosa, a ser-



lhança da vida real, são os interesses pessoais que fazem algumas pessoas darem a mão a essas crianças.

Foi assim a história de Teca, encontrada pela personagem Buba em uma casa para mães solteiras, grávida e sozinha. No início, Buba só queria o filho de Teca. Mas a convivência entre as duas trouxe o afeto e a amizade. Para Teca, a vida pode ter um final feliz. Os meninos Du e Neno

não tiveram a mesma sorte. Du era o pai do filho de Teca e foi morto por justiceiros. Neno talvez opte pelo caminho da infração, segundo o autor, que ainda não concluiu a história.

Pitoco deve voltar à fazenda onde vivem Teca e seu filho, movido pelo amor que tem por ela.

Tudo isso é ficção. Mas a realidade está cheia de Tecas, Pitocos e muito mais ainda de Dus e Nenos, crianças perdidas pelas ruas, sem carinho, sem comida, sem abrigo.

Para Benedito Rui Barbosa, se cada um de nós desse a mão a uma dessas crianças, o final da história de todas elas poderia ser diferente.

O Sindicato quer mudar essa realidade. E vamos começar participando da Vigília pela Criança e pelo Adolescente.

## Hora extra na Maxion

A Comissão de Fábrica dos Trabalhadores na Maxion, de São Bernardo, reuniu um grupo de trabalhadores e, junto com diretores do Sindicato, vai fazer uma visita à fábrica no sábado para convencer os companheiros a não fazerem hora extra. A decisão foi aprovada em assembleia realizada terça-feira na porta da empresa. "Sabemos que 30% da produção da Maxion está saindo das horas extras", denuncia Joaquim Malta, vice-corredor da CF.

Malta explica que o "grupo de pressão" está sendo solicitado por vários trabalhadores, inclusive doentes, que estão sendo pressionados a fazer horas extras mas não se negam por temor de perder o emprego.

Ele denuncia que a Maxion não fez as contratações determinadas pelo acordo da Câmara Setorial de Máquinas Agrícolas. "Entre janeiro e fevereiro, quando a produção era de 2.800 motores por mês, a empresa demitiu 56 trabalhadores", prossegue Malta. Agora, segundo ele, a produção saltou para mais de 5.000, e foram contratados apenas outros 50 companheiros.

## CFs em discussão com empresários

A comissão de fábrica melhora ou piora a relação entre patrões e empregados? Dúvidas como essa foram discutidas ontem à tarde entre representantes dos donos de seis empresas da região de Sertãozinho, em Mauá, e diretores do nosso Sindicato, reunidos na Calderaria e Mecânica Inox.

"A comissão resolve mais problema do que cria", observou o representante da Mapa, uma das empresas que participou do encontro. O presidente do nosso Sindicato, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, que estava na reunião, garantiu que em fábricas onde foram criadas as comissões existem menos conflitos.

Participaram do encontro por nosso Sindicato, além de Vicentinho, o vice-presidente por Santo André, Cícero Firmino da Silva, o Martinha; o secretário-geral, Carlos Alberto Grana; o vice-presidente por Mauá, José Tomaz Neto; e os diretores João Martins Lima, Moisés Rufino de Moura e Sebastião Costa. As empresas que mandaram representantes foram a Molins, Metalúrgica Jardim, Inox, Proton, Mapa e Imbrafiltro.

## Fórum sobre Contrato Coletivo

As propostas apresentadas pelo governo federal para o Fórum Nacional de Contrato Coletivo e Relações de Trabalho serão debatidas hoje e amanhã em um seminário na CUT nacional. O objetivo do Fórum é realizar um diagnóstico da situação no Brasil a partir da análise de representantes dos sindicatos, patrões e governo. Já a finalidade do seminário é discutir coletivamente a pauta do Fórum a partir das políticas aprovadas pela Central e da experiência sindical da CUT.

Heiguiberto Della Bella Navarro, o Guiba, membro da executiva e um dos representantes de nosso Sindicato nas duas reuniões, lembrou ontem que a CUT apresentou um novo modelo de Contrato Coletivo em 89. "Vemos com entusiasmo o governo admitir um novo modelo de contratação", comenta Guiba. "Nós esperamos que, a partir desta iniciativa, as negociações trabalhistas tenham um caráter mais sério no País", conclui.

## Definição acontece hoje

## REVISÃO



## CONSTITUCIONAL

Os "contras" ganharam a primeira batalha da revisão constitucional. Marcada para começar ontem, a revisão foi suspensa devido a uma liminar concedida terça à noite pelo ministro Marco Aurélio de Farias Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele concordou com argumentos apresentados por partidos contrários à revisão, que alegam que a sessão do Congresso do último dia 22 - quando foi lido o projeto de resolução definindo o início da revisão - foi aberta sem quórum pelo presidente da Casa, senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

A decisão do ministro pegou de surpresa quase todo mundo em Brasília e irritou os líderes dos principais partidos, que defendem a revisão-já. Ontem, Lucena encaminhava ao STF um pedido de

reconsideração da liminar. O advogado de Lucena é ninguém menos que Saulo Ramos, ex-consultor-geral da República no governo Sarney e articulador poderoso dos corredores do poder.

Segundo a assessoria do STF, o ministro Marco Aurélio divulga hoje um novo despacho sobre o assunto. Alguns observadores avaliam que ele não vai voltar atrás. Neste caso, o advogado Saulo Ramos deve apelar ao Pleno do STF.

A medida judicial não impede a revisão, apenas a atrasa, talvez em uma semana. Isso porque na liminar concedida não se questiona a constitucionalidade da revisão, mas o desrespeito ao regimento interno do Congresso. De qualquer forma, os "contras" - partidos que não querem revisão-já - ganham mais tempo para se articular.

**Em função do feriado de N. S. Aparecida, não haverá expediente no Sindicato (Sede e Sedes Regionais) nos dias 11 e 12, segunda e terça-feira.**

Fonte: Metalúrgicos do ABC, 07 out/1993, p. 3.

## ANEXO 7

8

TRIBUNA SINDICAL

Julho-Agosto/91

## CNTI assina acordo para 60 mil operários no MT

A CNTI e a Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (Fiemt) assinaram, no dia 25 de junho, um dos maiores acordos trabalhistas da história do Estado, beneficiando cerca de 60 mil trabalhadores. O contrato tem validade retroativa a 1º de maio e assegurou aos industriários piso salarial de Cr\$ 20 mil, reposição salarial de 340% e mais 3% de produtividade, entre outras vantagens.

### Novas cláusulas

O acordo possui sete novas cláusulas, sendo que outras seis foram modificadas para beneficiar os trabalhadores, que agora têm direito a cesta básica no valor de Cr\$ 18.600,00; complemento do 13º salário, dependente da empresa (todas terão que seguir essa regra a

partir do ano que vem); um dia por ano para cuidar de questões trabalhistas (saque do PIS, por exemplo) e outro para tratar da saúde da sua família.

O presidente da CNTI, José Calixto Ramos, considerou fundamental o acordo assinado mas lamentou a fragilidade dos sindicatos do Mato Grosso. "Só agora os trabalhadores mato-grossenses estão acordando para a necessidade de organização sindical. O nosso programa educacional para a formação de sindicalistas será muito útil no Estado, fortalecendo as bases industriárias".

O presidente da Fiemt, Ary Wojick, disse que o profissionalismo com que foi conduzida a negociação, que durou menos de um mês, facilitou o

acordo: "Não há necessidade de confronto, pois a diplomacia é o melhor caminho". Wojick representou as áreas patronais que não têm sindicato. Os setores de fabricação de álcool, confecções e vestuário, e calcário e cimento foram representados pelos respectivos sindicatos.

### Avanços

O acordo firmado entre patrões e empregados no ano passado envolveu apenas 25 mil industriários do Estado. "Estamos progredindo aos poucos, embora tenhamos conseguido avanços significativos nas convenções trabalhistas", disse o presidente da CNTI. No Mato Grosso, Calixto anunciou ainda a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Cimento e Cal de Nobres e Rosário, no médio-norte do Estado.



Calixto: comenda no Maranhão

## TRT condecora Calixto Ramos

O Conselho da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 16ª região, de São Luís, concedeu ao presidente da CNTI, José Calixto Ramos, a comenda da Ordem no grau de Grã-Cruz. A cerimônia aconteceu no dia 28 de junho, no auditório do TRT maranhense, contando com autoridades locais e personalidades dos meios judiciário e sindical.

## Comissão vai apurar irregularidades no Fundo de Garantia

A CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — do Congresso Nacional para apurar irregularidades no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço começa a funcionar em agosto. É a primeira vez que o órgão vai atuar num momento em que os trabalhadores não têm nenhum controle sobre esse patrimônio, que na verdade lhe pertence. As irregularidades acontecem em todas as fases do processo relativo ao FGTS: nos depósitos pelas empresas, na utilização dos recursos e na distribuição desse dinheiro.

Se a estrutura do INSS "foi feita para ser fraudada", como concluíram os membros da CPI que apurou as fraudes na Previdência, o mesmo pode-se dizer do FGTS, se a situação não for ainda pior. Simplesmente não existem meios de se apurar a sonegação das empresas (privadas e públicas) e as estimativas apontam sempre números estarrecedores: chega-se a dizer que apenas 18% das empresas depositam o Fundo de Garantia do trabalhador.

### Falta fiscalização

A deficiência da fiscalização favorece a sonegação (até com fraude nas guias de recolhimento), assim como a convivência e a omissão dos bancos. E, para completar, há desvio na transferência dos recursos pela rede bancária à Caixa Econômica Federal. E o dinheiro que entra nas contas dos trabalhadores sofre o confisco dos sucessivos planos de estabilização econômica, como expurgo da correção monetária.

No ano passado, o balanço do FGTS registrou que o patrimônio teve crescimento nominal de apenas 1,319% contra a inflação oficial de 1,794%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com o saldo de Cr\$ 4,1 trilhões em dezembro de 1990. Em dólares, mesmo com a liberação do câmbio comercial, o patrimônio do FGTS diminuiu US\$ 1,3 bilhão ao longo de 1990: de US\$ 25,8 bilhões foi para US\$ 24,5 bilhões. Efeito do arrocho salarial.

### Caixa também leva

O patrimônio do trabalhador é sucatado pelo seu próprio agente operador, a CEF. Lourenço do Prado, representante dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, tem suspeitas quanto à ineficiência e o custo altíssimo desse agente operador: a taxa de administração e as tarifas bancárias renderiam a CEF um total de Cr\$ 25,4 bilhões. Apesar disso, procurou explorar o FGTS com ganhos financeiros indiretos, remunerando os recursos em caixa bem abaixo dos juros reais de mercado e obtendo rentabilidade com aplicação na ciranda financeira.

A CEF utiliza o dinheiro do trabalhador para tentar fugir da crise de liquidez aliviando os seus prejuízos operacionais. E quem perde é o trabalhador: o lucro fácil no mercado financeiro desmotiva a CEF a financiar a construção de habitações populares ou redes de água e esgoto, verdadeiros objetivos do FGTS.



Só no primeiro trimestre, 411 crianças de rua foram assassinadas

## Extermínio de crianças faz Brasil virar notícia

O assassinato de crianças no Brasil é notícia no mundo todo. A Anistia Internacional, organização de direitos humanos, vem recebendo, de várias partes do mundo, pedidos de informação sobre os assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil, e apelos para que tome medidas. Segundo o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, apenas no primeiro trimestre deste ano já foram assassinadas 411 crianças em todo o País, número que vem crescendo assustadoramente. Um relatório divulgado pela Anistia Internacional informa que, em 1989, 457 crianças e adolescentes foram assassinados.

Para apurar o extermínio de menores, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida pela deputada Rita Camata (PMDB-ES). Foi admitido pela Polícia Federal, em relatório encaminhado à CPI, o envolvimento de policiais nestas mortes. E o caso de Enéas da Silva, de 16 anos, morto, em 1989, por policiais em São Paulo, e que teve seu corpo pisoteado e arrastado pela favela onde morava.

O governo brasileiro irá receber, da Anistia Internacional, um pedido de explicações sobre o extermínio de menores e a solicitação para que as autoridades intervenham.

## Desnutrição é problema para treze milhões

Pelo menos 13 milhões de crianças deveriam ser incluídas nos programas de alimentação do governo, segundo o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). No entanto estes programas atingem apenas 4,4 milhões delas.

O ministro da Saúde, Alcenor Guerra, disse à CPI da Fome, no Congresso Nacional, que cinco milhões de crianças brasileiras até cinco anos de idade sofrem algum tipo de desnutrição, e 1 milhão tem desnutrição grave. A estimativa das mortes provocadas por fome e desnutrição não corresponde à realidade, pois não aparecem nos registros de óbito, e sim como doenças infecciosas intestinais e infecções respiratórias agudas.

Das crianças que sobrevivem, 38 milhões dividem-se entre pobreza, 25 milhões, em miséria absoluta, 13 milhões. Consideradas as crianças junto aos adolescentes até 17 anos, são 57 milhões de pessoas, das quais 24 milhões vivem em famílias que ganham por mês, no máximo, meio salário mínimo.

## ANEXO 8

o DIAP

Eliminação selvagem de sete meninos de rua que dormiam em mais quarenta colegas em frente à fria, Rio de Janeiro, rugada do dia 23 de fruto da impunidade social que impe- Brasil. Um episódio que chocou o País e a comunidade internacional, gerando uma ampla reação contra o inqualificável matricídio de menores que não realizado no País já não se fala nem em liberdade, um direito constitucional, mas no inalienável direito à vida daqueles jogados nas ruas por uma política social que em conta esse contingente de crianças que não têm um lar e renda familiar suficiente nos cinco primeiros meses deste ano, um total de 364 crianças foram matricidas no Rio, uma vez, de acordo com as estatísticas do Juizado de Menores, já ultrapassa dois mil por dia. Nos últimos meses, até maio de 1992, incluindo crianças matricidas pelos próprios pais, assassinados, somente 461 em 1992. As estatísticas, dos crescentes, indelicadeza, a barbárie em conta do País. A ocorrência de episódios como o da Candelária no Brasil está entre os episódios que mais violam direitos humanos, segundo o relatório da Anistia Internacional. A seção de São Paulo pretende transformar o símbolo da Candelária em um símbolo de luta com que o exterminio de meninos de rua nas cidades do Brasil seja punido pelas autoridades da impunidade. Grupos de extermínio em suas ações contra eles.

**Meninos matricidados**

social se evidencia, no posicionamento de defensores que defendem

implementadas medidas. No entanto, o relatório final da apresentação de projetos de lei ao Congresso Nacional.

A CPI confunde base em depoimentos de policiais militares comunitários nos estados, a presença de agentes da Polícia Militar e a garantia de lojas de meninos a partir desses dados. Sendo um projeto enviado na Câmara e do voto no Senado ferindo da Justiça para a Justiça Comum, em tempo crimes praticados militares com justificativa do projeto salta que, hoje, "o ato de policiais envolvidos com o exército muitas vezes permissivo corporativismo, verdadeiro sentir impunidade nos matricidados".

O fato é que a maioria dos projetos apresentados ao Congresso está em discussão. Um exemplo, que ainda não conseguiu ser apreciado, é o que institui o Conselho Nacional de Portas, dificultando a circulação e uso de armas

**Fome, frio e n**

Enquanto não são tomadas providências, crianças que vivem nas ruas levadas a conviver com um fantasma: o matricídio em cantos enlameados em jornais e frias crianças ainda enfrentam a ameaça de perderem a qualquer momento a possibilidade de uma assistência nenhuma assistência. E do descaço se dá em busca da sobrevivência com a morte de fome gratuita pelas mãos de pessoas desajustadas e cegas.

A sociedade, agredida por seus valores, com indignação sem limites da eliminação de

**ESPAÇO PARA INDIGNAÇÃO**

Julho/Agosto

CLEIDE MAIA



**Omissão e impunidade geram episódios como chacina da Candelária**

com violência. Essas pessoas se referem aos meninos de rua como animais e se esquecem que eles não optaram pela vida que levam. A miséria moral, que aqui se soma à miséria material, é, sem dúvida, um fator preocupante.

Outro fator alarmante é o frequente envolvimento da polícia nos casos de extermínio de menores. O órgão responsável pela segurança pública congrega em seu quadro criminosos que não hesitam em assassinar friamente crianças durante

policiais — um tenente e dois soldados — foram indicados por homicídio qualificado, por não terem dado chance de defesa às crianças executadas. Outros quatro PMs são apontados como suspeitos, embora ainda não tenham sido reconhecidos.

**CPI do Extermínio**

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI — que investigou o extermínio de menores no Brasil lembra que "a prática de extermínio

impôs. Seu termo poderia ter sido outro que não a ira das armas de fogo dos jagunços, dos pistoleiros de aluguel, dos esquadrões da morte, dos grupos organizados que hoje medram a mando e soldo dos que querem defender seu patrimônio ou seus negócios sem respeitar direitos e deveres dos cidadãos. Bastava que a evolução histórica da questão não houvesse sido uma história de omissões dos Poderes da República, das Políticas Públicas, da Justiça,

ANEXO 9

*Jornal do DIAP* **TRABALHADOR RURAL**

# Reforma agrária sofre mais um golpe

No dia 1º de junho, a Câmara dos Deputados aprovou dois projetos: o de lei complementar, dispondo sobre o rito sumário da desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária e o de regulamentação do Grau de Utilização da Terra (a chamada Lei do GUT). O primeiro atende, em parte, uma reivindicação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) para assegurar ao Incra o instrumento legal necessário às desapropriações. A Lei do GUT tenta resgatar os vetos aplicados à Lei Agrária, numa reação coordenada da bancada ruralista na Câmara.

O mais grave e que causou indignação às lideranças dos trabalhadores rurais foi o fato de, por um acordo de lideranças partidárias, a lei do rito sumário não ter sido encaminhada, imediatamente, à sanção do presidente Itamar Franco. Os líderes decidiram que só remetariam o projeto ao Planalto depois que o Senado aprovasse a Lei do GUT, elaborada pelos prepostos dos latifundiários. "Foi um golpe dos mais baixos", reagiu o presidente da Contag, Francisco Urbano.

Caso o Senado Federal aprove o projeto de Lei do GUT, o programa mínimo de reforma agrária, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), será mais uma peça de ficção sobre a possibilidade de o Estado alterar o arcaico perfil do modelo fundiário brasileiro.

Pelo projeto de Lei do GUT, as desapropriações ficam condicionadas ao grau de aproveitamento da terra, que varia de 0 a 80% em cada região do País. Assim, se um imóvel no sul do Pará tiver um aproveitamento de 21% da sua superfície, e mesmo que não cumpra a sua função social, ele estará isento da desapropriação até que sejam desapropriadas todas as propriedades rurais com índice de utilização da terra inferior ao dele na região Nordeste do País.

Além de comprometer qualquer perspectiva de democratização do meio básico de produção (a terra), se o Senado Federal aprovar a Lei do GUT, estará colaborando para anular parte do Plano de Ação Governamental de com-

bate à fome e à miséria. Isto porque, o Plano de Ação incorpora as metas do programa mínimo de reforma agrária, como alternativa para reverter o quadro de miséria que atinge mais de 32 milhões de brasileiros.

### Bases devem pressionar Senado

Diante do comportamento da Câmara, a direção da Contag está orientando as federações e sindicatos filiados a pressionarem os senadores, em suas bases, para que o projeto de lei do GUT seja rejeitado naquela Casa, sob pena de o Congresso Nacional ser responsabilizado pela manutenção da miséria, pelo aumento da violência no meio rural e por contribuir para impedir que milhões de brasileiros tragatem a sua cidadania, através do acesso à terra e integração no sistema produtivo.



Cerca de três milhões de crianças e adolescentes rural sob condições adversas

### Projeto visa eliminação trabalho infanto-juvenil

Nada menos do que 7,5 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos de idade, enfrentam o trabalho diário sob condições adversas. Neste total, estima-se que três milhões estão no meio rural, muitas vezes submetidas a regime semi-escravo de trabalho, sem acesso à educação ou lazer. Há uma férta legislação — Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição de 88 — que proíbe o trabalho para menores de 14 anos. Mas isto não é respeitado. Os aviltantes salários pagos aos adultos empurram as crianças precocemente para o trabalho.

Do total de crianças trabalhadoras no País, apenas 25% têm carteira assinada, 88% têm rendimento de até um salário mínimo e 65% trabalham mais de 40 horas semanais. A situação agrava-se no meio rural. No campo, 34% são assalariados, 4% têm atividade por conta própria e 62% sequer têm qualquer remuneração, pois trabalham para auxiliar os pais. Estes dados são oficiais e longe estão de retratar as reais condições do trabalho infanto-juvenil.

A Contag decidiu intervir nesta realidade. Com apoio financeiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do Projeto IFEC (Programa Internacional para Eli-

minação a Contag o projeto de Sindicato Criança Consci Meio F elimina infanto-juvenil princip anças e anos.

Num projeto al nos es Faralho Goiás, São Pa Sul. U interve Trabalh missão e do a pela l aplica cursos os dir çar pe

Alé desen dos ex dicado aperl contr lho, e tins, l lificac açõs, âmbito curva



trada na região Centro-Sul, a perspectiva é de que até o final do ano o programa esteja sendo ouvido em todos os estados. No Nordeste há vários sindicatos de trabalhadores rurais que também estão divulgando A Voz da Contag.

O programa divide seus sete minutos em notícias de interesse geral dos trabalhadores rurais e pequenos produtores, divulgando os acontecimentos políticos e fatos que lhes dizem respeito. Um minuto é destinado à orientação jurídica sobre os direitos que tem a classe. Outro minuto é para entrevista com diretores da Confederação ou das federa-

ções que estejam em Brasília, abordando decisões e temas que também interessem aos trabalhadores e pequenos produtores rurais. O último minuto reserva-se a esclarecimentos para que os camponeses saibam como evitar acidentes no trabalho.

O objetivo do programa, em síntese, é dar um novo impulso à luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais pela implantação da Reforma Agrária, pela definição de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores rurais, pela recuperação dos salários e combate às injustiças no campo.

ANEXO 10

# Março: mês da retenção do Imposto sindical

Os servidores(as) vão notar, na folha de pagamento de março, o desconto referente à contribuição sindical. Trata-se de uma retenção feita uma vez no ano, no valor referente à remuneração de um dia de trabalho. A contribuição sindical é prevista na lei federal 6.386, sancionada em 9 de dezembro de 1976.

No artigo 589, a lei determina 60% da importância arrecadada seja

revertida para o sindicato que representa o trabalhador(a) – o SISMMAR, no caso dos servidores municipais. Do restante, 15% vai para a federação e 5% para a confederação correspondentes. Os demais 20% são destinados à "Conta Especial Emprego e Salário".

A política adotada pelo SISMMAR é de devolver aos servidores(as) sindicalizados os 60% que competem ao sindicato. A Gestão Pra Avançar



entende que os filiados já contribuem mensalmente com o sindicato.

Servidores filiados devem procurar o SISMMAR para devolução do valor.

## Nove médicos do PSF pedem pra sair

Em reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS), em 13 de fevereiro, o secretário de Saúde, Antônio Carlos Nardi, informou que nove médicos do Programa Saúde da Família (PSF) – contratados no regime celetista – pediram demissão. Notícias que confirmam uma previsão feita anteriormente pelo SISMMAR.

Quando a administração municipal anunciou que daria mais de 100% de aumento aos médicos, alegando que isso diminuiria a alta rotatividade, dirigentes do SISMMAR alertaram que a medida seria paliativa e que não sairia o efeito desejado. A saída dos nove médicos vem comprovar que o sindicato tinha razão.

Na avaliação do SISMMAR, a rotatividade seria reduzida com o PCCR geral dos servidores(as) porque, ao contrário do mero aumento, o plano de carreira traria perspectiva de crescimento profissional. O prefeito, no entanto, depois de tanto prometer o PCCR, não cumpriu com sua palavra.



## RÁPIDAS

### PRIORIDADES DA CUT

A direção estadual da Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT-PR) se reuniu, em 15 de fevereiro, para debater sobre as prioridades e o planejamento para 2012. Na sede do Sintrocom, em Curitiba, a direção da entidade traçou as principais metas para o ano, entre as quais figuram as campanhas salariais nos municípios. A presidenta do SISMMAR e diretora da CUT, Iraides Baptiston, participou da reunião.

### CONTAS DA SAÚDE

Em reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS), em 13 de fevereiro, o SISMMAR foi uma das cinco entidades a votar contra a prestação de contas da Secretaria Municipal da Saúde. O SISMMAR votou contra porque, entre tantos motivos, ainda não foi concluído o processo criminal que trata do desvio de mais de R\$ 1 milhão da Saúde – o dinheiro ainda não foi devolvido aos cofres.



### PISO DO MAGISTÉRIO

Em 16 de fevereiro, a presidente do SISMMAR, Iraides Baptiston, esteve em Curitiba representando a categoria no Encontro Estadual sobre a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para o Magistério Público da Educação Básica (PSPN). Convidada pela Fessmuc a compor a mesa de abertura dos trabalhos, Iraides lembrou que muitos prefeitos ainda não cumprem a lei do PSPN em sua totalidade e que é preciso seguir com a luta enquanto a lei não for respeitada.

### VITÓRIA CUTISTA

Foi realizada em 13 de fevereiro a eleição da diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança, Presidente Castelo Branco e Uniflor (Sissuane). A chapa cutista foi reeleita com 90% dos votos válidos. Para mais informações sobre o Sissuane, acesse o blog [www.sissuane.blogspot.com](http://www.sissuane.blogspot.com).

### REUNIÃO DA CONFETAM

A dirigente do SISMMAR, Cibele Campos, participou em São Paulo da reunião dos diretores da Confetam. Cibele, que é diretora do SISMMAR e presidente da Fessmuc, participou da reunião. Foram tratadas várias demandas dos servidores municipais, entre elas as campanhas salariais Palsafora.

### PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO

As diretoras Cibele, Iraides e Silvana estiveram na Seduc, em 29 de fevereiro, para tratar do excesso de alunos por turma, do atraso do kit escolar, do constante falta de serviços gerais, da reforma nas escolas e CMEIs, além de vários outros problemas. O SISMMAR solicitou que todas as pautas debatidas sejam respondidas pela secretária Edith Dias o quanto antes. As respostas serão publicadas no blog do SISMMAR para embasamento dos servidores(as).



### PCCR I

A Secretaria de Fazenda apresentou em 28 de fevereiro, na Câmara Municipal, os dados da execução orçamentária da Prefeitura de Maringá em 2011. O balanço positivo, levou os vereadores Humberto Henrique (PT) e Márcia Sacreppa (PSDB) a questionar o secretário José Luiz Bovo sobre a implantação do plano de carreira dos servidores – **promessa não cumprida pelo prefeito, que prometeu o PCCR para o final do ano passado.**

### PCCR II

A cobrança dos vereadores, durante a audiência pública, veio depois de o secretário relevar que a administração municipal fechou 2011 com superávit de R\$ 23 milhões. Para Humberto e Márcia, o PCCR é possível porque, segundo dados da prefeitura, o gasto com pessoal está hoje abaixo de 35% do orçamento. O limite prudencial é de R\$ 51,3%, portanto, o plano de carreira depende apenas de vontade política para sair do papel.

### REFEITÓRIO DA SAOP

Em ofício, protocolado em 28 de fevereiro, o SISMMAR pediu reunião como secretário da Saop (Semusp) para assegurar a construção de refeitório com melhores condições para os trabalhadores do setor. Uma acomodação digna para o pessoal da Saop é uma das várias lutas do SISMMAR.

### GUARDAS DO AEROPORTO

Em 23 de fevereiro, dirigentes do SISMMAR tiveram reunião com a superintendência do Aeroporto de Maringá para apurar reclamações de disfunção. Da reunião foram tirados encaminhamentos para solucionar problemas como a falta de lugar para fazerem as refeições, entre outros.

## EXPEDIENTE



Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá Avenida Passandú, 166, Vila Operária - Maringá-PR

Contatos: 44 3209-1782 [www.sismmar.blogspot.com](http://www.sismmar.blogspot.com) <http://twitter.com/sismmar> [sismmar@yahoo.com.br](mailto:sismmar@yahoo.com.br)



Jornalista Responsável: Luiz Fernando Cardoso - DRT-PR 6684 Diagramação e Arte Final: Ricardo Ananda

Impressão: Editora Central Ltda. Tiragem: 7.000 exemplares

## ANEXO 11



## 30h: administração Barros exclui celetistas

Página 4

# Campanha Salarial 2012

Avanços dependem da sua participação!

Sindicato convoca todos(as) para assembleia geral

Página 3

## Ano de reflexão e decisão

Estamos no início de um novo ano. O SISMMAR deseja a cada servidor(a) tudo de bom em 2012, que seja repleto de energia para enfrentar as lutas que estão por vir. Este ano traz a possibilidade de mudança de rumo das políticas públicas de cada uma das cidades deste imenso País.

Nós, trabalhadores(as) de Maringá, precisamos parar e refletir a respeito de algumas pautas para, só depois,

decidirmos o que queremos para o futuro. Queremos mudanças? Não podemos tomar decisões pastadas apenas nas notícias vindas da grande mídia.

O SISMMAR quer, aqui, lembrar algum ponto no ano que se inicia. Qualquer decisão tem que levar em conta questões como:

- As condições de trabalho oferecidas melhoraram?

- O Plano de Carreira saiu do papel?

- Foi oferecida a você, servidor(a) a possibilidade de formação com qualidade durante os últimos anos?

- O salário do servidor(a) teve o mesmo avanço que o dos secretários municipais e do prefeito?

- É possível sobreviver e dar tudo o que sua família merece com esse salário?

- O dinheiro das políticas públicas foi devidamente aplicado?

- Houve desvio de dinheiro?

- Como os trabalhadores(as) foram tratados pelas chefias? Houve assédio moral?

- O número de servidores(as) tem sido suficiente para que todas as tarefas sejam executadas adequadamente ou você está com sobrecarga de serviço?

- Faltou material básico nos locais de trabalho?

- As melhorias anunciadas ocorreram durante todos os anos da gestão ou só agora no ano eleitoral?

- Vocês, professores(as), tiveram de trabalhar com número excessivo de alunos em sala de aula?

- O que fez o vereador em que você votou (seu legítimo representante)



para que nossos anseios fossem minimamente atendidos?

Enfim, são essas algumas das muitas reflexões a serem feitas antes de tomarmos nossa decisão. É bom refletir a respeito delas para, depois, decidir o que queremos. Nós, trabalhadores(as), não podemos nos esquecer que também somos responsáveis pela conduta de nossos representantes. Afinal, a escolha do prefeito e dos vereadores cabe a cada um dos cidadãos.

Pense. Reflita. Decida. Você tem tempo.

SERVIDOR(A) MUNICIPAL TAMBÉM É TRABALHADOR(A)  
E **PRECISA SER VALORIZADO!**

**PCCR JÁ**

Confira as promessas que o prefeito fez aos servidores na campanha... e não cumpriu!

Página 3



[www.sismmar.blogspot.com](http://www.sismmar.blogspot.com)



[www.twitter.com/sismmar](http://www.twitter.com/sismmar)





## ANEXO 12

## ASSEMBLÉIA

OXFORD/PERSTORP

## AMANHÃ ÀS 18H EM SBC

SUBSEDE: R. Pedro Setti, 176, sala 02  
terminal de trólebus de Ferrazópolis

## OXFORD

Durante alguns meses as empresas de tintas soltaram algumas antecipações que nunca foram suficientes para suprir as perdas geradas com o Plano Collor; era a política do mel-na-boca: toma um pouquinho e fica quietão. Agora, porém, após o acordo coletivo, os patrões jogam pesado, com mais arrocho, demissões, licenças etc. Mas na Oxford não podemos cair nessa política, pois as empresas de tintas foram umas das que mais faturaram, mesmo com o Plano Collor.

A saída para reparar os danos, já que mesmo depois de tanto sacrifício a inflação continua subindo, é a organização e a pressão dentro da fábrica (reposição das perdas, reajuste mensal, Comissão de fábrica, melhores condições de trabalho). Vamos transformar nossas bandeiras em pauta de reivindicações e tratar de nos mobilizarmos. Portanto não falte à assembleia.

## PERSTORP

Desde a última greve, quando a empresa demitiu vários companheiros arbitrariamente, a situação ficou cômoda para os patrões. O Sindicato só é forte se contar com a organização dos trabalhadores, principalmente dentro da fábrica. Aproveitando-se da situação, a empresa voltou atrás no acordo firmado sobre insalubridade/periculosidade, não querendo reconhecer o laudo feito pelo técnico do Diesat juntamente com o técnico de segurança da empresa. Não podemos deixar barato! Vamos ter que retomar a luta.

Além disso, tem o problema das perdas acumuladas e da necessidade de organizarmos uma Comissão de Fábrica. Vamos discutir todos esses assuntos na assembleia de amanhã. Não dê fufo! Já comunicamos o Sindicato na Suécia sobre o problema insalubridade/periculosidade para eles apresentarem à matriz da empresa. Temos agora que lutar aqui, sem vacilar.

## MULHER TRABALHADORA

A classe trabalhadora enfrenta uma série de aborrecimentos cotidianos em função da exploração do trabalho, de situar-se à margem das decisões políticas e de uma série de outras contradições sociais existentes. No entanto, a mulher trabalhadora enfrenta estes aborrecimentos e outros problemas mais, como todo tipo de pressão, discriminação, desigualdade de condições de vida etc.

O Sindicato, desde 1985, tem a preocupação de empunhar as bandeiras de luta da mulher trabalhadora, seja através das atividades da Secretaria de Formação, seja através da própria luta reivindicatória no dia-a-dia das fábricas. Só que a coisa agora anda meio mucha. Precisamos retomar este trabalho e ativar com toda força a Comissão para a Questão da Mulher Trabalhadora! Por isso, convidamos todas as companheiras para as reuniões abaixo assinaladas, nas quais será discutido o assunto.

**DIA 6 - QUARTA - Subsede de SBC**  
rua Pedro setti, 176, sala 2, ao lado do terminal de trólebus Ferrazópolis

**DIA 7 - QUINTA - Subsede de Mauá**  
rua Justino Paixão, 49, Centro

**DIA 8 - SEXTA - Subsede da Paulicéia**  
rua Alvaro Alvim, 483, 2º andar, Paulicéia - SBC



## ANEXO 13

## Cerâmica

## Equiparação na Gyotoku: vamos conferir

Como os companheiros da Gyotoku já sabem, a empresa se comprometeu a equiparar os salários de 30% a 50% dos trabalhadores das seções escolha, forno e esmaltação, no mês de março. Por isso, os trabalhadores devem ficar atentos aos hollerites e conferir se a empresa cumpriu o seu compromisso.

Há muitos outros problemas na Gyotoku, e não podemos deixá-los de lado. Para que possamos agir é importante que os trabalhadores mostrem a realidade dentro da fábrica.

## Carteirinha

Os trabalhadores que são sindicalizados e ainda não têm carteirinha devem retirá-las com o Pedro, diretor do sindicato. Ele trabalha em período noturno, no setor de es-

maltação.

## Mesa-redonda

No dia 30 de março aconteceu uma mesa-redonda entre o sindicato e a Gyotoku, onde foi discutido o Imposto Sindical.

## Refratários promete e não se compromete

Na reunião realizada dia 8 de março, entre o sindicato e a Refratários Brasil, em que foi discutida a pauta de reivindicações dos trabalhadores, conseguimos fechar as seguintes propostas:

- \* convênio com farmácia em qualquer localidade;
- \* instalação de telefone público,

com a ajuda do sindicato;  
\* equiparação salarial e  
\* ampliação do vestiário.

É uma pena que a empresa tenha se comprometido com tão pouco e até agora não tomou nenhuma atitude visível para cumprir com a sua palavra.

## Mobiliário

## Trabalhadores comem matéria-prima

Após muita pressão sobre a Jóia para conseguirmos a volta da cesta-básica, realizamos uma mesa-redonda onde a empresa chorou o tempo todo, alegando dificuldades financeiras para não fornecer a cesta. Apesar de dar muitas desculpas, a empresa não convenceu o Sindicato.

Dentro da fábrica, os patrões reuniram os trabalhadores e continuaram a choradeira, dizendo que ou forneciam cesta-básica ou compravam matéria-prima.

Os trabalhadores optaram pela matéria-prima. Agora, a peçoza vai trabalhar mais e vai continuar sem cesta-básica.

## Atendimento Jurídico



Atenção para os horários em que os advogados do sindicato estão atendendo a categoria.

## Segunda-feira:

15 às 18 horas - Poá

## Terça-feira:

9 às 12 horas - Mogi

## Quinta-feira:

9 às 12 horas - Poá

## Endereços:

**Poá:** Rua Francisco Ferreira Lopes, 80 - Calmon Viana.

**Mogi das Cruzes:** Rua Coronel Santos Cardoso, 481 - Vila Santista.

STI da Construção, Cerâmica, Refratários e do Mobiliário de Mogi das Cruzes - SEDE: Rua Cel. Santos Cardoso, 481 - Mogi - Fone 469-4631.

SUB-SEDE DE POÁ - Rua Francisco Ferreira Lopes, 80 - Calmon Viana - Poá - Fone 463-2003.

Jornalista Responsável: Lina Diniz  
Produção Gráfica: Osni Tadeu Dias

## DEPARTAMENTO DA MULHER TRABALHADORA



No mês de março o sindicato abriu um novo espaço para as mulheres da nossa categoria, através do lançamento de um boletim específico: CIVILUTAS-MULHER. Este foi o primeiro passo para a formação do DEPARTAMENTO DA MULHER TRABALHADORA. Pretendemos assim, discutir os problemas específicos das companheiras, vividos dentro e fora das fábricas, como a discriminação salarial, falta de creches, dupla jornada de trabalho (fábrica e casa) e muitas outras injustiças.

Queremos envolver as trabalhadoras na vida sindical, além de quebrar os tabus existentes nas nossas categorias, pois a mão-de-obra fe-

minina é quase 50% nas fábricas, mas a participação é mínima. Atualmente o sindicato conta com duas diretoras: Raílde, da Gyotoku, e Francisca, da Probel. O novo departamento precisa da participação das companheiras ceramistas e moveleiras para ter vida ativa.

Por isso, companheira, procure o sindicato para buscar mais informações e trazer denúncias para colocarmos no CIVILUTAS-MULHER. Os contatos também podem ser feitos por carta ou telefone.

**Endereço:** Rua Coronel Santos Cardoso, 481 - Vila Santista - Mogi das Cruzes - CEP 08730-110. Fone 469-4631 ramal 23.

## Mesa-redonda com a Waizer

No dia 7 de abril será realizada uma mesa-redonda entre o sindicato e a Waizer. Atualmente a empresa está contratando mão-de-obra temporária irregularmente, desrespeitando vários direitos dos trabalhadores.

É importante que os companheiros estejam atentos, para forçarmos a contratar os trabalhadores conforme manda a lei.

## Plebiscito

Dando uma aula de democracia para os partidos políticos e para a sociedade, o Partido dos Trabalhadores realizou, no dia 14 de março o seu plebiscito interno, onde os filiados puderam decidir o sistema de governo que os dirigentes do partido vão defender nacionalmente. Os trabalhadores escolheram o presidencialismo.



O Sindicato manda um forte abraço aos companheiros e companheiras que estão aniversariando entre os dias 1º e 15 de abril.

## ANEXO 14

**SINDILUTA**  
SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES

533

5ª-FEIRA,  
25 DE JULHO DE 1989

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE SÃO PAULO — RUA TAMANDARÉ 340 LIBERDADE TEL. 278  
DIRETOR RESPONSÁVEL: MURIBORGOS GALVÃO JUNIOR — JORNALISTA RESPONSÁVEL: ELI CARNE OLIVEIRA

## o crime é ser pobre

Dois acontecimentos esta semana mostraram a dura situação da população trabalhadora de São Paulo. Um foi a invasão da subsele regional da prefeitura em São Miguel e o outro a desocupação, pela polícia, de um terreno na Zona Norte, ocupado por 800 famílias.

### SEM TETO PARA MORAR

Essas invasões acontecem em todas as regiões. São famílias pobres, na maior parte de trabalhadores desempregados. Eles querem um terreno para construir um barraco, pois não podem pagar aluguel e muito menos comprar casa pelo BNH.

Esses trabalhadores se organizam e desesperados com a sua situação resolvem tomar medidas duras para abrigar suas esposas e filhos. A invasão dos terrenos é a sua resposta à miséria criada pela crise econômica.

Os terrenos não são usados pelos seus donos. São guardados para especulação enquanto milhares de famílias não tem onde morar.

### "CRIMINOSOS E BADERNEIROS"

Os governos municipal, estadual e federal nada fazem para resolver essa situação. Mas o pior é que, quando os terrenos são in-



vadidos, logo aparece a polícia para reprimir os ocupantes e suas famílias.

No caso de São Miguel, o governador Franco Montoro chamou as famílias que ocupam a regional da prefeitura de "criminosos e baderneiros".

Estamos vendo que o crime é um só: ser pobre e não ter onde morar. Ou alguém já viu o governador ficar nervoso e denunciar criminosos de paletó e gravata que roubam trilhões e trilhões de cruzeiros do povo brasileiro nos escândalos financeiros?

QUEREMOS

40%

DE TRIMESTRAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS

## ANEXO 15

000

**SINDILUTA**  
CENTRO ÚNICO DOS TRABALHADORES

512

4ª-FEIRA,

19 DE JUNHO DE 1985

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE SÃO PAULO. — RUA TAMANDARÉ 348 LIBERDADE TEL: 279-381  
DIRETOR RESPONSÁVEL: DOMINGOS GALANTE JUNIOR — JORNALISTA RESPONSÁVEL: ELIANE OLIVEIRA

## NORDESTE

### Retrato do sofrimento do Brasil

Um estudo recente feito pela SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) mostra um retrato dramático da situação de uma das regiões mais pobres do país.

O Nordeste brasileiro é formado por 9 Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Território de Fernando de Noronha. São quase 35 milhões de pessoas. Desses 35 milhões mais da metade recebem no máximo 1 salário mínimo.

60% da população está subempregado, ou seja, não tem registro em carteira nem trabalha regularmente. Este tipo de atividade é maior entre as mulheres que fazem todo tipo de "bico" para completar o salário dos maridos.

Dos 16 milhões de menores de idade, mais de 10 milhões trabalham como subempregados e a esmagadora maioria recebe menos da metade de 1 salário mínimo.

Com essa situação, o Nordeste tem 60% das suas crianças, de 1 a 5 anos subnutridas e com a vida ameaçada. E dos 35 milhões de habitantes da região, mais de 80% comem menos do que o necessário.

A exploração do trabalhador nordestino é tão grande que mais da metade da população, juntando tudo o que ganha, não recebe mais de 11% do que a região produz. Cerca de 90%, quase toda a riqueza nordestina fica nas mãos de metade da população.

A região nordestina tem também um outro triste recorde: metade dos analfabetos oficiais (existem muitos que o governo não considera) estão lá, são mais de 11 milhões de pessoas. Enfim, não há trabalho, saúde, educação. É uma população totalmente desamparada.

O mal do Nordeste é fácil de apontar. São

os grandes proprietários de terra e as grandes empresas capitalistas que concentram a riqueza toda do País em uma única parte do País, região Sul e Sudeste, enquanto que o resto se contenta em criar mão de obra barata para tocar as indústrias a baixo custo.

Além disso, as mesmas pessoas que mantêm essa situação de miséria do nordestino, utilizam a região como um grande curral eleitoral, a começar pelo próprio presidente da República, José Sarney um dos maiores proprietários de terra do Maranhão.



Fonte: Sindiluta, jun./1985.

## ANEXO 16



Fonte: Cidadania! Eu quero uma pra viver, Sindiquim, 2001.

## ANEXO 17

BRAKOFIX

## TUBARÕES SE DIVERTEM À CUSTA DO ARROCHO

No último dia 29 de setembro, supervisores, gerentes e diretores da Brakofix se deliciaram com uma churrascada "da hora" e um saudável jogo de basquete. Até aí nenhum problema; afinal todos devem ter o direito ao lazer e exercê-lo como bem entender. O problema começa no fato de tudo ter sido bancado pela BKF, que não dá aumento a seus empregados por alegar estar no "vermelho".

Isto é, não tem grana para aumentar o salário de quem pega firme no "basquete" mas tem para a diversão dos chefões. Assim como

tiveram grana para financiar um passeio dos seus maiores à Oktoberfest - a festa do chopp que acontece todo ano em Blumenau-SC. Isso é que é desrespeito. Os trabalhadores, além de bancar os lucros da empresa, ainda acabam sustentando o lazer dos tubarões.

Se a empresa está realmente mal, primeiro vamos botá-la nos trilhos e pagar salários decentes aos empregados. Quem quiser se divertir, divirta-se, mas pague do próprio bolso, como todo peão tem que fazer.

## O "NOVO" MINISTRO

O coronel reformado do exército e senador pelo Pará, Jarbas Passarinho, foi indicado pelo presidente para substituir Bernardo Cabral no Ministério da Justiça. O novo ministro traz em seu currículo uma vida política a serviço da ditadura militar: foi ministro do Trabalho no governo Costa e Silva, da Educação no governo Médici e da Previdência no governo Figueiredo.

Ou seja, homem de confiança do regime mais violento e cruel que a sociedade brasileira já teve. No país da memória curta a história dá mesmo muitas voltas. De cumplice dos tiranos a ministro da "Justiça", quem diria, de um governo que se pretende moderno e democrático. Mais uma prova do compromisso de Collor com um passado autoritário e entreguista. Sabe-se lá qual futuro nos espera.

LUCONI

## GREVE GARANTE 45%

Os trabalhadores da Plásticos Luconi se organizaram e realizaram na semana passada uma greve, que precisou de apenas um dia para terminar em acordo. Ficou assim a conquista:

- Reposição salarial de 45% sobre o salário de setembro (sendo 25% em outubro e o restante em novembro)
- Estabilidade até 30/11

Quando o patrão não quer conversa, o negócio é ir mesmo pro pau!

